
TOMO

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

ISSN: 1517-4549

jan. a jun. | 2021

Nº **38**

Dossiê:

**Cidade, Mídias, Memória e
Cotidiano em Tempos de Pandemia**



Editora UFS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

REITOR

Angelo Roberto Antonioli

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Lucindo José Quintans Junior

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

COORDENADOR DO PROGRAMA EDITORIAL

Péricles Morais de Andrade Júnior

COORDENADORA GRÁFICA

Germana Gonçalves de Araujo

PROJETO GRÁFICO E CAPA

Débora Santos Santana

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Adilma Menezes



UFS



Editora UFS

Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos"

CEP 49.100-000 – São Cristóvão – SE.

Telefone: 3194-6922/6544. e-mail: editora.ufs@gmail.com

www.editora.ufs.br

TOMO

Programa de Pós-Graduação em Sociologia



Editora UFS

São Cristóvão | 2021

CONSELHO EDITORIAL

Irllys Alencar Firmo Barreira, Universidade Federal Do Ceará, Brasil

Roberto Grün, Universidade Federal Dde São Carlos, Brasil
Clarissa Eckert Baeta Neves, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Adriano Nervo Codato, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Ana Maria F. Almeida, Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Antônio Sérgio Guimarães, Universidade de São Paulo, Brasil
Benjamin Junge, State University Of New York, Estados Unidos da América do Norte

Carlos Fortuna, Universidade de Coimbra, Portugal
Celi Scalon, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Claudino Ferreira, Universidade de Coimbra, Portugal

Franz J. Brúseke, Universidade Federal de Sergipe, Brasil
Joanildo Burity, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

José Ricardo Ramalho, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Miguel Pablo Serna Forchari, Universidad de La República, Uruguai

Miguel Vale De Almeida, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal

Nádia Araújo Guimarães, Universidade de São Paulo, Brasil

Paulo Sérgio Da C. Neves, Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Renato Monseff Perissinotto, Universidade Federal do Paraná, Brasil

Rogério Proença Leite, Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Sadi Dal Rosso, Universidade de Brasília, Brasil

Sílvia Helena Borelli, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

COORDENADOR DO PPGS

Marcelo Alario Ennes

EDITOR

Frank Nilton Marcon

EDITORES ASSISTENTES

Marco Aurélio Dias de Souza

Tânia Elias Magno Silva

EDITORES ASSOCIADOS

Julio Cesar Cossio Rodriguez

Marcelo Alario Ennes

Marina de Souza Sartore

Paulo Sérgio da Costa Neves

Carles Feixa Pàmpol

ORGANIZADORES

Nara Maria Emanuelli Magalhães

Valdir Jose Morigi

REVISÃO

Danielle de Noronha

Ficha Catalográfica

Tom: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia / Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe. – n. 38 (jan./jun. 2021)- . – São Cristóvão : Editora UFS, 1998-

Semestral

ISSN 1517-4549

1. Ciências sociais – Periódicos. I. Universidade Federal de Sergipe. Programa de Pós-Graduação em Sociologia

CDU 316

As informações e análises contidas nos artigos são de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, portanto, o endosso do Conselho Editorial do PPGS.

Esta revista integra a Plataforma dos Periódicos Eletrônicos da UFS (<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/index>) e conta com apoio institucional da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe.

Sumário

Dossiê	
Apresentação do Dossiê	9
Cidade, Mídias, Memória e Cotidiano em Tempos de Pandemia	
Nara Maria Emanuelli Magalhães Valdir Jose Morigi	
Uma geração viral? Adolescência e confinamento	17
Carles Feixa	
Pandemia x pandemônio: o cotidiano da periferia no noticiário	37
Ada Cristina Machado Silveira Camila Hartmann Bruno Kegler	
Sobre Cocares e Máscaras: Estratégias das Lideranças Indígenas em Manaus no Enfrentamento à Covid-19	75
Luciano Cardenes Deise Lucy Oliveira Montardo	
Da nostalgia ao futuro: o passado como memória afetiva da cidade na imaginação de um futuro pós-pandêmico	119
Marina Leitão Damin Alyne Fernanda Reis	
A cidade-lar e o lar-cidade: conexões entre público e privado no uso de videoconferência para eventos artísticos, reuniões de trabalho e aniversários	147
Robson da Silva Braga	

Fetichismo da desinformação na web: uma pandemia agravada	173
Rodrigo Silva Caxias de Sousa Patricia Valerim Bruna Heller Marcia Heloisa Tavares de Figueredo Lima	
Visibilización de la agroecología periurbana durante la pandemia: el uso de las redes sociales para la militancia del plato	215
Marina Poggi Lucas Henrique Pinto	
Janelas sobre a cidade pandêmica: desigualdades, políticas e resistências	251
Sônia Weidner Maluf	
La memoria en tiempos de pandemia. Registro visual del 24 de marzo de 2020 en Argentina	287
Cora Gamarnik María Graciela Rodríguez Cecilia Vázquez	
Artigos	
A epidemia do vírus Zika nas Ciências Sociais no Brasil: Um estudo bibliográfico (2016-2018)	309
Gabriela Freitas Soraya Fleischer	
Uma Janela no Tempo: a ascensão do Bolsonarismo no Brasil	339
Fernanda Rios Petrarca	
Burla, controle de si e disfarce da comensalidade: as maneiras de comer sem glúten e sem lactose em Porto Alegre	373
Débora Previatti Bianca Horn	

Dossiê

Apresentação do Dossiê Cidade, Mídias, Memória e Cotidiano em Tempos de Pandemia

*Nara Maria Emanuelli Magalhães**

*Valdir Jose Morigi***

Este dossiê tem por objetivo refletir sobre o contexto de crise em decorrência da pandemia do novo coronavírus, em 2020. As recomendações sanitárias da Organização Mundial de Saúde (OMS) durante esse ano tiveram como foco principal o distanciamento físico, para evitar a propagação do vírus. Ou seja, a recomendação de “ficar em casa” era a única medida de segurança, até que uma vacina pudesse estar disponível.

O distanciamento físico trouxe enormes impactos na vida social, provocado pelo esvaziamento dos espaços públicos das cidades: aulas foram suspensas em escolas e Universidades, estabelecimentos comerciais, bares e restaurantes foram fechados, deslocamentos através de transporte público e por serviços de aplicativos diminuíram drasticamente, e a circulação de pessoas nas ruas, praças e parques foi desaconselhada. O impacto econômico foi imenso: queda da produção de setores inteiros que dependiam de circulação e concentração de pessoas. Além dos trans-

* Possui formação de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação Comunicação (PNPD-CAPES POSCOM/UFSM), Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS), Doutorado em Antropologia Social (PPGAS/UFSC), Mestrado em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS), Graduação em Ciências Sociais (IFCH/UFRGS). Atua na UFRGS como Técnica em Assuntos Educacionais, na gestão e assessoria à gestão da educação superior, na área de avaliação institucional. Email: magalhaes.nara@gmail.com

** Professor titular da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e docente permanente dos Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCIN) e do Programa de Pós-graduação e Museologia e Patrimônio (PPGMUSPA) – FABICO/UFRG). Pós-doutorado em Memória Social pela UNIRIO. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2001). Bolsista Produtividade em Pesquisa 2 CNPQ. Email: valdir.morigi@gmail.com

portes, comércio de rua, feiras, trabalhadores informais e do comércio ambulante, também os espaços de cultura e do lazer foram afetados, vendo-se subitamente sem público. Nesse cenário, de ineditismo das circunstâncias do acontecimento, houve a inauguração de um novo mundo, sem precedentes: novos modos de viver o cotidiano, novas maneiras de trabalhar, novas formas de consumir e de manter o sustento para setores inteiros da economia, necessidade de desenvolver novos projetos e aperfeiçoar mecanismos tecnológicos para viabilizar o trabalho remoto, formas novas de planejar, conceber e organizar o tempo, novos modos de convívio e novas sociabilidades foram sendo constituídas. Salientamos que, durante esse período, as mídias tiveram uma centralidade na sociedade, pois elas possibilitaram a produção e a circulação das informações em diferentes níveis. Em meio ao surto global do coronavírus, presenciamos a disseminação de *fake news*, mas também foram divulgadas informações pertinentes e importantes com a finalidade de manter a população informada e seguir os protocolos das autoridades em saúde.

Nesse panorama, emergem múltiplas narrativas sobre a pandemia que se replicam socialmente no imaginário e na memória social. Nas narrativas midiáticas, por exemplo, que incluem diversos dispositivos tecnológicos, a circulação de informações sobre a doença se amplificaram através de compartilhamentos nas redes sociais. Divulgação de informações que espalham o medo, pânico social e insegurança. Além disso, informações educativas de como se cuidar e métodos de evitar a propagação da doença neste período também apareceram. Outras criações e informações com caráter lúdico emergiram com força, demonstrando o grande potencial de criatividade e a importância do riso para enfrentar o enorme desafio (piadas, *memes*, charges entre outros).

Nesse contexto, o dossiê se propõe a trazer reflexões diante dos impactos e enormes desafios trazidos pela pandemia. Queremos contribuir e ampliar o debate, encontrando respostas a algumas questões, entre elas: Como se expressa a valorização do contro-

le social - é visto como negativo, positivo, perigoso, necessário? Como é visto e vivido o isolamento social em épocas de pandemia, nos espaços da cidade? Que políticas públicas precisam ser criadas (adotadas) nas cidades em tempos de pandemia social?

Carles Feixa, com “Uma geração viral? Adolescência e confinamento” nos ajuda a pensar sobre esse controle na vida dos jovens isolados em Barcelona, Espanha. Traz reflexões importantes sobre os significados, para os jovens, a respeito desse viver confinado durante a epidemia do novo coronavírus, e os significados de habitar, divertir-se e viver intergeracionalmente. Chama a atenção do leitor para algumas ideias centrais, como o rompimento das hierarquias nos aprendizados – entre pais e adolescentes, professores e adolescentes, por exemplo – de modo que todos passam a aprender com todos nesse novo contexto. Outra abordagem interessante é a respeito da “juventudefobia”, que leva as autoridades políticas e sanitárias a responsabilizar os jovens pela propagação do vírus, ao invés de propor políticas públicas que lhes permitam viver em segurança. Por fim, destaca a contribuição dos jovens para repensar as dicotomias que criamos entre *on* e *off line*, corpo e mente, contribuição essa que resulta em uma nova proposição para contemplar o vivido num espaço que agora pode ser considerado híbrido e que começa a ser denominado *onlife*.

Já o artigo de Ada Cristina Machado Silveira, Camila Hartmann e Bruno Kegler, intitulado “Pandemia x pandemônio: o cotidiano da periferia no noticiário”, discute a cobertura do cotidiano da periferia brasileira, considerando que esta pode ganhar uma dimensão ainda não explorada com o surgimento da pandemia de Covid-19. Considera que, diante da polarização política brasileira, a emergência sanitária permitiu à oposição cunhar a noção de pandemônio, como denominação aplicável as divergências na política pública de combate à pandemia. O artigo realiza uma análise empírica de matérias jornalísticas veiculadas on-line que exploram o (não) enfrentamento da pandemia na periferia bra-

sileira e, também, um estudo de postagens em plataformas de mídia social, os quais resultam no imaginário de caos aplicável à noticiabilidade da periferia metropolitana. Discute um assunto atual e de grande preocupação para as democracias contemporâneas: as *fake news*. Traz um aporte teórico bem fundamentado, com autores da Escola Crítica, colocando-os em diálogo com autores de referência atuais.

O artigo de Luciano Cardenes e Deise Lucy Montardo também aborda um cenário caótico na cidade de Manaus, desta vez tendo como foco a população indígena na cidade. O texto recupera relatos e descrição da atuação de associações e lideranças indígenas no enfrentamento da pandemia, trazendo também uma densa abordagem da literatura sobre a presença indígena na cidade de Manaus. A demonstração da presença indígena na cidade e a descrição das várias categorias utilizadas para pensá-la são fundamentais para a proposição de políticas públicas para esse público num contexto de enfrentamento a uma pandemia.

O Dossiê tem continuidade com artigos que se perguntam: como as tecnologias de informação e comunicação auxiliam diante dessa situação inédita? Que narrativas sobre a pandemia circularam e circulam nas redes? Que imaginários foram reeditados neste contexto?

Marina Leitão Damin e Alyne Fernanda Reis apresentam o artigo de intitulado “Da nostalgia ao futuro: o passado como memória afetiva da cidade na imaginação de um futuro pós-pandêmico”, aborda a cidade como um espaço de produção de memória, relacionando tempo, memória e nostalgia. As autoras identificam um possível ciclo de vida dos objetos digitais no Instagram, integrando a memória como vetor responsável pela sua mediação. O estudo foi realizado durante a pandemia de Covid-19, de março a julho de 2020, a partir das publicações da plataforma Instagram e dos filtros utilizados nas hashtag #tbtrj. A pesquisa demonstrou que nesse período as publicações com a #tbtrj re-

presentam os lugares de memória da cidade do Rio de Janeiro de forma nostálgica, ancorado na memória afetiva dos usuários sobre a cidade, ao mesmo tempo em que foi possível perceber a projeção de um novo imaginário sobre ela após a pandemia.

O artigo de Robson da Silva Braga, intitulado “A cidade-lar e o lar-cidade: conexões entre público e privado no uso de videoconferência para eventos artísticos, reuniões de trabalho e aniversários”, analisa o ambiente doméstico durante o isolamento social de combate à Covid-19, mostrando como este espaço teve destaque a partir dos usos das tecnologias de comunicação e informação. Percebeu-se a diluição das fronteiras entre a esfera privada e a esfera pública, a partir das reuniões remotas realizadas durante a pandemia. Elas ampliaram o processo de exposição da intimidade iniciado pelas redes sociais desde o princípio dos anos 2000. Assim, o estudo mostrou que o modo como os grupos sociais se utilizam das ferramentas de videoconferência, que possibilitaram as reuniões virtuais em substituição aos encontros presenciais realizados antes da quarentena na cidade de Fortaleza, tiveram plena aceitação e cada vez mais estão sendo incorporados à vida cotidiana dos cidadãos.

Em “Fetichismo da desinformação na web: uma pandemia agravada”, Rodrigo Silva Caxias de Sousa, Patrícia Valerim, Bruna Heller e Marcia Heloisa Tavares de Figueiredo Lima debatem os conceitos de desinformação e práticas informacionais, avizinhando-os da noção de semiformação cultural, a partir da abordagem da Teoria Crítica da Informação e da Comunicação. Os autores defendem que processos de comunicação acontecem conforme as práticas sociais de produção intencional de desinformação, de acordo com um circuito de produtividade que demanda do receptor/usuário, a responsabilidade pela checagem das informações. O estudo utiliza abordagem qualitativa, através de uma triangulação metodológica, que consistiu em observação espontânea, seguida de análise de conteúdo e interpretação hermenêutica de um corpus de 86 *fake news* do site do Ministério da

Saúde do Brasil. Desse universo, foram analisadas cinco notícias, as quais entram em contradição com o objetivo de esclarecer os cidadãos a respeito da pandemia, pois o governo brasileiro utilizou o site do Ministério da Saúde para veicular desinformação e violar o direito à informação.

Já o artigo “De las redes sociales a la mesa: La militancia del plato como nuevo hábito de consumo”, de Marina Poggi e Lucas Henrique Pinto, traz indagações, a partir do cenário da pandemia global Covid-19, sobre como os produtos agroecológicos tiveram maior visibilidade ao mesmo tempo em que se ampliou a discussão acerca da soberania alimentar. A expansão dos usos das redes sociais virtuais, aperfeiçoadas pelas tecnologias de informação e comunicação, revitalizadas pela web fez com que as redes sociais assumissem novas dinâmicas sociais, tomando diferentes formas e dimensões na vida cotidiana, inclusive na esfera pública virtual. O objetivo artigo foi mostrar como os hábitos de consumo alimentares pré-pandemia se alteraram durante a mesma. Tendo como instrumento de pesquisa o questionário, foi possível verificar como as pessoas realizaram as escolhas dos seus alimentos, considerando as possibilidades de acesso, conhecimento, etc. Os autores se apropriam dos conceitos de “agroecologia” e “periurbano”, para analisarem as práticas de consumo alimentar e o espaço estudado. A pesquisa centralizou no estudo de caso da cooperativa Pueblo a Pueblo, uma iniciativa de marketing que se recomenda o consumo alternativo de alimentos saudáveis, além da sua distribuição a um preço justo e compatível com o trabalho digno. Assim, se evidenciam as consequências dos usos das tecnologias de informação e comunicação (TICs), através da comunicação digital na sociedade, uma vez que a divulgação de informações sobre a origem e produção de alimentos nas redes sociais pode auxiliar na construção de novas condutas e práticas capazes de promover autonomia aos cidadãos. Esse elemento é fundamental na construção de vínculos sociais e de solidariedade, pois possibilita o empoderamento dos cidadãos. A escolha do

que eles colocam no prato para se alimentar fortalece a ideia da soberania alimentar.

Por fim, temos dois artigos que nos convidam a refletir a respeito do modo como as fontes de informações ajudam na inscrição de novas memórias no mundo que vivemos. Que novas memórias são construídas a partir dos desafios colocados pela pandemia, com o isolamento social? Que novas formas de inscrição essas memórias encontram? Como os sujeitos sociais criam novos significados para espaços públicos e privados, vivendo o isolamento social? Os dois últimos artigos deste dossiê nos ajudam a pensar em respostas a essas questões.

Um deles é o de Sonia Weidner Maluf, “Janelas sobre a Cidade Pandêmica”, que apresenta argumentos e cenários criativos para pensar o contexto de pandemia e desigualdade no Brasil, trazendo a ideia das janelas como metáfora analítica de observação e experiência em tempos de confinamento: janelas de casa, janelas das telas (de notícias e das redes sociais). Entre fragmentos de imagens e sons, manchetes e notícias, postagens nas redes sociais, a autora busca analisar os modos como diferentes populações urbanas foram atingidas pelo vírus, em termos de adoecimento e morte; os modos como o Estado, com seus diferentes aparatos, agentes, serviços, ao mesmo tempo que deveria se destinar a construir políticas da vida, insiste em práticas de soberania e em políticas da morte; e, por fim, os modos locais de lidar com a pandemia, as práticas de cuidado do outro e de si, que configuram formas de resistência, em bairros periféricos e comunidades de algumas capitais do país.

Já o artigo de Cora Gamarnik, Cecilia Vázquez e María Graciela Rodríguez, aborda através de imagens um evento bastante conhecido: o 24 de março na Argentina, seu significado político e as novas formas de registrá-lo e vivê-lo durante a pandemia. Em seu artigo, as autoras propõem uma reflexão acerca dos vínculos entre memória, imagens e cidade, a partir de uma seleção

de imagens que registraram o evento em 2020. Observam que nesse dia as cidades foram cobertas por cartazes caseiros e pequenos trabalhos artísticos fotografados por profissionais e amadores. Considerando a história dos lenços brancos das “Madres de la Plaza de Mayo”, que se tornaram símbolo de um movimento político, como uma ação pública e um sinal de identidade, de resistência e de reconhecimento. Destaca-se no 24 de março de 2020 a presença do lenço como uma marca, uma carga e uma proteção, através de um ensaio visual que permite vislumbrar múltiplas manifestações. Considerando um repertório de imagens como formas alternativas de exercitar a memória, as autoras propõem reflexões despertadas pela pandemia. As imagens selecionadas podem ser consideradas novas formas de registrar e manifestar uma memória, que podem vir a configurar novas memórias.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Os organizadores.

Uma geração viral? Adolescência e confinamento*

*Carles Feixa***

Resumo:

O termo “geração viral” refere-se a uma faixa etária que vivencia uma dupla circunstância vital: por um lado, a exposição ao coronavírus como marca geracional; de outro, a velocidade de transmissão de informações pela internet. O artigo analisa o impacto do confinamento causado pela Covid-19 entre adolescentes, com base em um estudo de caso realizado na Catalunha, Espanha. Após explorar o papel do confinamento nos ritos de passagem da infância para a vida adulta em diferentes culturas, a experiência do confinamento é analisada a partir das transformações de quatro espaços da vida adolescente: a sala, o espaço educacional, os espaços de lazer e o ciberespaço. No epílogo expõe-se o processo de desconfinamento e como está afetando os jovens, na forma de discursos juvenófobos que os culpam por surtos, mas também a partir de experiências construtivas de inovação e participação social. Palavras-chave: Adolescência. Juventude. Coronavírus. Confinamento. Desoconfinamento.

* Texto traduzido do espanhol e revisado por Paulo Renato Vitória (prvitoria@gmail.com) e Danielle de Noronha (danielledenoronha@gmail.com) para a Revista Tomo.

** Catedrático de antropologia social, Universitat Pompeu Fabra, Barcelona.
E-mail: carles.feixa@upf.edu.

A viral generation? Adolescence and confinement

Abstract:

The term “viral generation” refers to an age group that experiences a double vital circumstance: on the one hand, exposure to the coronavirus as a generational brand; on the other hand, the speed of the transmission of information over the internet. The article analyzes the impact of confinement caused by Covid-19 among adolescents, based on a case study carried out in Catalonia, Spain. After exploring the role of confinement in the rites of passage from childhood to adulthood of different cultures, the experience of confinement is analyzed from the transformations of four spaces of adolescent life: the room, the educational space, the leisure spaces and the cyberspace. In the epilogue, the process of deconfinement is exposed and how it is affecting young people, in the form of ‘youthphobic’ discourses that blame them for outbreaks, but also based on constructive experiences of innovation and social participation.

Keywords: Adolescence. Youth. Coronavirus Lockdown. Unconfined.

¿Una generación viral? Adolescencia y confinamiento

Resumen:

El término “generación viral” hace referencia a un colectivo etario que experimenta una doble circunstancia vital: por una parte, la exposición al coronavirus como marca generacional; por otra parte, la rapidez de la transmisión de informaciones por internet. El artículo analiza el impacto del confinamiento causado por el Covid-19 entre las y los adolescentes, a partir de un estudio de caso realizado en Cataluña, España. Tras explorar el rol del confinamiento en los ritos de paso de la infancia a la vida adulta de distintas culturas, se analiza la experiencia del confinamiento a partir de las transformaciones de cuatro espacios de la vida adolescente: la habitación, el espacio educativo, los espacios de ocio y el ciberespacio. En el epílogo se expone el proceso de desconfinamiento y cómo está afectando a los jóvenes, en forma de discursos juvenófobos que los responsabilizan de los re-

brotos, pero también a partir de experiencias constructivas de innovación y participación social.

Palabras clave: Adolescencia. Juventud. Coronavirus. Confinamiento. Desconfinamiento.

Prólogo: a vida em um tuitel

Na maioria dos debates que se desenvolve em torno da lacuna geracional, a ênfase é colocada na alienação dos jovens, enquanto o alinhamento dos adultos tende a ser completamente omitido. O que os comentaristas esquecem é que a verdadeira comunicação consiste em um diálogo, e que ambos os interlocutores carecem de vocabulário para dialogar (Mead, 1970/2019).

Na segunda-feira, 9 de março de 2020, o antropólogo e tuiteiro do CSIC Alberto Corsín publicou no Facebook um post sobre o #Coronavírus que logo se tornou viral e que compartilhei no meu mural:

9 de março,
A história do século 21 começa com o coronavírus:
- Redução das emissões
- Defesa dos bens públicos (saúde, ciência)
- Teletrabalho e semana laboral de 3-4 dias
- Fim do futebol
- Fim das macroconferências acadêmicas
- Fim da hegemonia dos mercados financeiros
- Fim da turistificação

Uma semana depois, na segunda-feira, 16 de março, oficialmente o primeiro dia do estado de alarme e confinamento em casa, Corsín postou um fio no Twitter com a seguinte reflexão:

1 Este texto retoma trechos do InstantBook "Adolescentes Confinad@s" (Barcelona, NED, 2020). Disponível em: <https://www.nedediciones.com/ficha.aspx?cod=2048>.

16 de março, 10:47.

A educação sentimental de nossos jovens de hoje configurará a sociedade de estranhos que cuidarão de nós no futuro @alafuente @Amparo @tiscar @CFeixa @amparogonzalez @orapmagon1

Eu queria iniciar uma conversa sobre as possíveis consequências do confinamento em jovens adolescentes, especialmente aqueles que estão despertando para a puberdade. Tenho ouvido falar sobre educação online, mas pouco sobre “educação sentimental”. Aqui vão algumas impressões @c_magro

1. Em primeiro lugar, quero dizer que não sou um especialista em educação nem em sociologia da juventude. São impressões captadas no ar relativas sobretudo aos universos sentimentais da cidade, mais próximos aos meus interesses.

2. Na puberdade, os corpos dos jovens se abrem a diversos mundos sensoriais e afetivos, seus corpos aprendem a ser “estranhos” na cidade, a modular o olhar e o tato, a exuberância e a introspecção, as estruturas e as nuances de amizade.

3. Nas ciências sociais, frequentemente falamos sobre as “consequências imprevisíveis” de certos atos. Algumas semanas de confinamento provavelmente não terão consequências importantes na configuração desses corpos adolescentes. Mas, e vários meses? Ou mesmo um confinamento sazonal?

4. Nossos jovens estão sendo bombardeados com imagens higienistas com alta carga de disciplina moral sobre o controle dos corpos: lavar-se, manter distâncias seguras, não tocar em superfícies estranhas, não sair às ruas, etc.

5. Não sei muito bem como neutralizar coletivamente esse discurso, em um contexto de confinamento, com uma educação sentimental mais rica e aberta. Mas acho que é importante.

6. Os jovens de hoje serão os “estranhos” que cuidarão de nós no futuro. Seus corpos, suas estruturas sentimentais e afetivas serão os que organizarão nossas cidades.

Nessa mesma noite, respondi com meu primeiro fio de Twitter.

16 de março, 22:42.

Respondendo à proposta de @acorsin de falar sobre os efei-

tos do confinamento entre jovens adolescentes, abro este fio com base em meus estudos sobre antropologia da juventude e, principalmente, na convivência desde sábado com dois adolescentes em casa.

1. O debate sobre adolescência, biologia e cultura é antigo: foi iniciado por Stanley Hall em 1904, descrevendo-a como uma fase de “tempestade e estímulo”, continuado por Margaret Mead em 1926, que argumentou que tal crise de identidade era provocada pela educação ocidental.

2. O debate sobre natureza/criação renasceu recentemente na neurociência, depois de se descobrir que os efeitos da puberdade no cérebro do adolescente são mais tardios e complexos do que se pensava, e que a genética se mistura com o ambiente e as emoções.

3. Resumi esse debate em um artigo na revista *Neuroscience and Biobehavioral Reviews* (<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0149763411000327>), traduzido no livro coletivo *Malestares y subjetividades adolescentes* ([http://www.editorialuoc.com / malaise-and-subjectivities-teens](http://www.editorialuoc.com/malaise-and-subjectivities-teens)).

4. A adolescência é, portanto, uma fase de abertura para o exterior, para o espaço público, para o peer-group, para a expansão corporal, de modo que várias semanas em confinamento podem ser difíceis de suportar.

5. Por outro lado, os adolescentes de hoje, pertencentes ao que chamo de Geração@, são os mais bem preparados para uma vida digital, sem os dualismos online-offline, corporalmente, que nós adultos vivemos. <https://generacionarroba.wordpress.com>.

6. O confinamento doméstico, mais do que uma prisão, pode ser um refúgio, como escrevi em meu artigo “La habitación de los adolescentes” (<https://www.ehu.eus/ojs/index.php/papelesCEIC/article/viewFile/12125/11047>) e “Los hijos en casa: hackers o hikikomoris”. (<https://www.revistavirtualis.mx/index.php/virtualis/article/view/32>).

7. Outra coisa é que por várias semanas eles têm que viver próximos às mães e pais. Viver “confinado” em casa pode causar tensão, mas também nos oferece a oportunidade de aprender outras formas de comunicação entre gerações sucessivas: comer, brincar ou simplesmente conversar.

8. Um possível tema de conversa são precisamente as causas sociais do coronavírus. Se for verdade, como @acorsin sugeriu em seu tweet, que Covid-19 marca o início do século

21, uma de suas dimensões – o decrescimento – foi renunciada justamente por adolescentes, e não apenas por Greta Thunberg.

9. A adolescência é uma fase de explosão (hormônios, neurônios, criatividade) e de implosão (autocontrole, reflexividade, melancolia). O coronavírus é uma oportunidade para que tal processo seja acompanhado, o que o atual ritmo de vida – e a pressão da seletividade – dificultam.

10. É também a ocasião para que nós adultos ouçamos os jovens sem preconceitos e, juntos, renovemos nossa (auto) educação sentimental – e nossa educação tout court.

11. Cito de memória Jean Monod, discípulo de Lévi-Strauss (Los Barjots): “Os adolescentes reproduzem, no plano vertical das idades, uma diversidade que, geograficamente, tende a desaparecer”. Por algumas semanas, os Trobriand estão em casa.

12. Eu mostrei o fio para minha filha Xao. Pela primeira vez ela leu tudo: “Há coisas que eu não entendo: o que são os Trobriand? Levi-Strauss é a marca das calças? Mas está muito legal”.

13. Ela o mostrou à sua amiga Aroa, que está passando estes dias em nossa casa: “Gostei! Fala de nós!”

O primeiro a responder foi o próprio Corsín:

@acorsin: Que maravilha este fio de @CFeixa desenhando possíveis cenários e consequências do confinamento de adolescentes pela crise da COVID-19. Muito obrigado!

Ao longo do dia seguinte, sem chegar a se tornar viral, o fio logo superou em comentários (12), compartilhamentos (22), curtidas (72), atividades (278) e visualizações (6911), todos os meus tweets postados até aquele dia. Aqui estão alguns dos comentários (de Barcelona, Madrid, Maiorca, México e Chile):

@noeliaclasica: Fiquei muito interessado neste fio de @Cfeixa. Aqui, uma família com um adolescente 🧑🏻

@rossanareguillo: Este fio do meu colega @CFeixa altamente recomendado 👉 atenção @IdeCGDL

@arroceritacnica: para mães e pais com adolescentes em casa

@hildiupis: Para pais com adolescentes, excelente fio 📌
 #QuedateEnLaCasa

@sweetartemisa: Fio imperdível sobre adolescentes em casa. Ccp @stefanie_weiss

@OAguileraRuiz: Atenção mães e pais com crianças pequenas. Sou antropólogo e faço minhas estas palavras #aplanarlacurva #COVID-19 #QuedateEnLaCasa

@luzmagcruz: Muito bom este fio, que encontrei no perfil de @rossanareguillo 📌 para aqueles de nós que têm adolescentes em casa

@susana-brignoni: O que está em jogo com os adolescentes é o vínculo... Neles sempre há uma dúvida sobre a autenticidade: o que oferecemos a eles é verdadeiro?

@susana-brignoni: De fato, nas adolescências, no plural, o que está em jogo é a dimensão dos corpos... Novos corpos que estão se organizando... A realidade hoje nos diz que isso se ordena para além do toque... Quais serão as novas configurações?

@miriam-arenas: #adolescentes em tempos de #confinamiento cc @ProyectoCuidar

@OJIB: @CFeixa oferece um fio com uma reflexão interessante, que pode nos ajudar a compreender e a passar estes dias com adolescentes em casa: Adolescentes e confinamento #MomentsPerALaReflexió #MomentsPerQuedarseACasa #Joventut #Joves #Adolescentes

Adolescência e confinamento

O eco dos tuítes me incentivou a seguir o fio de Ariadne ao qual estava conectado – meus estudos sobre a antropologia da juventude – e a resgatar a ideia de publicar um pequeno texto sobre o conceito de adolescência que serviria como uma espécie de antilivro de ajuda, ou seja, em vez de dar respostas a pais desorientados, oferecia perguntas que poderiam ser compartilhadas com seus filhos e filhas, neste caso aproveitando a situação para tecer juntos os conceitos de adolescência e reclusão. Como sugerido no tuíte, em princípio, esses são conceitos antônimos: o objetivo dessa fase da vida é abandonar o isolamento doméstico – fugir do Pai e da Mãe – e abrir-se ao mundo – ao *peer-group*, aos outros, ao espaço público. É quebrar a casca da família – a

saudade do útero – e arriscar enfrentar o mundo – para o bem ou para o mal. Quando isso acontece naturalmente, existem as condições para uma transição saudável para a vida adulta – para a vocação, para o trabalho, para o lazer, para o amor, para a cidadania. Quando esse processo é evitado ou fracassado surgem os processos de exclusão, marginalização e adoecimento mental que conduzem a adolescências fraturadas ou em crise: o vínculo com os progenitores é rompido sem que se estabeleça novos vínculos com os outros e consigo mesmo.

Historicamente, a forma que muitas culturas inventaram para provocar essa transição são os chamados ritos de passagem ou de puberdade². Muitos desses ritos consistem precisamente em períodos de reclusão compulsória – confinamento – na natureza, em cabanas ou acampamentos fora da vida cotidiana – física e simbolicamente separados da comunidade – quando, por meio de certas cerimônias, canções, danças ou ingestão de alucinógenos, os púberes rompem com sua identidade infantil e renascem com uma nova personalidade – se trata do “segundo nascimento”, que para o psicólogo Stanley Hall (1904/1915) caracterizava a adolescência. É o que acontece, por exemplo, com a cabana para meninas púberes do ritual *elima* dos pigmeus BaMbuti do Congo, a casa *singira* dos guerreiros masai do Quênia, as sociedades secretas dos índios das pradarias norte-americanas, mas também com as instituições educativo-militares de estados primitivos, como a *agohé* espartana ou o *telpochcalli* asteca, entre tantos outros exemplos de “confinamento liminar” dos e das adolescentes, antes do acesso à condição adulta, em sociedades pré-industriais. É verdade que a maioria desses ritos incumbe apenas aos homens – com exceção do *elima* e alguns outros – mas indiretamente eles acabam determinando o destino de toda a faixa etária³.

2 Sobre os ritos de passagem, ver Van Gennep (1909/1986); Turner (1985); La Fontaine (1987).

3 Ver Turnbull (1960/1985), Bernardi (1985), Feixa (2011, 2020).

Nas sociedades industriais, os ritos de iniciação levaram a vários tipos de “instituições totais”, concebidas como espaços de confinamento para melhor se preparar antes de entrar na vida adulta: entre os mais proeminentes, o serviço militar obrigatório, inventado pela Revolução Francesa para formar jovens do sexo masculino para servir à Nação (quartel dos “quintos”); internatos educacionais britânicos ou suíços para meninos e meninas de elite; e prisões juvenis para meninos e meninas filhos de trabalhadores que escaparam do controle familiar ou institucional e optaram pela vida na rua – o que deu origem às gangues⁴. A prisão segue sendo atualmente o espaço de confinamento por excelência, e quando se vive esta experiência na adolescência ou juventude o efeito pode ser duradouro⁵.

Na sociedade pós-industrial, esses espaços de confinamento desaparecem ou se transformam: fim do serviço militar obrigatório (exceto para aqueles que optam pelo exército profissional), desaparecimento dos internatos (exceto para jovens com dependências ou doenças mentais), conversão da prisão em centros educacionais (incluindo centros de tutela para adolescentes sós, como aconteceu na Espanha com os menores estrangeiros não acompanhados, que eram chamados de *Menas*). Paradoxalmente, alguns adolescentes refugiam-se no próprio quarto, como prelúdio ou preparação para a árdua tarefa de enfrentar o mundo, o que a transição para uma sociedade digital facilita, ao poder obter desde o espaço íntimo tudo o que é necessário para viver (da comida em domicílio ao cibersexo).

O confinamento ritual dos adolescentes tinha uma tripla função: a “incorporação” (aceitação do próprio corpo e identidade

4 Ver o clássico estudo de F. Thrasher (1926), *The Gang*, sobre as gangues de Chicago no início do século XX, cuja tradução em espanhol está a caminho pela editorial NED.

5 Como explicou um membro de minha equipe de investigação que havia estado na prisão, em um tuíte sobre o coronavírus que viralizou, e como explica King Manaba em seu relato de cárcere (Feixa & Andrade, 2020).

sexual); a “introspecção” (aceitação do próprio espírito e identidade pessoal); e “extroversão” (união com o *peer-group*, com a faixa etária e com a sociedade). Resumindo: dar-lhe suporte para romper os laços familiares e enfrentar o mundo. O atual confinamento pode ser visto como o oposto: ocorre em um momento em que, em vez de “ritos de passagem”, há “ritos de impasse” (cerimônias de iniciação para não-lugares atemporais); e em vez de forçar a união com a faixa etária, força o reencontro com outras gerações – pais, mães e, em alguns casos, avós. E o faz, como sugeriu Corsín, com um discurso higienista que tem muitas conexões com o discurso moralizante sobre a sexualidade adolescente, pois, em vez de aceitar e normalizar a metamorfose corporal, a reprime ou oculta.

A antropóloga Margaret Mead (1970/2019) sugeriu em um famoso ensaio que passamos das sociedades “pós-figurativas” – aquelas em que as crianças aprendem com seus pais – para as sociedades “cofigurativas” – aquelas nas quais as crianças aprendem com seus contemporâneos. Segundo essa autora, no final dos anos 1960 se iniciava uma nova etapa de evolução cultural, a das sociedades “prefigurativas”, aquelas em que são os filhos que educam os pais. A alienação que uns e outros sofrem é um sintoma de incomunicação: a ausência de uma linguagem comum que nos permita comunicar-nos.

O desafio é transformar a necessidade em virtude: transformar esse tempo de reclusão forçada e de convivência intergeracional em tempo de repensar a adolescência – ou melhor, de repensar o papel d@s adolescentes nas sociedades bipolares: às vezes “juvenilfflicas” (idealização da juventude) e noutras ocasiões “juvenilfóbica” (estigmatização d@s jovens). Trata-se de aproveitar para aprender uns com os outros: os adolescentes podem aprender a aprender sem as pressões da instituição escolar, mais voltadas para a preparação para exames como a seletividade, do que para a preparação para a vida; os adultos podem aprender com a facilidade dos adolescentes para uma

vida digital não desconectada da vida presencial – já que ambas são agora uma parte inseparável da vida real. Trata-se de nos olharmos de frente uns para os outros e aproveitarmos esses dias com a possibilidade de partilharmos refeições, trabalho, jogos e palavras. Algo que o ritmo acelerado de vida nos impede de fazer normalmente (Rosa, 2019)⁶.

A ideia de fundo é, portanto, refletir sobre a juventude na era viral. Usei este adjetivo pela primeira vez em um livro anterior (Feixa, 2014): naquele momento aludia à velocidade de circulação de informações e conexões ligadas às mobilizações, estilos e processos juvenis, exemplificados no movimento 15M e recentemente no movimento neoecológico #FridaysforFuture e no movimento neofeminista #MeToo, ambos liderados por adolescentes de todo o mundo nos últimos dois anos. Por causa da Covid-19, o adjetivo “viral” aqui recupera seu significado original, o de vírus biológico, cuja transmissão em escala global se torna uma metáfora para o próximo século, como Corsín anunciou lucidamente em seu famoso tuíte – como também disse Daniel Innerarity, não é o fim “do” mundo, mas talvez seja o fim “de um” mundo.

Viver confinad@s

No livro “Adolescentes confinad@s” (Feixa, Méndez & Feixa, 2020), escrito nas primeiras semanas de confinamento, incorporei uma série de reflexões sobre como esta experiência pode modificar a vida dos adolescentes em seus espaços cotidianos. Para isso, ocupei os quatro grandes espaços que havia analisado no meu livro anterior “De la Generación@ a la #Generación” (Feixa, 2014), analisando as mudanças em curso no

6 Nossa reflexão vai na mesma linha do proposto pelos colegas e amigos, especialistas em adolescência, durante estas semanas de confinamento: Jaume Funes em sus conversas no Instagram (@jaume.funes) e José Ramon Ubieto em suas intervenções na imprensa (<https://www.eleconomista.es/ecoaula/noticias/10439536/03/20/Adolescentes-confinados-y-no-es-un-reality-show.html>).

espaço da casa, no espaço escolar, nos espaços de lazer e no ciberespaço. Reproduzo, a seguir, as reflexões resultantes⁷.

Habitar confinad@s

Muitas coisas mudaram desde a primeira versão deste texto, publicada há 15 anos com o título “La habitación de los adolescentes” (Feixa, 2005). Diversas tendências que eu apontava na época se consolidaram, principalmente a centralidade do celular como núcleo em torno do qual se organizam o espaço e o tempo do quarto dos adolescentes, a transição para multitelas e a possibilidade de assistir televisão em smartphones e tablets, tornando-os independentes do ritmo horário marcado pelas refeições em família e pela programação da televisão. Porém, fora do Japão, o modelo *hikikomori* (adolescentes confinados em seu quarto por longos períodos) não se generalizou, como uma doença mental típica desta idade, embora há algum tempo fui contactado pelo Hospital Clínic de Barcelona onde foi criada uma unidade para tratar estes distúrbios. Durante o confinamento, ocorre uma situação paradoxal: por um lado, o quarto passa de refúgio temporário a refúgio permanente, mas como os adolescentes já estavam acostumados a tal, isto amortece o confinamento; por outro lado, o fato de compartilhar o espaço doméstico com os pais por tantas horas obriga-os a sair do quarto e readquirir os espaços/tempos compartilhados como refeições, televisão e jogos de tabuleiro. De certa forma, o confinamento pode intensificar a digitalização de toda a casa, mas desdigitaliza o quarto, abrindo-o para relações intergeracionais. Repouso, estudo, trabalho e lazer deixam de ser espaços/tempos segmentados e se hibridizam. E, acima de tudo, o tempo se desviraliza e desacelera⁸.

7 O livro contou também com o “Diario de una adolescente en cautiverio”, redigido por uma amiga de minha própria filha que passou o confinamento conosco, ilustrado com fotos de minha filha, e com um booktrailer editado por ela, em que contam suas experiências. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jHZqaa3BjJM>.

8 Ver, a respeito, o livro “Del padre al ipad”, coordenado por José Ramon Ubieto (2019).

Aprender confinad@s

Desde a primeira versão deste texto, há dez anos (Feixa, 2010), a transição para uma escola digital se intensificou, mas se concentrou principalmente na introdução de recursos tecnológicos – como laptops, tablets ou celulares – mais do que na transformação das formas de ensino e aprendizagem. Um dos maiores dilemas durante o confinamento é como acompanhar o ritmo da escola em casa. A repentina interrupção das aulas impediu a preparação do terreno e de alguma forma todos – educadores, alunos, famílias – tiveram que improvisar. A primeira reação dos responsáveis pela educação foi conservadora: continuar com a lição de casa, mas sem introduzir ferramentas online, argumentando que isto poderia prejudicar alunos de famílias carentes. Embora isso mostre que a exclusão digital não foi superada e se consolida como a barreira para a igualdade equivalente ao analfabetismo de um século atrás, ignora que o acesso ao digital não é apenas uma questão de tecnologia, mas de hábitos culturais, que transcende as desigualdades de classe. Como em seguida ficou claro que o confinamento não seria momentâneo, mas se prolongaria, chegando a colocar em risco a conclusão do ano letivo, as instituições retificaram e orientaram o uso de recursos online. O interessante é que a iniciativa não partiu das instituições, mas de baixo: muitos professores tiveram a iniciativa de colocar em prática o que alguns já faziam – utilizando recursos transmídia –, para o qual contaram com a colaboração entusiástica de muitos alunos, os jovens criativos de que fala Pais (2020). Mais do que as plataformas Moodle ou as videoconferências, o mais inovador tem sido a criatividade multimídia, e principalmente a aprendizagem interativa, em que a hierarquia professor-aluno é atenuada. Além disso, a rigidez do currículo desaparece e as disciplinas e habilidades se misturam. Infelizmente, o que não desaparece é o pesado fardo do exame parcial e, principalmente, do exame final – a seletividade – que subordina os dois anos do ensino médio à aprovação na prova em vez de aprender e descobrir vocações e talentos. Durante o confinamento, os ado-

lescentes perderam matérias, mas ganharam um campo aberto para novos aprendizados (como mostra o “Diário de um Adolescente em Cativo”). Espero que a lição seja aprendida para transformar a cultura escolar, que no ensino médio tem se mostrado inadequada à realidade dos adolescentes e do mundo em que vivem⁹.

Divertir-se confinad@s

No texto original (Feixa, 2011a) aponte três momentos que ao longo do século XX propiciaram mudanças no estudo da relação dos jovens com os espaços de lazer: lazer como consumo, lazer como resistência, lazer como distinção. O primeiro momento explora o “casamento por interesse” dos dois sócios, celebrado na catedral do consumo pela sociedade moderna. O segundo momento explora uma “união consensual” entre uma juventude extensa e um lazer desregulamentado, celebrado nas periferias urbanas e nas subculturas noturnas pela sociedade pós-moderna. No terceiro momento, a associação entre juventude e lazer entra em uma espécie de “divórcio”. A juventude já não é uma fase de transição em que o tempo livre desempenha o papel de “rito de passagem”. Torna-se um “espaço intransitivo” em que o tempo livre é a base dos “ritos de impasse” a uma idade adulta juvenilizada.

O que acontece quando o lazer do adolescente deixa de ser exercido em espaços públicos ou comerciais sem a presença de um adulto, e passa a ser vivido no espaço privado compartilhado com os pais e demais familiares? Como se transformam o consumo, a resistência e a distinção que o caracterizam? Por um lado, consolida-se a tendência para o entretenimento online, videogames, *cyberparties* ou espetáculos televisivos, como acontece com os es-

9 Um exemplo de experiências de inovação pedagógica pode ser o uso didático do cinema, como se mostra no livro “Juventud y cine” (Ventura, 2019).

portes de massa. Por outro lado, reaparece o gosto pela diversão offline de toda a vida: noites compartilhadas, o prazer de contar e ouvir histórias, jogos de tabuleiro, etc. Durante a última década, houve a progressiva expulsão de adolescentes do espaço público, devido à transferência de boates e complexos de lazer para periferias urbanas, aumento dos preços, políticas que limitam o consumo de bebidas alcoólicas, etc.¹⁰ Algumas experiências, como as *lonjas juveniles*¹¹ no País Basco, mostram que os adolescentes sabem organizar, de forma autogestionária, espaços de encontro em pequenos grupos que fogem das massas. O confinamento pode permitir que se recupere o gosto por um tempo livre menos consumista, mais tranquilo, relaxado e cooperativo.

Navegar confinad@s

Os dez anos transcorridos desde a primeira versão deste texto (Feixa, 2011b) originaram maiores mudanças neste espaço da vida adolescente que em qualquer outro. Como sugerido no fio do Twitter que originou esse livro, os adolescentes são teoricamente a faixa etária mais bem preparada para enfrentar o confinamento, uma vez que nutriram a cultura digital desde cedo e não estabeleceram divisões entre a vida online e offline. Além disso, o confinamento permite que se relacionem com os pais de forma mais horizontal, já que eles hoje atuam como seus professores, ajudando-os a aproveitar melhor o uso de aplicativos, tablets e recursos transmídia. Por um lado, o confinamento permite que um e o outro aprendam juntos uma linguagem

10 Ver, a respeito, as experiências alternativas de ócio juvenil noturno expostas por Ruiz Aja no livro “Noche y jóvenes” (2017).

11 Nota do tradutor: Lonjas juveniles são espaços alugados e geridos coletivamente por jovens de diversas cidades do País Basco para passar seu tempo livre e de ócio. Surgiram como resposta à reconfiguração dos comércios locais a partir da consolidação dos grandes centros comerciais nos anos 1990 e ganharam força com a crise econômica do final da década de 2000 e o consequente encarecimento dos preços. Estes espaços servem também para sua socialização e busca de identidades individuais e coletivas.

digital compartilhada (alfabetiza os adultos e torna os adolescentes mais críticos em relação aos usos e abusos da Internet). Por outro lado, reforça as lacunas virtuais de geração: enquanto os adolescentes ainda estão conectados às interfaces visuais do Instagram (que atualmente aparece como uma alternativa aos encontros face a face com seu *peer-group*), os adultos estão presos na teia de memes textuais do WhatsApp ou na rigidez do teletrabalho. O confinamento pode ser uma oportunidade para criar códigos de comunicação e normas de uso compartilhado no ciberespaço, que estimulem o diálogo intergeracional, como sugere Margaret Mead na citação inicial do prólogo, sem cancelar os espaços e as linguagens de cada faixa etária, necessários para que o seu processo de libertação – a sua forma de aprender a voar – não seja interrompido¹².

Epílogo: Adolescentes (des)confinad@s

Enquanto durante os quase três meses de confinamento os adolescentes não causaram problemas e, portanto, ficaram invisíveis e esquecidos, na fase de desconfinamento algumas tensões começaram a surgir, e finalmente foram apontados como os principais culpados e como bode expiatório dos rebrotos que se seguiram. Desde o início, a primeira decisão das autoridades espanholas foi manter o exame de seletividade estadual (a prova de acesso à universidade), apesar do risco de ter milhares de adolescentes trancados por uma semana em salas de aula insuficientemente ventiladas (a maioria dos países europeus, incluindo Alemanha e França, suspendeu o exame). O primeiro grande rebrote ocorreu na minha cidade, Lleida, e foi atribuído à chegada massiva de outros tipos de jovens: imigrantes africanos e de outras origens que, como todos os anos, vinham trabalhar na

12 Ver as proféticas reflexões de Jesús Martín-Barbero em seu livro “Jóvenes, entre el palimpsesto y el hipertexto” (2017), e as de Rossana Reguillo em seu livro “Paisajes insurrectos. Jóvenes, redes y revueltas en el otoño civilizatorio” (2017).

colheita de frutos, e cuja convivência em moradias precárias foi identificada como a causa dos primeiros surtos (atividades do agronegócio em locais refrigerados e fechados aparentemente não eram tão importantes).

Os seguintes surtos pontuais, em diferentes partes da península, foram atribuídos sobretudo à vida noturna dos jovens (como se o dia dos adultos fosse menos importante), especialmente aos chamados *Botellones* (festas clandestinas em espaços públicos marginais que consistem na ingestão de grandes quantidades de bebidas alcoólicas de baixo custo): embora as evidências fossem escassas, as imagens de algumas destas festas veiculadas nas redes sociais viralizaram e foram amplamente utilizadas pela mídia e por algumas autoridades políticas e serviços sanitários para culpar os jovens e acusá-los de serem egoístas e irresponsáveis. A decisão de encerrar a vida noturna e após a implementação de um toque de recolher seletivo foi justificada por esses argumentos e provocou protestos furiosos de setores minoritários da juventude, entre os quais se misturou a extrema direita negacionista, trabalhadores de estabelecimentos de ócio noturno, trabalhadores precários de plataformas de entrega a domicílio, pessoas sem-teto ou pessoas com moradias precárias e jovens rebeldes sem causa. Em contrapartida, também houve grupos de jovens que se organizaram para limpar praças, distribuir máscaras ou ajudar os idosos¹³.

Para além desses discursos juvenóforos, os e as adolescentes se adaptaram ao novo cenário com dificuldades, às vezes com des-

13 Ver, a respeito, as reações suscitadas por algumas entrevistas ao autor deste texto nos meios de comunicação: Zafra, I. (2020-10-23). "Con los jóvenes no funcionan las broncas, sino hacerles ver que los perjudicados serán sus abuelos". *El País*. Disponível em: <https://elpais.com/educacion/2020-10-21/carles-feixa-antropologo-con-los-jovenes-no-funcionan-las-broncas-sino-hacerles-ver-que-los-perjudicados-seran-sus-abuelos.html>. Sen, C. (2020-11-01). "Hay un exceso de moral higienista en el control de los jóvenes". *La Vanguardia*. Disponível em: <https://www.lavanguardia.com/vivo/lifestyle/20201101/4958383007/jovenes-restricciones-covid-carles-feixa.html>.

conforto, mas também com criatividade. Durante as férias de verão, eles se desvencilharam do distanciamento social buscando a proximidade de suas relações de amizade, passando do online para o offline com facilidade, em um espaço progressivamente híbrido, que alguns começam a chamar de *onlife*. Quando o curso foi reiniciado, em setembro, eles eram os mais ativos na educação virtual, embora ainda precisassem do contato humano. Aqueles que trabalhavam perderam muitos empregos ou viram sua precarização laboral se intensificar. Em termos de digitalização, continuaram a ser pioneiros, ajudando os mais velhos a se adaptarem, mas, ao mesmo tempo, a exclusão digital tornou-se mais visível, ampliando as desigualdades preexistentes.

Enquanto termino de escrever este Epílogo (5 de novembro de 2020), estamos semiconfinados: há toque de recolher noturno, a educação é a distância e a diversão é muito restrita. Os adolescentes estão cansados e preocupados com o futuro imediato, que é muito inseguro, mas sobretudo com o futuro mediato, porque temem que a sociedade os esqueça e que sejam as principais vítimas da crise que se anuncia, que se somará às sequelas da crise anterior. Mas estou otimista; podemos transformar a necessidade em virtude e transformar o problema do coronavírus em uma oportunidade de transformar as relações entre gerações, promovendo um novo contrato intergeracional que represente um avanço em direção a uma maior equidade e também um estímulo à inovação econômica, social e cultural, em que os jovens têm muito a contribuir.

Coda: se voltarmos à profecia de Corsín, podemos concordar que quatro de suas previsões parecem ter se cumprido (redução de emissões, defesa dos bens públicos – saúde, ciência –, teletrabalho e 3-4 dias de trabalho semanais, fim da turistificação); uma foi parcialmente cumprida (fim das macroconferências acadêmicas – só as presenciais, mas proliferaram as a distância); e duas outras não estão em vias de se concretizar (fim do futebol e fim da hegemonia dos mercados financeiros). O coronavírus,

sem dúvida, abre o século 21, resta saber se será como uma tragédia, como uma comédia ou como uma tragicomédia.

Referências

Bernardi, B. **Age class systems**. Londres: Cambridge University Press, 1985.

Feixa, C. La habitación de los adolescentes. Papeles del CEIC, Bilbao, 16. [trad. port. (2006). O quarto dos adolescentes na era digital. In M. Regina da Costa & E. Murilho Silva (Orgs.), **Sociabilidade Juvenil & Cultura Urbana**. São Paulo: EDUC, 2005, p. 79-110.

Feixa, C. Escuela y cultura juvenil: ¿matrimonio mal avenido o pareja de hecho? **Revista Educación y Ciudad**, Bogotá, 18, 2010, p. 5-18.

Feixa, C. Leisure. In S. Talburt & N. Lesko (Eds.). **Youth Studies: Keywords and Movements**, London & New York: Routledge, 2011.

Feixa, C. ¿Hackers o hikikomoris? **Virtualis**, México, 1(3), 2011b, p. 5-17.

Feixa, C. Past and present of adolescence in society. The 'teen brain' debate in perspective. **Neuroscience and Biobehavioral Reviews**, 35(8), 2011, p. 1634-1643. <http://dx.doi.org/10.1016/j.neubiorev.2011.02.013>.

Feixa, C. **De la Generación@ a la #Generación. La juventud en la era digital**. Barcelona: NED, 2016.

Feixa, C., & Andrade, C. **El Rey. Diario de un Latin King**. Barcelona: NED, 2020.

Feixa, C., Méndez, A., & Feixa, C. **Adolescentes confinad@s**. Barcelona: NED, 2020.

Foucault, M. **Vigilar y castigar**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1975.

Hall, S. G. **Adolescence: Its Psychology and its relations to Psysiology, Sociology, Sex, Crime, Religion and Education**. New York: Appleton Century Crofts, 1915 [1904].

La Fontaine, J. S. **Iniciación. Drama ritual y conocimiento secreto**. Barcelona: Lerna, 1987.

Martín-Barbero, J. Jóvenes. **Entre el palimpsesto y el hipertexto**. Barcelona: NED, 2017.

Mead, M. **Adolescencia, sexo y cultura en Samoa**. Barcelona: Planeta. [Coming of Age in Samoa. New York: Morrow.], 1928 [1985].

Mead, M. **Cultura y compromiso. El mensaje a la nueva generación.** Barcelona: Granica. [Culture and Commitment. A Study of the Generation Gap. New York: Natural History Press], 1970 [1977].

Monod, J. Los barjots. **Ensayo de etnología de bandas de jóvenes.** Barcelona: Ariel. [Les barjots. Paris: Juillard], 1968 [2002].

Pais, J.M. **Jóvenes y creatividad. Entre futuros sombríos y tiempos de conquista.** Barcelona: NED, 2020.

Reguillo, R. **Paisajes insurrectos. Jóvenes, redes y revueltas en el otoño civilizatorio.** Barcelona: NED, 2018.

Rosa, H. **Remedio a la aceleración. Ensayos sobre la resonancia.** Barcelona: NED, 2019.

Ruiz Aja, L. **Noche y jóvenes. Manual para intervenir en el ocio juvenil.** Barcelona: NED. 2017.

Thrasher, F. M. **The Gang: a study of 1313 gangs in Chicago.** Chicago: University of Chicago Press. [En prensa: The Gang/La Banda. Un estudio sobre 1213 bandas en Chicago. Barcelona: NED], 1926.

Turnbull, C. **Los pigmeos, el pueblo de la Selva.** Barcelona: Javier Vergara, 1960 [1984].

Turner, V. **El proceso ritual.** Madrid: Taurus, 1985.

Ubieto, J.R. Adolescentes confinados (y no es un reality show), **Ecoaula.es**, 2020. Disponible em: <<https://www.economista.es/ecoaula/noticias/10439536/03/20/Adolescentes-confinados-y-no-es-un-reality-show.html>>.

Ubieto, J.R. (Coord). **Del padre al ipad.** Barcelona: NED, 2019.

Van Gennep, A. **Los ritos de paso.** Madrid: Taurus, 1909 [1986].

Ventura, A. **Jóvenes y cine.** Barcelona: NED, 2019.

Recebido em 09/11/2020

Aprovado em 29/11/2020

Pandemia x pandemônio: o cotidiano da periferia no noticiário

*Ada Cristina Machado Silveira**

*Camila Hartmann***

*Bruno Kegler****

Resumo

Assume-se no artigo que a cobertura do cotidiano da periferia brasileira poderá ganhar uma dimensão ainda não explorada com o surgimento da pandemia de Covid-19. Enfrentada concomitantemente à polarização política brasileira, a emergência sanitária permitiu à oposição cunhar a noção de pandemônio como denominação aplicável a divergências na política pública de combate à pandemia. A materialização da periferia metropolitana, tratada como o lugar simbólico dos mais pobres, se articula às condições narrativas e discursivas instauradas pela ordem da noticiabilidade, responsável por expressar as condições de trato dos acontecimentos. A análise empírica de matérias jornalísticas veiculadas on-line que exploram o (não) enfrentamento da pandemia na periferia brasileira junto ao estudo de postagens em plataformas de mídia social expõem resultados que decalcam o imaginário de caos aplicável à noticiabilidade da periferia metropolitana em capas de revistas do período 1994-2014 para a situação atual.

Palavras-chave: Periferia. Noticiabilidade. Pandemônio. Pandemia. Covid-19.

* Professora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (POSCOM/UFSM). E-mail: ada.silveira@ufsm.br

** Graduada em jornalismo, mestra e doutoranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação, da UFSM. E-mail: camilahartmann6@gmail.com

*** Graduado em Publicidade e Propaganda e mestrado em Comunicação pela UFSM, doutor em Comunicação pela UFRGS. Realiza estágio pós-doutoral na UFSM. E-mail: brunokegler@gmail.com

Pandemic vs. pandemonium: the daily life of the periphery in the news

Abstract

It is assumed in the article that the daily coverage of the Brazilian periphery may gain a dimension that has not yet been explored with the emergence of the Covid-19 pandemic. Faced with the Brazilian political polarization, the health emergency allowed the opposition to coin the notion of pandemonium as a term applicable to differences in public policy to combat the pandemic. The materialization of the metropolitan periphery, treated as the symbolic place of the poorest, is linked to the narrative and discursive conditions established by the order of news, responsible for expressing the conditions for dealing with events. The empirical analysis of journalistic articles published online that explore the (non) confrontation of the pandemic in the Brazilian periphery together with the study of posts on social media platforms exposes results that decaluate the imaginary of chaos applicable to the news of the metropolitan periphery in magazine covers from 1994-2014 period for the current situation.

Keywords: Periphery. News. Pandemonium. Pandemic. Covid-19.

Pandemia vs. pandemonio: la vida cotidiana de la periferia en el noticiero

Resumen

Se supone que la cobertura de la vida cotidiana en la periferia brasileña puede adquirir una dimensión que aún no ha sido explorada con el surgimiento de la pandemia Covid-19. Enfrentada concomitantemente a la polarización política brasileña, la emergencia sanitaria permitió a la oposición acuñar la noción de pandemonio como término aplicable a las diferencias en la política pública para combatir la pandemia. La materialización de la periferia metropolitana, tratada como el lugar simbólico de los más pobres, está ligada a las condiciones narrativas y discursivas establecidas por el orden de las noticias, encargadas de

expresar las condiciones de afrontamiento de los hechos. El análisis empírico de artículos periodísticos publicados online que exploran el (no) enfrentamiento de la pandemia en la periferia brasileña junto con el estudio de publicaciones en plataformas de redes sociales expone resultados que descalifican el imaginario de caos aplicable a las noticias de la periferia metropolitana en portadas de revistas del período de 1994 a 2014 para la situación actual.

Palabras clave: Periferia. Noticias. Pandemonio. Pandemia .Covid-19.

Introdução

O presente texto assume que a cobertura do cotidiano da periferia brasileira poderá ganhar uma dimensão ainda não explorada com a emergência sanitária de 2020.

Até o dia 4 de julho de 2020 o novo coronavírus havia feito 523.011 vítimas no mundo. Os casos batiam a marca de quase 11 milhões. No Brasil, o total de casos confirmados chegou a 1.496.858; as mortes já se aproximam de 62 mil (World Health Organization, 2020). A parcela populacional mais vulnerável do Brasil é a que mais tem sofrido com a pandemia. Embora seja considerado democrático no contágio, dada sua fluidez e, especialmente, nossa ignorância no tema, o novo coronavírus não o é na produção de mortes. Dificuldades no acesso a serviços de saúde, o abastecimento de água intermitente, a falta de saneamento básico e as moradias aglomeradas são alguns dos fatores que tornam os grupos periféricos mais suscetíveis ao contágio. As medidas preventivas recomendadas para conter a pandemia, como praticar o distanciamento social, lavar as mãos frequentemente e usar álcool gel, são em sua maioria dificultosas, quando não impraticáveis, para muitos moradores de bairros periféricos.

As condições estruturais da desigualdade no Brasil manifestam-se em números expressivos. Um estudo realizado em São Paulo mostrava em junho de 2020 que por volta de 16% da

população residente em regiões mais pobres da cidade já havia contraído o vírus; a porcentagem representava mais que o dobro do observado nos bairros mais ricos, onde cerca de 6,5% das pessoas teria sido infectada (Menon, 2020). A edição do Mapa Social do Coronavírus, levantamento feito pelo Observatório de Favelas, evidenciava que a estabilização e declínio na curva de contágio, observados em algumas áreas mais nobres do Rio de Janeiro (RJ), não estavam acontecendo na periferia. Os bairros aquinhoados de Botafogo e Barra da Tijuca apresentavam no dia 1º de junho taxas de letalidade da Covid-19 girando próximas de 7%; os números chegaram a 41,6% nos bairros periféricos da Maré, Cidade de Deus e Rocinha (Souto, 2020). Já em Salvador (BA) o número de casos cresceu 1.200% na periferia: em 22 de maio havia 458 infectados registrados nos dez maiores bairros da periferia da cidade; em 1º de julho este número saltou para 5.949 (Pitombo, 2020). A situação se repetia no Distrito Federal: no primeiro boletim epidemiológico da Secretaria de Saúde que apontou o recorte da infecção por região, em 26 de março, o Plano Piloto constava da maior parte de casos, com 50 moradores diagnosticados com o vírus; um morador de Ceilândia, cidade-satélite de Brasília, teve resultado positivo. Ceilândia alcançaria em julho de 2020 o maior número de infectados, quase duas vezes maior que o do Plano Piloto de Brasília (DF) (Rios, 2020).

Admite-se também a polarização política vigente no Brasil detectada especialmente pelas eleições presidenciais de 2018 e que permitiu que a oposição cunhasse a noção de pandemônio como denominação aplicável às divergências na política pública de combate à pandemia, manifestas através da incompatibilidade da conduta governamental, personificada especialmente pelo Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, diante do momento caótico de restrições e proliferação de crises em nível mundial. O ex-ministro da Saúde de Dilma Rousseff (2011-2014) e Deputado Federal Alexandre Padilha (PT-SP) aciona o termo ao declarar: “É a maior tragédia humana que o Brasil já viu, e o

Brasil vive a pandemia e o pandemônio, que é o Presidente Jair Bolsonaro” (UOL, 2020, On-line).

A realidade da pandemia tem forçado a inauguração de formas diversas de sociabilidade, trabalho, acesso à cultura e ao lazer. A cidade polifônica aludida por Massimo Canevacci parece estar mais manifesta do que nunca. A relação de mútua afetação da cidade e de seus espectadores, o “[...] coro que canta com uma multiplicidade de vozes autônomas que se cruzam, relacionam-se, sobrepõem-se umas às outras, isolam-se ou se contrastam [...]” (Canevacci, 2004, p. 17), já não se manifesta apenas no espaço urbano; transcende a realidade material, emanando também da virtualidade – o que se potencializa num contexto em que a orientação é manter o distanciamento social. As plataformas de mídia social apresentam-se, assim, como protagonistas do debate público, potencialmente polarizado e midiaticizado.

O artigo está estruturado pelo estudo da noticiabilidade, realizado pelo grupo de pesquisa Comunicação, identidades e fronteiras, articulado à análise empírica de matérias jornalísticas veiculadas on-line que exploram o (não) enfrentamento ao novo coronavírus na periferia brasileira e postagens em plataformas de mídia social que põem de manifesto a construção do pandemônio. A problemática está assim sumarizada: como se materializa a construção do pandemônio a partir da noticiabilidade estabelecida em torno da pandemia na periferia? A abordagem do noticiário é tensionada com a visibilidade positivada que foi conferida aos grupos periféricos quando do aumento de seu poder de compra (Hartmann, 2019). O objetivo aqui posto, por conseguinte, é o de compreender como se decalca o imaginário de caos aplicável à noticiabilidade da periferia metropolitana em capas de revistas do período de 1994 a 2014 para a situação atual, permitindo a alusão ao pandemônio. Antes disso, aprofunda-se a ordem da noticiabilidade e suas consequências na cobertura noticiosa.

Periferia e noticiabilidade

Para estudar a cobertura noticiosa considera-se a noção de noticiabilidade, a qual “[...] resulta da compreensão de uma ordem noticiosa que reproduz a percepção de uma dada ordem social” (Hartmann; Silveira, 2018, p. 202). A ordem da noticiabilidade “[...] expressa as condições de trato dos acontecimentos; ela é fruto da convivência social, de crenças religiosas e laicas, do exercício do poder e do exercício da resistência” (Hartmann; Silveira, 2018, p. 202). Comparecem, assim, condições para a construção de situações de comunicação que definem elementos do jornalismo corporativo com os compromissos sociais da cobertura noticiosa.

Dá ser importante reconhecer o lugar específico que a periferia passou a deter com a ascensão da “nova classe média” (Neri, 2010; Souza, J., 2010; Brasil, 2012; 2014; Alvarenga, 2014) e seu atual deterioro. O momento histórico de tal ascensão é por muitos marcado pela estabilização econômica proporcionada pelo Plano Real e, posteriormente, por políticas implementadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores, interrompidas com a deposição de Dilma Rousseff em 2016. O período de 1994 a 2014 marca, portanto, duas décadas de consolidação do que a cobertura noticiosa denominou de “país da periferia”, tergiver-sando entre ambivalência e liminaridade das condições da população periférica (Silveira; Schwartz; Guimarães, 2016).

Entende-se que, após a interrupção das políticas públicas destinadas aos menos favorecidos economicamente e com a expansão da pandemia causada pela Covid-19, a cobertura noticiosa do cotidiano brasileiro vê-se profundamente alterada nos valores que a norteavam.

O anseio de atuação político-normativa do Jornalismo na reorganização das relações sociais materializa-se na ordem da noticiabilidade estabelecida. Analogamente à ordem do discurso,

nos termos foucaultianos (Foucault, 1996), a noticiabilidade também é própria de um período específico, possui uma função reguladora, normativa, e põe em funcionamento procedimentos de organização do real. Deste modo, o jornalismo “[...] assume, ainda que parcialmente, o papel legislativo de discriminar para a sociedade e o papel judiciário de emitir juízos, através de sua ação ordenadora a partir de um discurso situado [...]” (Silveira, 2016, p. 39).

A eficácia social dos relatos jornalísticos mostra-se na medida em que são instituídos como um repositório de saber coletivo sobre a realidade. Elaborando e fazendo circular representações e reflexões identitárias, promovendo distintas discursividades sobre os indivíduos e correntemente jogando com estereótipos, depreende-se que o jornalismo mobiliza uma atualização das identidades social e discursiva (Charaudeau, 2006).

Antonio Fausto Neto concebe o jornalismo como um território estratégico em que não só é possível vitrinizar a realidade, mas de onde se torna possível seu engendramento. O discurso jornalístico, posto numa tal condição, constitui-se em uma voz que não faz, simplesmente, “[...] o *reclame das coisas*, mas uma voz que se impõe às coisas e que a anuncia seus próprios semantizadores” (Fausto Neto, 1994, p. 160, grifo do autor). Responde, assim, à construção de uma verdade que, longe de ser neutra, é obrigatoriamente invadida pelas marcas dos enunciadores deixadas nos discursos (Fausto Neto, 1993, p. 4).

Retomando a Foucault, convém ressaltar que as produções de verdades não podem ser dissociadas dos mecanismos de poder. O poder induz as produções de verdades que, por sua vez, possuem efeitos de poder. E cada sociedade possui uma “política geral” de verdade que inclui os tipos de discurso acolhidos e que funcionam como verdadeiros, as instâncias e os mecanismos que distinguem os enunciados verdadeiros dos falsos, os procedimentos estimados para a obtenção da verdade e, outrossim,

o estatuto de quem determina o que funciona como verdadeiro (Foucault, 1979, p. 12).

Haveria, ademais, “[...] regras de uma ‘polícia’ discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos” (Foucault, 1996, p. 35). Tal polícia ata o jornalismo a um imaginário burocratizado de violência e criminalidade que instiga medo e segrega a sociedade. A cobertura noticiosa de zonas periféricas (metropolitanas e fronteiriças) evidencia uma contradição, assim sintetizada a partir de diversas análises empíricas de revistas semanais e jornais brasileiros:

As condições permeáveis das fronteiras internacionais brasileiras, a amplitude de seus 16 mil quilômetros, a existência de comunidades transfronteiriças e o caráter marcadamente pacífico dessa convivência contrastam com o noticiário marcado por cenas de violência e crimes de descaminho, de um lado, e caos e ausência de Estado, de outro, ou seja, problemas de segurança pública e problemas de segurança nacional (Silveira, 2016, p. 28).

Essa abordagem cristaliza o imaginário de pandemônio. Não se poderia antecipar, ao estudar a cobertura noticiosa dos últimos quase 30 anos, que um real pandemônio se apresentaria como o governo Bolsonaro na pandemia. Parece figurar-se aí uma justaposição de imaginários a partir da partícula grega “pan”.

Pandemia, pandemônio, pânico

Originado do prefixo grego *pan*, adicionado a *daimon* (demônio), o termo pandemônio popularizou-se através do inglês *pandemonium*, habitação dos diabos todos. *Pandemonium* também denomina a capital imaginária de um mundo infernal, lugar de ruídos, reunião tumultuosa, reunião de indivíduos que promovem desordens e fazem mal aos outros, tumulto, desordem, babel, balbúrdia,

conluio de pessoas para armar desordens. *Pandemonium* pode designar tanto o lugar imaginário onde se realizam assembleias dos demônios, ou ser referência à gritaria e confusão.

Já pandemia refere-se à doença que ataca ao mesmo tempo a um grande número de pessoas, na mesma região ou em distintas regiões. Na situação atual, a pandemia decorre da contaminação pelo vírus SARS-Cov-2.

Na mitologia grega, o deus pastor Pan, habitante da Arcádia, era portador de um corpo peludo, com pernas e cornos de cabra. A devoção dos pastores a Pan decorreu de sua proteção na batalha de Maratona, decidida contra os persas¹. Pânico, Pandora, panteira, pandemia e pandemônio são palavras que retêm em seu radical a natureza envolvente de Pan, como força poderosa que agrega imagens também no jornalismo por força de uso da linguagem.

Habitualmente, a periferia metropolitana é tratada como o lugar simbólico dos mais pobres; uma narrativa que assim se manifestava em um passado imediato: “ela particulariza no ambiente de favela os valores estabelecidos para certos espaços urbanos marcados pela segregação e pobreza, havendo ganhado no discurso jornalístico um lócus privilegiado e visível” (Silveira et al., 2016, p. 109). Materializando a distância da periferia para com o cotidiano da prática profissional jornalística, a arraigada tendência da cultura política brasileira de desprezo ao periférico

1 Conforme um dicionário de simbologia, a atribuição do significado do nome do deus pastor Pan a “tudo” em grego, e, por extensão, em muitos outros idiomas dele originados em figura de natureza abrangente, provém da devoção dos pastores. A mitologia registra que os pastores acreditavam que Pan amava tanto sua soveca no calor do dia que ninguém se atreveria a interrompê-la, pois um furioso Pan poderia aparecer e, de repente, sua aparição encheria o agressor de um terror paralisante. Diz-se que esse teria sido o destino dos persas na batalha de Maratona, daí decorrendo o templo erguido em honra de Pan, na Acrópole, como expressão da sua gratidão. A flauta Pan que ele tocava também é chamada de sirene – assim chamada a ninfa Syrinx que iludiu seus avanços amorosos ao se transformar em uma cama de junco. A fim de ouvir sua preciosa voz, Pan formou a flauta a partir dos simples talos desses juncos (Biedermann, 1992, p. 252-3).

seria assim discursivamente reproduzida no noticiário (Silveira, 2016, p. 33-4).

A periferia metropolitana como espaço social possui designações distintas. Sua identidade social conta com diversas denominações – classe C, nova classe média, grupos periféricos – as quais registram a variedade de abordagens que as estudam. Por força da hegemonia midiática do Sudeste brasileiro, o noticiário de referência as designa por favelas ou comunidades, denominações que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) definiria como aglomerados subnormais e que passaram a comparecer ao noticiário habilitando novas pautas para coberturas jornalísticas antes desestimadas pelos conflitos de classe e visão elitista dos problemas sociais, atentos ao lucro fácil de apelo comercial.

As definições que comumente se atribuem à periferia, na esteira do apontado por Guaciara B. de Freitas (2008, p. 2), a caracterizam desde uma perspectiva relacional, um espaço contraposto a outro (tomado como centro). Daí atestar-se que no senso comum, cujo discurso reverbera e se conforma também no campo midiático, a periferia constitui-se no conjunto de espaços pobres vistos como excluídos em sua relação com o espaço urbano, “[...] o depósito daquilo que o centro não quis” (Souza, G., 2012, p. 118).

A segregação estaria relacionada a um processo histórico de demarcação territorial do qual teriam se originado os agrupamentos periféricos. Consoante sumariza Ingrid Lisboa (2007, p. 45), ao longo do decurso de urbanização e industrialização das cidades, ao valorizar determinados territórios, o mercado imobiliário favoreceu a criação de nichos descentralizados, periféricos, que foram sendo ocupados por migrantes. Como bem lembram Denise Paim e colaboradores (2015, On-line), para mais da desigualdade manifesta no espaço urbano, a disparidade releva-se também no plano simbólico, compreendendo a distância “ [...]

do acesso à informação, da vida cívica, dos recursos políticos, sociais, econômicos, e dos padrões idealizados pelos modos de ser chancelados pelos movimentos culturais majoritários”.

A prática continuada de tal jornalismo seria corresponsável pela polarização da sociedade. Da perspectiva da análise da situação de comunicação ele teria desestimado o autorreconhecimento de comunidades periféricas na cobertura noticiosa. De outra parte, também os conteúdos científicos foram negligenciados, evidenciando o preconceito com a cultura letrada e sua incapacidade de atentar à complexidade que sua compreensão requer. A hipótese da impossibilidade de sustentação da polifasia cognitiva, a qual seria capaz de amparar a coexistência de diferentes tipos de racionalidade (Viana; Morigi, 2018). A derrota da polifasia cognitiva seria um dos pilares do ambiente de polarização política e do franco consumo de notícias falsas. A crise noticiosa fortaleceu o discurso de ódio, tomado como valor de base nas disputas narrativas da atualidade vigente nas mídias sociais.

Convém comentar que a conceituação que aponta a periferia para além do agrupamento de locais geograficamente excluídos nas cidades alude para a metáfora de Jürgen Habermas (1997) acerca do confronto da estrutura de poder dos grupos que controlam o aparelho do Estado e as grandes corporações do mercado, obstaculizando com barreiras o ingresso de temas e reivindicações da periferia, que seria constituída por todos os indivíduos posicionados de forma contrafactual à ideologia dominante das elites. Ademais do conjunto de habitantes da periferia geográfica e/ou de classe, nesta perspectiva, a periferia compreenderia um grupo formado por integrantes de movimentos sociais, artistas, estudantes, professores, intelectuais, profissionais radicais e todos aqueles que se portam contracorrentemente ao centro de poder (Habermas, 1997, p. 115).

A cobertura noticiosa da periferia brasileira

Em conformidade ao já delineado, o padrão de noticiabilidade em acordo à perspectiva dominante, vigente quase univocamente em um passado imediato, conferia aos acontecimentos ocorridos nos espaços periféricos um enquadramento distanciado. A abordagem da periferia no jornalismo, assim sendo, estava relacionada à falta de condições básicas de saneamento, desordem, pobreza e violência; um local marcado pela proliferação do crime organizado em torno do tráfico armamentício e de drogas, ademais de outras contravenções legais (Silveira, 2009).

Ainda no escopo dos estudos realizados no grupo de Pesquisa Comunicação, identidades e fronteiras, assevera-se que a cobertura jornalística nacional sobre a periferia se caracterizava por enquadrar os acontecimentos como alarmes de incêndio ou dispositivos panópticos, com o propósito de alertar continuamente a comunidade nacional para os perigos destas áreas. Além disso, as pesquisas apontam a prevalência de uma condição ambivalente no noticiário sobre a periferia, na medida em que, ao alertar a população sobre os perigos das regiões periféricas, os veículos o faziam sob o prisma das autoridades estatais e policiais, ignorando as manifestações oriundas do grupo social marginalizado (Silveira, 2009; 2016; Silveira et al., 2016; Silveira; Guimarães, 2016; Silveira; Schwartz; Guimarães, 2016).

A análise da cobertura em revistas semanais de circulação nacional permitiu constatar a característica da mesmidade na representação da identidade social da periferia, caracterizando um imaginário congelado no tempo (Silveira, 2016, p. 26). Neste sentido, por muitos anos, percebeu-se a propagação do mesmo tratamento para distintas favelas, vilas ou comunidades, enquadrando-as como um local alternativo que pode ser semelhante a outros e, ainda assim, segregado do restante da sociedade. Os marcadores para narrar a periferia, como apontam Paim e colaboradores (2012, p. 30), por longo tempo, demarcavam-na ape-

nas como “[...] um lugar de exclusão, dominado pelas carências, violências, pelo tráfico de drogas, criminalidade e pobreza”.

A abordagem cristalizada no noticiário começa a se modificar na virada do século XX para o XXI, quando ocorreu a ressignificação simbólica da periferia, fenômeno atribuído ao controle da inflação e à retomada do crescimento econômico no País. Desde então, a cobertura não se pauta apenas na falta de recursos que recairia sobre o grupo. A construção midiática de uma outra face das classes populares, focada em seu potencial de consumo devido ao incremento de renda, tornou-se fator determinante para o reconhecimento da visibilidade e o status de maior “respeitabilidade midiática” de suas iniciativas culturais (Paim et al., 2012, p. 42).

A periferia passa a ser mostrada também a partir do cotidiano de seus moradores e a cobertura jornalística vai atuar no sentido de apontar aspectos positivados acerca de seus modos de vida. O processo de midiática da periferia põe de manifesto, então, uma “[...] nova possibilidade de ver e pensar esse lugar”, consolidando o que Paim e colaboradores (2012, p. 30) concebem como um novo *ethos* de periferia, uma nova maneira de referir e representar os acontecimentos aí imbricados, caracterizada pela minimização da violência, exclusão e preconceito. Os espaços periféricos vieram a se tornar, desta forma, objeto de nova visibilidade: “a busca por novos produtos midiáticos levou os olhares dos produtores de televisão, rádio e jornais a fixarem a atenção nas criações que estavam acontecendo longe dos centros urbanos” (Paim et al., 2015, On-line).

Depreende-se, assim, que o fenômeno de emergência de um novo grupo social no Brasil proporcionou uma guinada no tema da visibilidade dos habitantes de espaços periféricos. Sua identidade social passou a ser exibida em relação ao que, ao final do segundo governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi reconhecido como a ascensão da “nova classe média” (Neri, 2010; Souza, J., 2010; Brasil, 2012; 2014; Alvarenga, 2014).

Em que pese as dificuldades dos institutos de pesquisa no que se refere a estabelecer características demarcatórias do fenômeno referido de ampliação de renda da camada média da população brasileira, considera-se que ele foi impulsionado pela política econômica adotada nos idos de 1990 e que concedia maior acesso aos parcelamentos e ao crédito. A nova classe social que viria a emergir constitui-se de uma população pobre e de pouca expectativa no futuro que, com a melhor distribuição de renda, o aumento do salário mínimo e as medidas governamentais de redução da pobreza, atingiu um patamar superior de consumo, tornando-se foco de diversas empresas que buscaram adequar-se para atender a uma emergente parcela de consumidores.

Em 2014, a pesquisa Faces da classe média apontava a classe emergente, a nova classe C ou nova classe média – que, por definição, comporta famílias com renda mensal *per capita* entre R\$ 320 e R\$ 1.120 –, como a mais numerosa do Brasil, correspondente a 54% da população total. O estudo posiciona a classe média brasileira no G20 do consumo mundial: se fosse um país, ela seria o 12º em população e o 18º em consumo (Alvarenga, 2014). Justamente este foi noticiado como o referido anteriormente “país da periferia”.

Um relatório divulgado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência atesta que uma combinação de crescimento com equidade resultou no ingresso de 44,7 milhões de brasileiros na nova classe média de 2003 a 2013 (Brasil, 2014, p. 7). Esse novo segmento seria formado por um “[...] grupo reconhecidamente heterogêneo que resultou das múltiplas mudanças sociais ocorridas recentemente no país [...]” (Brasil, 2012, p. 11).

Conforme assinala Marcelo Neri (2010, p. 86), a nova classe média brasileira teria se tornado dominante em termos populacionais e política e economicamente: “[...] não só inclui o eleitor mediano, aquele que decide o segundo turno de uma eleição, mas ela poderia sozinha decidir um pleito majoritário. A classe

C é também dominante do ponto de vista econômico, pois concentra mais 46,2% do poder de compra dos brasileiros em 2009 [...]”. A relevância do grupo é sinalada por Jessé Souza (2010) em pesquisa empírica. Os resultados levam-no a designar o fenômeno como a discussão política, econômica e social mais significativa dos derradeiros anos, o que justificaria o grande interesse que o grupo vem despertando.

Configurou-se, dessa maneira, um cenário que alterou as representações midiáticas das camadas mais empobrecidas da população em suas relações com o consumo. Despontou para as empresas de mídia a possibilidade de desfrutar de novos benefícios econômicos advindos da expansão de seu universo de leitores para os grupos periféricos, outrora estigmatizados pela noticiabilidade modélica.

A análise de um *corpus* de capas de revistas semanais de circulação nacional (Veja, Carta Capital, Época e IstoÉ) detida no período entre 1994 e 2014 permitiu constatar uma mudança na noticiabilidade praticada pelos enunciadores das revistas que, frente ao contexto de mudanças socioeconômicas em voga, operaram um deslocamento de sentidos sobre uma realidade que se torna palatável para o desfecho do consumo jornalístico (Hartmann, 2019).

A abordagem positivada em torno das classes populares foi se esvaindo à medida que se consolidou um cenário econômico desfavorável. Grosso modo, não fazendo mais parte de uma parcela consumidora emergente, a periferia volta a ser noticiada desde um viés negativo e excludente. Já se tinha, portanto, e novamente, uma abordagem pejorativa dos espaços e grupos periféricos. A chegada da pandemia na periferia reforça os estigmas já consolidados. A narrativa de vulnerabilidade torna-se recorrente no noticiário, como demonstram os exemplos elencados à continuação.

Notícias falsas e a prática social da noticiabilidade

O cenário da pandemia é sobremaneira favorável à desinformação. Uma pesquisa realizada por Avaaz aponta que 94% dos brasileiros com internet receberam pelo menos uma *fake News* sobre o novo coronavírus. Sete em cada dez pessoas acreditaram no conteúdo (Rede Globo, 2020a). É aí que o jornalismo “aparece como um elemento legitimador da informação veiculada (Patrício, 2020, On-line). O fenômeno das notícias falsas expõe a crise de legitimidade da atividade jornalística corporativa, afetando práticas reificadas da noticiabilidade de orientação comercial. Selecionando os fatos dignos de alcançar o interesse público e a eles conferindo efeitos de sentido, o jornalismo exerce o seu poder, uma prática desmascarada com as mídias sociais. O agravamento da crise, estabelecido pelo aparecimento de opções do lado das audiências, se vê aprofundado com o fenômeno da opacidade dos algoritmos no jornalismo de plataforma.

Dito isso, cabe salientar que a expressão plataformas de mídia social é aqui adotada em alusão a todo conjunto de *software*, aplicativos, *websites*, sistemas, bancos de dados, dentre outras aplicações que servem como lugar para conectividade e interação on-line entre usuários, bem como seus produtos e serviços e as empresas por eles responsáveis. Google, Facebook, Instagram, Reddit, Tumblr, Pinterest, Twitter, Snapchat podem ser tomados como exemplos de plataformas (Hartmann; Fanfa; Silveira, 2020).

Considera-se que está em curso um processo de midiaticização da sociedade. Stig Hjarvard (2014) argumenta que a midiaticização se torna um conceito-chave para tensionar a relação da mídia com a sociedade e a cultura. O engendramento social, as formas de vida e as interações interpessoais se veem complexamente alteradas com a propagação e convergência de novos protocolos sociotécnicos. Parte fundamental desta conjuntura são as plataformas, “uma arquitetura digital programável desenhada

para organizar interações entre usuários – não apenas usuários finais, mas também corporações e instituições públicas” (Van Dijck; Poell; De Waal, 2018, p. 4, tradução nossa)².

Como uma mediação social exercida profissionalmente em condições de midiatização (Silveira, 2015), o jornalismo parece se colocar numa nova posição no bojo da luta simbólica em torno do poder, da qual faz parte a contar de seu surgimento. Empresas jornalísticas têm postulado sua preocupação com o impacto social de suas produções, aludindo uma pretensa responsabilidade social. A mídia de referência alega ser responsável pelo referido jornalismo profissional. Tal expressão, assinala Edgard Patrício (2020, On-line), cria “uma polarização com qualquer outro jornalismo que não seja profissional” – as iniciativas de jornalismo independente ou alternativo, por exemplo. Trata-se de uma expressão utilizada pela mídia de referência com vistas a promover-se em tempos de crise, como um slogan promocional.

A denominação mídia de referência designa o que até um passado recente era conhecido como imprensa de referência, incluindo o conjunto de jornais diários e de revistas semanais que pretendiam ter circulação na amplitude do território brasileiro. Diante dessa impossibilidade concreta e, mais adiante, com a consolidação da sociedade midiatizada, os conteúdos divulgados na imprensa de referência vieram a definir a programação noticiosa de televisão e de rádio. Por conseguinte, o caráter referencial da mídia estabeleceu-se por sua capacidade de impacto na ordem noticiosa, antes que por indicadores de tiragem, audiência e circulação (Silveira; Hartmann; Schwartz, 2020).

A pandemia da Covid-19 animou a emergência do que se tem chamado de uma tripla crise: sanitária, econômica e política.

2 No original: “An online ‘platform’ is a programmable digital architecture designed to organize interactions between users – not just end users but also corporate entities and public bodies”.

Descortinando as mazelas da desigualdade profunda que afeta a milhões de brasileiros, expondo a incompetência institucional, o novo coronavírus deu abertura a uma chaga que historicamente se tentou velar. Desacreditada em grande parte das instituições, a população parece reconsiderar a qualidade do jornalismo dito profissional. Há uma suposta revalorização da atividade jornalística, correlata, como aponta Roseli Figaro (2020, On-line), a “necessidade da informação como um bem fundamental para a vida do cidadão”, especialmente ante a disseminação de notícias falsas.

Entendidas como “histórias sobre fatos inventados ou propositalmente alterados para fins políticos” (Dourado; Gomes, 2019, p. 1), as notícias falsas circulam especialmente com o suporte técnico de plataformas on-line. Elas ganham impulso num contexto em que “há cada vez mais reivindicações de verdade e há cada vez mais mentiras no que se refere a histórias políticas” (Dourado; Gomes, 2019, p. 2). Tendo-se em vista que verdade ou falsidade se relacionam com a possibilidade de que narrativas factuais expressem ou não os fatos a que se referem, há, como pré-condicionante, a necessidade de abdicar da verdade, originando-se um novo horizonte cognitivo que tensiona debates considerados já superados pela ciência.

A disseminação de notícias falsas está, assim, alicerçada na desqualificação de instituições dotadas de credibilidade para arbitrar sobre o conhecimento socialmente aceito acerca dos fatos, tais como as universidades e o jornalismo corporativo. Paradoxal e estrategicamente, ademais, no horizonte das notícias falsas há relatos camuflados de notícias, respaldados justamente pela autoridade e pela credibilidade do jornalismo, que desvirtuam os fatos, sobretudo em plataformas on-line. Emerge no debate a necessidade de criar distinções:

Então, o que torna as notícias falsas em falsas notícias? Se notícias se referem a uma descrição precisa de um evento

real (Kershner, 2005), o que significa notícias falsas? As notícias são supostamente - e normalmente - baseadas na verdade, o que torna o termo “notícias falsas” um oxímoro. A palavra “falso” é frequentemente usada de forma intercambiável com palavras como cópia, falsificação, falsificação e inautenticidade (Andrea, 2016). O Oxford Dictionary define “fake” como um adjetivo que significa “não genuíno; imitação ou falsificação”. Um estudo sobre a detecção de sites falsos distinguiu dois tipos: “sites falsificados” [*spoof sites*], que imitam sites existentes, e “sites inventados” [*concocted sites*], que são “sites enganosos que buscam aparecer como entidades comerciais legítimas e únicas” (Abbasi et al. 2010, p. 437). Um estudo sobre revisões on-line falsas também especificou o papel da intenção na definição do que é falso. O estudo definiu avaliações falsas “como análises enganosas fornecidas com a intenção de enganar os consumidores em suas decisões de compra, geralmente por revisores com pouca ou nenhuma experiência real com os produtos ou serviços que estão sendo revisados” (Zhang et al. 2016, p. 457) (Tandoc Jr.; Lim; Ling, 2018, p. 4, tradução nossa)³.

Uma dificuldade para nosso estudo de jornalismo em língua portuguesa decorre de uma diferença com a língua inglesa que possui dois termos para referir-se à desinformação: *misinformation* e *disinformation* e, habitualmente, traduzimos a ambas pelo mesmo termo de desinformação, embora a primeira possa ser

3 No original: “So what makes fake news fake? If news refers to an accurate account of a real event (Kershner, 2005), what does fake news mean? News is supposedly —and normatively— based on truth, which makes the term “fake news” an oxymoron. The word “fake” is often used interchangeably with words such as copy, forgery, counterfeit, and inauthentic (Andrea, 2016). The Oxford Dictionary defines “fake” as an adjective which means “not genuine; imitation or counterfeit.” A study about detecting fake websites distinguished two types: “spoof sites,” which imitate existing websites, and “concocted sites,” which are “deceptive websites attempting to appear as unique, legitimate commercial entities” (Abbasi et al. 2010, p. 437). A study about fake online reviews also specified the role of intention in defining what is fake. The study defined fake reviews “as deceptive reviews provided with an intention to mislead consumers in their purchase decision making, often by reviewers with little or no actual experience with the products or services being reviewed” (Zhang et al., 2016, p. 457)”.

traduzida precisamente por mal-informado e, a segunda, por desinformado (no sentido de deformação).

Conforme Tandoc, Lim e Ling (2018), o termo *misinformation* pode referir-se ao “compartilhamento inadvertido de informações falsas” (situação a), enquanto o termo *disinformation* se refere ao “desenvolvimento e compartilhamento deliberado de informações conhecidas por falsas” (situação b). Portanto, na situação a (mal-informado) há um relativo desconhecimento da gravidade do compartilhamento da notícia falsa e na situação b (desinformado ou deformador) há o desejo assumido de disseminá-las.

Outra dificuldade com a literatura científica decorre de que igualmente em inglês há distinção entre *fake News* (notícia falsa) e *false News* (notícia falsa), uma precisão que ainda não foi incorporada no debate praticado no Brasil e em língua portuguesa.

Nessa perspectiva, inseridas no horizonte dos problemas da política democrática, as notícias falsas devem ser vistas como sintoma de um fenômeno orquestrado que se inicia com o ataque à credibilidade das instituições credenciadas a definir o que é verdadeiro e o que aconteceu, culminando na “admissão de uma epistemologia tribal de que verdade e falsidade são relativas aos interesses da nossa tribo” (Dourado, Gomes, 2019, p. 24). Além e aquém do jornalismo, estão entre os propagadores de relatos pretensamente verdadeiros, mas efetivamente falsos, personalidades públicas, da arte ou da política, por exemplo, que o fazem deliberadamente para distorcer a realidade e com isto obter ou promover ganho eleitoral ou a adesão às suas ideias, por mais estranhas, ou, no limite, pandemoníacas que possam parecer ou resultar.

A pandemia na periferia e a construção do pandemônio

Estudar postagens veiculadas em plataformas de mídia social implica reconhecer o lugar central, já aludido, que tais plata-

formas ocupam no debate público hodiernamente. Acolhe-se o argumento, defendido por Van Dijck, Poell e De Waal (2018), de que a coletividade, os valores e espaços públicos vêm sendo minados em prol da consolidação de uma intensa conectividade privada. Contornando as instituições, as grandes empresas de plataformas – convém destacar as integrantes do chamado “*Big Five*”: Alphabet-Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft (Van Dijck; Poell; De Waal, 2018, p. 4) – servir-se-iam de modelos de negócio e coleta, distribuição e armazenamento de dados bloqueados ao controle democrático.

Isso torna-se potencialmente perigoso quando grande parte dos serviços (públicos e privados) hoje ofertados depende de infraestruturas técnicas e digitais fornecidas por empresas de plataformas. E o jornalismo não escapa à regra. A plataformização da atividade jornalística é correlata à complexidade da situação comunicativa articulada pelo processo de midiaticização, na qual os atores e instituições que conformam o campo midiático operam mediante constantes reconfigurações de práticas, normativas e estruturas. Tais questões são relevantes ao se analisar matérias jornalísticas veiculadas on-line.

Em seu mais recente livro, García Canclini alude para a prevalência das aplicações digitais sobre as instituições, enfatizando o enfraquecimento destas durante a crise neoliberal. As desigualdades crônicas do capitalismo aprofundar-se-iam mediante o uso neoliberal das tecnologias, haja vista que as oportunidades para “[...] horizontalizar a comunicação, ampliar a distribuição de bens culturais e incentivar a participação cidadã em decisões públicas” (García Canclini, 2020, p. 13, tradução nossa)⁴ teriam sido negligenciadas durante o processo de convergência digital multimídia, conduzido quase que integralmente por grandes empresas. Tem-se um cenário propício à “descidadania” (*des-*

4 No original: “[...] horizontalizar la comunicación, extender la distribución de los bienes culturales y propiciar la participación ciudadana en las decisiones públicas”.

ciudadanización), em que “nossas opiniões e comportamentos, capturados por algoritmos, estão subordinados a corporações globalizadas. O espaço público se torna opaco e distante” (García Canclini, 2020, p. 10, tradução nossa)⁵.

Van Dijck (2019, On-line) sumariza que “a plataformização da sociedade refere-se à inextricável relação entre plataformas on-line e estruturas societárias”. A partir dos dados produzidos durante a interação do usuário com a plataforma, os algoritmos realizam a personalização de preferências, desejos e necessidades individuais, através da comparação de padrões históricos de dados, individuais ou agregados. É um processo de análise preditiva, que consiste em antecipar escolhas e tendências, sugerindo o caminho para a continuidade da interação. No Facebook, por exemplo, a comparação entre as linhas do tempo de diferentes usuários pode revelar a representação de realidades opostas para o mesmo fato.

A mercantilização desses dados pode servir à proliferação de relatos falseados sobre os fatos, as notícias falsas (Dourado; Gomes, 2019), e à desinformação, operando-se numa lógica quantitativa de visibilidade e de relevância que colidem com os valores públicos que regem a prática jornalística. Ilumina-se, em especial, a possibilidade de inflar a visibilidade e assim distorcer a relevância de um tema ou a hegemonia de uma opinião, apoiando-se na criação de perfis falsos e na ação de robôs.

É ilustrativa, nesse sentido, a ordem judicial emitida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 24 de julho de 2020, derivada de ação conduzida pelo ministro Alexandre de Moraes e que derrubou contas ligadas a apoiadores do Presidente Jair Messias Bolsonaro em plataformas como Facebook e Twitter. A decisão é integrante de ação emitida pelo mesmo ministro dois meses an-

5 No original: “Nuestras opiniones y comportamientos, capturados por algoritmos, quedan subordinados a corporaciones globalizadas. El espacio público se vuelve opaco y lejano”.

tes, quando da ordenação de busca e apreensão contra os acusados de propagarem relatos falseados sobre os ministros do STF⁶. Entre os atingidos pela decisão, estão Roberto Jefferson (PTB) e os empresários Luciano Hang (Havan) e Otávio Fakhoury.

Nessa lógica, pode-se compreender que, muito distante de mecanismos neutros e restritos à funcionalidade da plataforma, há uma ação opaca de definidores das regras do jogo, processo que conduz à reflexão sobre como a (in) compreensão dos fatos influencia cenários eleitorais e impacta sobre o próprio sistema democrático, como um todo. Ou, no caso em tela, como podem potencializar os efeitos da desinformação no combate à pandemia.

Diante desses aspectos, compreende-se porque, no ecossistema das plataformas, Van Dijck, Poell e De Waal (2018) sinalizam para o tensionamento da concretização da função do jornalismo de porta-voz do interesse público, conflito que reside na relação entre, de um lado, a independência jornalística e a cobertura abrangente da notícia e, de outro, o processo de produção e distribuição de conteúdo orientado por dados. Assim, os padrões tecnológicos e os modelos econômicos passam a concorrer para moldar os valores da atividade jornalística.

Porém, ademais da questão operacional que relaciona linha editorial e interesses econômicos da chamada “cultura de cliques” do jornalismo de plataforma, permanece desatendida a questão da presença, representatividade e interesses dos mais vulneráveis e o jornalismo em mutação.

6 Disponível em: bit.ly/390Fj3K. Acesso em: 30 jul. 2020.

Análise da cobertura noticiosa da pandemia e pandemônio

A semiótica material apresenta-se como uma abordagem metodológica profícua para observar as novas relações propostas pelo jornalismo de plataforma. Ainda que avance em direção às materialidades, ao que é tangível pelos sentidos, coaduna com premissas tradicionais da semiótica. Um indicativo dessa adjacência é a influência do clássico Greimas no trabalho de Latour (2012), projetado a partir de uma perspectiva mais alargada. Akrich e Latour (1992, p. 259, tradução nossa) explicitam o avanço ao apresentarem seu conceito de semiótica: “[...] é o estudo da construção de ordens ou da construção de caminhos e pode ser aplicada a configurações, máquinas, corpos e linguagens de programação, assim como a textos [...]”⁷.

As pesquisas acerca da semiótica material vinculam-se intrinsecamente ao desenvolvimento da teoria ator-rede (TAR), que pode ser entendida como uma abordagem daquela. Nas palavras de Law (2009, p. 141, tradução nossa), enquanto “[...] uma família díspar de ferramentas da semiótica material, sensibilidades e métodos de análise que tratam tudo no mundo social e natural como um efeito gerado continuamente das redes de relações em que estão localizados”⁸, a TAR descreve “[...] a promulgação de relações material e discursivamente heterogêneas que produzem e reorganizam todos os tipos de atores [...]”⁹, englobando objetos, máquinas, seres humanos, animais, organizações, ideias e arranjos geográficos.

7 No original: “[...] is the study of order building or path building and may be applied to settings, machines, bodies, and programming languages as well as texts [...]”.

8 No original: “[...] is a disparate family of material-semiotic tools, sensibilities, and methods of analysis that treat everything in the social and natural worlds as a continuously generated effect of the webs of relations within which they are located”.

9 No original: “[...] the enactment of materially and discursively heterogeneous relations that produce and reshuffle all kinds of actors [...]”.

Isso posto, exemplifica-se a narrativa de vulnerabilidade presente na noticiabilidade sobre a periferia durante a pandemia. Cabe destacar que a narrativa é recorrente não apenas em matérias que versam sobre o caos que se instauraria nos espaços periféricos, como também naquelas que tratam de iniciativas das classes populares para conter o contágio do novo coronavírus.

A matéria “Coronavírus: 92% das mães nas favelas dizem que faltará comida após um mês de isolamento, aponta pesquisa” (Guimarães, 2020) baseia-se em dados de uma pesquisa realizada pelo Data Favela e pelo Instituto Locomotiva com mulheres maiores de 16 anos, com filhos, moradoras de 260 favelas em todos os estados brasileiros. O destaque, como consta na manchete, é para o percentual de entrevistadas que afirmam a possibilidade de suas famílias passarem fome diante da manutenção do isolamento social a longo prazo. O texto destaca que a divulgação da pesquisa integra uma campanha para arrecadar recursos a serem distribuídos para mães das favelas em todo o País e questiona a postura do poder público em não implementar um plano nacional específico para prevenção e combate à pandemia nos espaços periféricos.

Observa-se, nesse sentido, que a percepção negativa da realidade da pandemia se incrementa ao passo que a parcela entrevistada é pobre e feminina. Uma pesquisa Datafolha publicada no dia 29 de junho aponta que 47% dos brasileiros têm muito medo de contrair o novo coronavírus. A proporção de pessoas que afirma ter muito medo é maior entre os mais pobres (51% contra 36% entre os mais ricos), mulheres (53% contra 41% dos homens), e moradores da região Nordeste (52%) (G1, 2020).

A matéria “‘Somos excluídos’: prevenção ao corona ‘esquece’ favelas sem saneamento” (Ferreira, 2020) destaca os problemas enfrentados por moradores das favelas cariocas de Acari e do Complexo do Alemão no combate à pandemia, especialmente pela falta de saneamento básico. O texto traz citações de repre-

sentantes das favelas e de um médico infectologista e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ademais, aponta dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, do IBGE, e de outra realizada pelo Instituto Trata Brasil; ambas retratam a precariedade do saneamento no município do Rio de Janeiro.

A matéria “Favela de São Paulo vira exemplo em ações contra o coronavírus” (Rede Globo, 2020b) enaltece ações desenvolvidas em Paraisópolis para conter o avanço do novo coronavírus. A rede dos presidentes de rua, formada pelos moradores, tornou-se responsável por monitorar as infecções e verificar aquelas pessoas que perderam sua renda por conta da pandemia. Segundo a matéria, é a partir de doações, vaquinhas pela internet e do voluntariado que a comunidade tenta driblar a crise.

Os exemplos analisados dão a ver a construção de um padrão noticioso em que a vulnerabilidade periférica é representada desde um viés excludente. Ocorreria uma responsabilização do outro que não tem condições de enfrentar o coronavírus. A noticiabilidade em acordo à perspectiva dominante tem como referencial a classe média das capitais brasileiras que em sua maioria contorna a pandemia. O periférico segue sendo estigmatizado.

Diante disso, postagens em plataformas de mídia social entregam a emergência do pandemônio. Dentre os materiais que vêm sendo produzidos e veiculados, percebeu-se a recorrência de publicações que mostram linhas do tempo. Comumente, as linhas articulam declarações de Bolsonaro com a progressão temporal e a evolução do número de mortes e de casos no Brasil. A seguir, elencam-se alguns exemplos.

A figura 1 foi postada no Twitter por George Marques, jornalista e especialista em Comunicação Política, que compartilha em suas redes os bastidores do Congresso Nacional.

Figura 1 – Twitter, 29/4/2020.

George Marques @GeorgMarques · 29 de abr
Frases irresponsáveis de @jairbolsonaro dura pandemia do covid19:

8/3 - não há motivo pra pânico;
20/3 - é só uma gripezinha;
24/3 - outros vírus mataram mais;
12/4 - o vírus parece que tá indo embora;
19/4 - eu não sou coqueiro;
28/4 - E daí? Lamento, quer que eu faça o quê?

35 602 1 mil

A figura 2 foi veiculada no Facebook por Matheus Albino, economista e doutorando em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas.

Figura 2 – Facebook, 29/4/2020.

Mortes por COVID-19 no Brasil

"E DAÍ? QUER QUE EU FAÇA O QUÊ?"
- JAIR BOLSONARO

"EU NÃO SOU COQUEIRO"

"O VÍRUS ESTÁ INDO EMBORA"

"TODO MUNDO VAI MORRER UM DIA"

"NÃO VAI CHEGAR A ESSE PONTO"

"QUANDO MUITO UM RESFRIADINHO"

"GRIPEZINHA"

"HISTERIA"

Matheus Albino

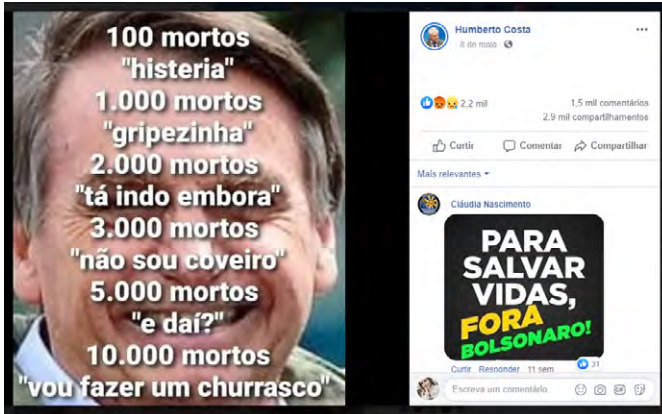
Quantos mais precisam morrer para que Jair Bolsonaro seja afastado e responsabilizado por seus crimes? É hora de acabar com esse desgoverno #FOr Bolsonaro #covid19

1,9 mil comentários
10 mil compartilhamentos

173 repostas

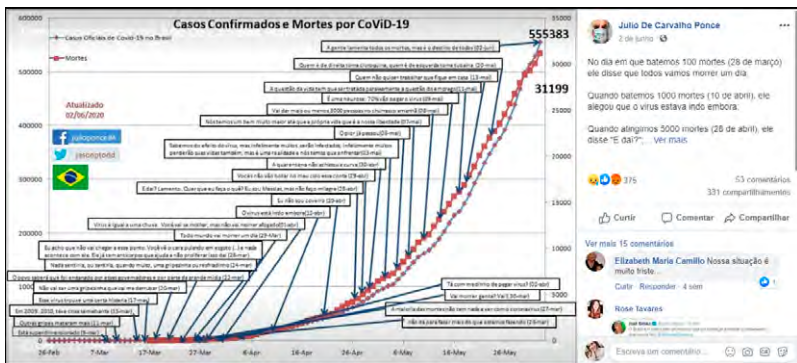
A figura 3 é uma postagem do Senador Humberto Costa (PT) no Facebook.

Figura 3 – Facebook, 8/5/2020.



A figura 4 foi veiculada no Facebook por Julio De Carvalho Ponce, um perito criminal, bioquímico e farmacêutico.

Figura 4 – Facebook, 2/6/2020.



A figura 5 é uma postagem da GaúchaZH, um portal de notícias mantido pelo Grupo RBS, no Instagram.

Figura 5 – Instagram, 7/7/2020.



Como indicam os exemplos, as linhas do tempo sugerem uma escalada de incremento de problemas em dimensões diversas, como fome, saúde, pobreza e desemprego, materializando a construção do pandemônio. Outras postagens corroboram tal construção; demonstra-se na sequência.

A figura 6 é uma postagem do The Intercept Brasil no Instagram, agência de notícias que se mantém através de financiamento coletivo e que tem se destacado nas mídias sociais pelo trabalho investigativo desenvolvido. Explicitando o posicionamento da agência sobre a conduta de Bolsonaro frente à pandemia, a postagem anuncia que o discurso irresponsável do Presidente teria se disseminado na periferia carioca, que estaria contra as medidas de prevenção do vírus.

Figura 6 – Instagram, 26/3/2020.



A figura 7 é uma postagem do Deputado Federal Marcelo Freixo (PSOL-RJ) no Instagram que agrupa várias fotos com manchetes de jornais internacionais tradicionais que criticam o posicionamento do Presidente brasileiro durante a pandemia. Na legenda, Freixo assevera: “Bolsonaro é um risco para o planeta e quem diz isso não é a oposição, é o mundo inteiro”.

Figura 7 – Instagram, 29/4/2020.



A figura 8 é uma postagem da revista Cult no Instagram que trata da pauta paralela do governo durante a pandemia. A legenda cita acobertamentos do Presidente e seus ministros, que estariam se aproveitando deste momento para realizar suas próprias pautas. Enquanto isso, “as vítimas que lutem”, diz a legenda.

Figura 8 – Instagram, 25/5/2020.



A figura 9 é uma postagem do jornal digital Poder360 no Twitter que traz uma foto de Bolsonaro segurando uma caixa de medicamento, a cloroquina, e apontando-a para uma ema. A foto repercutiu nas redes de mídia social, gerando polêmica e ressignificada especialmente desde a ironia ou o deboche.

Figura 9 – Twitter, 23/7/2020.



Considerações finais

O presente texto está sendo finalizado num momento estimado como de escalada da pandemia no mundo e ainda em ascensão da curva de ocorrências no Brasil. O Presidente Bolsonaro, deturpador tanto da ciência como do senso comum, teria sido convertido no noticiário internacional no dirigente máximo de um mundo infernal. Na análise aqui realizada, as linhas do tempo estudadas, assim como a profusa circulação de notícias falsas fazem referência à gritaria e à confusão produzida. Uma questão da chamada do dossiê para o qual produziu-se o presente texto e que pode ser respondida neste momento refere-se às narrativas sobre a pandemia que circularam e circulam nas mídias sociais.

O tensionamento da abordagem noticiosa sobre a periferia no que tange aos desdobramentos da pandemia nos espaços periféricos evidencia a experiência jornalística com narrativas estigmatizadas de vulnerabilidade. Conforme documentou-se, a guinada na visibilidade noticiosa conferiu status (momentâneo) à

ascendente “nova classe média”. A análise permite expor as contradições estabelecidas no que já se havia insinuado como uma virada na noticiabilidade, em que as classes populares passavam de objeto da notícia à condição de leitores, dado o incremento de seu poder aquisitivo. A crise econômica dos últimos anos sepultaria tal projeto e a mídia de referência, a par de diversos outros modelos de mídia corporativa de menor expressão econômica, enfrentaria uma dramática crise de legitimidade pela emergência do fenômeno das notícias falsas. Um conjunto de aspectos que expõe a fragilidade de uma ordem noticiosa embasada numa perspectiva distanciada da ampla maioria da população brasileira e corresponsável pelas limitações cognitivas apostas ao debate público.

Uma série de fatores responde sobre consequências pandemoníacas do governo federal. O fenômeno das *fake News* e a promoção de atitudes de negacionismo certamente adensam a complexa e dramática condição dos brasileiros na pandemia de Covid-19. As altas taxas de contágio brasileiras fazem de sua população um cenário justificável como laboratório para teste de vacinas. Um elemento do pandemônio ainda não considerado, assim como a polêmica em torno da prescrição da cloroquina e outras medicações para tratamento da doença.

Depois do exposto, cabe indagar se o Brasil, sob o comando do “Capitão Cloroquina”, personagem imaginário que se presta aos mais hilários exercícios de charge pelo planeta, poderá reinventar-se e renovar o projeto de nação.

Referências

Akrich, M.; Latour, B. A Summary of a Convenient Vocabulary for the Semiotics of Human and Nonhuman Assemblies. In: Bijker, Wieber E.; Law, John (Orgs.). **Shaping technology/building society: studies in sociotechnical change.** Cambridge: MIT, 1992, p. 259-264.

Alvarenga, D. Classe média brasileira é o 18º maior 'país' do mundo em consumo. **G1**, São Paulo, 18 fev. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/wVgLwM>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

Biedermann, H. **The Wordsworth Dictionary of Symbolism**. Hertfordshire, GB: Wordsworth, 1992.

Brasil. Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). **Assuntos estratégicos: social e renda: a classe média brasileira**. Brasília, DF, 2014.

Brasil. Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). **Comissão para definição da classe média no Brasil**. Brasília, DF, 2012.

Canevacci, M. **A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2004.

Charaudeau, P. **O discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

Dourado, T.; Gomes, W. O que são, afinal, *fake news*, enquanto fenômeno de comunicação política? In: **Anais do Compólitica**, 2019.

Facebook. **Postagem de Humberto Costa**, 8 mai. 2020. Disponível em: bit.ly/39SDSkV. Acesso em: 30 jul. 2020.

Facebook. **Postagem de Julio De Carvalho Ponce**, 2 jun. 2020. Disponível em: bit.ly/2C7EZjI. Acesso em: 6 jun. 2020.

Facebook. **Postagem de Matheus Albino**, 29 abr. 2020. Disponível em: bit.ly/2CUdsmM. Acesso em: 30 jul. 2020.

Fausto Neto, A. A sentença dos medias: o discurso emancipatório do impeachment de Collor. In: XVII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - Seminário Estética e Política da Representação. **Anais...** Caxambú: Universidade Federal de Minas Gerais, 1993.

Fausto Neto, A. As vozes do impeachment. In: Matos, Heloiza. (Org.). **Mídia, eleições e democracia**. São Paulo: Página aberta, 1994, p. 159-189.

Ferreira, L. 'Somos excluídos': prevenção ao corona 'esquece' favelas sem saneamento. **UOL**, Rio de Janeiro, 17 mar. 2020. Disponível em: bit.ly/3hSELMV. Acesso em: 29 jul. 2020.

Figaro, R. In: A condição do trabalho, a saúde mental e as novas práticas dos Jornalistas. Live promovida pelo Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará. [S.l.: s.n.], 22 jun. 2020. 1 vídeo (1h 38min 16s). **Publicado pelo canal Curso de Jornalismo UFC**. Disponível em: youtube.com/watch?v=RHxNh9DO09w. Acesso em: 22 jun. 2020.

Foucault, M. **A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996.

Foucault, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

Freitas, G. B. de. Periferia midiaticizada – midiaticização da periferia. In: IV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – ENECULT. **Anais...** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008.

G1. 47% têm muito medo do coronavírus, e 51% só saem de casa quando é inevitável, diz Datafolha, **G1**, São Paulo, 30 jun. 2020. Disponível em: glo.bo/2VVS8ihn. Acesso em: 4 jul. 2020.

García Canclini, N. **Ciudadanos reemplazados por algoritmos**. Guadalajara: Bielefeld University, 2020.

Guimarães, L. Coronavírus: 92% das mães nas favelas dizem que faltará comida após um mês de isolamento, aponta pesquisa. **BBC News Brasil**, São Paulo, 2 abr. 2020. Disponível em: bbc.in/38EAGsj. Acesso em: 5 jul. 2020.

Habermas, J. O papel da sociedade civil e da esfera pública política. In: ____ **Direito e democracia: entre facticidade e validade**, v. 2. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p. 57-121.

Hartmann, C. **Midiaticização da periferia: consumo jornalístico e guinada na visibilidade noticiosa**. 2019. 128 p. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

Hartmann, C.; Fanfa, M. S.; Silveira, A. C. M. Reconfiguração editorial: ainda há capas em jornalismo de plataforma?. *Sur le journalisme*, Bruxelas, v. 9, n. 1, 2020, p. 104-117.

Hartmann, C.; Silveira, A. C. M. Convertendo a exclusão social em notícia: a visibilidade da periferia em capas de revista. In: Silva, Mauricio R. da et al. (Orgs.). **Mobilidade, Espacialidades e Alteridades**. Salvador/Brasília: EdUFBA/Compós, 2018, p. 201-220.

Hjarvard, S. Midiaticização: conceituando a mudança social e cultural. **MATRIZES**, São Paulo, v. 8, n. 1, jan./jun. 2014, p. 21-44.

Instagram. **Postagem de GaúchaZH**, 7 jul. 2020. Disponível em: bit.ly/2CVzEgl. Acesso em: 30 jul. 2020.

Instagram. **Postagem de Marcelo Freixo**, 29 abr. 2020. Disponível em: bit.ly/2BIdTje. Acesso em: 30 jul. 2020.

Instagram. **Postagem de Revista Cult**, 25 mai. 2020. Disponível em: bit.ly/2VRK7iZ. Acesso em: 27 mai. 2020.

Instagram. **Postagem de The Intercept Brasil**, 26 mar. 2020. Disponível em: bit.ly/2Z6dQ9T. Acesso em: 4 abr. 2020.

Latour, B. **Reagregando o social**: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador: EdUFBA, 2012.

Law, J. Actor Network Theory and Material Semiotics. In: Turner, Bryan S. (Org.). **The New Blackwell Companion to Social Theory**. Hoboken: John Wiley e Sons, 2009, p. 141-158.

Lisboa, I. V. **A construção da violência urbana na revista Veja**. 2007. 229 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica), Faculdade de Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

Menon, I. Distritos mais pobres de SP têm mais infectados por coronavírus do que os ricos, diz estudo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 jul. 2020. Disponível em: bit.ly/2BJ93ST. Acesso em: 4 jul. 2020.

Neri, M. C. (Coord.). **A nova classe média**: o lado brilhante dos pobres. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

Paim, D. et al. A organização midiática de um ethos de periferia a partir de narrativas televisivas. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 36, jan./jun. 2012, p. 29-49.

Paim, D. et al. Luzes, câmera... Ação! No ar, a transformação midiática do conceito de periferia no conceito de comunidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, 2015.

Patrício, E. In: A condição do trabalho, a saúde mental e as novas práticas dos Jornalistas. Live promovida pelo Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará. [S.l.: s.n.], 22 jun. 2020. 1 vídeo (1h 38min 16s). **Publicado pelo canal Curso de Jornalismo UFC**. Disponível em: youtube.com/watch?v=RHxNh9D009w. Acesso em: 22 jun. 2020.

Pitombo, J. P. Casos de Covid-19 crescem 1.200% na periferia de Salvador. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 jul. 2020. Disponível em: bit.ly/31RUNC8. Acesso em: 4 jul. 2020.

Rede Globo. **Fantástico**. Mais de 70% dos brasileiros com internet já acreditaram em uma *fake news* sobre coronavírus. São Paulo: Globo, 3 mai. 2020a. Programa de TV. (8 min). Disponível em: globoplay.globo.com/v/8528176/. Acesso em: 5 jul. 2020.

Rede Globo. **Jornal Nacional**. Favela de São Paulo vira exemplo em ações contra o coronavírus. São Paulo: Globo, 11 abr. 2020b. Disponível em: globo/2ZHpxTz. Acesso em: 5 jul. 2020.

Rios, A. Maioria de infectados e mortos por covid-19 no DF é da periferia. **Correio Braziliense**, Brasília, 5 jul. 2020. Disponível em: bit.ly/2ZD7cXK. Acesso em: 5 jul. 2020.

Silveira, A. C. M. Ambivalência e cobertura jornalística de periferias. In: Silveira, Ada C. M.; Guimarães, Isabel P. (Orgs.). **Conexões (trans)fronteiriças: mídia, noticiabilidade e ambivalência**. Foz do Iguaçu: EdUnila, 2016, p. 24-43. E-book. Disponível em: bit.ly/2MOFmjv. Acesso em: 16 abr. 2020.

Silveira, A. C. M. Ambivalência entre coberturas e favelas na cobertura jornalística sobre periferias. In: VIII Congresso da Federação Lusófona de Ciências da Comunicação (Lusocom). **Anais...** Lisboa: Universidade Lusófona, 2009.

Silveira, A. C. M. **Blindagem midiática**: o questionamento comunicacional da mediação jornalística. Projeto de pesquisa, 2015.

Silveira, A. C. M. et al. A hipervisibilidade das favelas cariocas nas notícias da 'Cidade Maravilhosa'. In: Venera, José S. et al. (Orgs.). **Comunicação na sociedade do espetáculo**. São Paulo: Intercom, 2016, p. 107-134.

Silveira, A. C. M.; Guimarães, I. P. (Orgs.). **Conexões (trans)fronteiriças: mídia, noticiabilidade e ambivalência**. Foz do Iguaçu: EdUnila, 2016, p. 24-43. E-book. Disponível em: bit.ly/2MOFmjv. Acesso em: 16 abr. 2020.

Silveira, A. C. M.; Hartmann, C.; Schwartz, C. Polarização e blindagem midiática: o questionamento da mediação jornalística. **Index.comunicación**, Madrid, v. 10, n. 2, 2020, p. 83-114.

Silveira, A. C. M.; Schwartz, C.; Guimarães, I. P. Jornalismo no “país da periferia”: noticiabilidade, ambivalência e liminaridade. **Alceu**, Rio de Janeiro, v.17, 2016, p.56-72.

Souto, L. Observatório de Favelas aponta crescimento de casos de Covid-19 nas comunidades do Rio. **Rádio Agência Nacional**, Brasília, 3 jul. 2020. Disponível em: bit.ly/2ZHweVM. Acesso em: 4 jul. 2020.

Souza, G. O ponto de vista político no cinema de periferia. **Galáxia**, São Paulo, n. 24, dez. 2012, p. 115-126.

Souza, J. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: UFMG, 2010.

Tandoc Jr., E; Lim, Z. W.; Ling, R. Defining “Fake News”. A typology of scholarly definitions. **Digital Journalism**, 2018. <https://doi.org/10.1080/21670811.2017.1360143>.

Twitter. **Postagem de George Marques**, 29 abr. 2020. Disponível em: bit.ly/3geo9ir. Acesso em: 30 jul. 2020.

Twitter. **Postagem de Poder360**, 23 jul. 2020. Disponível em: bit.ly/3jYJDSr. Acesso em: 30 jul. 2020.

UOL. Brasil vive a Pandemia e o Pandemônio, **UOL**, São Paulo, 22 jul. 2020. Disponível em: bit.ly/2XcamS1. Acesso em 28 jul. 2020.

Van Dijck, J. **A Sociedade da Plataforma: entrevista com José van Dijck**. DigiLabour. Entrevista concedida a DigiLabour, 6 mar. 2019.

Van Dijck, J.; Poell, T.; De Waal, M. **The Platform Society: public values in a connective world**. Nova York: Oxford University Press, 2018.

Viana, A. W.; Morigi, V. J. Redes de desejos consonantes: a impossibilidade da polifasia cognitiva na era da pós-verdade. **Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática**. v.17, n.35, 2018. doi.org/10.5902/2175497728205

World Health Organization. **Coronavirus disease (COVID-19). Situation Report - 166**, Genebra, 4 jul. 2020.

Recebido em 30/07/2020

Aceito em 30/10/2020

Sobre Cocares e Máscaras: Estratégias das Lideranças Indígenas em Manaus no Enfrentamento à Covid-19

*Luciano Cardenes**

*Deise Lucy Oliveira Montardo***

Resumo

Manaus, capital do Amazonas, foi uma das primeiras cidades brasileiras a se tornar epicentro da pandemia do Covid-19. Entre os meses de março e abril, os índices de adoecimento e morte foram altíssimos e causaram o colapso do sistema de saúde. Como no restante do mundo, a pandemia ressaltou problemas que já existiam. No caso de Manaus, a população indígena que habita a cidade e seus entornos sofreu um impacto muito grande e através de suas lideranças e associações teve uma reação também forte. Neste artigo apresentamos aspectos da presença indígena na cidade de Manaus. Em seguida descrevemos, brevemente, algumas das associações indígenas da cidade de Manaus e estratégias por elas desenvolvidas no momento da explosão dramática dos casos da doença no estado do Amazonas.

Palavras-chave: Povos indígenas. Manaus. Covid-19. Resistência. Etnografia em contextos digitais.

1 Doutor em Antropologia Social. Professor do Curso de Pedagogia Intercultural para Professores Indígenas do Vale do Javari e pesquisador associado ao Núcleo de Estudos sobre Etnografia & Educação Escolar Indígena na Amazônia da UEA. Membro do Núcleo de Políticas Territoriais na Amazônia (NEPTA-UFAM). E-mail: lucscardenes@gmail.com
2 Doutora em Antropologia Social. Professora da Universidade Federal do Amazonas. Pesquisadora do Instituto Brasil Plural. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Maracá, estudos sobre arte, cultura e sociedade. E-mail: deiselucy@gmail.com

On Cocares and Masks: Strategies of Indigenous Leaders in Manaus to Confront Covid-19

Abstract

Manaus, the state capital of Amazonas, was one of the first Brazilian cities to become the epicenter of the Covid-19 pandemics. Between March and April, the rates of infection and death soared, causing the collapse of the health system. As in the rest of the world, the pandemics highlighted already existing problems. In the case of Manaus, the indigenous population living in the city and its surroundings felt a very great impact and, through their leaders and associations, reacted strongly. In this article, we present some aspects of the indigenous presence in the city of Manaus. Then, we briefly describe some of the indigenous associations of the city and the strategies they developed at the time of the dramatic explosion of Covid-19 cases in the state of Amazonas.

Keywords: Indigenous. Manaus. Covid-19. Resistance. Digital ethnography.

Sobre Cocares¹ y Máscaras: Estrategias de Liderazgos Indígenas em Manaus para Hacer Frente a Covid-19

Resumen

Manaus, capital de Amazonas, fue una de las primeras ciudades brasileñas en convertirse en el epicentro de la pandemia de Covid-19. Entre los meses de marzo y abril, las tasas de enfermedad y muerte fueron muy altas y provocaron el colapso del sistema de salud. Como en el resto del mundo, la pandemia destacó los problemas que ya existían. En el caso de Manaus, la población indígena que habita la ciudad y sus alrededores sufrió un gran impacto y, a través de sus liderazgos y asociaciones, también tuvo una fuerte reacción. En este artículo presentamos aspectos de la presencia in-

1 Adorno indígena de plumas que usan los indígenas como símbolo de liderazgos o jerarquía en algunas regiones de la Amazonía.

dígena en la ciudad de Manaus. A continuación, describimos, brevemente, algunas de las asociaciones indígenas en la ciudad de Manaus y las estrategias desarrolladas por ellos en el momento de la dramática explosión de casos de la enfermedad en el estado de Amazonas.

Palabras clave: Pueblos indígenas. Manaos. Covid-19. Resistencia. Etnografía en contextos digitales.

Introdução

Uma das grandes maravilhas da história das Américas é a inexistência comprovada de epidemias e pandemias até o desembarque dos europeus no continente. Por outro lado, a partir daí, essas foram as causas principais da depopulação dos povos nativos. Números altos, muito altos, nestes últimos cinco séculos. Muitas também foram as estratégias desenvolvidas pelos povos indígenas para resistir.

Daiara Sampaio Tukano, em sua dissertação de mestrado, apresenta alguns itens das violências sofridas pelos povos indígenas, levantados pela Comissão Nacional da Verdade. Entre eles figuram os casos da introdução deliberada de doenças e da omissão diante de epidemias.

Em suas palavras:

Em 1967, o Relatório Figueiredo, denuncia a “introdução deliberada de varíola, gripe, tuberculose e sarampo entre os índios” CNV, 2014.” E em outro parágrafo ela menciona, “- Omissões nas políticas de saúde para os povos indígenas, desvio dos recursos pela corrupção política, falta de fiscalização e silenciamento diante de grandes epidemias causadas propositalmente por não indígenas. “Em 1987, em plena epidemia de malária e gripe, trazida pela invasão de garimpeiros, o então presidente da Funai, Romero Jucá, alegando razões de segurança nacional, retira as equipes de saúde da área Yanomami. (Sampaio, 2018, p. 36).

As críticas dos indígenas à cosmologia dos não indígenas é abundante e certa. Poderíamos citar aqui muitos discursos dos quais temos testemunhos. Por exemplo, a obra de Kopenawa e Albert (2015), o livro “A Queda do Céu”, que tem desobstruído a grande invisibilidade a qual os povos indígenas têm sido renegados no Brasil. Outro livro, também publicado por uma grande editora, é o “Idéias para adiar o fim do mundo”, de Ailton Krenak (2019). Ambos traçam uma crítica ao sistema capitalista, sob a ótica das visões ameríndias, com todos os desdobramentos destas, sob o viés ecológico e moral.

Essas críticas estão presentes em relatos de muitos pesquisadores, artistas, e outros profissionais que escutam de seus interlocutores indígenas tais avaliações. Os Guarani, por exemplo, figuram em várias etnografias do século XX avisando a iminência do final do mundo. Montardo (2009) ouviu esta crítica feita pelos Guarani no Mato Grosso do Sul, referindo-se aos *karai*, não indígenas, como *tavy*, loucos, por tirarem a cobertura vegetal da terra. As árvores que dão vida à terra. Sem elas a terra morre”. Os Huni Kuin, povo amazônico, em sua filosofia de vida, atribuem:

a maior parte das doenças ao fato de comermos animais. As pessoas adoecem porque a caça e os peixes, mas também algumas plantas que consumimos e outros seres que agredimos, ou com os quais interagimos, se vingam e mandam seu *nisun*, dor de cabeça e tonteira que pode resultar em doença e morte (Lagrou, 2020, n.p.)

Lagrou explora essa visão de mundo, nos ajudando, através da ecossociedade Huni Kuin, a entender o fenômeno do novo coronavírus. A antropóloga relata como seus amigos Huni Kuin a informaram de que essa pandemia se trata de *nisun*, antes de que ela tivesse acesso às notícias sobre o contexto do aparecimento da doença na região de Wuhan, na China. Nessas notícias, segundo ela, a narrativa científica mais aceita do momento “atribui o novo corona à passagem do vírus de uma espécie de morcego (*horseshoe bat*) que vive nas florestas chinesas para o ser humano” (Lagrou, 2020,

n.p.). Ressaltando que esta transferência de agentes patogênicos dos animais para os humanos acontece quando o ambiente dos animais é invadido e /ou estes estão em stress.

Não é o fato dos humanos comerem caça a causa das epidemias. As epidemias são o resultado do desmatamento e da extinção dos animais que antes eram seus hospedeiros simbióticos. As epidemias são também o resultado de uma relação extrativista das grandes cidades com as florestas. Elas surgem nas franjas das florestas ameaçadas, nos interstícios da fricção interespecie e de lá são rapidamente transportadas para o mundo inteiro através de caminhões, barcos e aviões. E não é somente a caça cujo stress causa pandemias, outros animais também sofrem e causam doenças. Estes são prisioneiros de outra área intersticial entre a floresta e a cidade, a área rural do grande agronegócio alimentício, notória para o surgimento de novas gripes virulentas que podem virar pandemias. É nas grandes criações industrializadas de galinhas e porcos confinados que surgiram há alguns anos a chamada 'gripe suína' e outras que foram um prenúncio do vírus que observamos hoje. (Lagrou, 2020, n.p.).

Lagrou nos alerta para que escutemos os povos que conhecem essa multiplicidade de seres que nos habitam e suas teorias de interrelacionamentos entre estes e todos os outros. Teorias que falam de respeito e convivência.

Ao redor do planeta, a pandemia tem deixado mais evidentes as desigualdades que já existem, oriundas dos processos coloniais e do capitalismo selvagem, na sua roupagem neoliberal. Em Manaus, metrópole industrial, incrustada no meio da floresta amazônica, temos as situações mais variadas, muitos bairros sem nenhum saneamento, lacunas enormes no atendimento à saúde e uma população indígena enorme. Sobre estes que vamos tratar. Os indígenas que vivem na cidade de Manaus e algumas das estratégias adotadas por estes diante da pandemia de Covid-19 que teve um ápice na cidade nos meses de março e abril de 2020.

Nosso objetivo é apresentar, brevemente, algumas das associações indígenas da cidade de Manaus e estratégias por elas desenvolvidas no momento da explosão dramática dos casos da doença no estado do Amazonas. Importante salientar que não foi feito um levantamento exaustivo.

Buscamos apresentar o cenário etnográfico produzido com base nas principais pesquisas realizadas sobre os povos indígenas na cidade de Manaus e que somamos às redes de contato que estabelecemos ao longo de nossa trajetória antropológica. Deste lugar, voltamos nossa atenção às lideranças de associações, estudantes, pesquisadores e antropólogos indígenas. Desta forma, limitamo-nos às situações que estiveram no âmbito de nossas redes de contatos.

Em nossa metodologia, iniciamos nossa incursão no trabalho etnográfico em contextos digitais (Parreiras, 2011), buscando aprender mais sobre o que tem sido chamado de uma antropologia do digital por Horst e Miller (2012) ou de pesquisa no campo da cibercultura (Segata e Rifiotis, 2016), tomando os espaços das redes sociais – do facebook, do instagram e das lives nas plataformas de streaming – como uma extensão de nossas interlocuções, em territórios marcados por construções socioculturais, políticas, bem como de narrativas e relações de poder e de disputa, intensificadas pelas dinâmicas da pandemia de Covid-19.

As redes sociais – o facebook, o instagram e o youtube, entre outras – tornaram-se territórios digitais indígenas ocupados e produzidos pelo protagonismo dos povos ameríndios, isto tanto por lideranças quanto por organizações indígenas que publicaram opiniões pessoais de caráter público, veiculando mídias produzidas em seus cotidianos durante a pandemia, denunciando as invasões, reivindicando a proteção e desintrusão das terras indígenas, exigindo o atendimento à saúde e clamando por socorro às instituições de proteção aos direitos humanos e à sociedade civil mundial.

Esses territórios digitais indígenas se caracterizaram pela ocupação dos espaços das redes sociais com as reflexões dos povos indígenas sobre a pandemia, como uma consequência da exploração ambiental, situando as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos ameríndios enquanto serviços prestados ao bem estar da humanidade.

Desde o momento em que as medidas de distanciamento social se ampliaram, agravando os problemas sociais já existentes, as redes sociais também foram ocupadas por denúncias da situação de insegurança alimentar nas terras e comunidades indígenas. A partir daí, para além das discussões sobre cestas básicas, iniciam-se uma série de debates sobre a relação intrínseca da saúde dos corpos com a alimentação e o território que a produz.

Lideranças e organizações indígenas produziram publicações, notas de repúdio, vídeos, imagens, lives, participaram de entrevistas, campanhas de arrecadação online, shows beneficentes e reuniões institucionais junto aos órgãos do poder público e de defesa dos direitos humanos.

No primeiro abril indígena online do País, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e a rádio Yandé² transformaram as redes sociais em terra indígena, ocupando-a com memórias, histórias de luta e, sobretudo, com a música e arte indígenas, apresentando as performances do artista macuxi Jaider Esbell³, as canções de Djuena Tikuna⁴ e os diálogos com poetas, escri-

2 O Abril Indígena está disponível nas várias redes sociais: <https://radioyande.com/> <https://www.facebook.com/radioyande/> <https://www.facebook.com/apiboficial/> Acesso em 29 jul. 2020.

3 Considerado um dos expoentes da Arte Indígena Contemporânea, cujos trabalhos podem ser conferidos em sua rede social: <https://www.facebook.com/jaider.esbell> e em seu site <http://www.jaideresbell.com.br/site/> Acesso em 29 jul. 2020.

4 Jornalista, produtora cultural e cantora cujos trabalhos podem ser conferidos em <https://djuenatikuna.com/> e <https://www.facebook.com/DJUENA> Acesso em 29 jul. 2020.

tores, dezenas de lideranças, estudantes e pesquisadores indígenas conduzidos por Daiara Tukano, Sônia Guajajara e seus convidados.

Pajés de várias etnias, como por exemplo os Yawanawa do Acre, utilizaram os espaços digitais para continuar produzindo suas práticas de espiritualidade, evocando a ancestralidade, os cânticos, os rituais, as defumações, os banhos, os chás e benzimentos, transmitidos para além das malocas e das fogueiras das casas de reza⁵.

De maneira geral, os resultados apresentados neste artigo correspondem ao registro de uma situação social em andamento, em que luto e resistência se encontram inconclusos, da mesma maneira que a pandemia da Covid-19 no Brasil e no mundo.

1. Cenário etnográfico sobre os indígenas que vivem na cidade de Manaus

Segundo o IBGE (2010)⁶, os dados censitários produzidos sobre o Amazonas indicam um estado brasileiro com uma população indígena de 183 mil pessoas, 64 povos indígenas, falantes de 53 línguas, vivendo em 163 terras indígenas regularizadas pela FUNAI e com 206 unidades identificadas, mas sem nenhum processo de regularização.

Na antropologia, o conceito de processo de territorialização nos possibilita fazer uma leitura de como grupos étnicos se organizam ao longo da história, resignificando-a, atualizando os significados atribuídos às suas práticas tradicionais, produzindo

5 Como por exemplo Hushahu Yawanawá em live realizada no dia 25/04/2020, disponível em <https://www.facebook.com/100003094116314/videos/2855809484532161/> Acesso em 29 jul. 2020.

6 Dados disponíveis em <https://indigenas.ibge.gov.br/> e <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em 29 jul. 2020.

formas coletivas de existência, com a criação de organizações de representação político-administrativa, que atuam em unidades sociais como aldeia, comunidade, associações, união ou coordenação de povos indígenas. Conforme pontuou Oliveira:

A noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; e 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (Oliveira, 2016, p. 203).

O resultado dos processos de territorialização, segundo Almeida (2008), são as territorialidades específicas, determinadas por relações sociais assentadas na solidariedade, na ajuda mútua, na passagem de sujeitos atomizados para agentes coletivizados, com capacidade de mobilização e de enfrentamento aos seus antagonistas, exigindo o reconhecimento e o direito ao território enquanto comunidades tradicionais.

Esses conceitos permitem compreender o Amazonas como *locus* de inúmeros processos de territorialização, alguns já consolidados enquanto territórios étnicos, tal como as terras e comunidades indígenas com unidades territoriais de referência. Outros, objetos das lutas por meio de mobilizações pelo reconhecimento de direitos e das identidades étnicas a partir da atualização permanente de estratégias baseadas no modo de vida tradicional nos espaços urbanos, tal como tem destacado os mapeamentos de diversas territorialidades específicas em Manaus⁷.

7 Há mais de 10 anos, o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, coordenado pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, tem se dedicado a pesquisa colaborativa junto a coletivos indígenas na cidade de Manaus, por meio das oficinas de mapas que registram as narrativas históricas, os processos de luta e a organização de territórios étnicos em Manaus. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/fasciculos/> Acesso em 29/07/2020.

Diversos povos e comunidades tradicionais têm produzido essas territorialidades específicas, sobretudo em Manaus e outros centros urbanos. Dos 817.963 indígenas que vivem no Brasil, 315 mil pessoas de 300 etnias vivem nas grandes cidades, o que segundo o IBGE (2010) corresponde a 36,2% da população indígena de todo o País. Entretanto, mesmo ocupando os espaços de prestação de serviço, os postos de trabalho dos distritos industriais, os espaços das universidades e até mesmo alterando a estética territorial das ocupações irregulares e dos bairros periféricos da cidade, estas pessoas enfrentam práticas de invisibilização de suas existências.

O censo do IBGE realizado em 2010 é um dos exemplos que nos permite refletir sobre as condições objetivas de vida dos indígenas em Manaus, estimados em 4.040 indivíduos de 92 etnias, falantes de 36 línguas e vivendo em 62 bairros da capital amazonense.

Os dados produzidos pelo IBGE em 2010 fizeram com que organizações indígenas e pesquisadores como Teixeira e Mainbourg (2014) questionassem tais resultados. Na mesma época, o Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena (DSEI-Manaus) estimou atender uma média de 30 mil “indígenas aldeados⁸”, oriundos das comunidades situadas na área rural.

Entidades de representação indígena como a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e agências indigenistas como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) estimavam a população indígena na cidade de Manaus em números que variavam entre 10 e 20 mil pessoas, divergindo, mas dialogando com os dados do censo de 2000, quando o

8 A categoria “indígena aldeado” tem sido utilizada no âmbito das políticas de saúde para os povos indígenas para delimitar o atendimento apenas a população que vivem em aldeias com território reconhecido ou em processo de regularização junto aos órgãos oficiais, tais como as comunidades da área rural de Manaus, localizadas no Baixo Rio Negro e Rio Cuieiras.

órgão recenseador federal identificou 7.894 indígenas vivendo na área urbana de Manaus⁹, contingente populacional maior do que o produzido em 2010.

Bernal (2009), ao debruçar-se sobre os dados censitários da população indígena em Manaus, constatou problemas nos instrumentos e metodologias das pesquisas, além de traumas históricos com a sociedade regional, manifestações de violência no plano simbólico e outras vinculadas ao preconceito étnico, que condicionam à invisibilização histórica e o silenciamento destes indivíduos no momento dos registros populacionais, procedimento de controle estatal responsável pelo ocultamento destes indivíduos na construção do imaginário nacional e no reconhecimento de suas identidades (Oliveira, 2016).

Índios na cidade, índios citadinos, índios urbanos ou indígenas em contextos urbanos estão entre as várias categorias que surgiram no âmbito das produções acadêmicas sobre a presença e os fenômenos sociais produzidos por estas populações nas cidades.

Desde a década de 1960, a antropologia brasileira tem se ocupado de analisar os fenômenos socioculturais implicados à crescente visibilidade indígena nos espaços urbanos. Bernal (2009) menciona que os estudos sobre áreas de fricção interétnica no Brasil, coordenado por Roberto Cardoso de Oliveira, no início da década de 1960, inicialmente com os Tikuna (Alto Solimões, Am) e Terena (MT), posteriormente composto por Melatti, Larraia e DaMatta, com análises etnográficas junto aos Krahô, Assurini e Gavião no Tocantins, demonstram que, nas contradições e pressões que sofrem no espaço urbano, estes povos processam estratégias de sobrevivência e atualização de suas instituições

9 Segundo Bernal (2009), em 1999, uma equipe de pesquisadores da Universidade Federal do Amazonas publicou o relatório "Quando o mundo do índio é a cidade: migração indígena para Manaus", fruto de pesquisa domiciliar realizada para construção de um censo da população indígena em Manaus, cujo dado produzido estimou 8.500 "índios urbanos", expressão utilizada na época.

sociais, das formas de organização política e nas manifestações culturais (Bernal, 2009).

Na cidade de Manaus, os estudos sobre “índios citadinos em situação de proletarização” foram inaugurados por Romano (1982) e Fígoli (1985), que realizaram pesquisas etnográficas sobre o processo de organização étnica no momento em que os indígenas de várias regiões do Amazonas, entre os quais os Sateré-Mawé, espalhados em diferentes bairros e ocupações na periferia de Manaus, aglutinaram-se em torno de associações indígenas, como a Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé (AMISM), Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) e o Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas (MEIAM).

Essas organizações político-administrativas passaram a conduzir a autoafirmação étnica, a busca por reconhecimento e inclusão social, por meio de alternativas à geração de renda, como a produção de artesanatos e a criação de espaços de referência para continuidade do ensino das línguas indígenas e demais instituições culturais destes povos, conforme Bernal (2009), Almeida e Santos (2009) e Santos (2008, 2016) analisaram.

O período de consolidação das organização dos povos indígenas em Manaus foi objeto da pesquisa de Bernal (2009) e Silva (2001), entre outros das universidades Federal (UFAM) e Estadual (UEA) do Amazonas, que identificaram dados populacionais entre 10 mil e 30 mil pessoas. Além de dezenas de associações de representação política, principal estratégia de sobrevivência desses povos que vivem como trabalhadores informais, empregadas domésticas ou da venda de artesanatos, mantendo vínculo com seus territórios de origem e constituindo uma rede de acolhimento a indígenas oriundos do interior do Amazonas.

A presença das populações indígenas na cidade tem se construído a partir de fluxos dinâmicos de idas e vindas entre os ter-

ritórios constituídos na Amazônia rural e urbana, como descrito nas pesquisas de Onetti (2004), Rodrigues (2005), Oliveira (2007), Souza (2007, 2011), Santos (2007, 2015), Farias Júnior (2009), Santos (2008, 2016), Almeida e Santos (2009), Torres (et al., 2015), Andrade (2018), entre outros pesquisadores que atuaram em comunidades que se organizaram em torno de um ou mais grupos étnicos nos limites da Manaus urbana e rural.

As pesquisas de Santos (2016) e Pereira (2016)¹⁰ sintetizaram informações produzidas nos últimos 10 anos sobre povos indígenas na cidade de Manaus, indicando entre 34 e 60 etnias vivendo entre os territórios na área rural e em pelo menos 51 bairros de Manaus. Constatando ainda a tendência de formação de comunidades pluritétnicas envolvendo falantes de pelo menos 19 línguas em 51 bairros da cidade de Manaus.

Essas produções sobre populações indígenas em Manaus são essenciais para o entendimento do cenário que antecede a pandemia do novo coronavírus no Brasil. Contudo, tratam-se de dados, análises e perspectivas sobre grupos étnicos que ainda não foram apreendidas enquanto referências para as ações das agências do poder público, fato que se fez notar nas ações e, principalmente, na ausência destas, durante as situações de emergência da crise sanitária da Covid-19.

2. Uma Manaus Indígena

Estudos realizados por Freire (1994; 2004), Pinto (2006), Sampaio (2006) têm se debruçado sobre o pensamento social e a historiografia amazônica, analisando os relatos de cronistas, de religiosos, de naturalistas, além dos documentos com depoi-

10 Produção realizada em parceria com a Coordenação das Organizações Indígenas de Manaus e Entorno, disponibilizada no site: <https://www.indigenasemcidades.com/bi-biografia>. Acesso em 10/07/2020.

mentos de indígenas que atestam a presença multifacetada e permanente dos ameríndios na cidade de Manaus.

Ao revisitar a historiografia regional, Bernal (2009) relembra que em 1778, pouco mais de um século da criação cidade de Manaus, a população que ali vivia era de 220 índios, 34 brancos e 2 escravos negros. Citando ainda a utilização do trabalho de crianças indígenas como mão de obra e objeto do comércio presenciada pelo naturalista Alfred Wallace (1853) e, mais tarde, em 1875, a política civilizatória por meio da construção de obras públicas por trabalhadores indígenas enviados com esta finalidade para a recém criada província do Amazonas¹¹.

Ao refletir sobre a presença indígena na história da cidade de Manaus, Bernal contribui para consolidar a ideia de que este espaço sempre foi um território ocupado por indígenas:

Basta olhar os grandes prédios da cidade e pensar na quantidade de mão de obra necessária para a sua construção e sua manutenção; basta lembrar, também, do número de ocupações secundárias demandadas pelos colonos europeus e mestiços vindos do litoral e na área doméstica, ou nas atividades do rio: serventes, cozinheiros, construtores, portadores, pescadores, etc. Hoje, imigrantes voluntários em busca de trabalho e novas condições de vida; antigamente, escravos de um sistema econômico no qual a mão de obra indígena era apenas um recurso natural a ser explorado: os índios sempre estiveram presentes na vida de Manaus (Bernal, 2009, p. 28).

A cidade de Manaus, que foi atingida e se tornou um dos primeiros epicentros da pandemia da Covid-19 no Brasil, hoje é uma metrópole com mais de 2 milhões de habitantes. Diversas caracterizações e historicidades poderiam ser exploradas, mas vamos

11 Cf. Bernal, 2009, p. 28.

nos deter aqui apenas a uma rápida apresentação de três “espaços” urbanos distintos, todos marcados pela presença indígena.

Uma Manaus urbanizada, construída ao redor de prédios públicos coloniais, como o Teatro Amazonas, de condomínios residenciais e prédios, das fábricas do distrito industrial, polo que nos conecta às promessas de modernização do capital, mas que ocultam os arredores que cada vez mais se agigantam e lutam pelo direito à vida nos espaços da urbe.

A Manaus periférica, dos bairros sem saneamento básico, mantida isolada por péssimas condições do transporte público e que se organiza por meio de ocupações de moradia, fenômeno que ocorre desde a implantação do distrito industrial de Manaus nos fins da década de 1960, de onde nasceram os bairros da compensa, da redenção, da Cidade de Deus e do Tarumã, entre tantos outros onde residem as populações indígenas.

E a Manaus rural, situada no limite do urbano, nos fragmentos de floresta e nas beiras de rios que circulam a grande metrópole. Espaços onde vivem populações ribeirinhas, agricultores, comunidades indígenas e que sofrem pressão da especulação imobiliária e do turismo, como por exemplo o curso do Baixo Rio Negro, onde está localizado o Igarapé do Tarumã e as comunidades do Cuieiras¹².

A visibilidade da presença indígena nesses vários espaços da cidade de Manaus passou por muitas fases distintas. No final de década de 1980, os indígenas que estavam dispersos e individualizados construíram o processo de coletivização de suas lutas por meio da criação de associações e comunidades étnicas. Na

12 O turismo envolvendo povos indígenas na região do baixo Rio Negro e Rio Cuieiras tem sido objeto das pesquisas da socióloga Jocilene Cruz et al. (2019) que analisam os processos de territorialização destas comunidades e os conflitos envolvendo as unidades de conservação. Disponível em: <http://cipif.net/images/ANAIS%20-%201%20CIPIF.pdf> Acesso em 30 jul. 2020.

década de 1990, por meio das organizações indígenas, passaram a reivindicar o reconhecimento de suas identidades e, ao longo dos anos 2000, a cobrar políticas públicas diferenciadas para valorização cultural, geração de renda, educação e saúde.

Nesse período entre 2005 e 2011, segundo a pesquisa de Santos (2012), houve a criação de um núcleo de educação escolar indígena na Secretaria Municipal de Educação da cidade de Manaus (SEMED). Na prática, isso possibilitou a contratação de professores indígenas que atuam por meio de projetos pedagógicos especiais em espaços ou centros culturais, construídos por algumas dessas comunidades e mantidos pelo esforço de professores indígenas e de educadores indigenistas da agência municipal.

Mesmo com a consolidação desse espaço na SEMED, ainda não há nenhuma escola indígena em toda a área administrativa da capital amazonense e o número de coletivos indígenas que demanda e reivindica políticas públicas para a educação escolar indígena para a cidade de Manaus tem aumentado, tal qual os processos por reconhecimento de direitos étnicos diferenciados.

Na década passada, o contexto político mais favorável aos direitos humanos e pautas das minorias étnicas também oportunizou a participação de indígenas na gestão pública, tanto nos espaços de controle social como na gestão dos setores de agências públicas, como foi o caso da Fundação Estadual dos Povos Indígenas (FEPI), transformada em Secretaria de Estado dos Povos Indígenas (SEIND) e finalmente reduzida à Fundação Estadual do Índio (FEI), alocada enquanto apêndice administrativo de uma pasta genérica¹³.

13 A pesquisa de Daniel Tavares dos Santos (2016) sobre a criação e extinção da Secretaria de Estado dos Povos Indígenas oferece uma análise da relação entre estados e povos indígenas, além de dados etnográficos sobre as tensões e conflitos sociais envolvendo indígenas na cidade de Manaus no ano de 2009.

Na cidade de Manaus, as secretarias municipais de educação, saúde, assistência social, e seus respectivos conselhos, passaram a ter “coordenações” voltadas para o interesse dos povos indígenas. Isto se expressou em ações pontuais, que ofereceram oficinas de qualificação profissional, promoveram conferências sobre direitos indígenas, geração de renda, educação, valorização cultural e mapeamentos para políticas de assistências social.

Um dos símbolos desse momento político dos povos indígenas em Manaus acontecia no centro histórico, na Praça da Saudade. A Feira “Puka’a - Mãos da Mata” era realizada durante todo o segundo final de semana de cada mês e contava com exposição e venda de artesanato, culinária, shows e outras atividades. Montardo (2009, n.p.) registra que o site de “notícias da Prefeitura de Manaus dá ênfase no fato de que a iniciativa da realização da Feira é das associações indígenas e que são beneficiadas 40 famílias representando 17 grupos étnicos”. Nesse mesmo site era anunciado que no final de semana do dia 6 de junho de 2008, por exemplo, aconteceriam as seguintes apresentações musicais: “Ritual do Pajé”, junto com as danças e músicas tradicionais dos grupos Wotchmaücu e Bayaroá, na sexta-feira; no sábado, as apresentações de cinco grupos Miraigara, Magüta, Kocama e Munduruku, e, no domingo, os grupos Waranã-Mepyt, Mihehu, Inhaã-Bé, Mipinuncury, Waikihu e Aycunã da tribo Sateré-Mawé.

Esse é um exemplo de um momento em que as Associações Indígenas estavam conseguindo interlocuções com instituições e promovendo propostas para obtenção de garantias básicas previstas constitucionalmente, no âmbito da saúde, educação, soberania alimentar e moradia. Cenário que começa a mudar com o aumento do conservadorismo na gestão pública e com respostas violentas dos governos ao problema da moradia indígena na cidade de Manaus.

O episódio traumático ficou conhecido pelas autoridades locais como “caso Carbrás”, quando um movimento popular formado

por mais de 100 famílias, entre as quais estimavam-se entre 39 e 79 famílias indígenas, ocupou a área de 5.000m², conhecida como lagoa azul, no Parque São Pedro II, zona oeste de Manaus. As pesquisas realizadas neste contexto, entre as quais Almeida e Santos (2009) e Santos (2015), registraram os depoimentos dos indígenas que foram violentamente expulsos daquela área, como foi o caso da indígena Sateré-Mawé, que estampou as capas dos jornais, à época grávida e com o filho no colo, e foi covardemente golpeada em sua cabeça enquanto tentava sozinha conter o avanço tropa de choque da polícia militar¹⁴.

Foi a partir desse episódio que alguns políticos locais, nas proximidades do período eleitoral, passaram a discutir que a solução para o problema da moradia indígena em Manaus seria a criação de um grande parque indígena para abrigar o maior número de etnias. Segundo Santos (2015), as soluções da época especulavam quanto a criação de um bairro indígena com áreas de comércio, lazer e afirmação cultural, que ao passo que resolveria o “problema indígena em Manaus”, facilitaria o controle por parte do Estado.

Contudo, Santos (2015) afirma que o problema daquelas famílias indígenas não foi resolvido. A demanda por terra se transformou em demanda por moradia. Os grupos foram alocados na fila de espera das políticas da Superintendência Estadual de Habitação (SUHAB-AM), engrossando as estatísticas das mais de 18 mil pessoas sem moradia naquele momento histórico da cidade de Manaus.

14 A fotografia de Luiz Vasconcelos, publicada no jornal Acrítica de 10 março de 2008, registrou o momento em que a indígena Valda Ferreira de Souza, entre tantos outros indígenas, enfrentava o batalhão de choque da polícia militar. Com a cara pintada, grávida, com uma mão ela segurava o seu filho e com a outra fazia barreira contra os escudos do batalhão de choque da polícia militar que executava ordem judicial de reintegração de posse, conforme destacou reportagem especial da agência de jornalismo independente Amazônia real. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/uma-fotografia-ainda-pode-mudar-historia/> Acesso em 30 jul. 2020.

Na época, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ao ser chamada para intervir na proteção aos direitos dos indígenas, afirmou que dentro das prerrogativas da instituição não constava o atendimento aos “indígenas não aldeados”, categoria utilizada para tratar aqueles que residem fora das terras indígenas demarcadas, nas cidades, seja em comunidades organizadas, seja dispersos nos bairros.

Outras instituições governamentais, com apoio da mídia, de empresas de comunicação e grupos empresariais, levantaram suspeitas quanto à veracidade do pertencimento étnico desses indígenas, acusando-os de serem “falsos índios, descendentes de indígenas, índios misturados e outras categorias negativas”, conforme pontuou Pereira (2016, p. 3) cuja pesquisa realizada junto à Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno indicou pessoas de 34 etnias, falantes de 19 línguas, vivendo em 51 bairros da periferia, em terrenos irregulares, nas áreas de igarapés poluídos, sem água potável e saneamento, com infraestrutura urbana precarizada e políticas públicas de educação e saúde, em lugares com fortes índices de violência urbana.

Na última década o cenário dessa Manaus indígena tem sido marcado pela permanente luta no reconhecimento das identidades, das línguas, das manifestações rituais, religiosas, artísticas, das territorialidades pluriétnicas e pela efetivação dos direitos às políticas públicas constitucionais.

3. Estratégias de luta contra a Covid-19

Associações indígenas têm conduzido as estratégias de sobrevivência e luta dos povos indígenas em Manaus. Estas organizações indígenas têm sido criadas por coletivos familiares, comunidades étnicas, por grupos ou lideranças indígenas que buscam o protagonismo político. Isso se expressa num número muito dinâmico de entidades que são criadas e que às vezes desapare-

cem da arena política, como notou Tavares (2012) em sua etnografia sobre as organizações indígenas na Amazônia brasileira. As estratégias de luta que mapeamos a seguir, portanto, não alcançam a totalidade de agentes indígenas que neste momento atuam no enfrentamento da Covid-19 em Manaus.

Durante o período de pandemia, sobretudo no primeiro semestre de 2020, dedicamo-nos a acompanhar as publicações das redes sociais – facebook e instagram – organizando-as em uma planilha com as datas, o tema, os links de acesso às páginas das organizações e comunidades indígenas e um breve resumo do material publicado. Além das matérias jornalísticas em que os indígenas clamavam por ajuda e denunciavam a situação de insegurança alimentar e a falta de atendimento médico por parte do poder público responsável pelo subsistema de saúde indígena (SESAI/Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena) e da rede básica do SUS na cidade de Manaus.

Naquele período, também, realizamos alguns contatos por meio das nossas redes sociais e aplicativos de mensagens com objetivo de escutar o que as lideranças de algumas comunidades e organizações indígenas tinham a nos dizer e também no sentido de prestar solidariedade por meio das redes de apoio, do diálogo com os comitês de enfrentamento à Covid-19 e nas campanhas de ajuda humanitária emergencial com as quais tivemos contato.

O que destacamos abaixo são esforços na luta contra a fome gerada pelo súbito desemprego e fechamento dos espaços de trabalho e prestação de serviços dos indígenas em Manaus. A ocupação dos espaços das redes sociais para a criação de redes de solidariedade, de denúncia e de reflexão sobre as condições de vida e as desigualdades sociais vividas pelos povos indígenas na cidade.

3.1 COPIME – Coordenação das Organizações Indígenas de Manaus e Entorno

A COPIME foi fundada no ano de 2011, por ocasião do III Encontro dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno, evento realizado com apoio do Conselho Indigenista Missionário que cedeu o espaço da chácara Xare, localizada na BR-174. Desde a sua criação, estabeleceu o protagonismo indígena como base da filosofia política das lutas pelo acesso à saúde e educação diferenciadas, além do direito ao trabalho e do reconhecimento cultural das identidades étnicas dos indígenas que vivem nas cidades.

A COPIME se constituiu enquanto uma associação que reúne indígenas de diferentes etnias, vinculados a associações que representam especificamente comunidades de uma etnia ou pluriétnicas e famílias indígenas que vivem na capital amazonense, tanto na área rural pertencente à região administrativa da cidade quanto em ocupações territoriais nos municípios da chamada região metropolitana¹⁵.

Em 2011, 47 organizações indígenas na cidade de Manaus compuseram as entidades de base da COPIME, além de outras 12 representando a população indígena residente no “entorno” da capital. Ao final de 2019, 105 entidades político-administrativas que representam famílias indígenas, comunidades territorializadas em ocupações urbanas e associações localizadas nos bairros da cidade passaram a fazer parte das entidades associadas, aumentando o alcance das mobilizações e da visibilidade na última década.

15 Informações obtidas e consolidadas com base nas publicações de redes sociais e comunicações orais em palestras online. A categoria “entorno” é utilizada para indicar os indígenas que vivem nas áreas rurais da cidade de Manaus ou nos municípios que compõem a região metropolitana de Manaus – Rio Preto da Eva, Presidente Figueiredo, Itacoatiara, Careiro da Várzea, Iranduba, Manacapuru e Novo Airão.

A COPIME tem como duas de suas principais lideranças indígenas do povo Sateré-Mawé, Icles Turi e Marcivânia Vieira, respectivamente presidente e vice-presidente da organização, que em parceria com outros indígenas são responsáveis pela elaboração do planejamento de manifestações públicas, requerimentos de representação judicial junto ao Ministério Público Federal, representação política no diálogo com outras instituições do poder público local, como as secretarias municipais de educação e de saúde.

No âmbito da Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com os caciques e lideranças das comunidades indígenas situadas em Manaus e nas comunidades da área rural, a COPIME tem acompanhado os processos de contratação dos professores indígenas que atuam em projetos especiais de ensino da cultura e da língua indígena e também pressionado para que o órgão público execute e finalize as obras de construção dos centros culturais para abrigar as atividades promovidas pelos professores indígenas.

A judicialização de demandas baseadas nos direitos constitucionais também tem sido a principal estratégia da COPIME no que diz respeito ao acesso à saúde na rede básica, com atendimento diferenciado, conforme estabelecido pela legislação. Assim, essa organização indígena foi uma das entidades a assinar o termo de ajustamento de conduta da prefeitura de Manaus e que estabeleceu um prazo para que a Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) instituisse uma forma de acesso desses indígenas residentes em Manaus na rede de atenção básica, fato que se executou apenas na comunidade Tikuna do bairro da Cidade de Deus, visto se tratar de uma comunidade territorializada numa região onde há a existência de uma unidade básica de saúde, o que não ocorre nas demais comunidades em Manaus.

Nos primeiros meses do ano que antecederam a pandemia, a COPIME continuou a ocupar espaços de controle social, como

os conselhos municipais e estaduais de saúde, assistência social e meio ambiente, além de fazer-se presente em audiências públicas e apresentando as reivindicações dos povos indígenas que vivem em Manaus. Desta forma, assegurou não apenas o seu protagonismo como entidade de representação, mas, no que diz respeito à saúde, garantiu junto à SEMSA a inclusão da população indígena de Manaus nas campanhas de vacinação, inclusive na imunização de H1N1.

Durante a pandemia do novo coronavírus, os membros da coordenação da COPIME estiveram envolvidos nas atividades em cada uma das comunidades dos quais são membros efetivos. Assim, essa entidade manteve-se na cobrança das autoridades públicas quanto ao atendimento desses indígenas em Manaus e, tão logo a situação de insegurança alimentar se tornou uma realidade, iniciou uma campanha de arrecadação de alimentos e material de higiene.

Em parceria com a Pastoral Indigenista e a Arquidiocese de Manaus, a COPIME imediatamente montou um ponto de arrecadação no centro da cidade. Simultaneamente, passou a buscar ajuda dos parceiros que estabeleceu ao longo de sua atuação, inclusive cobrando publicamente a classe dos pesquisadores, que no início da pandemia ausentaram-se das ações de solidariedade, mas que em pouco tempo passaram a compor comitês de ajuda humanitária.

Com os crescentes pedidos de ajuda, não apenas dos indígenas que vivem na área urbana, mas ainda nas comunidades da área rural de Manaus, intensificaram o uso das redes sociais¹⁶, construindo uma rede de ajuda solidária envolvendo universidades, grupos do comércio varejista, algumas secretarias de estado, doações de ativistas, indivíduos da sociedade civil e ONGs de

16 A principal rede social da COPIME é o facebook: www.facebook.com/profile.php?id=100009877891694 Acesso em 29 jul. 2020.

outros países. Até a primeira quinzena de julho de 2020, a entidade estima ter atendido 15 mil indígenas de 105 comunidades, associações e famílias em situação de insegurança alimentar por meio da doação de cestas básicas de alimentos não perecíveis, frutas e tubérculos.

Marcivânia Sateré Mawé foi a liderança cujo rosto, os brincos de pluma e o cocar têm sido vistos com bastante frequência nos territórios digitais. Ela participa de reuniões online de caráter institucional junto ao Ministério Público Federal, Frente Parlamentar Indígena do Congresso Nacional, das lives promovidas por universidades, grupos de pesquisa, entidades de direitos humanos e de ação religiosa, oferecendo aos diálogos suas reflexões que levam em consideração a permanente desigualdade social, a invisibilização histórica dos indígenas que sempre viveram nas cidades, inclusive no período em que estas eram territórios originários, trazendo ao debate da saúde os problemas das desigualdades sociais.

Outro rosto conhecido da COPIME é o de Icles Turi Sateré-Mawé, a liderança que desde o primeiro mês da pandemia tem atuado não apenas nas redes sociais, mas *in loco*, no enfrentamento da fome nas comunidades indígenas. Sempre de máscara, no mês de maior letalidade do vírus, ele substituiu seu cocar por um escudo de proteção facial.

Desde o início da pandemia, por volta das 7h da manhã, há voluntários recebendo alimentos no centro de arrecadação da COPIME. Diariamente, essas arrecadações passam por higienização e armazenamento com o apoio de indígenas e aliados que ajudam na entrega das cestas básicas nas comunidades indígenas.

Turi Sateré-Mawé trabalhou em todos os esforços para a entrega dessas doações, buscando alcançar não apenas as comunidades com territorialidades consolidadas, como por exemplo os Tikuna da Cidade de Deus, os Kokama do Ramal do Brasileirinho, os

Sateré-Mawé das comunidades Yapirehyt na Redenção e Compensa, mas sobretudo para as famílias que estão espalhadas nos bairros periféricos da cidade, em comunidades sem território de referência ou sem organização político-administrativa.

3.2 AMISM - Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé

Esta entidade de representação político-administrativa é formada por mulheres Sateré-Mawé que vivem na cidade de Manaus e mantêm diálogos permanentes com as redes de parentesco e de solidariedade dos territórios do povo Sateré-Mawé da região do Baixo Amazonas. Conforme destacou a pesquisa do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (2008), ao perceber que, mesmo com diferentes processos de organização sociopolítica e territorial, as comunidades Sateré-Mawé Yapirehyt e Waikuru (localizadas no bairro da Redenção), Inhã-Bé e Mawé (no Igarapé do Tarumã-Açu), Waranã (Manaquiri) e Sahu-Apé (Irاندوبا) mantêm relações complexas que envolvem redes de parentesco, pertencimento étnico e memórias da migração dos territórios de origem¹⁷.

Na década de 1990, Zenilda Freitas e suas irmãs iniciaram as primeiras reuniões de mulheres Sateré-Mawé, criando em 1995 a Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé (AMISM)¹⁸, uma

17 Segundo o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (2009), o processo de territorialização do Sateré-Mawé em Manaus, Irاندوبا e Manaquiri tem ligação direta com a história de migração de Dona Tereza Ferreira de Souza que no final da década de 1960 chegou em Manaus com suas filhas, entre as quais Zenilda Aparício, fundadora da AMISM.

18 Segundo Onetti (2004, p. 07), a Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé (AMISM) foi fundada em Assembleia Geral realizada na comunidade indígena Ponta Alegre, no município de Barreirinha, estado do Amazonas, no dia 20 de agosto de 1995. Naquela ocasião, estiveram presentes representantes das Comunidades de Araticum, Bom Jardim, Vila Nova, São Miguel, Nova América, Mirituba, Simão, Molongotuba, Castanhal, São João, São Gabriel, Fé em Deus, Ponta Alegre, Nova Sateré, Guaranatuba, Manaus Parintins.

organização indígena que ganhou destaque político nacional e internacional, principalmente com a discussão de temas referentes às mulheres indígenas e aos direitos humanos na Amazônia.

Segundo Santos (2015), inicialmente a AMISM era coordenada por Zenilda Vilácio em conjunto às suas irmãs que também se constituíram enquanto destacadas lideranças femininas no âmbito da socialidade Sateré-Mawé em contexto urbano¹⁹. Com o seu falecimento no ano de 2007²⁰, a entidade passou a ser comandada por sua filha, Regina Vilácio, cujos esforços para manutenção se concentraram na geração de renda por meio do artesanato e a permanente ocupação de espaços de visibilidade na cidade de Manaus, com a participação em feiras nos espaços públicos, eventos nas universidades, institutos de pesquisa, fazendo-se presente nos fóruns de reivindicação por direitos sociais junto à prefeitura de Manaus e outras agências do Estado brasileiro.

Regina Vilácio é conhecida pela defesa do artesanato produzido por ela e outras mulheres que compõem a AMISM, ofício que mantém também como forma de celebrar a memória das matriarcas Sateré-Mawé, responsáveis pela organização, estratégias de sobrevivência e protagonismo político na cidade de Manaus e nos municípios da região metropolitana.

No primeiro mês de pandemia, em março de 2020, alguns indígenas envolvidos nas atividades da AMISM apresentaram sintomas da Covid-19, na medida em que a cidade inteira de Manaus viveu a pandemia. A partir desse momento, Regina colocou em

19 O protagonismo das mulheres Sateré-Mawé tem sido objeto das pesquisas de Torres (2014), entre outros intelectuais orientados por esta pesquisadora entre os quais Reis (2010) e Nascimento (2010).

20 De acordo com Santos (2015), Zenilda Vilácio nasceu na comunidade Ponta Alegre no Rio Andirá, município de Barreirinha. Faleceu em 30 de julho de 2007, aos 47 anos. Foi uma das mais importantes lideranças Sateré-Mawé e participou da criação da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB).

prática os saberes acumulados no tratamento de doenças com base no uso da medicina tradicional, fazendo chás e defumações com as plantas, folhas, raízes e cascas que dispõe por meio dos cultivos que mantém na área de sua residência ou que acessa por meio de trocas junto a outras Sateré-Mawé e demais indígenas na cidade de Manaus, conforme notaram Felix (2007) e Ser-tã (2018).

O autocuidado e o acolhimento por meio dos itinerários terapêuticos conhecidos pelos Sateré-Mawé têm sido utilizados como estratégia de sobrevivência aos efeitos biológicos causados pela Covid-19. Contudo, enquanto se protegiam, esses indígenas ingressavam em uma situação de insegurança financeira e alimentar, uma vez que a venda de artesanatos, sua principal atividade econômica fora interrompida e, simultaneamente, homens e mulheres que atuavam como prestadores de serviço perderam suas fontes de renda.

A necessidade de adquirir medicamentos indicados pela medicina ocidental para o tratamento da Covid-19 e a aquisição de alimentos os empurravam a uma situação de vulnerabilidade anteriormente superada pela organização coletiva. Assim, era necessário que a AMISM se reinventasse para que as famílias Sateré-Mawé resistissem a esta recente pandemia.

Enquanto os membros de sua família enfrentavam os sintomas da Covid-19, a filha de Regina, Samela Sateré-Mawé, estudante do curso de licenciatura em Biologia da Universidade do Estado do Amazonas, lançou-se como condutora do protagonismo da AMISM definindo a produção de máscaras respiratórias como uma estratégia de autocuidado e geração de renda, um item novo adicionado ao trabalho de produção artesanal deste coletivo indígena.

Para isso foi necessário um intenso processo de aprendizagem sobre o uso de máquinas de costura para aqueles que ainda não

tinham prática com estes aparelhos, a escolha dos tecidos com base nas orientações dos órgãos de saúde, os procedimentos de proteção respiratória e higiene das artesãs e artesão envolvidos nesa modalidade de trabalho, somados ao entendimento da importância da proteção respiratória neste contexto de pandemia.

Samela Sateré-Mawé tem sido uma das principais vozes da AMISM a ocupar os territórios digitais das redes sociais²¹. Por meio de publicações com textos, imagens, vídeos, ela também inseriu seu coletivo nas lives, participando de reuniões institucionais das agências de políticas públicas, atividades acadêmicas das universidades, grupos de pesquisa e de várias organizações locais, nacionais e internacionais em que tem constituído canais de divulgação, denuncia e ajuda humanitária aos povos indígenas.

Concomitante a esse aprendizado, a AMISM passou a ocupar as redes sociais, divulgando o trabalho de transformar sementes, miçangas e fibras vegetais nos colares, pulseiras, brincos e anéis com os quais estabeleceram a sua territorialidade e identidade étnica na cidade de Manaus, destacando as máscaras de proteção respiratória, descoradas com grafismos indígenas como o mais novo artesanato de sua produção, inclusive suscitando debates sobre os grafismos como uma produção artística e ancestral de inspiração livre dos criadores.

Para além da divulgação dos trabalhos da AMISM, as redes sociais deste coletivo de mulheres também foi veículo de denúncia ao descaso sofrido pelos povos indígenas que vivem na cidade de Manaus. Assim, a insegurança alimentar foi uma das pautas levantadas e que mobilizou novos e antigos parceiros que se somaram por meio de compartilhamentos e se materializaram em

21 Entre as principais redes sociais utilizadas pela AMISM podemos citar o facebook: <https://www.facebook.com/amism.sateremawe> e o instagram: https://www.instagram.com/amism_sateremawe/ Acesso em 29 jul. 2020.

doações de cestas básicas não apenas para esse coletivo, mas por meio deste, para outras famílias indígenas.

3.3 Wotchimaücü – Comunidade Tikuna no bairro Cidade de Deus

De acordo com Cardenes (2018), os Tikuna habitam terras e comunidades indígenas ao longo de todo Rio Solimões, incluindo a cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas. As Terras Indígenas desse povo começaram a ser regularizadas a partir da década de 1980, no contexto de dramáticos episódios de violência contra estes indígenas numa ação comandada por fazendeiros e comerciantes locais que ficou conhecida como “o massacre do igarapé do capacete²²”.

Concomitante à luta pela terra, os Tikuna voltaram seus interesses aos processos de escolarização bilíngue. Assim, na década de 1990, tinham como principais pautas de luta a gestão territorial, a saúde e a educação diferenciada, mobilizando-se e se fazendo representar por organizações indígenas como o Conselho Geral da Tribo Tikuna (CGTT), a Organização Geral dos Professores Tikuna Bilíngues (OGPTB) e a Federação das Organização, Caciques e Comunidades Indígenas Tikuna (FOCCIT), além de tantas outras que foram identificadas no mapeamento das organizações indígenas realizado por Tavares (2012).

No ano de 2014, os Tikuna foram considerados pelo censo realizado pelo IBGE enquanto o povo indígena com a maior população em relação à demografia de outros povos do Brasil. O crescente contingente populacional desse povo é visível nas cidades ao longo de

22 Esse episódio de violência ocorrido na comunidade de São Leopoldo na foz do igarapé do capacete, por ocasião de uma assembleia dos Ticuna, foi registrado pelo Centro Magüta de Documentação (1988) e publicado sob o título “Rü aü i ticunagü arü wu'i - A lágrima Ticuna é uma só”.

todo o Rio Solimões e em Manaus, onde criaram uma comunidade e uma associação no bairro Cidade de Deus.

De acordo com a pesquisa de Clayton Rodrigues (2005), os Tikuna que vivem no bairro da Cidade de Deus inicialmente estavam organizados em sete famílias, totalizando 53 pessoas que migraram para a cidade de Manaus em busca de trabalho, escolarização, ascensão profissional ou simplesmente acompanhando seus pais na vida na cidade grande.

Numa das ruas do bairro Cidade de Deus, zona leste de Manaus, construíram o Centro Cultural dos Tikuna, sede da Associação, ao redor do qual vivem 12 famílias, totalizando 119 pessoas. Devido ao sucesso de sua organização coletiva, a Associação da Comunidade Wotchimaücü passou a ser composta por indígenas Tikuna residentes em outros bairros da cidade, hoje alcançando algumas centenas de associados.

Música e arte sempre foram as principais estratégias de afirmação étnica na cidade de Manaus. O grupo Wotchimaücü, formado por mulheres e homens, apresenta-se em exposições, feiras, atividades acadêmicas de escolas e universidades, comemorações e protestos do movimento indígena em Manaus. Todas as mulheres desse grupo atuam na produção de artesanatos que são comercializados nas ocasiões de suas apresentações externas e no espaço do Centro Cultural Tikuna, localizado no bairro Cidade de Deus. O grupo gravou o disco compacto (CD) Wotchimaücü, que é vendido também nessas ocasiões (Lins, 2017).

O Centro Cultural dos Tikuna é um espaço decorado com grafismos das cestarias, personagens e imagens do ritual de Wörecu, uma das manifestações culturais mais conhecidas deste povo. Esta comunidade também é base de referência sociocultural e política para outros artistas indígenas, como a cantora Djuena Tikuna, primeira artista indígena a se apresentar como prota-

gonista e responsável pela primeira mostra de música indígena realizada no Teatro Amazonas. Ela é irmã do jovem ator Anderson Tikuna, que além de participar de curtas-metragens, estreou como protagonista do filme *Antes o tempo não acabava* (2016)²³.

Os Tikuna da Cidade de Deus são uma referência em organização política e comunitária na cidade de Manaus. Com um núcleo da comunidade pequeno, a associação da comunidade Wotchimaucu reúne mais de 400 Tikuna que vivem em outras zonas da cidade.

Por meio de sua organização, conquistaram o agendamento para indígenas na unidade básica de saúde com intermediação da SEMSA. No período da pandemia, receberam vacinação e atendimento de uma equipe do atendimento municipal. Porém, pouco tempo depois, os moradores das residências no bairro da Cidade de Deus iniciaram a publicação de mensagens nas redes sociais pedindo ajuda em relação à situação de insegurança alimentar. Ainda em março, utilizaram as redes sociais²⁴ para comunicar que estavam doentes e iniciou-se um processo de mobilização de parceiros, sobretudo com a doação de alimentos.

No ápice da pandemia em Manaus, quando houve mais de 100 mortes no período de 24h, os Tikuna da Cidade de Deus tiveram o óbito do professor da comunidade, Aldenor Basque, natural de Benjamin Constant, egresso do magistério indígena da OGPTB²⁵.

23 Lançado no ano de 2016, com Direção de Sérgio Andrade e Fábio Baldo, produzido no Brasil e na Alemanha, tendo como protagonista principal Anderson Tikuna.

24 A Associação da Comunidade Wotchimaücü utiliza o facebook como principal rede social. <https://www.facebook.com/wotchimaucucw> Acesso em 29 jul. 2020.

25 Sobre a protagonismo Tikuna na conquista da educação escolar indígena básica e no ensino superior, ver: Cardenes, 2018.

Foi somente após o período de perda de Aldenor e da recuperação de saúde dos moradores do núcleo da Cidade de Deus que eles conseguiram iniciar seu processo de organização. Rapidamente lançaram uma vaquinha virtual para aquisição de remédios e alimentos. E pela repercussão da perda de um de seus entes queridos, passaram a receber ajuda de uma universidade particular que disponibilizou um ponto para higienização das mãos²⁶.

3.4 Centro de Medicina Indígena

O Centro de Medicina Indígena Baseri Kowí foi criado em 2009 por esforços de uma família de indígenas Ye'pâ-masa (Tukano) da região do Alto Rio Negro. Naquele ano, o episódio envolvendo o acidente de uma jovem menina que havia sido picada por uma cobra venenosa e removida da aldeia para o atendimento médico em Manaus colocou-se no foco das discussões sobre os direitos dos povos indígenas, não apenas ao atendimento diferenciado, mas no respeito e reconhecimento de seus saberes e práticas de saúde.

Diante da avaliação do quadro clínico da jovem Ye'pâ-masa, a recomendação médica era salvar a vida da criança mediante a amputação de um de seus membros inferiores. Este tratamento foi considerado inadequado pelos seus familiares, sobretudo os mais velhos que eram Kumü²⁷, especialistas da medicina tradicional no Alto Rio Negro e que propuseram um tratamento em conjunto com as práticas médicas para evitar a cirurgia que consideravam desnecessária, mas diante da incompreensão médica,

26 O ponto de higienização das mãos foi feito com base no modelo utilizado em alguns campos de refugiados atendidos por agências de ajuda humanitária, como o Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR). Consiste num tambor de plástico de grande volume com uma torneira e uma pia instalada.

27 *Kümü* no singular e *Kumuã* no plural são os termos utilizados pelos Yepah-Masah para tratar os sábios especialistas em rezas, benzimentos e procedimentos de cura, popularmente conhecidos como pajés.

também foram proibidos de realizar suas práticas no hospital em que a jovem estava internada²⁸.

João Paulo Barreto, advogado e antropólogo indígena, conduziu seus parentes Kumuã até uma reunião entre Ministério Público Federal e a equipe médica responsável pelo tratamento. Em um vídeo de apresentação do Centro de Medicina Indígena²⁹, ele afirma que o médico responsável os indagou sobre os motivos que os faziam achar que a cirurgia não deveria ser feita e, mas sem aguardar a resposta dos especialistas Tukano, afirmou que havia estudado oito anos de curso de medicina e que sabia o que era melhor para a menina, deixando a sala de reuniões e gerando indignação.

Com o Ministério Público Federal advogando pela realização do atendimento dos Kumuã enquanto um direito constitucional, o hospital foi obrigado a permitir que a jovem fosse atendida pelos itinerários terapêuticos de seu povo. Na conclusão desse episódio, não houve necessidade de cirurgia de amputação e a criança se recuperou contando com o acompanhamento médico e xamânico.

Segundo João Paulo Barreto³⁰, aquele momento de indignação o fez pensar em “qual seria a melhor maneira de mostrar para a sociedade e para a classe médica como funcionam os conhecimentos Tukano, como os Kumuã operam para curar as doenças e quais as concepções e técnicas para tratamento de doenças”. Estas questões o conduziram à pesquisa de doutorado em antropologia, a qual tem se dedicado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Amazonas.

28 A jornalista Elaíze Farias tem se dedicado ao registro desse episódio desde o seu acontecimento em 2009, publicando alguns de seus trabalhos no site da agência de jornalismo independente Amazônia real. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/centro-de-medicina-indigena-da-amazonia-e-mais-visitado-por-mulheres/> Acesso em 17 jul. 2020.

29 Vídeo disponível no YouTube: <https://tinyurl.com/y6faaeeb> Acesso em 17 jul. 2020.

30 Depoimento registrado no vídeo institucional do Centro de Medicina Indígena. Disponível em: <https://tinyurl.com/y6faaeeb> Acesso em 17 jul. 2020.

O amadurecimento das reflexões em torno do diálogo da medicina tradicional com a medicina ocidental logo se tornou ponto de articulação junto ao Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), que cedeu o prédio localizado no centro da cidade de Manaus para a sede do Centro de Medicina Indígena³¹.

O Centro de Medicina indígena passou a funcionar diariamente em horário comercial. Oferece o agendamento de consultas com os especialistas em medicina indígena do Alto Rio Negro a preços populares. Comercializa produtos usados na medicina tradicional, como garrafadas, cascas, ervas, raízes, tinturas, pomadas e rapés. Além da venda de livros produzidos pelos pesquisadores Tukano e artesanatos produzidos pelas mulheres do Alto Rio Negro, o espaço também é utilizado pelo grupo de música indígena Kariçu. E, entre suas atividades, promove a exibição de filmes sobre a temática indígena, eventos de gastronomia e música indígenas.

No mês que antecedeu a chegada da pandemia em Manaus, o Centro de Medicina Indígena suspendeu suas atividades para promover uma reforma realizada pelos seus colabores, incluindo os Kumuã, que, apesar do trabalho extra, continuavam com as consultas ao público em horário reduzido. Em 24 de março, com o início da pandemia na capital amazonense, o centro de medicina suspendeu suas atividades até a liberação por parte das autoridades sanitárias.

A suspensão das atividades do Centro de Medicina Indígena, entre as várias preocupações com a saúde, tinha atenção especial com os Kumuã, pois todos os indígenas que possuem conhecimento nos *basese* (benzimentos, rezas e cânticos) possuíam

31 O prédio localizado na rua Bernardo Ramos, centro histórico da cidade de Manaus, foi utilizado como sede de um dos primeiros projetos de comercialização de artesanato, a Yakinõ, cujo encerramento se deu ainda nos anos 2000.

idade avançada. Assim, antes do agravamento dos casos em Manaus, esses indígenas mantiveram-se isolados em suas residências enquanto alguns decidiram voltar para as comunidades na região de São Gabriel da Cachoeira, Alto Rio Negro.

Quando o Centro de Medicina Indígena teve problemas financeiros para continuar mantendo seu espaço, iniciou uma série de parcerias com artistas organizando uma das primeiras lives entre os indígenas de Manaus. A live era um show que tinha por objetivo a arrecadação de doações financeiras e foi transmitida pelas redes sociais com ajuda de um artista musical³².

Posteriormente, o coordenador do Centro de Medicina Indígena esteve envolvido em mais um movimento pelo reconhecimento das práticas de saúde. Com o adoecimento de Higino Tuyuka³³, um sábio conhecedor da região do Alto Rio Negro, o coordenador João Paulo foi até a Ala de Internação Hospitalar Indígena do Hospital Nilton Lins para entregar um “medicamento tradicional”, uma garrafa com água e benzimentos, mais uma vez sendo impedido, mas fazendo valer seus direitos.

3.5 O Parque das Tribos

Parque das Tribos é o nome dado à ocupação urbana que inicialmente foi pensada como um bairro composto por indígenas de diferentes etnias e sinalizado como projeto modelo pela prefeitura de Manaus, por volta dos anos de 2009 e 2010, no momento posterior à violência policial exercida sobre indígenas que ocupavam uma localidade conhecida como lagoa azul, no bairro da Carbrás, zona oeste da capital amazonense.

32 Transmitida pelo instagram e facebook do Centro de Medicina Indígena com apoio do DJ Vinicius Burlamaque Feder.

33 <http://taquiprati.com.br/cronica/1530-higino-e-a-pedagogia-tuyuka-espancando-a-dor?fbclid=IwAR0xnqbjhVah0oV-YQX1uXs2hLcnjQBTDTIWYVfEx5WrsIDnjHpiR7RuWNM>

Localizado em área de preservação ambiental e de intensa especulação imobiliária, o Parque das Tribos se consolidou como território de referência para 700 famílias, de 35 etnias e falantes de 14 línguas.

Quando a pandemia de Covid-19 se iniciou, atingindo os setores de prestação de serviços, praticamente todos os moradores do Parque das Tribos foram atingidos e ficaram sem os trabalhos remunerados que permitiam os sustentos de suas famílias. O próprio artesanato, uma das principais formas de geração de renda das mulheres, também deixou de ser vendido.

Isolados em casa, não tardou para que a insegurança alimentar os atingisse. Assim, ainda em março de 2020, os primeiros apelos diante da perda dos trabalhos na prestação de serviços e da impossibilidade da venda dos artesanatos foram os pedidos por alimentos e material de higiene.

Nas primeiras semanas da pandemia, a liderança Vanda Witoto e sua mãe conduziram um grupo de mulheres para que produzissem máscaras de proteção respiratória. Com poucas máquinas de costura e, em princípio, com tecido de TNT, essas mulheres se revezaram na produção distribuída gratuitamente aos moradores.

Porém, não demorou que os moradores do Parque das Tribos tivessem sua saúde afetada pelos efeitos do coronavírus. Em suas casas, mantiveram-se em isolamento e sem atendimento médico enquanto os sintomas se agravavam. Nesse período, utilizaram dos conhecimentos e práticas de medicina tradicional disponíveis para o autocuidado.

Sem orientação quanto ao autodiagnóstico dos sintomas que se agravavam e sem atendimento médico, recorreram à técnica de enfermagem Wanda Witoto, a única profissional de saúde do local, estudante de pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas e funcionária da Fundação de Medicina Alfredo da Matta.

Vanda Witoto foi a primeira profissional de saúde a atuar sozinha, visitando seus vizinhos de casa em casa, aferindo-lhes a pressão arterial, medindo a temperatura, avaliando a oxigenação no sangue, orientando quanto às medidas de isolamento e conduzindo os casos mais graves para o atendimento médico nos hospitais de referência.

Quando houve a necessidade de remoção de pacientes com sintomas graves, foi Vanda quem buscou ajuda do Serviço Público de Ambulâncias, o SAMU. Em uma das lives que participou, ela explicou que ao solicitar o serviço precisou ter paciência para explicar ao atendente que os indígenas que vivem na cidade não são atendidos pelo Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena de Manaus. Com a insistência de Vanda, o atendimento do SAMU resolveu coletar os dados de endereço para enviar uma ambulância ao local. Contudo, como o bairro Parque das Tribos não está georreferenciado e não possui ponto de referência³⁴, o serviço comunicou a impossibilidade de atender sua solicitação. Assim, foi Vanda e seu esposo que conduziram pacientes com sintomas graves para os hospitais³⁵.

Vanda tem sido a principal liderança do Parque das Tribos a ocupar as redes sociais. Inicialmente, com os pedidos de ajuda, construiu parcerias com artistas locais, como a cantora Márcia

34 Quando os bairros não possuem endereço georreferenciado no mapa da cidade, os pontos de referência solicitados pelo SAMU são prédios públicos ou comerciais, inexistentes no bairro Parque das Tribos, localizado na área florestal do Tarumã, entre os limites do aeroporto e afluentes do Rio Negro. Para algumas regiões localizadas às margens do Rio Negro, consideradas perímetro urbano e área rural de Manaus, a prefeitura dispõe do Serviço Ambulatório Emergencial Fluvial, conhecido como “ambulancha”, com função de remoção de enfermos em situação de emergência.

35 O episódio envolvendo o SAMU foi narrado em diálogo com as lideranças indígenas do Parque das Tribos. Nas entrevistas e pronunciamentos sobre a crise sanitária entre os indígenas, Vanda Witoto tem conservado essa denúncia como um dos fatos que expressa a realidade dos povos indígenas em Manaus. Cito como exemplo o diálogo com a Deputada Federal Joênia Wapichana, coordenadora da Frente Nacional Indígena de Combate à Covid-19 entre os povos indígenas.

Novo, criadora da campanha vidas indígenas importam. No decorrer da pandemia, ocupou e produziu espaços nas redes sociais com artistas, acadêmicos, instituições públicas, participando em alguns momentos da frente parlamentar de apoio à causa indígena da deputada federal Joênia Wapichana.

Durante o agravamento da pandemia em Manaus e concomitante à crise política no Ministério da Saúde, Vanda e outras mulheres do Parque das Tribos protagonizaram um protesto em frente ao Hospital de referência ao tratamento de vítimas da Covid-19 em Manaus. Na ocasião da visita do ministro da saúde e sua equipe, o protesto fez com que o órgão federal sinalizasse para a construção da primeira entre 18 Alas Hospitalares para indígenas no País. Além disso, a prefeitura de Manaus instalou temporariamente uma Unidade Básica de Saúde Móvel para atendimento de indígenas no Parque das Tribos³⁶.

Como já mencionamos, as lutas pelo reconhecimento dos indígenas residentes na cidade de Manaus são anteriores à eclosão da pandemia que escancarou as desigualdades sociais e condições insalubres em que estas populações vivem na área urbana. Infelizmente, muitas das ações que foram tomadas pelos órgãos públicos e parcerias privadas foram cessadas, assim que, midiaticamente, o auge da pandemia foi considerado sanado.

Considerações Finais

Frente à situação de pandemia, as memórias dos povos indígenas foram ativadas, fazendo vir à tona experiências históricas, algumas que recuam num tempo distante, outras nem tanto,

36 Conforme avaliou e apurou a reportagem especial da agência de jornalismo independente Amazônia real. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/coronavirus-como-um-protesto-de-tres-mulheres-indigenas-mudou-o-atendimento-de-saude-no-parque-das-tribos/> Acesso em: 07 jul. 2020.

mas que fundamentaram as estratégias de resistência por meio de saberes e práticas socioculturais de autocuidado, com base na medicina tradicional e no enfrentamento político coletivo, promovendo respostas rápidas aos iminentes riscos aos quais estão expostos, simultaneamente com a pandemia de Covid-19 e com as claras políticas de morte do Estado brasileiro.

Por meio de lideranças, de associações comunitárias e organizações indígenas de abrangência local, regional e nacional, os coletivos indígenas na cidade de Manaus fizeram parte da criação de territórios digitais, não apenas ocupando as redes sociais, mas produzindo conteúdo, mídias, redes de solidariedade e de reflexão.

Nestes territórios digitais, as reflexões indígenas expõem que os processos anteriores de invisibilização e negação de direitos submeteram estes povos a condições de vida à margem dos serviços mais básicos necessários à sobrevivência. A desigualdade social urbana na qual estão envolvidos são antigas, diferentemente da pandemia do novo coronavírus, responsável por escancarar a situação dos indígenas na cidade de Manaus, conforme tem pontuado Marcivânia Sateré-Mawé, uma das representantes da COPIME.

Como vimos, a cidade de Manaus foi constituída com a presença indígena. Esta é invisibilizada, como aconteceu também no restante do Brasil, num apagamento violento, linguístico e cultural, que podemos considerar como etnocídio. O autossilenciamento das origens indígenas foi uma estratégia de sobrevivência, que tem sido modificada, em parte, nos movimentos por conquista de moradia e outros direitos, conforme apontamos. Muitas famílias vieram para Manaus, motivadas pelas promessas de uma vida melhor, com acesso ao atendimento básico de saúde, em busca da educação para os filhos, enfim, por várias razões, exercendo seu direito à mobilidade. Muitas delas mantêm uma

circularidade com seus locais de origem, recebendo e servindo de apoio para outras famílias que seguem chegando em Manaus.

A negação de direitos com base na ideia assimilacionista de que os indígenas que vivem nas cidades são menos indígenas, que perderam suas práticas socioculturais, tem sido atualizada por meio da categoria “índios desaldeados”, um movimento classificatório cruel e que alija estes povos ameríndios dos direitos conquistados no Brasil, colocando suas vidas em risco no contexto da pandemia.

Referências

Almeida, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombos, terras indígenas, “babaquais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

Almeida, Alfredo W; Santos, Glademir S. (Org.). **Estigmatização e território** – Mapeamento situacional dos indígenas em Manaus. 1ed. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

Andrade, Jose. A. A. D. **“Tudo pra onde eu chego tenho minha casa”:** Mobilidade, Parentesco e Territorialidade Sateré-Mawé entre Cidades Amazônicas. 350 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Bernal, Roberto Jaramillo. **Índios urbanos:** processo de reconformação das identidades étnicas indígenas em Manaus. Tradução de Evelyne Marie Therese Mainboug. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas/Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2009.

Cardenes, Luciano. **Da tutela à interculturalidade:** projetos indigenistas, educação superior e autonomia Tikuna, 359 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2018.

Cruz, Jocilene et al. A Criação de Comunidades Indígenas em Unidades de Conservação no Baixo Rio Negro - AM: Processos de Territorialização e os conflitos eminentes. **Anais do I Congresso Internacional sobre Povos Indígenas e Fronteiras Amazônicas.** Tabatinga: Editora da UEA. 2019.

Farias Júnior, Emmanuel. **Terras indígenas nas cidades**: Lei municipal de desapropriação nº 302 Aldeia Beija-flor, Rio Preto da Eva, Amazonas. Manaus: UEA Edições, 2009

Fígoli, L. H. G. Identidad Regional y “Cabocismo” : Indios del Alto Rio Negro em Manaos. **Anuário Antropológico**, v. 83, 1985, p. 119-154.

Freire, José de Ribamar Bessa. **Rio Babel**: a história das línguas na Amazônia. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, Atlântica Editora, 2004.

Freire, José de Ribamar Bessa. Manaos, Barés e Tarumas. In: Geraldo Sá Peixoto Pinheiro (org) - História em Novos Cenários. **Revista AMAZÔNIA EM CADERNOS do Museu Amazônico**, da Universidade Federal do Amazonas ,vol. 1, 2, nºs 2/3 dez 1993/1994.

Horst, Heather A.; Miller, Daniel (Eds.) **Digital Anthropology**. London: Berg Publishers, 2012.

Kopenawa, Davi; Albert, Bruce. **A queda do céu**: Palavras de um xamã yanomami; tradução Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Krenak, Ailton. **Idéias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Lagrou, Els. Nisun: A vingança do povo morcego e o que ele pode nos ensinar sobre o novo coronavírus, **Jornalistas Livres**, 2020. Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/nisun-a-vinganca-do-povo-morcego-e-o-que-ele-pode-nos-ensinar-sobre-o-novo-coronavirus/.2020>>. Acesso em 13 jun. 2020.

Lins, Danielle C. O Fazer musical tikuna na análise etnomusicológica do CD “Wotchimaucu”. **Wamon - Revista dos alunos do PPGAS da UFAM**. Manaus: UFAM. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/wamon/article/view/2290>>.

Montardo, Deise Lucy O. **Através do Mbaraka** - Uma antropologia da música e da dança Guarani. São Paulo: Edusp, 2009.

Montardo, Deise Lucy O. Índios na Cidade: Facetas da Arte no encontro intercultural. In: Almeida, Alfredo W; Santos, Glademir S. (Org.). **Estigmatização e território** – Mapeamento situacional dos indígenas em Manaus. 1ed. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009, p. 153-161.

Oliveira, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

Oliveira, Liliane Costa de. **Identidade e tradição**: a mulher indígena Sateré-Mawé da comunidade Y’apyrehyt. Monografia (Curso de Ciências Sociais), Universidade Federal do Amazonas, 2007.

Onetti, Maglúcia I. de Assis. **Amism (Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé) e sua atuação no Movimento Indígena na cidade de Manaus.** Monografia (Curso de Ciências Sociais), Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2004.

Parreiras, Carolina. “Não leve o virtual tão a sério”? – uma breve reflexão sobre métodos e convenções na realização de uma etnografia do e no on-line. In: Feriani, Daniela Moreno et al (Org.) **Etnografias, etnografias:** ensaios sobre a diversidade do fazer antropológico. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011, p. 43-58.

Pereira, José Carlos M. **Indígenas na metrópole:** lutas multiétnicas e identidade coletiva na cidade de Manaus (AM), 2016. Disponível em <https://portal.ufrj.br/wp-content/uploads/2018/06/Os-ind%C3%ADgenas-na-cidade-de-Manaus-Versão-final.pdf>. Acesso em 10 dez 2020.

Pinto, Ernesto Renan Melo de Freitas. **A viagem das ideias.** Manaus: Editora Valer, 2006.

Projeto nova cartografia social da Amazônia. **Indígenas nas cidades de Manaus, Manaquiri e Iranduba:** processo de territorialização dos Sateré-Mawé. Série Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia. Fascículo 23. Manaus, Agosto de 2008.

Reis, Wagner Marques. **Das Margens dos rios a margem da sociedade:** trajetórias de mulheres sateré-mawé no trabalho doméstico em Manaus (AM). Dissertação de Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia, 2010.

Rodrigues, Clayton. **Os Ticuna em Manaus:** migração e etnicidade. Monografia. (Curso de Ciências Sociais) Universidade Federal do Amazonas, 2005.

Romano, Jorge O. **Índios proletários em Manaus:** el caso de los Sateré-Mawé citadinos. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Antropologia) Universidade de Brasília, 1982.

Sampaio, Daiara H. F. S. UKUSHÉ KITI NIÍSHÉ - Direito à memória e à verdade na perspectiva da educação cerimonial de quatro mestres indígenas. 194f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

Sampaio, Patrícia Melo. ERTHAL, Regina de Carvalho. **Rastros da memória:** histórias e trajetórias das populações indígenas na Amazônia. Manaus; Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006.

Santos, Daniel T. dos. **Estado e povos indígenas no Amazonas:** uma reflexão sobre os processos de intervenção estatista. 126 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

Santos, Glademir S. dos. **Identidade étnica: os Sateré-Mawé no Bairro da Redenção**, Manaus – Am. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) Manaus: UFAM, 2008.

Santos, Glademir S. dos. **Territórios pluriétnicos em construção: a proximidade, a poiesis e a praxis dos indígenas em Manaus**. 430 f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

Santos, Jonise Nunes. **Educação escolar indígena no município de Manaus (2005-2011)**. 129 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

Santos, Luciano Cardenes. **Etnografia sateré-mawé: Sahu-Apé, cultura e turismo**. Manaus: Valer, 2015.

Santos, Luciano Cardenes. **Mira Nyengatu: identidade e territorialização da comunidade indígena Terra Preta (Baixo rio Negro, Amazonas)**. Monografia (Curso de Ciências Sociais), Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2007.

Segata, Jean; Rifiotis, Theophilos (Org). **Políticas etnográficas no campo da cibercultura**. Brasília: ABA publicações; Joinville: Editora Letradágua, 2016.

Sertã, Ana Luisa A. M. **Seguindo Sementes: Circuitos e Trajetos de Mulheres Sateré-Mawê Entre Cidade e Aldeia**. Col Antropologia Hoje. São Paulo: Ed Gramma. 2018.

Silva, Raimundo Nonato Pereira da. **O Universo Social dos Indígenas no Espaço Urbano: identidade étnica na cidade de Manaus/AM**. 2001. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

Souza, Kalinda F. de. **O uso de plantas medicinais entre os Sateré-Mawé nos processos saúde/cura/doença**. Monografia (Curso de Ciências Sociais) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007.

Souza, Kalinda F. de. **Regimes e transformações cosmológicas da pajelança Sateré-Mawé**. 151 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

Tavares, Inara do N. **Formar gestores indígenas e fazer trajetórias: configurações das políticas indígenas e indigenistas no médio Solimões**. 110 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) -- Universidade Federal do Amazonas, 2012.

Teixeira, P; Mainbourg, E. O que os dados dos censos demográficos do Brasil mostram sobre o crescimento da população indígena nas cidades. In: **XIX**

ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Anais... São Pedro: Abep, 2014.

Torres, Iraíldes Caldas. **Mulheres Sateré-Mawé a epifania de seu povo e suas práticas sociais.** Manaus: Valer Cultural, 2014.

Recebido em 04/08/2020

Aprovado em 17/11/2020

Da nostalgia ao futuro: o passado como memória afetiva da cidade na imaginação de um futuro pós-pandêmico

*Marina Leitão Damin**

*Alyne Fernanda Reis***

Resumo

Este artigo objetiva caracterizar a cidade como um espaço de produção de memória; relacionar tempo, memória e nostalgia; e identificar os objetos digitais no Instagram como mediadores de memória, analisando-os durante a pandemia de COVID-19. Utiliza como metodologia uma pesquisa bibliográfica aliada às análises qualitativas e quantitativas, imagética e textual, das publicações feitas na plataforma Instagram, de março a julho de 2020, e filtradas pela *hashtag* #tbtrj. Os autores que norteiam o texto são Maurice Halbwachs, Pierre Nora, Milton Santos, Andreas Huyssen, Massimo Canevacci, Arjun Appadurai e José Van Dijck. Conclui que, na pandemia, as publicações com a #tbtrj representam os lugares de memória da cidade do Rio de Janeiro de forma nostálgica, a partir de uma memória afetiva, projetando um futuro imaginado após a pandemia.

Palavras-chave: Tempo. Memória. Espaço urbano. COVID-19. Rio de Janeiro.

1 Doutora e Mestre em Memória Social pela UNIRIO. Email: mldamin@gmail.com

2 Arquiteta e Urbanista, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade da UFRRJ. Email: alynefereis@gmail.com

From nostalgia to the future: the past as an affective memory of the city in the imagination of a post-pandemic future

Abstract

This article aims to characterize the city as a space for memory production; relates time, memory and nostalgia; and identifies digital objects on Instagram as memory mediators, analyzing them during the COVID-19 pandemic. It uses as a methodology a bibliographic research combined with qualitative and quantitative analysis, both imagery and text, of publications made on the Instagram platform, from March to July 2020, and filtered by the hashtag #tbtrj. The guiding authors are Maurice Halbwachs, Pierre Nora, Milton Santos, Andreas Huyssen, Massimo Canevacci, Arjun Appadurai and José Van Dijck. It concludes that in the pandemic, publications with #tbtrj represents the memory places of Rio de Janeiro city in a nostalgic way, from an affective memory point of view, projecting an imagined future after the pandemic.

Keywords: Time. Memory. Urban space. COVID-19. Rio de Janeiro.

De la nostalgia al futuro: el pasado como memoria afectiva de la ciudad en la imaginación de un futuro pospandémico

Resumen

Este artículo tiene como objetivo caracterizar la ciudad como un espacio para la producción de memoria; relacionar tiempo, memoria y nostalgia; e identificar objetos digitales en Instagram como mediadores de memoria, analizándolos durante la pandemia de COVID-19. Articula una investigación bibliográfica combinada con análisis cualitativos y cuantitativos, tanto de imágenes como de texto, de publicaciones realizadas en la plataforma Instagram, de marzo a julio de 2020, y filtradas por el hashtag #tbtrj. Los autores que guían el texto son Maurice Halbwachs, Pierre Nora, Milton Santos, Andreas Huyssen, Massimo Cane-

vacci, Arjun Appadurai y José Van Dijck. Concluye que en la pandemia, las publicaciones con #tbtrj representan los lugares de memoria de la ciudad de Río de Janeiro de una manera nostálgica, desde una memoria afectiva, proyectando un futuro imaginado después de la pandemia. Palabras clave: Tiempo. Memoria. Espacio urbano. COVID-19. Rio de Janeiro.

Espaço e tempo são categorias fundamentais da experiência e da percepção humana, mas longe de serem imutáveis, elas estão sempre sujeitas a mudanças históricas.
Andreas Huyssen

Introdução

Desde março de 2020, o Rio de Janeiro entrou em estado de atenção quanto à COVID-19. Instaurou-se o isolamento social de forma irregular, pois muitas pessoas não puderam parar de trabalhar, principalmente nas camadas mais pobres da população. Aos que puderam trabalhar de casa, surgiu uma nova rotina. Desta forma, o isolamento social trouxe muitas questões que confrontam com a nossa cultura, a nossa memória e o nosso modo de viver em sociedade.

Para uma cidade com o clima do Rio de Janeiro, e com marcos culturais neste âmbito, faz parte do cotidiano sentar a cadeira na beira da calçada, principalmente nos subúrbios, frequentar praças e bares (sem um motivo festivo específico). Como demonstra a literatura “Quando a rua vira casa”, de Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1980), que aborda a apropriação do espaço, onde a rua se encontra muitas vezes como a extensão da própria casa. O mesmo acontece com outros locais que fazem parte de espaços de sociabilidade frequentados por muitos, como shoppings, feiras, praias, entre outros, assim como a visita a amigos e familiares. Entretanto, o isolamento social fez com que essas práticas tão comuns e que integram o cotidiano fossem impossibilitadas de serem feitas.

E, com isso, novas práticas de apropriação desses espaços começaram a ser realizadas sem nunca terem sido experimentadas. Há uma nova dinâmica para lidar com a lembrança e a ausência destes locais, na qual a memória construída nestes espaços fica cada vez mais em evidência.

Neste artigo, buscou-se observar como a lembrança relacionada aos espaços aflora a partir do cenário incerto da COVID-19. O objetivo geral proposto é identificar a relação entre as lembranças, a nostalgia e as memórias afetivas em relação aos espaços urbanos da cidade do Rio de Janeiro. Já os objetivos específicos são caracterizar a cidade como um espaço de produção de memória; relacionar tempo, memória e nostalgia; e identificar os objetos digitais no Instagram como mediadores de memória, analisando-os.

Como metodologia foi realizada uma pesquisa bibliográfica aliada às análises qualitativas e quantitativas, imagética e textual, das publicações feitas no Instagram de março a julho de 2020, e filtradas pela *hashtag* #tbtrj. *Hashtags* são palavras ou termos usados para categorizar o conteúdo publicado no Instagram. Como autores norteadores estão Maurice Halbwachs, Pierre Nora, Norbert Elias, Milton Santos, Andreas Huyssen, Massimo Canevacci, Arjun Appadurai e José Van Dijck.

A cidade como espaço de produção de memória

O enfrentamento da COVID-19 atenuou o quão a relação entre espaço e indivíduos é necessária para o desenvolvimento do seu próprio ser, além de propagar sua cultura, sua identidade e sua memória. Essas relações se constituem de maneiras diferentes, a partir do modo como é dada a apropriação desses espaços por esses indivíduos. Segundo Rogério Haesbaert (1999 apud Chelotti, 2010), essa identidade está relacionada diretamente ao espaço no qual o indivíduo está inserido. Haesbaert afirma ser esta uma “identidade territorial”:

Identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social. [...]. De forma muito genérica podemos afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes. (Haesbaert, 1999, p. 172 apud Chelotti, 2010, p. 173).

Portanto, analisar os espaços mediados por esses signos é entender que eles compreendem todas as coisas que estão inseridas nele, como objetos, bens materiais, imateriais e pessoas. Assim, não é possível haver dicotomia entre espaços e indivíduos. Segundo Milton Santos (2014, p. 29), o espaço é definido como:

Um sistema de realidades, ou seja, um sistema formado pelas coisas e a vida que as anima, supõe uma legalidade: uma estruturação e uma lei de funcionamento. Uma teoria, isto é, sua explicação, é um sistema construído no espírito, cujas categorias de pensamento reproduzem a estrutura que garante o encadeamento dos fatos. Se a chamarmos de organização espacial, estrutura espacial, organização do espaço, estrutura territorial ou simplesmente espaço, só a denominação que muda, e isso não é fundamental. O problema é encontrar as categorias de análise que nos permitem o seu conhecimento sistemático, isto é, a possibilidade de propor uma análise e uma síntese cujos elementos constituintes sejam os mesmos.

A cidade e os espaços edificados – objetos de nossa análise a partir das publicações da plataforma Instagram – são, portanto, entendidos como locais de propagação desses signos, sejam eles naturais, como a vegetação, relevo e o clima, sejam como as ruas, praças e outros equipamentos urbanos. São nestes ambientes, construtores de memórias, que determinados sentimentos e valores únicos são depositados.

Sendo assim, a cidade é o *locus* que abriga essas diversidades, onde se propagam culturas e o modo de viver de cada indivíduo. Quando somados dentro do mesmo espaço, são, no entanto, contextualizados de forma coletiva e com laços afetivos relacionados a esses lugares. Assim, a cidade é o local onde as coisas acontecem e, ao considerar que os fenômenos culturais contemporâneos têm a capacidade de ordenar o senso de mundo, compreendemos que as sociedades são organizadas em torno da sua cultura. Ou seja, são as relações de sociabilidade que habitam nesses locais, que mudam conforme grupos, classes, territórios, festividades, entre outros hábitos.

De acordo com Sandra Pesavento (2007, p. 14), a cidade também é o local da “sensibilidade”, onde se revelam as emoções, sentimentos, utopias, desejos, esperanças, medos, entre outros. A autora afirma que a cidade é sensível devido aos sentidos e os significados que a ela são atribuídos. Estas atribuições variam conforme os grupos sociais, os lugares, e as diferentes relações que são criadas no contexto urbano.

Portanto, na cidade ocorrem as apropriações dos espaços, sejam pelos equipamentos urbanos, pelos conjuntos arquitetônicos, entre outros locais. Esses espaços, quando um sentido é dado à sua existência, se transformam em “lugares”. Os lugares portadores de significados e de uma memória se configuram como um “lugar de memória” (Nora, 1993).

Para Pierre Nora (1993), a memória é algo vivo, que acontece devido aos grupos que estão vivos, e, portanto, ela está sempre em constante evolução ao longo do tempo. A memória é lembrança e, também, esquecimento, vulnerável a todas as mudanças do decorrer do tempo e, assim, possível de ser transformada. O autor discorre também sobre a memória, contrapondo-a à história. O autor afirma que

A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivo no eterno presente, a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a de-

talhes que a confortam [...] se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto (Nora, 1993, p. 9).

Nesse sentido, as reflexões de Nora se aproximam de Ulpiano Bezerra de Menezes (1992), que discorre sobre a vivência da memória em um tempo presente, o que faz com que não seja possível resgatar a memória e, sim, preservá-la. Para o autor, “a elaboração da memória se dá no presente e para responder às solicitações do presente. É do presente, sim, que a rememoração recebe incentivo, tanto quanto as condições para se efetivar” (Ulpiano, 1992, p. 11). Nesse presente que olha para o passado, a rememoração pode ocorrer a partir de grupos que se organizam em torno de algo comum – seja um espaço, objeto, lembrança – que faz com que estas memórias possam ser compartilhadas. Nesse âmbito, as recordações são analisadas conforme o contexto em que elas estão envolvidas e, apesar de construída individualmente, é no coletivo que a memória se estabelece (Halbwachs, 2006). Como, por exemplo, os lugares nos quais passamos, as datas comemorativas, os cheiros das comidas que evocam a lembrança do quando e de quem o fez.

Quando, entre as recomendações para evitar a propagação do vírus estava evitar ao máximo o contato com pessoas, o isolamento social trouxe, de forma mais incisiva, a ausência, o querer estar e não poder. Locais foram fechados, espaços públicos tiveram limites de circulação e, principalmente, o círculo social se tornou uma barreira. Recordar, seja através de suportes, seja de mediadores de memórias – como as fotografias – ou por meio da própria lembrança, os espaços frequentados antes do isolamento é refletir sobre uma vivência coletiva, na qual estes espaços produtores de memória continuam vivos.

Sendo assim, mesmo que as lembranças sejam únicas e individualizadas, a memória é coletiva. Maurice Halbwachs (2006) cita, como exemplo, as circunstâncias da vida que às vezes nos afastam das pessoas às quais ao longo de tantos anos compar-

tilhamos a mesma vivência. Mesmo que exista uma dificuldade em se manter o contato, o reencontro entre os indivíduos que já partilharam dos mesmos desejos, espaços, momentos em outras épocas se vivifica a partir do intercâmbio de lembranças e do afeto que o grupo possui em comum. Ou seja, são as lembranças em comum que fortalecem os laços e, conseqüentemente, o grupo (Halbwachs, 2006).

Com o isolamento social, uma prática que tem se intensificado é o uso das ferramentas sociais para elencar a memória coletiva por meio de suportes de memória como fotos, vídeos, entre outros. Isso acontece também com a inserção dos indivíduos em contextos sociais e culturais que permitem o compartilhamento das lembranças em comum.

É muito comum acontecer quando famílias estão reunidas e vez ou outra se recordam do passado, ou quando grupos de amigos que passaram por experiências em comum assim também o fazem. E, em um momento tão único e, ao mesmo tempo, tão delicado enfrentado em sociedade, que é a pandemia de COVID-19, lembranças desses momentos trazem também um conforto, pelo viés positivo das memórias afetivas. Nesse âmbito, Halbwachs (2013) dialoga sobre a rememoração ao afirmar que quando um grupo ou mais de uma pessoa consegue compartilhar suas vivências é possível uma reconstrução com exatidão do momento vivido.

Além disso, todas essas lembranças estão atreladas a um lugar capaz de as fazer eclodir. Como citado anteriormente, esse seria o “lugar de memória”:

São lugares, com efeito nos três sentidos das palavras, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica.

Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre. Trata-se de um lugar de memória tão abstrato quanto a noção de geração? É material por seu conteúdo demográfico, funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão. (Nora, 1993, p. 22).

Portanto, elencamos a cidade como um grande espaço de iminência desses lugares. Apesar da materialidade, como citado pelo autor, a cidade se forma a partir dos signos que se constituem nesses espaços, o que os tornam únicos. Como museus, praças, o cheiro da feira, a vivência na casa de amigos e familiares, por exemplo. A rotina traçada em um momento anterior à pandemia marca nesses locais a nostalgia e o querer vivê-los novamente para estar e compartilhar estes espaços e construir memórias.

Memórias, estas, como discurremos anteriormente, criadas em um passado para se tornarem efetivas no presente. Sendo assim, a cidade como campo material capaz de construir a imaterialidade por meio de bens tão simbólicos presentifica uma situação emergencial que tem potencial para construir novas formas de sociabilidade e laços afetivos, assim como novas maneiras de apropriação dos espaços e criação de memórias.

Tempo, memória e nostalgia

A pandemia provocou a redução (ou o impedimento, em alguns lugares) da circulação de pessoas por diferentes espaços da cidade. Com isso, o enfrentamento de diversos aspectos e desafios tangenciaram o estado de quarentena. Um deles é o tempo. A

partir da modificação desse estado, de livre passagem para o de permanência em casa, é possível pensar na alteração da relação entre o tempo e o humano.

Seria insensato homogeneizar a experiência do tempo, mas podem ser assinaladas algumas percepções, no intuito de iluminar diferenças e questões acerca dessa relação humano-temporal. Essas percepções partem do que foi exposto nas plataformas durante o período de quarentena, dentro e fora do perímetro da coleta referente aos objetos digitais que serão aqui posteriormente analisados. Para além disso, são frutos da vivência nessas plataformas.

Ao se voltar para dentro de casa, em uma nova configuração de trabalho, de rotina, de relações sociais por meio de telas, em confluência com um estado de medo e preocupação, o passado vira âncora para um presente (e um futuro) instável, inseguro. Como não há a necessidade do deslocamento para o trabalho, criou-se uma janela de tempo que inexistia anteriormente, principalmente em uma cidade como o Rio de Janeiro, cuja média do percurso de casa até o trabalho é de 95 minutos (Lucena, 2020). Mas, não é porque existe mais tempo que ele necessariamente é utilizado, em um sentido produtivista da palavra.

A categoria tempo, por si só, é uma esfera ampla de discussão. Norbert Elias (1998), por exemplo, desenha uma diferença entre divisões temporais que inserem a experiência humana (os conceitos de presente, passado e futuro) daquelas que não a fazem (as datas, as horas, os meses, os anos). O autor complementa afirmando que o primeiro grupo evolui ao longo das gerações, em uma presença simultânea do passado, presente e futuro na experiência humana. E é nessa percepção simultânea que a memória, segundo Elias (1998, p. 61), “desempenha um papel decisivo nesse tipo de representação, que enxerga em conjunto aquilo que não se produz num mesmo momento”, como o entendimento que o antes sucede o depois, por exemplo.

Já Maurice Halbwachs (2006), em uma perspectiva sociológica, entende o tempo como uma representação coletiva. Mudanças nas convenções temporais só poderiam, portanto, acontecer quando acordadas pelo grupo, que percebe que há uma relação de regularidade e simultaneidade. O autor ressalta que essa uniformidade, existente nas convenções temporais no qual o tempo é dividido, recai sobre os indivíduos “o que há de mais complicado nisso talvez seja o fato de me sentir eternamente forçado a considerar a vida e os acontecimentos que a preenchem sob o aspecto da medida” (2006, p. 114-115).

É possível fazer um paralelo entre a citação de Halbwachs e a medida do tempo que pode afligir os indivíduos durante a quarantena frente à incerteza do fim da pandemia e das restrições na circulação pela cidade. Mesmo que o tempo seja calculado da mesma forma há muitos anos, existe a sensação de que durante este período ele está passando diferente, mais arrastado e desconhecido, longe do que as pessoas denominam como cotidiano.

O tempo, por mais coletivo que seja, acaba se individualizando, pois o grupo está subordinado a como cada pessoa entende o próprio tempo. A consciência coletiva (Halbwachs, 2006) nesse caso ainda existe, mas se submete às particularidades dos indivíduos. Em um alinhamento ao pensamento de Halbwachs (2006), a convergência dessas vivências individuais durante a pandemia fará com que se tenha, no futuro, uma perspectiva coletiva de passado, transitando em conjunto pela memória. Futuro esse que se dá, segundo Arjun Appadurai,

[...] by examining the interactions between three notable human preoccupations that shape the future as a cultural fact, that is, as a form of difference. These are imagination, anticipation, and aspiration. [...] We also need to remember that the future is not just a technical or neutral space, but is shot through with affect and with sensation. Thus, we need to examine not just the emotions that accompany the future

as a cultural form, but the sensations that it produces: awe, vertigo, excitement, disorientation. The many forms that the future takes are also shaped by these affects and sensations, for they give to various configurations of aspiration, anticipation, and imagination their specific gravity, their traction, and their texture. (Appadurai, 2013, p. 286-287)¹.

É interessante pensar nesses três eixos de preocupações – imaginação, antecipação e aspiração – que moldam o futuro como um fato cultural, principalmente quando os articulamos com a memória coletiva de *Halbwachs*. Nessa convergência individual que resultará na consciência coletiva acerca da época da pandemia, a ideia de futuro é construída pelas vias de um passado rememorado e que oferece certo conforto frente às incertezas. Imagina-se, antecipa-se e aspira-se com base naquilo que é familiar, acompanhado de sensações opostas às sentidas durante a pandemia, e uma dessas sensações é a nostalgia.

Para Andreas Huyssen (2014, p. 91) “nostalgia tem a ver com a irreversibilidade do tempo: algo do passado deixa de ser acessível. [...] No desejo nostálgico, a temporalidade e a espacialidade estão necessariamente ligadas”. Como exemplo, Huyssen cita as ruínas arquitetônicas como uma combinação de desejos temporais e espaciais provocadores da nostalgia, que ao mesmo tempo que são compostas por um passado que existe nos resíduos, este mesmo passado não está acessível, senão na nostalgia.

1 [...] examinando as interações entre três preocupações humanas notáveis que moldam o futuro como um fato cultural, isto é, como uma forma de diferença. São imaginação, antecipação e aspiração. [...] Também precisamos lembrar que o futuro não é apenas um espaço técnico ou neutro, mas é atingido pelas vias do afeto e da sensação. Portanto, precisamos examinar não apenas as emoções que acompanham o futuro como forma cultural, mas também as sensações que ele produz: temor, vertigem, excitação, desorientação. As muitas formas que o futuro assume também são moldadas por esses afetos e sensações, pois dão às várias configurações de aspiração, antecipação e imaginação sua gravidade específica, sua tração e sua textura. (Appadurai, 2013, p. 286 e 287, tradução nossa).

De acordo com Patrick H. Hutton (2016), a memória se modifica com o tempo, de testemunha da história, passando por uma nostalgia idealizada, até chegar ao esquecimento. Mas, para o autor, a memória – entendida por ele como um recurso da imaginação humana – pode se libertar deste padrão na direção de revitalizar a experiência do presente. Mas, será que é possível fazer surgir na pandemia (algo que não foi vivido até então no contemporâneo) outro padrão de presente que não aquele ancorado na nostalgia de um tempo já vivido, idealizado como melhor do que o atual? Se o ponto de partida é a cidade, parece impossível fazer um descolamento das lembranças com esse futuro imaginado, antecipado e aspirado.

Para Massimo Canevacci (2004), é no conjunto de recordações que o relacionamento com a cidade é restabelecido. Aqui, o autor trata da importância do afastamento do local para poder estudá-lo. Pode-se associar, ainda, o Rio de Janeiro à cidade polifônica de Canevacci (2004, p. 17) em que a “cidade em geral e a comunicação urbana em particular comparam-se a um coro que canta com uma multiplicidade de vozes autônomas que se cruzam, relacionam-se, sobrepõem-se umas às outras, isolam-se ou se contrastam”.

Assim, considerando que a quarentena também provocou o distanciamento geográfico nessa cidade polifônica, o papel da lembrança, de uma memória nostálgica que relembra o que está espacialmente inacessível, se fortalece. Lembrar é a ação possível de ser exercida sobre a cidade na impossibilidade da presença. Desta forma, “as memórias biográficas elaboram mapas urbanos invisíveis” (Canevacci, 2004, p. 22).

Os objetos digitais no Instagram como mediadores de memória: as publicações com a *hashtag* #tbtrj no Instagram

Antes de descrever a análise, é importante apresentar dois conceitos basilares. O primeiro deles é o de “objetos digitais”. Existem muitas definições para esse termo, mas será utilizada a de Miguel Ferreira (2006) que os entende como um fluxo composto pelos objetos físico (*hardware*), lógico (*software* e algoritmos), conceitual (formas digitais identificáveis pelos seres humanos, como a lixeira que corresponde ao ato de descartar arquivos que não se quer mais) e experimentado (como cada pessoa o interpreta individualmente).

O segundo conceito é o de objetos digitais como “mediadores de memória”, oriundo de José Van Dijck (2007). Para a autora, os objetos mediadores de memória no âmbito digital funcionam tanto como cenários documentados do que aconteceu quanto reconstruções criativas, inclusive de novas memórias.

Nesse cenário tecnológico, os objetos digitais seriam uma ferramenta para o manifesto das memórias dos indivíduos, fazendo emergir novas práticas culturais e sociais a partir do cruzamento entre as mídias digitais, a memória, a comunicação e as identidades, como afirma Van Dijck (2007). Para ela, as memórias pessoais só podem existir em relação à memória coletiva, pois é no alinhamento entre ambas que cada pessoa ressignifica o passado, o presente e o futuro de si em relação aos outros.

Para que pudessem ser identificadas no campo as diferentes relações entre pessoas e lugares durante a quarentena, foi realizada uma análise qualitativa e quantitativa das publicações no Instagram que apresentassem a *hashtag* #tbtrj. A sigla tbt se refere à expressão em inglês *ThrowbackThursday* que marca que na quinta-feira serão publicadas imagens e/ou vídeos que remetam a alguma lembrança. O Instagram foi escolhido por ser uma plataforma digital (Van Dijck, Poell, De Waal, 2018) com foco

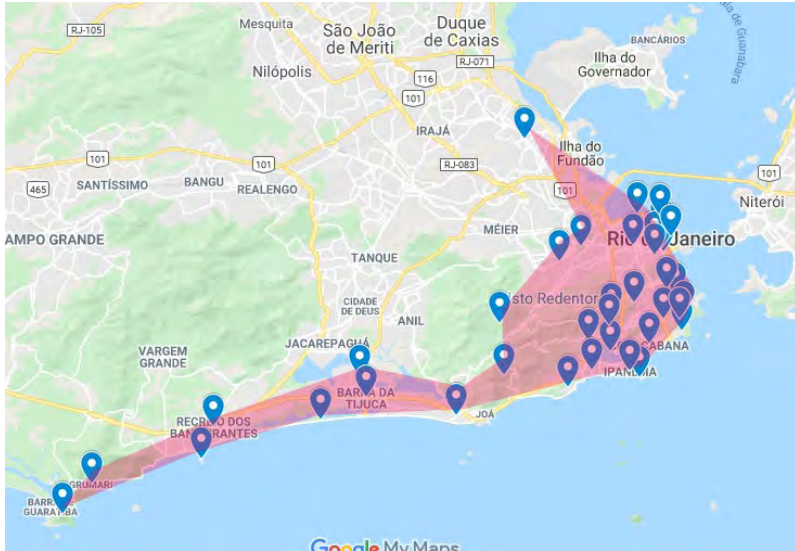
nas imagens e popular no Brasil, estando no quarto lugar em utilização (We Are Social; Hootsuite, 2020). O recorte feito foi temporal, com conteúdos publicados de março a julho de 2020 utilizando a *hashtag* #tbtrj, e geográfico, filtrando as imagens que retratavam a cidade do Rio de Janeiro. Foram analisadas as imagens e legendas, bem como a geolocalização das postagens, da seguinte forma:

1. Coletamos os objetos digitais no Instagram, publicados de março a julho de 2020, com a busca pela *hashtag* #tbtrj no campo de pesquisa da plataforma;
2. Listamos os lugares identificados da cidade do Rio de Janeiro nas publicações, demarcados por meio da geolocalização, da legenda, da fotografia ou vídeo, ou do reconhecimento pela imagem (por exemplo, pontos turísticos conhecidos, como o Cristo Redentor);
3. Categorizamos os lugares identificados;
4. Quantificamos as publicações por categoria;
5. Analisamos o conteúdo da publicação (imagens e textos).

Apesar de alguns lugares não poderem ser identificados nas publicações, foram mapeados 40 lugares na cidade do Rio de Janeiro e 100 publicações no total (20 em cada mês).

A Figura 1 apresenta geograficamente os pontos citados nas publicações. A mancha rosa demarca as áreas interligadas desses pontos. O esquecimento de áreas como a Zona Norte – que contempla pontos turísticos clássicos como a Quinta da Boa Vista, a Feira de São Cristóvão e a Cadeg, por exemplo – e a Zona Oeste distante da faixa litorânea mostra que os lugares transitados são basicamente de praia e turísticos, mas principalmente no eixo Centro-Zona Sul.

Figura 1: Mapa com os pontos geográficos marcados nas publicações²



Fonte: as autoras, baseado em Google Maps, 2020.

O apelo estético dos pontos turísticos e de um certo valor de status que eles conferem (como, por exemplo, subir na Pedra da Gávea e o status de aventura, de boa forma física, de ultrapassar obstáculos) também são pontos que podem ter influenciado na decisão de quais imagens publicar sob a *hashtag* #tbtrj. A hierarquização de investimentos em determinadas partes da cidade faz com que se tornem excludentes as que estão fora deste eixo (centro-zona sul). É uma problemática que enfrentamos no Rio de Janeiro, e, a partir das análises, ficou mais evidente a necessidade do investimento em outros locais.

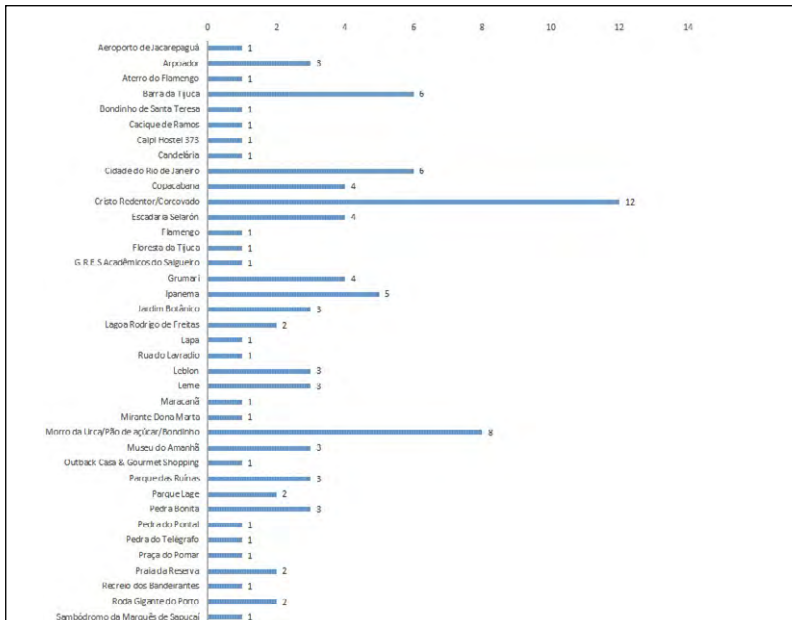
Nessa relação também é capaz de se observar a memória e a identidade, pois estão atreladas ao ambiente em que o indivíduo habita;

² Para visualizar melhor o mapa, acesse: https://www.google.com/maps/d/edit?mid=1mN_YgCjOySixeD74SR0rWeri3dF3J74M&usp=sharing

onde muitos não se identificam com o próprio território e procuram atrativos distantes do seu local de origem. Portanto, o investimento em outras áreas da cidade, como as Zonas Norte e Oeste, é capaz de aflorar o sentimento de pertencimento com o seu local. Inferimos que é possível que esses locais esquecidos não representem uma ausência de memória afetiva, mas, sim, a ausência de incentivo da circulação de turistas (e até mesmo de moradores da cidade do Rio de Janeiro) e de investimento por parte do poder público.

A Figura 2 mostra o número de publicações por local. Os três locais mais fotografados e filmados foram o Cristo Redentor/Corcovado, com 12 publicações, o Morro da Urca/Bondinho/Pão de açúcar, com oito publicações e, empatados, a Barra da Tijuca e a marcação mais ampla, Cidade do Rio de Janeiro, com seis publicações.

Figura 2: Número de publicações por local



Fonte: as autoras, 2020.

Quadro 1: Categorias e lugares

CATEGORIA	LOCAL
Aeroporto	Aeroporto de Jacarepaguá
Bar	Outback Casa & Gourmet Shopping
Bar	Vidigal
Escola de Samba	Cacique de Ramos
Escola de Samba	G.R.E.S Acadêmicos do Salgueiro
Estádio de Futebol	Maracanã
Feira	Rua do Lavradio
Hotel	CaipiHostel 373
Igreja	Candelária
Museu	Museu do Amanhã
Parque	Aterro do Flamengo
Parque	Floresta da Tijuca
Parque	Jardim Botânico
Parque	Parque das Ruínas
Parque	Parque Lage
Parque	Praça do Pomar
Ponto Turístico	Bondinho de Santa Teresa
Ponto Turístico	Cidade do Rio de Janeiro
Ponto Turístico	Cristo Redentor/Corcovado
Ponto Turístico	Escadaria Selarón
Ponto Turístico	Lagoa Rodrigo de Freitas
Ponto Turístico	Lapa
Ponto Turístico	Morro da Urca/Pão de açúcar/Bondinho
Ponto Turístico	Roda Gigante do Porto
Ponto Turístico	Sambódromo da Marquês de Sapucaí
Praia	Arpoador
Praia	Barra da Tijuca
Praia	Copacabana
Praia	Flamengo
Praia	Grumari
Praia	Ipanema
Praia	Leblon
Praia	Leme
Praia	Praia da Reserva
Praia	Recreio dos Bandeirantes
Praia	Urca
Trilha / Mirante	Mirante Dona Marta
Trilha / Mirante	Pedra Bonita
Trilha / Mirante	Pedra do Pontal
Trilha / Mirante	Pedra do Telégrafo

Fonte: as autoras, 2020.

No mapeamento de *hashtags* referentes à pandemia foi possível verificar que muitos termos remetem à angústia de um tempo que não tem uma data marcada para terminar. Verbos como “passar”, “acabar”, “esperar” denotam essa ideia. Já outras *hashtags* estão embasadas em uma positividade com foco no coletivo, como é o caso da *#forcamundo* (força mundo). Apesar da *hashtag* principal usar a expressão *tbt*, percebe-se que o dia de postagem apenas às quintas-feiras foi flexibilizado. A modificação na relação com o tempo e o isolamento social tem homogeneizado os dias, fazendo com que a nostalgia se fortifique e o registro das lembranças apareçam independente do dia em que a postagem é realizada. Desta forma, mais do que remeter à quinta-feira, a *hashtag* *#tbt* se torna uma âncora de lembrança, individual e coletiva.

Figura 3: Nuvem de hashtags



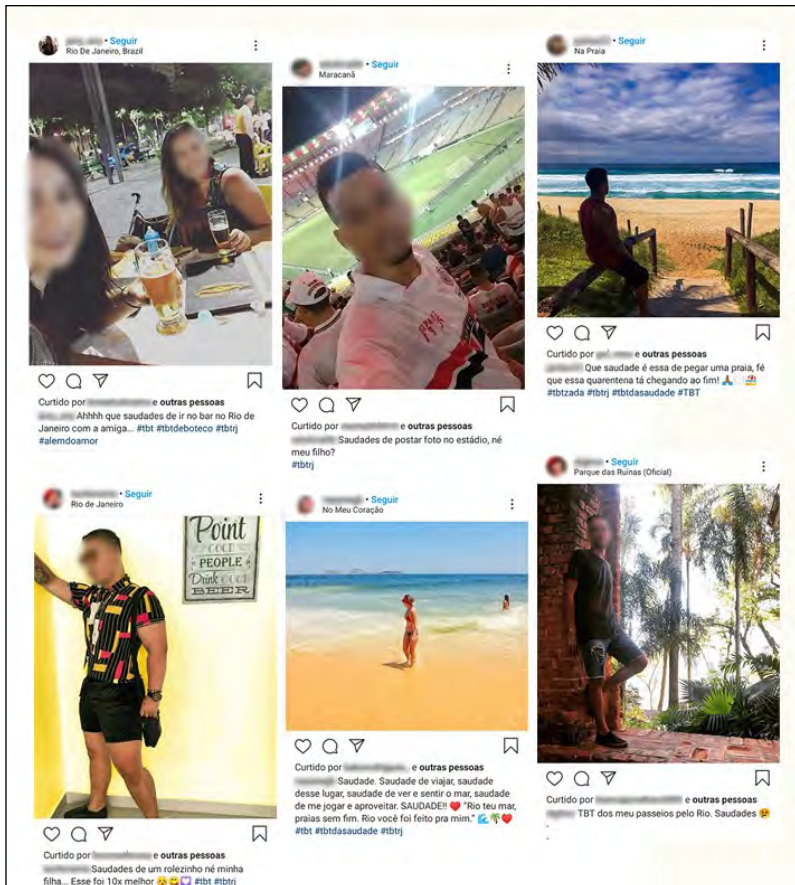
Fonte: as autoras, 2020.

Além das *hashtags*, saudade é uma das palavras mais usadas, tanto em publicações de moradores da cidade do Rio de Janeiro quanto de visitantes, como mostram os exemplos a seguir e a Figura 4:

Exemplo 1: *Mood* de hoje: saudades sol e mar *#tbttrj* *#bar-radatijuca* (foto de uma mulher na praia da Barra da Tijuca);
 Exemplo 2: Estamos distantes e com a saudade enxergamos com os detalhes. A vida é linda. *#tbt* *#avidaéboa* *#enjoythelife* *#tbtCARNAVAL* *#tbtRJ* (foto de uma mulher fantasiada para o carnaval);

Exemplo 3: #TBTRJ - Fazem exatamente 12 anos, ainda estava na casa dos 20 e poucos anos. Vejo que mudei quase nada fisicamente, pouca coisa aparentemente. Depois daí cheguei a ir pro Rio mais umas duas vezes. Sinto saudades dessa cidade maravilhosa e de alguns amigos que lá conquistei. ❤️🙏 (foto de um homem na praia de Copacabana).



Figura 4: Exemplos de publicações com #tbtrj e o termo saudades³






Fonte: as autoras, com base em Instagram, 2020.

3 Apesar das publicações estarem no modo público no Instagram, decidiu-se preservar as identidades das pessoas.


Os *emojis* (também conhecidos como *emoticons*, são os desenhos utilizados digitalmente para representar ações, objetos e emoções) são muito usados, principalmente como reforço à mensagem. Por exemplo, *emojis* de sol, coração, praia, biquíni, máquina fotográfica. O tempo é outro ponto muito citado nas publicações, seja tanto por meio da própria palavra (Exemplo 4), seja por outros tipos de marcos temporais, como as estações do ano (Exemplo 5) e marcos históricos (Exemplo 6):

Exemplo 4: Quanto mais o tempo passa mais eu me impressionou com a beleza desse lugar   (fotografias tiradas no Morro da Urca, que mostram a Urca e a Enseada de Botafogo);

Exemplo 5: Demora não verão   Amanhã já é outono  então vamos nos cuidar gente!! (imagem da praia de Ipanema e ao fundo o Morro Dois Irmãos);

Exemplo 6: Pouco de História Nesse #TBT A Rua do Lavradio foi aberta em 1771 pelo Marquês do Lavradio, que assumiu o Vice-Reinado em 1769. A ideia era fazer uma via que servisse de caminho e passasse entre os Arcos da Lapa e o emergente Largo do Rocio (atual Praça Tiradentes). #tbt-cultural #TBT RJ #meurio #queroviajar #quarentena #ficacasa #vamosnoscuridar #forcaMundo (fotografia de uma mulher em frente à Rua do Lavradio).

As fotografias também aparecem como objetos mediadores e suportes de memória afetiva declarados por meio da legenda em uma das publicações (Exemplo 7):

Exemplo 7: As fotos são cartões de embarques para retornar a momentos que já se foram, mas que continuam especiais em nossos olhos. #tbt  #tbtrj #familiafeliz #amormaior #prasempre #vidajuntos #throuple #trisal #boys #instaboy #throuplelife #trisalgay #polylove #loveislove #love #gay #trisalbrasil #trio #poliamor #amor #amordetres #gaybrasil #divulgaçãoinstagram #instaboy #instagay #gayman #gaybrasil #lgbtqia #husbandandhusband

#lovegay #vidadetrisal (foto de três homens em frente ao Museu do Amanhã).

O passado, em que se podia andar livremente, também é rememorado nas publicações. Em uma delas (Exemplo 8), o usuário faz uma referência a um programa em formato *reality show* denominado The Circle, no qual pessoas são confinadas em apartamentos individuais e só podem interagir por meio de um sistema de voz e tela chamado The Circle. Em outra publicação (Exemplo 9), uma fotografia de três pessoas em frente a um espelho remete a essa impossibilidade de sair de casa com os amigos, novamente com a palavra saudades.

Exemplo 8: Circle atualizar status 😊 estou vivendo um eterno #circle 😊 #tbtrj (foto de uma mulher em uma bicicleta na ciclovia da praia da Barra da Tijuca);

Exemplo 9: Tbt de quando a gente saia de casa pro rolê !!!! Saudades, bons tempos!!! #tbtbaladadeverao #tbtrj #rj #errejota #021 #riodejaneiro #verao2018.

As publicações se desdobram entre o desejo de voltar a frequentar espaços da cidade, que não podem ser visitados por conta da quarentena, e o viajar, o deslocamento para outros lugares, por parte dos turistas que visitaram a cidade do Rio de Janeiro. A partir desse passado rememorado por meio desses objetos mediadores de memória, como o futuro pode ser imaginado?

Futuro imaginado: a nostalgia como perspectiva pós-pandêmica

As análises realizadas no presente são frutos de lembranças já vividas, como observa Ulpiano de Meneses (1985, p. 14), “a memória é filha do presente”. Entretanto, considerando ser também sujeita a mudanças, se não houver uma referência do passado não é possível compreender o presente e, tampouco, o futu-

ro. Portanto, considera-se que a análise nos dá um suporte para compreender os anseios de um futuro pós-pandêmico. Além da geolocalização, as legendas se tornam uma forma de expressão que dialoga em conjunto com a imagem, os desejos de tempos anteriores, opostos, mas que se complementam, em uma perspectiva entre passado e futuro. A menção da saudade do lugar é a memória vivenciada em uma urgência pelo fim da pandemia.

O passado, por si só, está acessível no presente apenas por meio de suportes de memórias, sejam eles patrimoniais, tecnológicos, históricos, seja a própria oralidade na transmissão de saberes. Se pensarmos que os objetos digitais são suportes e mediadores de memória (Van Dijck, 2007), as publicações aqui analisadas trazem uma fração dessas âncoras de lembranças. Mas, mesmo como uma fração, são espelhos coletivos, sociais e culturais, de uma época que deixa como rastros pegadas informacionais em formato de fotos, vídeos, textos, em plataformas digitais como o Instagram.

As *hashtags* citadas e analisadas poderiam fazer menção ao ambiente de trabalho, onde muitos passaram a trabalhar de casa, assim como estudos, objetos, entre tantas outras formas de elencar a memória afetiva por algo, alguém ou lugar. Entretanto, interessante pensar que, majoritariamente, as pessoas possuem essas lembranças vinculadas a espaços como praia, trilhas e mirantes. Há pontos em comum ao mencionar esses lugares, possuindo como base a metodologia de análise do espaço observada por Milton Santos (2006, p. 2), que considera que o espaço é uma “instância da sociedade”, e que a “essência do espaço é social”.

De acordo com esse pensamento, é possível afirmar que há desejos em comum ao compartilhar esses espaços, além da configuração física que por ele é categorizada. Neste âmbito, observa-se que a grande maioria dos lugares pelos quais as pessoas expressaram suas lembranças é aberto e possui uma relação direta com a natureza, ou seja, remetem a lugares a céu aberto.

Como afirma Sandra Pesavento (2007), a cidade é o local das expressões sociais, culturais e artísticas. São esses os lugares de memória (Nora, 1993), espaços capazes de provocar as mais diversas sensações. As memórias afetivas, que despontam em cada lugar, como é possível visualizar nas legendas, mostram uma relação de afeto e saudades. Entretanto, o saudosismo não fica restrito somente aos moradores da cidade do Rio de Janeiro, que a acessam com mais facilidade. Durante a análise foi possível identificar relatos de pessoas de outros locais que se expressam, sejam turistas assíduos, sejam viajantes que estiveram na cidade pela primeira vez. Isso demonstra a unicidade desses locais capazes de produzir tantas recordações. Estas que, em seu conjunto, como apresenta Massimo Canevacci (2004), restabelecem um relacionamento com a cidade.

Trata-se de “lugares de memória” capazes de tecer essas representações por meio das lembranças que se criam no presente ancoradas nas ações do passado. Tendo em vista a situação emergencial durante a pandemia de COVID-19, que impossibilita o acesso a esses lugares, essa criação se dá de uma maneira que dificilmente será vista em um outro momento. A tecnologia, alinhada às plataformas digitais, tem sido um suporte essencial, seja para visitas guiadas a museus de forma online, seja até para guias de turismo que têm realizado materiais para trazer conhecimento a respeito de centros históricos e outros pontos turísticos. No âmbito individual, as publicações evocam as memórias coletivas que foram compartilhadas nos mesmos espaços, em que a partir de imagens e textos a esperança de voltar a frequentar esses locais de maneira física, em *locus*, se expressa.

Divulgar momentos específicos do passado através da representação fotográfica e textual em meio à pandemia de COVID-19 mostrou que a saudade é elemento frequente nas publicações e, por consequência, a nostalgia (Huysen, 2014), pois existe uma inacessibilidade de um tempo que já passou. Um período inédito, como este de quarentena, modifica a relação das pessoas com o tempo. O cotidiano sofre uma alteração

tal que não é mais ele o responsável principal por embasar e construir uma ideia de futuro.

Se a memória é um recurso da imaginação (Hutton, 2016), e esta é uma das três preocupações humanas que moldam o futuro, ao lado da antecipação e da aspiração (Appadurai, 2013), parece que é dessa relação que parte uma espécie de esperança a respeito de um futuro pós-pandêmico. É como se trouxesse conforto pensar que a sociedade será a mesma, que o futuro seria igual ao passado do qual se sente falta. A nostalgia é uma âncora diante da incerteza do futuro. É pensar que o que já se conhece se repetirá. As pessoas, os aromas, as conversas e os momentos serão replicados, equivalentes aos tempos passados. Ou até melhores.

Fala-se de um novo normal como contraponto. Normal, palavra esta que por si só é homogeneizante e conflitante. O que é normal? Para quem? Homogeneização que não cabe em seres humanos, muito menos em uma cidade tão plural, polifônica e de sobrevivências díspares como o Rio de Janeiro. Falar de um normal só cabe no lugar da memória e da nostalgia de cada um, em uma categoria próxima de um familiar imaginado, quando reconhecimento de algo que pertence à esfera das lembranças e vivências particulares. Em proximidade afetiva, os lugares em que a falta é sentida carregam mais do que sua geolocalização e arquitetura. Sem o público que o frequenta, o lugar se limita às suas – não menos importantes – riquezas e particularidades arquitetônicas, bem como sua localização no espaço urbano. Mas, sem os observadores, sem os frequentadores, falta a voz de quem rememora esse local a partir do estímulo que este espaço demarcado na cidade provoca, sobrando espaços vazios de lembranças.

Considerações finais

Quando se trata de tempos de indefinição, as memórias afetivas podem ser um mecanismo de autoproteção e esperança.

No caso da pandemia da COVID-19, o ato de lembrar se torna uma espécie de ferramenta para a imaginação de um futuro pós-pandêmico em relação aos espaços da cidade, além dos laços de sociabilidade que são efetivados nestes lugares. A análise das publicações com a *hashtag* #tbtrj mostra que essa ponte entre passado e futuro pode ser feita por meio de objetos digitais no Instagram que, por sua vez, mediam essas memórias.

E, ao serem compartilhadas a partir dos indivíduos, elas se inserem no imaginário coletivo dos “lugares de memória”. Desta forma, concluímos que durante a pandemia as publicações com a #tbtrj representam os “lugares de memória” da cidade do Rio de Janeiro de forma coletiva e nostálgica, a partir de uma memória afetiva, projetando um futuro imaginado após a pandemia.

Refletir sobre essas relações sem uma tentativa de distanciamento – mesmo estando nós, imersas nessa mesma realidade – foi um desafio, mas muito necessário como registro e olhar de uma época. Transitar pelas representações digitais dos “lugares de memória” da cidade do Rio de Janeiro por meio de uma *hashtag* do georreferenciamento tornou possível visualizar a mancha territorial que representa as regiões cariocas mais lembradas com saudosismo. Mas é importante salientar que essa análise capta apenas uma porção de toda a complexidade e atenção que a temática merece. Por fim, consideramos este artigo um fragmento espaço-temporal de vivências, lembranças e culturas polifônicas durante a COVID-19 e que tem como potência ser material de comparação de estudos para após a pandemia. Assim, sendo um registro do passado quando o futuro pós-pandêmico for presente.

Referências

- Appadurai, Arjun. **The Future as Cultural Fact: Essays on the Global Condition**. Londres: Verso, 2013.
- Canevacci, Massimo. **A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2004.
- Chelotti, M. C. Reterritorialização e Identidade Territorial / Reterritorialization and Territorial Identity. **Sociedade & Natureza**. V. 22, n. 1, 2 ago. 2010.
- Dos Santos, Carlos Nelson Ferreira. **Quando a Rua Vira Casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. 3. ed. São Paulo, 1985.
- Elias, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- Ferreira, Miguel. **Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e actuais consensos** Universidade do Minho, Escola de Engenharia, 2006.
- Google Maps. Disponível em: <https://maps.google.com>. Acesso em: 25 jul. 2020.
- Halbwachs, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro Editora, 2006.
- Hutton, Patrick H. History as an art of memory revisited. In: **The Ashgate Research Companion to Memory Studies**. Routledge, 2016. p. 23-37.
- Huyssen, Andreas. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, práticas da memória**. Contraponto, 2014.
- _____. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Aeroplano, 2004.
- Instagram. **Aplicativo Instagram**. Disponível em: <https://instagram.com>. Acesso em: 25 jul. 2020.
- Lucena, Felipe. **Rio tem o terceiro pior tempo de deslocamento do transporte público do Brasil**. Disponível em: <https://diariodorio.com/rio-tem-o-terceiro-pior-tempo-de-deslocamento-do-transporte-publico-do-brasil/>. Acesso em: 16 jul. 2020.
- Meneses, Ulpiano. A História, Cativa da Memória: Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais. **Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros**, 1992, p. 9-23.
- Nora, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, v.10, 1993, p.7-28, .

Pesavento, Sandra. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 53, jun. 2007, p. 11–23.

Santos, Milton. **Espaço e Método**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

Van Dijck, José. **Mediated memories in the digital age**. Stanford University Press, 2007

Van Dijck, José; Poell, Thomas; De Waal, Martijn. **The platform society: Public values in a connective world**. Oxford University Press, 2018.

We Are Social; Hootsuite. **Global Digital Report 2019**. We Are Social. Disponível em: <https://wearesocial.com/global-digital-report-2019>. Acesso em: 10 jan. 2020.

Recebido em 29/07/2020

Aprovado em 30/10/2020

A cidade-lar e o lar-cidade: conexões entre público e privado no uso de videoconferência para eventos artísticos, reuniões de trabalho e aniversários

Robson da Silva Braga¹

Resumo

Em 2020, durante o isolamento social de combate à Covid-19, o ambiente doméstico despontou como uma extensão da cidade por meio das materialidades das tecnologias de comunicação e informação, numa intensificação da confusão entre público e privado que vem sendo consolidada na contemporaneidade. As reuniões remotas amplificaram um processo de exposição da intimidade que já vem se consolidando com as redes sociais desde o início dos anos 2000. Com base nisso, este artigo analisa de que modo grupos de pessoas têm utilizado ferramentas de videoconferência em substituição aos encontros realizados antes da quarentena na cidade de Fortaleza, capital que, em março de 2020, chegou a ser a mais afetada do Brasil, segundo dados do Ministério da Saúde. Como recorte, analisamos o uso de três ambientes virtuais (1. lives de apresentações de artistas; 2. reuniões remotas de trabalho; 3. e comemorações virtuais de aniversário) com base em dois procedimentos principais: a) observação participante feita pelo pesquisador; b) e entrevista semiaberta com cinco moradores de Fortaleza. Os eventos analisados foram realizados por meio de plataformas como YouTube e Instagram (no caso das lives de artistas) e por meio de plataformas de reuniões virtuais, a exemplo de Jitsi, Zoom e Skype. Palavras-chave: Espaços urbanos. Encontros virtuais. TICs. Interações virtuais. Pandemia

1 Professor do Instituto de Cultura e Arte (ICA) da Universidade Federal do Ceará (UFC), estando lotado no curso de Jornalismo. Doutor em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com pós-doutorado em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: robsonsilvabraga2@gmail.com.

The city-home and the home-city: connections between public and private in the the usage of videoconference to artistic events, professional meetings and birthday happenings

Abstract

In 2020, during the social isolation to combat Covid-19, the domestic environment emerged as an extension of the city through the materialities of communication and information technologies, in an intensification of the confusion between public and private that has been consolidated in contemporary times. The remote meetings amplified a process of exposing intimacy that has been consolidated with social medias since the early 2000s. Therefore thus, this paper analyses how people have used videoconference tools substituting urban encounters occurred before the quarantine in Fortaleza, capital of Ceará, city that had been, in March 2020, the most affected one in Brazil, according to the Brazilian Department of Health. We analyzed the usage of three virtual spaces (1. lives of artistic performances; 2. remote professional meetings; 3. and virtual birthdays' celebrations) based on two main procedures: a) participant observation made by the researcher; b) and semi-structured interview done with five inhabitants from Fortaleza. The analysed events took place on YouTube and Instagram (specifically about lives of artistic performances) and on platforms of virtual meetings, such as Jitsi, Zoom and Skype.

Keywords: Urban environments. Virtual spaces. ICT. Virtual interactions. Pandemic.

La ciudad-hogar y el hogar-ciudad: conexiones entre lo público y lo privado en el uso de la videoconferencia para eventos artísticos, reuniones de trabajo y celebraciones de cumpleaños

Resumen

En 2020, durante el aislamiento social para combatir la Covid-19, el espacio doméstico emergió como una extensión de la ciudad a través

de las materialidades de las tecnologías de la comunicación e información, en una intensificación de la confusión entre lo público y lo privado que se ha consolidado en la época contemporánea. Los encuentros remotos amplificaron un proceso de exponer la intimidad que se ha ido consolidando con las redes sociales desde principios de la década de 2000. Con base en esto, este artículo analiza cómo grupos de personas han utilizado herramientas de videoconferencia para sustituir reuniones celebradas en la ciudad de Fortaleza, capital de Ceará. En marzo de 2020, esta ciudad se convirtió en la más afectada de Brasil, según datos del Ministerio de la Salud. Analizamos el uso de tres espacios virtuales (1. presentaciones de artistas en lives; 2. reuniones de trabajo a distancia; 3. y celebraciones virtuales de cumpleaños) en base a los siguientes procedimientos: a) observación participante realizada por el investigador; b) y entrevista semiabierta con cinco residentes de Fortaleza. Los hechos analizados se llevaron a cabo a través de plataformas como YouTube e Instagram (en el caso de lives hechas por artistas) y a través de plataformas virtuales, como Jitsi, Zoom y Skype.

Palabras clave: Espacios urbanos. Reuniones virtuales. TIC. Interacciones virtuales. Pandemia.

1. Introdução

“Calma. Quando tudo isso passar, vamos poder estar juntos”. Dita quase como um mantra durante toda a quarentena de combate à propagação do coronavírus¹ no Brasil, em 2020, a frase aponta

1 O Ministério da Saúde brasileiro define os coronavírus como “uma grande família de vírus comuns em muitas espécies diferentes de animais, incluindo camelos, gado, gatos e morcegos”. Em dezembro de 2019, houve a transmissão de um novo coronavírus (SARS-CoV-2) identificado em Wuhan, na China, causando a COVID-19, “uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves”. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), cerca de 80% dos pacientes com COVID-19 “podem ser assintomáticos ou oligosintomáticos (poucos sintomas), e aproximadamente 20% dos casos detectados requer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório”. Em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca> (acesso em 10 nov. 2020).

para uma definição cristalizada em nossa sociedade sobre o que seria “estar juntos”. Em tal definição, o espaço da cidade se desenha em nossas mentes. Um lugar onde o encontro seria “efetivo”, “não mediado”, “verdadeiro”, parte de nossa “essência” como seres humanos que trocam energia corpórea. Afinal, seríamos todos nós pequenas partes de um todo social.

“Imagens mentais” feitas essas se confundem com a própria ideia de cidade, como aponta Olivier Mongin (2009). Ao longo do período de isolamento social de combate à Covid-19, imagens acerca do espaço urbano despontaram nos discursos midiáticos, nas redes sociais e em nossas mentes. Em meio a uma espécie de “saudosismo” acerca do espaço urbano, tido como temporariamente proibido ou inalcançável (tão perto, tão distante), o ambiente virtual foi se firmando como o local da “sociabilidade possível”, capaz de minimizar os grandes impactos econômicos e sociais causados pela crise sanitária que atingiu o Brasil em março de 2020 (Aguiar, 2020; Lourenço & Chiquetto, 2020; Bezerra & Cunha Jr., 2020).

Contudo, a “imagem mental da cidade”, ou seja, “a referência simbólica a um espaço urbano determinado, o sentimento de pertencimento a um tópos, se mantém e persiste mesmo no caso em que a cidade se desfaz, explode”, como considera Mongin (2009, p. 52).

Para se firmar como alternativa às imagens sobre o que seria efetivamente o espaço urbano, empresas e usuários da rede mundial de computadores tiveram de reformular antigas e criar novas ferramentas tecnológicas utilizadas para a interação cotidiana (G1, 2020; G1, 2020a; Bond, 2020).

Do mundo dos negócios às atividades de entretenimento, tudo ou quase tudo precisou ser adaptado para aquilo que passaria a ser definido como “o novo normal”. Diversos memes replicados em mídias digitais a exemplo do Instagram fizeram referências

às nossas interações com o espaço urbano. Nos veículos tradicionais de comunicação e nas redes sociais também são constantes os discursos sobre uma questionável substituição do “mundo material” pelo “mundo virtual”, noção esta que desconsidera as materialidades (Lemos, 2010) das ferramentas tecnológicas, dos hardwares aos softwares, passando pelas próprias relações em si.

Ainda que parte das relações que estabelecemos no espaço urbano se deem face a face, sem mediações tecnológicas, destacam-se em nossas interações no/com o espaço urbano a mediação do corpo (Bernard, 1995) e as mediações socioculturais (Martín-Barbero, 1997), que nos atravessam e acabam por conformar nossas experiências de cidade (Mongin, 2009). Neste sentido, assim como computadores e seus programas, nossos corpos e o espaço da cidade também são mediações que não são substituídas quando adicionamos novos ingredientes tecnológicos à comunicação entre as pessoas.

Com os usos das novas tecnologias de comunicação e informação no espaço urbano, “uma nova modalidade de representação se instaura, supondo outro espaço-tempo social (imaterialmente ancorado na velocidade do fluxo eletrônico e digital), e, por certo, um novo regime de visibilidade pública, na qual a lógica espetacular se amplia” (Rezende & Bredan, 2015, p. 23).

Com base nisso, este artigo analisa de que modo grupos de pessoas têm utilizado ferramentas de videoconferência em substituição aos encontros realizados antes da quarentena na cidade de Fortaleza², capital que, em março de 2020, chegou a ser a

2 A cidade de Fortaleza é uma das nove capitais brasileiras situadas na região Nordeste. É a capital do estado do Ceará e possui cerca de 2,6 milhões de habitantes, sendo a quinta maior cidade do Brasil. Pelo grande fluxo turístico, e comercial e por conta de eventos sociais que serviram de foco propagador do vírus, Fortaleza foi a primeira capital brasileira a ser afetada massivamente pela pandemia de Covid-19. Os governos estadual e municipal rapidamente adotaram medidas para conter o fluxo urbano e, assim, a propagação do

mais afetada do Brasil, segundo dados do Ministério da Saúde. Como recorte, analisamos o uso de três ambientes virtuais: 1) lives de apresentações de artistas; 2) reuniões remotas de trabalho; 3) e comemorações virtuais de aniversário. Adoto, para isso, dois procedimentos metodológicos principais: a) observação participante nos três ambientes investigados; b) e entrevista semiaberta com cinco moradores de Fortaleza.

2. O lar como extensão da cidade mediada tecnologicamente

As tecnologias de comunicação e informação utilizadas por um grupo familiar para acessar outro núcleo familiar sem sair de seus respectivos lares podem ser compreendidas como uma extensão das ruas, por meio das quais transitam não só nossos corpos, mas as informações que carregamos conosco no transitar de um ponto a outro. A tecnologia de comunicação e informação seria, neste sentido, a rede que nos conecta na cidade e com a cidade, como destaca Dornelles (2004).

Dito de outro modo, a tecnologia teria substituído a rua temporariamente, durante o período de isolamento social, sendo utilizada para conectar indivíduos ou grupos sociais. Tal substituição (da rua pela tecnologia de informação), contudo, só seria completa se o isolamento social tivesse sido completo, o que não foi o caso. E, para momentos normais (sem quarentena), o que temos não é uma substituição, mas um modo complementar de fazer nossos corpos e nossos conteúdos circularem de um ponto a outro da cidade. Sim, nossos corpos também. Afinal, eles tam-

coronavírus. Em 20 de março, foi decretada quarentena na cidade. Devido ao aumento do número de casos e de mortes, foi instaurado *lockdown* (bloqueio total) em 8 de maio, medida que ficou em vigor por 20 dias. Com a redução progressiva dos números, o plano de reabertura foi instaurado em cinco fases, sendo a primeira em 1º de junho e a última em 20 de julho. Em 05/08/20, Fortaleza somava 43.423 casos confirmados e 3.733 mortes pela doença. Os números diários da doença reduziram drasticamente, mas ainda estão proibidas atividades com aglomeração de pessoas, como bares, shows e aulas presenciais.

bém são acessados (mesmo que virtualmente) por meio de câmeras, microfones, imagens fixas, etc.

Ao definir a internet como “incorporada”, “corporificada” e “cotidiana”, Christine Hine (2016) destaca as relações intrínsecas das nossas práticas virtuais com as atividades que vão muito além do ambiente digital, espalhando-se, por exemplo, pelo território da cidade e em todas as nossas práticas urbanas.

Para a autora (2016, p. 16), diferentemente do ciberespaço dos anos 1990, os dados derivados do ambiente virtual hoje são “incorporados” ao cotidiano das pessoas, sem que haja uma separação precisa entre o que seria “online” e “offline”. Tais práticas virtuais se materializam em nossos corpos, “corporificando” emoções e sensações tal qual qualquer outra prática urbana, por exemplo. Por fim, a autora define a internet como “cotidiana”, sendo naturalizada como qualquer outra prática do dia a dia.

Com isso, pretendo destacar não ser possível apartar as práticas digitais da “condição urbana”, definida por Olivier Mongin (2009, p. 29) como “um tipo de experiência da qual a cidade é [...] a condição de possibilidade”. A cidade seria, na definição do autor, um misto de mental e físico, uma vez que ela se materializa em estruturas urbanas, mas também é composta a partir das imaginações que depositamos sobre elas. Estruturas físicas ajudam a conformar imaginários urbanos e vice-versa.

Mongin (2009, p. 39) destaca, ainda, o caráter multidimensional da cidade, responsável por associar as esferas pública e privada, promovendo uma “experiência em espiral, circular e sempre retroativa”. “A família e o habitar não têm sentido senão na abertura que oferecem, graças aos limiares e às linhas fronteiriças que os delinham e tornam possível que haja relações fora”.

Por fim, não seria possível pensar na relação concreta que existe entre o lar (privado) e o espaço urbano (público) sem pensar so-

bre a materialidade das tecnologias utilizadas para fazer a ponte entre o primeiro e o segundo. A partir das reflexões teóricas apresentadas por Hans Gumbrecht na década de 1990, André Lemos (2010) reforça a importância de toda forma de comunicação ser analisada sem desconsiderar seus aspectos materiais, responsáveis por alterar o modo como o sujeito social se coloca em conexão com a rede.

Nesse sentido, poderíamos pensar tais redes como uma combinação das materialidades tecnológicas e das materialidades do território urbano, compondo o complexo ambiente urbano-virtual por meio do qual os sujeitos compõem, juntos, uma rede social.

3. Procedimentos metodológicos

Para esta pesquisa, adotei três procedimentos metodológicos principais: a) observação participante feita nos três ambientes virtuais selecionados³ (Hine, 2016), a fim de identificar algumas das características dos três espaços; b) entrevista semiaberta⁴ (Duarte, 2015) com cinco moradores de Fortaleza; c) e pesquisa documental sobre o cenário geral de pandemia em Fortaleza, no Brasil e no mundo.

Inicialmente, eu não havia previsto entrevistas, limitando-me à observação participante de eventos nas três plataformas selecionadas. Eu estava partindo da percepção de que os sujeitos já

3 Christine Hine (2016, p. 15) destaca “três tipos de estratégias que ajudam um etnógrafo a lidar com essas qualidades: abordagens móveis, multilocalizadas e conectivas ao campo; mapeamento, visualização e associação; e uso dos insights autoetnográficos a fim de maximizar a compreensão da internet como um fenômeno sensorial”.

4 A entrevista semiaberta “parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante” (Triviño, 1990, p. 146 apud Duarte, 2015, p. 66).

me apareceriam nos rastros de interação deixados por eles nos três ambientes. Percebi, contudo, que seria delicado, em termos éticos, utilizar-me dos dados coletados em relação, principalmente, aos aniversários virtuais e às reuniões remotas, uma vez que dificilmente eu conseguiria autorização para utilizar minhas observações como dados de pesquisa, mesmo garantindo o anonimato das pessoas observadas e a omissão de informações de caráter íntimo ou confidencial.

Por conta disso, decidi incluir a entrevista semiaberta como modo de compreender, qualitativamente, como um pequeno grupo de pessoas percebiam as práticas urbano-virtuais que estavam experimentando durante a quarentena por meio dos três ambientes virtuais acessados. Surgia, agora, um novo desafio: a) encontrar pessoas durante o isolamento social dispostas a responder a pesquisa; b) e realizar entrevista mediada tecnologicamente, sem o contato face a face.

Para encontrar respondentes, foi utilizado o método da bola de neve⁵: foi pedido para que pessoas próximas ao pesquisador indicasse um amigo para falar com o investigador por meio de áudios de WhatsApp sobre suas experiências com os três ambientes virtuais durante a quarentena. Cheguei aos seguintes entrevistados: 1) João⁶, 63 anos, engenheiro civil; 2) Carla, 37 anos, funcionária pública; 3) Fábio, 35 anos, advogado; 4) Maria, 33 anos, professora universitária; 5) Pedro, 34 anos, profissional autônomo. Todos eles moram em Fortaleza e experimentaram, em níveis diferentes, os três ambientes virtuais investigados aqui.

5 “Essa estratégia resolve o problema de acesso de forma conveniente: pelo menos se conhece alguém que pode ser observado ou entrevistado, e pode-se tentar fazer com que este indivíduo o apresente a outros e seja seu fiador, desse modo deflagrando uma espécie de amostragem em bola de neve” (Becker, 1993, p. 155).

6 Os nomes dos cinco entrevistados são fictícios, como modo de preservar as identidades dos respondentes.

A partir do perfil simplificado de cada um dos entrevistados é possível identificar que os respondentes se limitaram a um estrato socioeconômico médio de nossa sociedade. Além disso, quase todos eles são de uma mesma faixa etária. Os resultados da pesquisa, portanto, precisam levar em consideração essa limitação do perfil dos entrevistados, especialmente pelo fato de todos possuírem acesso muito facilitados às tecnologias, além de alto domínio de tais ferramentas.

Entre os *softwares* de reuniões virtuais mais utilizados, ao menos no mundo ocidental, destacam-se Skype, Zoom, Google Meet, GoToMeeting, Slack, Zoho Meeting, Microsoft Team e Jitsi Meet. Na soma das principais funcionalidades de todos eles, destaco as seguintes: o compartilhamento da tela de um dos usuários; compartilhamento de fotos, vídeos e documentos; escolha e troca do administrador da reunião; edição colaborativa de arquivos durante a reunião; bate-papo (chat); gravação da reunião na nuvem; e vinculação com outras plataformas que podem transmitir o conteúdo audiovisual ao mesmo tempo ou gravado, a exemplo de lives do Instagram e do YouTube⁷.

Ao menos nos Estados Unidos e no Brasil, o Zoom tem sido uma das ferramentas mais utilizadas em reuniões de trabalho, aulas do ensino básico ao ensino superior, eventos culturais, entre outras atividades. O software está disponível nas versões gratuitas e pagas e, sendo utilizado, segundo seu site oficial⁸, por mais de 17 mil instituições educacionais de todo o mundo para aulas remotas ou híbridas.

7 Mais detalhes sobre cada software em: <https://rockcontent.com/br/blog/software-para-reunioes/> (acesso em 09 jul. 2020).

8 Em: <https://zoom.us/pt-pt/education.html> (acesso em 18 jul. 2020).

4. Conexão da massa urbana por meio da live

Da varanda de um luxuoso duplex, no alto de um edifício residencial no bairro Cidade Monções, zona sul de São Paulo, potentes canhões de luz iluminam parte da capital paulista, num espetáculo que combina luz, fogos de artifício e som ultrapotente. Todas as ferramentas são controladas de uma mesa repleta de botões, definida carinhosamente como “nave espacial” por seu controlador: o DJ Alok.

É com enorme alegria que eu abro a minha casa pra receber todos vocês nessa live tão especial. Eu peço licença, também, para entrar na casa de vocês nesse momento [...] Queria deixar claro pra vocês que eu não sou cantor, também não tenho uma banda, mas uma aliada que eu sempre tive muito forte na minha profissão é a tecnologia. E ela hoje, mais do que nunca, tá aqui presente nessa nossa live. Sabe esses fogos que vocês viram, o *laser*, a iluminação? Tá tudo sendo controlado aqui, pela minha nave espacial. Então, assim que eu aciono, tá tudo sendo gerido e sincronizado ao mesmo tempo. Esses efeitos que vocês viram aqui na minha sala, o sinal vem de São Paulo, vai pro Rio de Janeiro e chega na casa de vocês (Alok na abertura da live realizada em 02/05/20).

Figura 1. Luzes partem do apartamento de Alok.



Fonte: <https://www.instagram.com/alok/?hl=pt-br>

Transmitida ao vivo em 2 de maio de 2020 pela Rede Globo e pelo Multishow (ambos canais da rede GloboSat) e por canais no YouTube, a live já possuía, em agosto desse ano, mais de 14 milhões de visualizações somente pelo canal do Multishow no YouTube⁹. No momento da transmissão ao vivo, uma câmera-drone mostrava os vizinhos se divertindo em suas varandas. Nas ruas ao redor, centenas de fãs do DJ circulavam de carro. E, de Fortaleza, João, um engenheiro civil de 63 anos de idade, assistia empolgado à live por meio do YouTube.

Extremamente empolgado com o evento, João ligou para a filha, convidando-a para assistir ao show, o pai numa cidade, a filha em outra. Ela ficou sem crer na empolgação do pai com um espetáculo de música eletrônica. Mas ele argumentou que o que lhe despertava aquelas boas sensações era a conexão do Alok com a cidade por meio do show de luzes e pelas imagens do drone que filmava os prédios ao redor. Portador de intensa energia vital, João diz sentir falta, nesse momento de quarentena, de estar em contato com a rua, o que parece ter sido suprido, em algum nível e de modo efêmero, pelo jogo de luzes, fogos e sons sobre a cidade de São Paulo. Para João, a live do Alok conseguiu algo até “mais grandioso” do que um show tradicional: a conexão com o espaço urbano.

Taí, eu achei [a live do Alok] muito bem produzida. Achei [interessante] a proposta dele de interagir com a cidade,

9 O número de acessos da live de Alok refere-se à soma de todos os cliques desde a transmissão ao vivo até o momento atual. O evento não aparece no ranking mundial das lives com pico de acessos simultâneos durante a transmissão, que em 06/06/20 listava os seguintes artistas: 1) Marília Mendonça (Brasil), com 3,31 mi; 2) Jorge & Mateus (Brasil), com 3,24 mi; 3) Andrea Bocelli (Itália), com 2,86 mi; 4) Gusttavo Lima (Brasil), com 2,77 mi; 5) Sandy & Júnior (Brasil), com 2,55 mi; 6) Leonardo (Brasil), com 2,52 mi; 7) BTS (Coreia do Sul), com 2,31 milhões; 8) Marília Mendonça (Brasil), com 2,21 mi; 9) Henrique & Juliano (Brasil), com 2,06 mi; 10) Bruno e Marrone (Brasil), com 2,05 mi. Em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2020/06/06/interna_diversao_arte,861694/brasil-lidera-o-ranking-mundial-de-lives-no-youtube.shtml (acesso em 06 ago. 20).

de botar aqueles canhões de luz pra cidade toda ver que ele tava fazendo aquilo. Ficou uma coisa diferente de um show: ele se comunicou com a cidade. Num show, ele não se comunicaria com a cidade, se comunicaria com o público. Pra mim, em termos tecnológicos, foi a live mais fantástica que eu achei, porque foi um diferencial em relação ao show. Mesmo não estando em São Paulo, eu me senti interagindo, conseguiu trazer essa energia (entrevista com João, engenheiro civil, 63 anos, em julho de 2020).

A fala de João sobre a “interação com a cidade” aponta para a “cidade do transeunte”, como define Mongin (2009, p. 63), “aquela onde se transita, traduz um desejo de exteriorização que se exprime por uma libertação, uma saída de si, uma saída de casa”. Ao refletir sobre a “cidade virtual”, o autor (2009) destaca a explosão do quadro espaço-temporal provocado pela inserção das novas tecnologias de comunicação e informação no espaço urbano. “Os lugares não desaparecem, mas sua lógica e sua significação são absorvidas pela rede. A infraestrutura tecnológica que constitui a rede determina o novo espaço precisamente como as ferrovias definem as regiões econômicas na economia industrial” (2009, p. 234).

Destacada na mídia nacional e nas redes sociais virtuais por sua inusitada conexão com o espaço urbano, a live de Alok parece ter mobilizado sentimentos do público em relação ao estar na cidade, contato este que foi forçadamente limitado pelo isolamento social de combate ao coronavírus. Memórias e prazeres sobre o circular pela *urbe* parecem ter sido mobilizados, sugerindo uma espécie de saudosismo em relação ao tão perto e tão distante espaço urbano.

Lives como a do DJ Alok, no entanto, aparecem como um ponto fora da curva entre os demais shows virtuais realizados no Brasil durante a quarentena. Definidas pelos entrevistados como “mal necessário”, “é o que temos pra hoje” ou “um passatempo importante na quarentena”, as transmissões ao vivo não aparecem nos

discursos como equiparáveis aos shows tradicionais realizados em casas de shows, com público massivo.

“[A live] é uma alternativa para os artistas, de monetização durante a quarentena”, avalia Pedro. “Não dá vibração, não tem a energia de um ambiente de show, a própria preparação pra ir pro show. [A live é] boa, mas parecida com a música que eu boto no YouTube. Podendo ir prum show, jamais vou optar por uma live”, reforça João. “Não se compara ao show, que é calor humano, todo mundo cantando junto a mesma música, são gotículas espalhadas, enfim... A troca com o artista não se compara, é algo imbatível”, define Carla de modo enfático.

5. Performances de “intimidade” nas reuniões remotas de trabalho

Numa reunião via Zoom com 30 pessoas a gente pode escolher qualquer dos quadradinhos e ficar ali examinando o infeliz, reparando em suas orelhas, seus óculos, suas expressões. (Faça isso presencialmente e você vai soar como tarado ou serial killer. Ou serial killer tarado.)

Antonio Prata. Zoom. Folha de S. Paulo10.

Quando imaginaríamos poder acessar, com tanta frequência, o lar de nossos colegas de trabalho, mesmo daqueles com quem temos quase nenhum contato ou afinidade? Desde o início da quarentena de combate à Covid-19, essa tem sido a realidade de parte considerável dos trabalhadores de todo o mundo.

Destacada por Antonio Prata em sua coluna na Folha de S. Paulo, tal reflexão aponta para um paradoxo que caracteriza a reunião virtual de trabalho: por um lado, a ausência do contato corpóreo, não mediado tecnologicamente; e, por outro, o imaginário

10 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/antonioprata/2020/06/zoom.shtml> (acesso em 10 jun. 2020).

sobre estarmos na casa de cada um, atentando para cada detalhe capturado pela webcam.

Nesse sentido, se considerarmos que a residência de cada um de nós compõe o território urbano, podemos, em alguma medida, pensarmos nos encontros virtuais como uma extensão do nosso acesso ao espaço da cidade. Quando se disseminaram ferramentas como Google Earth¹¹, Google Maps¹² e Google Street View¹³, a realidade virtual proporcionada por tais *softwares* ajudou a alterar sensivelmente a percepção sobre “estar na cidade”. Muitas vezes ignorada pelo senso comum, as materialidades das tecnologias (Lemos, 2010) acabam por dialogar com as materialidades do espaço urbano, ressignificando territórios urbanos, que se estendem das ruas e demais espaços públicos a espaços acessíveis virtualmente, a exemplo de ambientes privados expostos cotidianamente especialmente por meio de redes sociais e, mais recentemente, por meio das reuniões de trabalho e de outras práticas estimuladas pela quarentena.

Há algum tempo, o ambiente residencial tem sido exposto à esfera pública, especialmente por meio das redes sociais, numa desejada confusão entre público e privado (Sibilia, 2016). Com as lives, o espaço doméstico passa a ser exposto exacerbadamente, resultando em grande preocupação sobre como exibir a intimidade.

11 Lançado em 2001, o Google Earth gera mapas bidimensionais e imagens de satélite que permitem ao usuário identificar lugares, construções, cidades e paisagens. Em: <https://www.google.com.br/earth/> (acesso em 10 jul. 2020).

12 Lançado em 2005, o Google Maps permite visualização de mapas e imagens de satélite, podendo o usuário montar suas próprias rotas e vincular tal ferramenta a aplicativos como Uber e Waze. O Google Maps incorporou o Google Street View. Em: <https://www.google.com.br/maps/preview> (acesso em 10 jul. 2020).

13 Lançado em 2007, o Google Street View permite ver fotografias em 3D das principais cidades do mundo, possibilitando uma visão panorâmica de 360° na horizontal e 290° na vertical. O usuário pode escolher um endereço preciso e simular uma caminhada pelas ruas do entorno.

Tidos em geral como “intelectuais”, os jornalistas talvez tenham sido os precursores de um cenário doméstico culto, em que se destacam estantes de volumosos livros. Com a propagação de tais imagens, piadas sobre a “encenação de intelectualidade” tomaram conta das redes sociais.

Figura 2. Meme simula venda de estante falsa, de papelão, usada como cenário para reuniões virtuais¹⁴.



Fonte: El País Brasil

Carla demonstra, em sua fala, um encantamento que soa quase irônico em relação às bibliotecas particulares exibidas por seus colegas nas reuniões virtuais e por jornalistas ao entrarem ao vivo nos telejornais a partir de suas casas.

¹⁴ Em: https://brasil.elpais.com/icon_design/2020-05-03/a-historia-do-meme-que-se-tornou-realidade-ao-virar-o-produto-mais-absurdo-da-amazon.html (acesso em 12 jul. 2020).

O ambiente dos meus colegas são “topzera”. Eu acho importante fazer a reunião num ambiente minimamente organizado, porque estamos falando de trabalho. Ali é a sua imagem como profissional. Eu tenho cuidado também, apesar de achar que moro num lugar muito colorido e estou organizando um ambiente minimalista. A minha preferência são pelos ambientes que mostram livros. A Cristiana Lobo e a Miriam Leitão [ambas jornalistas da Rede Globo] gravam de suas bibliotecas particulares e é incrível (entrevista com Carla, 37 anos, funcionária pública, em julho de 2020).

Não é possível afirmar que sua demonstração de admiração pela “encenação de intelectualidade” é sincera ou se seria uma forma de fazer chacota com tal postura, visto que ela mesma não adota um cenário doméstico com livros em suas reuniões de trabalho. Fábio, por sua vez, critica de modo explícito os colegas que se utilizam de tal encenação de intelectualidade:

Todas as pessoas que eu conheço que participaram de reuniões, absolutamente todas, tiveram a preocupação com o ambiente, com a cenografia e, sobretudo, todas com bibliotecas. Ninguém colocou outra coisa que não livros, livros, livros. Já querendo ir numa contramão disso, eu tenho uma biblioteca considerável, mas, como era uma coisa que eu não precisava mostrar, eu tive a preocupação de estar num ambiente limpo. Às vezes, meu fundo era uma parede com uma iluminação boa, a parede limpa, sem nada, no máximo com um quadro atrás (entrevista com Fábio, 35, advogado, em julho de 2020).

Ao analisar as interações cotidianas face a face, Erving Goffman (2009) destaca que o indivíduo busca gerenciar a impressão que seus interagentes terão dele. Em tal jogo de cena, o ator social evidencia o que considera apropriado à sua imagem pública e omite aquilo que não valoriza a impressão que terão sobre ele. “Estes fatos podem envolver segredos escusos bem guardados ou características negativas, que todo mundo vê, mas às quais ninguém se refere” (Goffman, 2009, p. 192).

Em relação à efetividade do teletrabalho, as diferenças de percepção parecem ter relação com o tipo de trabalho desempenhado. Trabalhos mais burocráticos pouco atravessados pela subjetividade das interações face a face foram descritos como atividades que obtiveram ganhos ao incorporar o trabalho remoto. O governo brasileiro, por exemplo, anunciou, em 30 de julho de 2020, a incorporação do teletrabalho ao serviço público federal¹⁵.

Eu me adaptei completamente [ao teletrabalho], é um divisor de águas na minha vida profissional. Eu já tinha um contato mínimo com a minha chefe. Com as reuniões virtuais, ficou quase zero. A relação de trabalho mudou, tá mais distante, e eu prefiro assim, com essa distância. Eu percebi que, no começo, essas reuniões [virtuais] eram longas, acho que pela falta de prática, e acho que elas foram ficando mais objetivas e mais efetivas, produtivas (entrevista com Carla, 37 anos, servidora pública, em julho de 2020).

Há muitos impasses, contudo, em relação a trabalhos que dependem de documentos impressos, de assinaturas constante de papéis e da própria estrutura dos ambientes profissionais.

Primeiro, eu me atrapalhei todo. [A ferramenta de reunião] não dava certo, eu não conseguia interagir, eu tive um problema do Gmail, enfim, não dava certo. Mas, assim, eu participei todo porque a minha função no meu trabalho é muito física, porque eu trabalho com alteração de projetos, então eu tinha que ter acesso a documentos físicos, com assinatura [...]. Mas eu interagi demais [por telefone e pelo WhatsApp] com os colegas e com os clientes. Mas tinha muita interação [com os clientes] por visita, coisa que pelo WhatsApp não dá. A eficiência do trabalho diminui muito. Pode até ser uma coisa lue vai dar certo se virar uma rotina e se quebrar várias das burocracias (entrevista com João, engenheiro civil, 62 anos, entrevistado em julho de 2020).

15 Em: <https://radios.ebc.com.br/reporter-nacional/2020/07/governo-decidiu-incorporar-o-teletrabalho-rotina-dos-servidores-publicos> (acesso em 06 ago. 20).

Em relação à educação a distância, a percepção de professores sobre o teletrabalho costuma levantar maiores controvérsias. Entre outras formas de interação humana, a educação formal costuma demandar contato mais direto entre educador e educando, do ensino básico ao superior. Talvez, por isso, parte considerável das universidades públicas brasileiras tenham rejeitado a retomada virtual das atividades letivas. Já parte considerável das faculdades particulares se adequaram ao ensino remoto, comprando pacotes de ferramentas de ensino virtual, a exemplo do Zoom.

Eu não gostei da experiência de dar aula assíncrona. O aplicativo é muito bom, na verdade. O aplicativo tinha todas as ferramentas: ele tinha uma lousa, eu podia gravar, eu podia não gravar, eu podia colocar todos os alunos no *mute*, solicitar câmera, gravar o chat, gravava a frequência... Então, assim, o aplicativo era, na verdade, muito bom, a gente usou o Zoom, mas eu tive uma dificuldade muito grande em relação à participação [dos estudantes]. Eu senti muita falta disso. Eu dou aula porque eu gosto, e eu senti que foi muito prejudicada a interação com os alunos [...]. Também foi uma nova experiência pra mim lidar com o erro, porque naturalmente você erra na hora da aula, normal, e aí o erro fica gravado. Eu cheguei a editar algumas vezes, mas não foi uma experiência muito boa nesse sentido, não. E mexeu um pouco com a minha autoestima, porque a única pessoa que eu via era eu. Os alunos mantinham a câmera desligada por causa da banda [larga], porque tornava a conexão mais instável. Não foi agradável pra mim ficar olhando pra mim (entrevista com Maria, 33 anos, professora universitária, em julho de 2020).

Tanto a fala de Maria sobre deixar erros registrados nas aulas gravadas como na fala de Fábio sobre aparecer à frente de estantes de livros apontam para uma preocupação com a imagem profissional. Se antes os símbolos domésticos eram mais recorrentes nas relações pessoais não profissionais, por ser o ambiente da intimidade, agora passamos a expô-lo a pessoas com quem

não temos intimidade necessariamente. Por outro lado, os ambientes domésticos não necessariamente estão sendo exibidos como eles seriam “de fato”, ou seja, não seria aquilo que Goffman (2009) definiu como “bastidor”, onde se armazenam adereços e se prepara para apresentações públicas, além de ser o espaço para descanso e liberação de emoções e comportamentos ocultados no palco. O ambiente doméstico capturado pela câmera seria, na verdade, um palco que apenas performaticamente imita um bastidor.

6. Aniversários virtuais: celebrando a vida em meio ao caos

“Vamos tocar a vida”, rebateu o presidente Jair Bolsonaro, em 6 de agosto de 2020, ao ser questionado sobre os números alarmantes da propagação do coronavírus no Brasil, onde, naquela data, chegava-se a 98.644 óbitos e 2.917.562 diagnósticos de Covid-19¹⁶.

Apesar de alguma demonstração de indignação em relação às desencontradas políticas públicas de combate à pandemia, a população brasileira demonstrou desenvoltura para lidar com a crise sanitária, indo das lives de artistas às comemorações virtuais de aniversário. Um modo, talvez, de celebrar a vida mesmo em meio ao caos.

“Enervantes” é o adjetivo usado por Fábio para definir os aniversários virtuais, que tendem a demorar muito mais do que os aniversários presenciais. Ele promete não participar mais de qualquer evento dessa natureza, porque “todo mundo fica condicionado a ter que fazer um manifesto elogioso ao aniversariante”.

16 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/08/06/vamos-tocar-a-vida-diz-bolsonaro-sobre-pais-atingir-a-marca-de-100-mil-mortos-por-coronavirus.ghhtml> (acesso em 06 ago. 2020).

Todos os entrevistados desta pesquisa apresentaram percepções muito semelhantes em relação aos aniversários virtuais. Para eles, tal evento seria um ritual enfadonho que acaba por provocar sensações opostas ao sentido original de “celebração à vida”.

Eu passei por aniversários que foram, assim, ok, legal, que foram aniversários com quatro pessoas na chamada. E passei por aniversários que foram horríveis, [como] o da minha irmã, que ninguém conseguia entender nada, a gente só juntou todo mundo, cantou parabéns, porque não dava pra conversar, era todo mundo falando ao mesmo tempo, cachorro, criança, foi bem caótico. Eu não senti muitos ganhos nos aniversários (entrevista com Maria, 33 anos, professora universitária, em julho de 2020).

A diferença pra mim é gritante, porque aniversário é justamente uma situação em que você quer reunir as pessoas de quem você gosta e comemorar o nascimento de alguém, e é muito fria a chamada virtual. Estar longe num momento desse... A videochamada se tornou ainda pior, porque faz é você sentir mais falta de estar perto da pessoa, então talvez seja melhor é nem ter, manda uma mensagem de parabéns e pronto (entrevista com Pedro, 34 anos, profissional autônomo, em julho de 2020).

Eu participei de dois aniversários virtuais, um chá-revelação e um chá de fraldas. Eu achei interessante, mas eu prefiro o contato físico. Eu acho que é bonito na medida em que você demonstra pro aniversariante ter interesse, compromisso, bem-querer, porque você tá ali, ainda que virtualmente, mas prestando essa homenagem. Gostei, mas como medida excepcional. É uma das coisas em que eu ainda preciso ter o ‘velho normal’ no quesito. Gosto de agregar, de estar com as pessoas, de partilhar do bolo, da comida, acho tudo muito simbólico (entrevista com Fábio, 35 anos, advogado, em julho de 2020).

Até mesmo a entonação da voz dos entrevistados demonstra certa irritação em relação aos aniversários virtuais. Parece haver uma mistura de incômodos, que vão desde a irritação com o

tumulto provocado pela soma de todos os microfones ligados ao mesmo tempo (o que não costuma ocorrer nas reuniões de trabalho) até a obrigação de ter de deixar um depoimento que seja atraente não somente ao aniversariante, mas a todos os demais convidados.

O incômodo dos entrevistados com as comemorações virtuais aproxima-se daquilo que Walter Benjamin (1980) definiu como adaptação do homem às constantes transformações tecnológicas que afetam as experiências na cidade moderna. Se tais experiências são definidas pelo autor como “experiências sensoriais”, vale destacar as mudanças que tais tecnologias provocam em nossas relações afetivas e os consequentes choques que este fenômeno nos provoca especialmente quando se trata de relações mais passionais, com amigos, familiares, etc. Neste sentido, parece haver, entre os entrevistados, uma aceitação maior das relações mediadas tecnologicamente no âmbito profissional do que na esfera das relações afetivas, que demandaria uma conexão mais imediata entre os corpos.

Considerações finais

Durante o isolamento social de combate ao coronavírus, a cidade parece ter despontado em nossos discursos e práticas mesmo quando não utilizamos o território *stricto sensu* da cidade. O ambiente doméstico surge como uma extensão da cidade por meio das materialidades das tecnologias de comunicação e informação.

São, portanto, modos de materializar a cidade em nossos lares e de materializar nossos lares na cidade, numa intensificação da confusão entre público e privado que vem sendo consolidada na contemporaneidade. As reuniões remotas amplificam, assim, um processo de exposição da intimidade que já vinha se consolidando com as redes sociais desde o início dos anos 2000.

Por meio da observação dos ambientes virtuais e das entrevistas, foi possível identificar os modos como o lar é preparado para tornar-se público. A escolha dos elementos que serão capturados pela webcam, por exemplo, seria um modo de ajustar o privado ao público.

Sobre a adesão aos três ambientes virtuais investigados, é possível considerar haver uma maior aceitação do teletrabalho/das reuniões virtuais como ambientes a serem cada vez mais incorporados à vida cotidiana, mesmo após a quarentena, a depender das especificidades de cada função ocupada pelo trabalhador. Já as comemorações virtuais de aniversários parecem ter sido rejeitadas pelos usuários, por proporcionarem encontros protocolares que descaracterizariam radicalmente a “celebração da vida”, a “demonstração de afeto”.

Por fim, as lives de artistas parecem ter sido aceitas pelo público como alternativa financeira para os profissionais do entretenimento e como alternativa de entretenimento para o público durante a quarentena. Contudo, os respondentes demonstram recusá-las como substitutas dos eventos artísticos com a presença do público massivo, que permitiriam trocas corpóreas não mediadas pelas materialidades das tecnologias.

Referências

Aguiar, Juliana. Cidades pós-pandemia: tornar a relação com o ambiente urbano mais humana poderá ser a saída. **Diário de Pernambuco**, 2020. Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2020/07/cidades-pos-pandemia-tornar-a-relacao-com-o-ambiente-urbano-mais-huma.html>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

Becker, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

Benjamin et al. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 1-58. (Coleção Os Pensadores).

Bernard, M. **Le corps**. Paris: Seuil, 1995.

Bezerra, Mariana Andrade; Cunha Júnior, Moisés Ferreira. Cidades, espaços públicos e comportamento: discussões sobre o cenário urbano no contexto de pandemia global. **Observatório das Metrópoles**, 2020. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/cidades-espacos-publicos-e-comportamento-discussoes-sobre-o-cenario-urbano-no-contexto-de-pandemia-global/>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

Bond, Letycia. Compras por aplicativos têm alta de 30% durante pandemia, diz pesquisa. **Agência Brasil**, 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/compras-por-aplicativos-tem-alta-de-30-durante-pandemia-diz-pesquisa>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

Canevacci, Massimo. **A cidade polifônica**: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2004.

Carlos, A. F. A. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. **GE USP – Espaço e Tempo São Paulo** v. 18 n. 2, 2014, p. 472-486.

Coronavírus: os negócios globais que conseguiram crescer durante a pandemia. **BBC/G1**, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/05/16/coronavirus-os-negocios-globais-que-conseguiram-crescer-durante-a-pandemia.ghtml>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

Dornelles, Jonatas. Antropologia e Internet: quando o “campo” é a cidade e o computador é a “rede”. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 10, n. 21, Junho 2004, p. 241-271. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832004000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 nov. 2020.

Duarte, Jorge. Entrevista em profundidade. In: Duarte, Jorge; Barros, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

Felinto, Erick. O Ciberespaço como Cidade Ideal: sobre os estranhos destinos de uma metáfora urbana. In: Ângela Prysthon. (org.). **Imagens da cidade**: espaços urbanos na comunicação e cultura contemporâneas. Porto Alegre: Sulina, 2006.

Fragoso, Suely; Recuero, Raquel; Amaral, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

Gumbrecht, H. U. & Pfeiffer, L. **Materialities of Communication**. Stanford University Press, 1994.

Hine, Christine. Estratégias para etnografia da internet em estudos de mídia. In: Campanella, Bruno; Barros, Carlos. **Etnografia e consumo midiático**: novas tendências e desafios metodológicos. Rio de Janeiro: E-papers, 2016.

Isolamento faz gigantes de tecnologia liberarem aplicativos e lançarem funções novas: veja o que mudou. **G1**, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/04/30/isolamento-faz-gigantes-de-tecnologia-liberarem-aplicativos-e-lancarem-funcoes-novas-veja-o-que-mudou.ghtml>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

Lemos, André. **VOCÊ ESTÁ AQUI!** Mídia locativa e teorias “Materialidades da Comunicação” e “AtorRede”. **XIX Encontro da Compós**. Rio de Janeiro, RJ, junho de 2010.

Lourenço, Luis Fernando Amato; Chiquetto, Julio Barboza. A vida urbana e a mobilidade: implicações atuais e futuras em tempos de pandemia. **São Paulo São**, 2020. Disponível em: <<https://saopaulosao.com.br/nossos-caminhos/5119-a-vida-urbana-e-a-mobilidade-implica%C3%A7%C3%B5es-atuais-e-futuras-em-tempos-de-pandemia.html#>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

Mongin, Olivier. **A condição urbana**: a cidade na era da globalização. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

Rezende, Renata; Bredan, Laura. Reflexões sobre espaço e comunicação: a transformação da experiência em cotidianos urbanos. **Logos 43** - Dossiê: Cotidiano e Experiência. Vol. 22, Nº 02, 2º semestre 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/viewFile/19771/16045>. Acesso em: 10 nov. 2020.

Sibilia, Paula. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

Recebido em 01/10/2020

Aprovado em 30/11/2020

Fetichismo da desinformação na web: uma pandemia agravada

*Rodrigo Silva Caxias de Sousa**

*Patricia Valerim***

*Bruna Heller****

*Marcia Heloisa Tavares de Figueredo Lima*****

Resumo

Discute os conceitos de desinformação e práticas informacionais, aproximando-os da noção de semiformação cultural (semicultura), tendo como referência a Teoria Crítica da Informação e Comunicação. Defende que processos de comunicação ocorrem segundo práticas sociais de produção intencional de desinformação, segundo um circuito de produtividade que demanda do receptor/usuário a responsabilidade pela checagem das informações. Atenta para funções que se multiplicam e podem ser identificadas em relação a diferentes atores sociais, dentre os quais o Estado. Metodologicamente, trata-se de um estudo exploratório de abordagem qualitativa, através de uma triangulação metodológica, que consistiu em observação espontânea, seguida de análise de conteúdo e interpretação hermenêutica de um corpus de 86 *fake news* do site do Ministério da Saúde do Brasil. Os resultados permitiram a identificação de seis categorias emergidas da pré-análise. Na fase pos-

* Doutor em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCIN/UFRGS). Professor adjunto III do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: rodrigo.caxias@ufrgs.br

** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCIN/UFRGS). E-mail: patricia.valerim@gmail.com

*** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCIN/UFRGS). E-mail: brunahellerbh@gmail.com

**** Doutora em Ciência da Informação pelo convênio Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCIN/UFRGS). Professora adjunto I do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: marciahelolima@gmail.com

terior, foram analisadas cinco notícias, considerando-se a identificação de aspectos operacionais e situacionais do governo em relação à disponibilização do conteúdo no site, relacionados às perspectivas ideológicas e religiosas que, supostamente, entram em contradição com o propósito de esclarecimento dos cidadãos sobre a pandemia. Concerne às cinco *fake news* analisadas, é prudente afirmar que o governo brasileiro se valeu do site do Ministério da Saúde para desinformar e violar o direito à informação.

Palavras-chave: Desinformação. COVID-19. Semicultura. Teoria Crítica da Informação e Comunicação. Práticas informacionais.

Disinformation's fetishism on the web: worsened pandemic

Abstract

It discusses the concepts of disinformation and informational practices, bringing them closer to the notion of semiculture, having as reference the Critical Theory of Information and Communication. It argues that communication processes occur according to social practices of intentional production of disinformation, according to a productivity circuit that demands from the receiver/user, the responsibility for checking the information. Alert to functions that multiply and can be identified in relation to different social actors, including the State. Methodologically, it is an exploratory study with a qualitative approach, through a methodological triangulation, which consisted of spontaneous observation, followed by content analysis and hermeneutical interpretation of a corpus of 86 fake news from the website of the Ministry of Health of Brazil. The results allowed the identification of six categories that emerged from the pre-analyzes. In the subsequent phase, five news items were analyzed, considering the identification of operational and situational aspects of the government in relation to the availability of content on the website, related to ideological and religious perspectives that, supposedly, contradict the purpose of clarifying citizens about the pandemic. Concerning the five fake news analyzed, it is prudent to

state that the Brazilian government used the Ministry of Health's website to disinform and violate information rights.

Keywords: Disinformation. COVID-19. Semiculture. Critical Theory of Information and Communication. Informational practices.

Fetichismo de la desinformación en la web: una pandemia agravada

Resumen

Se discuten los conceptos de desinformación y prácticas informativas, acercándolos a la noción de semicultura, teniendo como referencia la Teoría Crítica de la Información y la Comunicación. Sostiene que los procesos de comunicación ocurren según prácticas sociales de producción intencional de desinformación, de acuerdo con un circuito de productividad que demanda del receptor/usuario la responsabilidad de verificar la información. Atentos a funciones que se multiplican y pueden identificarse en relación con diferentes actores sociales, incluido el Estado. Metodológicamente, se trata de un estudio exploratorio con abordaje cualitativo, mediante una triangulación metodológica, que consistió en observación espontánea, seguida de análisis de contenido e interpretación hermenéutica de un corpus de 86 noticias falsas del sitio web del Ministerio de Salud de Brasil. A partir de los resultados fue posible identificar seis categorías que surgieron del preanálisis. En la fase posterior, se analizaron cinco noticias, considerando la identificación de aspectos operativos y situacionales del gobierno con relación a la disponibilidad de contenido en el sitio web, relacionados con perspectivas ideológicas y religiosas que, supuestamente, contradicen el propósito de esclarecer a la ciudadanía sobre la pandemia. En referencia a las cinco *fake news* analizadas, es prudente señalar que el gobierno brasileño utilizó el sitio web del Ministerio de Salud para desinformar y violar el derecho a la información.

Palabras clave: Desinformación. COVID-19. Semicultura. Teoría crítica de la información y la comunicación. Prácticas informativas.

1 Preparando o olhar para o problema

O título deste artigo parafraseia um texto clássico da Teoria Crítica, intitulado “O Fetichismo na música e a regressão da audição” (Adorno, 1991). Nesse texto, o autor aponta para a instrumentalização das interpretações estéticas, advindas das racionalidades engendradas a partir da indústria cultural em relação ao empobrecimento do gosto musical, em virtude da incorporação da dinâmica de produtividade capitalista ao processo de formação cultural dos indivíduos. Esses processos semiformativos são articulados de distintas maneiras, a partir dos aparatos tecnológicos que incidem sobre a sociedade, conformando práticas sociais no cotidiano do mundo da vida (Habermas, 1984; 1997).

De forma análoga, neste estudo, problematizamos o quanto práticas (informacionais) de desinformação contribuem para a edificação de processos semiformativos, considerando a pauperização da informação como uma das novas égides conformadoras do capitalismo cognitivo. Essa discussão aponta para a conjuntura na qual ocorre uma escolha político-informacional, em que a categoria informação é relativizada, tendo como marco desconstrutivo a retomada da polarização política em escala global. Habermas apontava, em 1961, a relevância histórica da discussão de informações sobre a coisa pública em uma esfera pública que emergiu na Modernidade como fator fundamental para a construção das democracias ocidentais. E percebia, naquele início de década, os riscos, que se confirmariam, da oligopolização dos meios de comunicação de massa. Nos anos 2000 vemos a discussão de uma esfera pública mediatizada pelas plataformas eletrônicas. O que já era percebido como problema, agora está ampliado para um contingente de produtores anônimos com todos os riscos de produção e reprodução “espraiada” de informação não validada. Não mais oligopólios de informação ao modo empresarial, mas uma rede disforme de nós de informação.

Ao depararmos-nos com a danificação e ruptura das formas de produção simbólica de informações, buscamos compreender que o uso indiscriminado de (des)informação com o propósito de manipular e distorcer a opinião pública torna-se estratégia preponderante. Como consequência, entram em risco a democracia, as mais honestas práticas informacionais e amplia-se o abismo informacional, que se torna um dos determinantes do alto número de mortes, tendo Brasil e EUA como exemplos nefastos da prática de disseminação de *fake news* (Kakutani, 2018) por diferentes agentes/atores sociais, dentro os quais os estamentos de primeiro escalão do Estado.

Especificamente em relação à pandemia e a COVID-19 (Ricard, Medeiros, 2020), podem ser observadas práticas informacionais de desinformação (Wardle, 2017; 2019; Wardle, Derakhshan, 2017) estabelecidas a partir da superestrutura estatal.

Grande dificuldade há em verificar-se a veracidade e precisão das informações neste período pandêmico, conforme relatam Mesquita et al. (2020), já que a desinformação se espalhou pelo mundo desde os primeiros casos do novo vírus. Nossa discussão está aqui estruturada a partir de uma contribuição que busca imbricar conceitos da Teoria Crítica da Informação aos estudos de práticas informacionais. Neste sentido, é necessário avisar ao leitor a empreitada teórica anunciada. A desinformação compreendida como produto cultural reificado¹ se conforma como categoria central.

1 Reificação origina-se da palavra latim *res* e significa coisa. Literalmente, significa “objetificação” ou “coisificação”. O sentido positivo de reificação é usado quando conceitos abstratos são transformados em objetos de estudo na Filosofia, mormente, mas também nas Ciências Sociais. O conceito está sendo empregado aqui em um sentido crítico marxista, de um processo inerente às sociedades capitalistas que sobrevalorizam a produção de “coisas”, em detrimento das relações humanas e sociais, podendo ocasionar a perda da subjetividade, da autonomia e da autoconsciência ao atribuir ao ser humano uma natureza instrumental característica das mercadorias.

Uma análise assim proposta requer que possamos compreender que a fetichização da desinformação, em especial das *fake news*, consiste tanto na depreciação dos conteúdos, da linguagem adotada, dos elementos retóricos e argumentos de composição das mensagens, quanto na projeção de exacerbado sobrevalor às notícias.

É imprescindível que se tenha uma ação imediata dos governos frente à pandemia, visto que as autoridades de saúde pública necessitam “buscar meios para combater o impacto que as informações falsas estão causando, com vistas a perdurar até mesmo quando a pandemia da COVID-19 terminar” (Fachin, Araújo, Souza, 2020, p. 3).

Segundo González de Gómez (1999), em quaisquer sistemas de informação realizam-se “ações de informação”, todas, desde os primeiros processos, marcadas pelo seu “caráter seletivo”. A mais evidente, e primeira destas ações, é a chamada “seleção” propriamente dita. Mas o caráter seletivo não é só o ponto de partida do movimento processual daquilo que vai ser recebido e entendido como informação em uma base de dados, um arquivo, um portal. O caráter seletivo instaura e constitui todas as demais fases do processo (qual descritor usar e qual a melhor expressão de busca são exemplos das sucessivas seleções nos processos que permitem o tratamento e a recuperação da informação nos diferentes sistemas de recuperação da informação). De modo análogo, ao analisarmos não só a recuperação, mas a produção de conteúdos para publicação em páginas da web, podemos afirmar que as *fake news* consolidam-se através de processos em que a desinformação é intencionalmente selecionada e disponibilizada, caracterizando-se, no entanto, como uma patologia social (Targino; Cavalcante, 2020).

Como forma de confrontar discussões teóricas com manifestações concretas identificadas na web, realizamos a análise hermenêutica de *fake news* sobre COVID-19. A análise das notícias

disponibilizadas e checadas pela equipe técnica do Ministério da Saúde do Brasil em meio à pandemia são o foco do estudo. Os resultados deste artigo são parte de um estudo exploratório-descriptivo em razão de um estranhamento relativo ao conflito de interesses de ordem política e religiosa, identificados dentre as notícias que compuseram o material empírico do estudo, tendo em vista a discrepância entre as temáticas identificadas no site do ministério e o propósito do canal de comunicação.

2 Práticas sociais de desinformação e semicultura

A compreensão das *fake news* como manifestações inusitadas de desinformação acena para possibilidades de interpretações em relação a distintos fenômenos sociais. A discussão conceitual deste estudo está assim proposta: inicialmente destacamos os conceitos de práticas informacionais e desinformação. O logro da proposta, ao buscar aporte na Teoria Crítica da Informação e Comunicação, posteriormente, os aproxima do conceito de semi-formação cultural (semicultura). A convergência de tais conceitos denota a necessidade de discussões em relação à conjuntura de produção, uso e compartilhamento de informações falsas do ponto de vista de sua legitimidade em quaisquer *locus* (Ciência ou a esfera pública), na qual um circuito de produtividade de desinformações caracteriza-se por ações engendradas por diferentes atores e agentes sociais. A necessidade de informação verdadeira e fidedigna é condição *sine qua non* para a vida boa aristotélica, em quaisquer esferas da vida humana, seja ela privada (individual), seja pública (social). Para Araújo (2017, p. 221)

[..] práticas informacionais constitui-se num movimento constante de capturar as disposições sociais, coletivas (os significados socialmente partilhados do que é informação, do que é sentir necessidade de informação, de quais são as fontes ou recursos adequados) e também as elaborações e perspectivas individuais de como se relacionar com a infor-

mação (a aceitação ou não das regras sociais, a negociação das necessidades de informação, o reconhecimento de uma ou outra fonte de informação como legítima, correta, atual), num permanente tensionamento entre as duas dimensões, percebendo como uma constitui a outra e vice-versa.

A perspectiva acima apontada é fundamental para a construção democrática, seja pelos movimentos diastólicos entre indivíduo, coletividade e sociedade; seja pela legitimidade e correção das informações produzidas e compartilhadas na sociedade.

Considerando esses aspectos nos valem do conceito de práticas informacionais proposto por Savolainen (2008), que as compreende como os mecanismos que os indivíduos usam para promover seus empreendimentos cotidianos, baseando-se essencialmente em seus estoques de conhecimento como ponto de partida para a produção e compartilhamento de informações e são postas em movimento nas interações entre atores sociais, condicionados por aspectos advindos e reverberados na estrutura social.

Essas práticas informacionais são, como já o dissemos, seletivas e fundamentadas em processos de composição de conteúdos e inclusão, em quaisquer contatos sociais, mormente na construção de páginas na web ou portais ministeriais que são ofertados ao acesso público que deveriam pautar-se pelo cumprimento da obrigação de informar do Estado,

A fórmula “direito à informação verídica sobre os acontecimentos públicos” defendida também por Carvalho (1994) encontra apoio teórico em Kant desde 1795, em Habermas (1997) que vê o Direito como força integradora e em Hannah Arendt, na leitura de Celso Lafer (1991), para quem a informação verdadeira tem força estabilizadora na Política, sobretudo nas democracias. (Lima, 2013, p. 16).

Entretanto, merecem destaque as formas alternativas de depreciação da informação, dos conteúdos e dos processos de co-

municação, “as *fake news* não se constituindo apenas um erro jornalístico [...]. Elas têm um elemento adicional: a intenção de enganar, e enganar com um propósito específico. *Fake news* são a mentira intencional a serviço de alguma escusa” (Pinheiro, 2019, p. 88). Neste sentido, as *fake news* configuram-se como a versão contemporânea da prática da mentira e do segredo (Bobbio, 1996; Arendt, 1999), categorias analíticas adotadas por Lafer (1991) como contrárias ao direito à informação. As práticas da mentira e do segredo obliteram o “juízo” (categoria de Arendt) e as possibilidades de agir comunicativo no mundo da vida (Habermas, 1992), ambos fundamentais para o exercício de uma racionalidade emancipatória e em busca de compreensões que, pautadas na ética, se apresentam de forma comprometida. Neste sentido,

Hoje sabemos que nossa mente não é especialmente talhada para se comportar de maneira racional. Somos levados espontaneamente a todo tipo de falácia lógica em nosso pensamento: conclusões indevidas, crença na autoridade e, acima de tudo, viés de confirmação. Se acreditamos em algo, nossa mente trabalha dobrado para valorizar informações que confirmem essa crença e invalidar informações que a contradigam. (Pinheiro, 2019, p. 90).

Outro aspecto comprometedor está relacionado à produção excessiva de informações, a hiperinformação, em virtude do abismo informacional advindo da impossibilidade de acesso e compreensão dos conteúdos, fruto de interesses ideológicos (Targino, Cavalcante, 2020) que fundamentam e comprometem a ética balizadora dos processos de comunicação.

Aspecto de não menos importância, diz respeito à atmosfera de fetichismo atribuída à categoria desinformação. Isso, porque a desinformação se articula atualmente como cerne de processos comunicativos depauperados. A exacerbação do valor à desinformação, implica em práticas condicionadas pelo uso de dis-

tintas linguagens, recursos hipermidiáticos, artifícios retóricos, dentre outros aspectos. Como mencionado no preâmbulo de nossas discussões, valemo-nos da noção de desinformação, interpretando tal conceito segundo a perspectiva trazida por Floridi (2010), Fallis (2015), Wardle (2017; 2019), que a percebem como “engano intencional, informação imprecisa que pode enganar as pessoas”.

É importante considerar que, conforme mencionam Ripoll e Matos (2020), no inglês existe uma subdivisão dos conceitos de desinformação. Os autores Floridi e Fallis consideram apenas a *disinformation* como o conceito que abarca a informação imprecisa com a intenção de enganar, diferente dos termos *misinformation* e *mislead*, conforme os autores explicam abaixo (Ripoll, Matos, 2020):

É importante perceber que a palavra ‘desinformação’, em português, muitas vezes é usada enquanto a tradução tanto de ‘disinformation’, como de ‘misinformation’, duas palavras que são conceitualmente distintas na língua inglesa. Conforme menciona Fallis (2010), ambas remetem ao contexto da informação imprecisa/incorrecta (*innacurate*) e enganosa/ilusória (*misleading*). No entanto, *misinformation* corresponde a um engano originado na fonte emissora de forma não proposital (*honest mistake*), enquanto que na palavra *disinformation* existe uma intenção consciente da fonte em enganar (*intended to deceive*). O autor comenta que, sendo assim, é mais difícil identificar uma *disinformation*, já que ela é justamente produzida com a intenção de não ser identificada como tal. (Ripoll, Matos, 2020, p. 97).

Diferentemente é necessário compreender vieses distintivos em relação às perspectivas que consideram a produção da informação segundo intencionalidades excusas subjacentes. Neste trabalho, a desinformação será assumida como atitudes subjetivas ou coletivas pautadas em ações que intencionam a pauperização do ato de informar, conforme evidenciam Ripoll e Matos

(2020). Ademais, Starbird, Arif e Wilson (2019) compartilham da perspectiva de que a desinformação se caracteriza como um conjunto de operações estratégicas que visa estabelecer formas de manipulação nos ambientes online.

As operações de informação estratégica, e em particular a desinformação, funcionam para minar a integridade do espaço de informação e reduzir a agência humana, sobrecarregando nossa capacidade de dar sentido às informações. Elas, portanto, atingem o âmago de nossos valores. E elas afetam coisas que nos importamos sobre, por exemplo, encontrar informações que salvam vidas durante um evento de crise, organização online para mudança política e proteção dos espaços online contra intimidação e assédio. (Starbird, Arif, Wilson, 2019, p. 20:2, tradução nossa).

A desinformação e as *fake news*, muitas vezes, são compreendidas como construtos simplistas de informação que visam o engano a algum receptor, mas assumem um escopo mais amplo ao representar algo que os próprios indivíduos fazem cotidianamente (Starbird, Arif, Wilson, 2019). O fenômeno se caracteriza através de dinâmicas e produtos pautados em racionalidades instrumentais, que se articulam ao mundo da vida (Habermas, 1984), como a manipulação calculista (Starbird, Arif, Wilson, 2019), em razão do uso das tecnologias da informação como forma deliberada e proposital de confundir a opinião pública (Kakutani, 2018), característica fundamental da pós-verdade.

A chamada “era da pós-verdade”, com todos os cuidados e provisoriedade da noção, trata-se de uma conjuntura em que fatos importam menos do que a opinião pública (D’Ancona, 2018), uma vez que há uma forte tendência em acreditar naquilo que catalisa reações sentimentais e emotivas em relação às pessoas. Decorre desta perspectiva o sucesso das *fake news* como uma forte arma para a desinformação: geralmente envolvem um contexto em que se opõem bem ou mal, direita ou esquerda, entre outros contrastes.

Encontramo-nos diante de um impasse ético a ser desvelado, em razão de que o “[...] projeto ideológico subjacente ao avanço das *fake news* ameaça o significado da ética da informação 2.0 junto ao imaginário social. Assim, é imprescindível enfrentá-lo como fenômeno social” (Targino, Cavalcante, 2020, p. 33). Para que possamos avaliar o quanto o poder e as implicações das *fake news* são compreendidas sobre a perspectiva adotada, podemos pensar como Starbird, Arif e Wilson (2019, p. 20:4), que enfatizam que a “desinformação é menos sobre o valor de verdade de uma ou mais informações e mais sobre como essas peças se encaixam para servir a um propósito específico” (tradução nossa).

Especificamente em relação ao tema deste estudo, as *fake news* elencadas no site do Ministério da Saúde, é necessário enfatizar que essas manifestações de hiperinformação articulam composições de conteúdos que interseccionam política, religião e ideologia.

Defendemos o argumento de que a conjuntura articulada a partir da pandemia demonstra que o governo brasileiro (ou parte dele) optou por ações que se pautaram na racionalidade instrumental da desinformação. O predomínio de uma racionalidade instrumental estruturou-se em razão de questões políticas que se propagam na sociedade, estabelecendo práticas informacionais “confusionantes” (Sfez, 1992; 1996) em cadeia a partir de um governo que engendra articulações que ora apresenta declarações fundamentadas no cuidado das populações embasadas no saber científico, ora disponibiliza *fake news* (inverdades), ora desmente-as, e outras vezes ainda onera o cidadão/leitor/usuário no confronto com outras fontes para a validação de informações. É possível refletir também que há fortes indícios de quebra de hierarquia e empoderamentos pessoais nos estamentos inferiores da burocracia.

Isso ocorre em razão de que as práticas informacionais se encontram imbricadas à lógica do capital, perdendo importância a

informação diante dos subprodutos oriundos dos processos de desinformação e imprimindo à conjuntura da pandemia a sensação de desordem informacional (Wardle, 2017; 2019).

Nesse contexto de desinformação surge a noção de infodemia, termo que foi cunhado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para categorizar o excesso de informações que dificultam o acesso a orientações sobre a COVID-19, compreendida como uma dentre outras formas de desinformação (Organização Pan-Americana de Saúde, 2020). Essa produção concomitante de informação e desinformação por parte de um mesmo emissor sobre a doença e a pandemia gera um ambiente de incertezas e um terreno fértil para a manipulação da informação com intenções duvidosas. Poderíamos destacar, como Bobbio (1996), que se forma um subgoverno. A suplementaridade de termos relativos às distintas formas de desinformação tem se consagrado através da relativização da noção de verdade. A pertinência no que se refere a discussões sobre a pauperização dos processos comunicativos e na composição de informações falsas remete, na atualidade, a ideia de pós-verdade como

sinónimo de mentira emotiva, esto es, la distorsión deliberada de la realidad con el fin de crear y modelar la opinión pública e influir en las actitudes sociales. Una realidad en la que los hechos objetivos, las referencias fácticas, tienen menos influencia que las apelaciones a las emociones y a las creencias personales. (Olmo y Romero, 2019, n.p.).

Na mesma obra “Mudança estrutural da esfera pública”, Habermas já afirmava em 1961 que, na contemporaneidade, a verdade é dependente da validação de argumentos racionais na esfera pública. Como consequência de circuito de ações informacionais seletivas que geram produtos ofertados para serem recebidos e reconhecidos como informação, é propagada uma cultura na qual as formações discursivas, já desvinculadas das referências éticas inquestionáveis das culturas tradicionais, encontram e

ancoram sua aura de acreditação na autoridade científica, ao mesmo tempo que se pactuam na esfera da Política como acordos. Neste contexto, a validação e o caráter de verdade da informação passam a depender 1) de seu confronto com o saber legitimado pela Ciência e 2) da pluralidade de fontes de informações utilizadas pelo receptor/usuário/cidadão. A produção e divulgação deliberada de *fake news*, de acordo com uma racionalidade instrumental, quebra o frágil sistema de crenças na ordem de uma racionalidade democrática e claramente viola o direito do cidadão de receber informações fidedignas e confiáveis do Estado, que tem, por sua vez, a obrigação de informar (Seelaender, 1991). Lembremos que Giddens (1991) afirmava que a confiança é uma das categorias basilares para o funcionamento do Estado contemporâneo. O homem contemporâneo precisa confiar que outros seres humanos obedecerão a leis elementares de trânsito, por exemplo, até para atravessar a rua. Sem esta confiança prévia, de que outros seres humanos cumprirão as mesmas leis que obrigam a todos, não há por que sair à rua de modo pacífico.

O argumento de autoridade é uma falácia notória, mas é dele que dependemos para que a vida em sociedade funcione. Confiamos nos cientistas, nos professores universitários, nos jornalistas, nos institutos públicos. Essa crença nas autoridades é racional. Temos bons motivos para acreditar na ciência, no jornalismo etc. Eles existem num mundo que erros de um são explorados por seus rivais, gerando um incentivo virtuoso. Seguem um método científico que poderia ser reproduzido, trabalham segundo balizas e códigos de éticas profissionais que filtram os equívocos mais grosseiros; são transparentes e estão abertos a críticas. Mesmo assim, se alguém estiver decidido a acreditar que as principais instituições da sociedade estão unidas num megacomplô para enganar sistematicamente o cidadão comum, não há como provar de maneira definitiva que ela está errada. Um certo ato de fé - ou melhor, de confiança - é necessário. (Pinheiro, 2019, p. 92-93).

Essa confiança necessária à manutenção do contrato social advém, conjugada como outros fatores, da crença na forma republicana do Estado moderno no qual a verdade se pactua e se estabelece com base em justificadas proposições ofertadas à discussão pública. Não há uma verdade *a priori*. A confiança advém da crença em um “nós” que, aqui reunidos, construímos a verdade que se postula publicamente sob crivos da razoabilidade a que todos concordamos nos submeter, sobretudo quanto à crença em um modelo de Estado cujos dirigentes são eleitos. Dizendo de outra forma, a validação dessas informações requer que ampliações sejam realizadas no que se refere às formas de interpretação de conteúdos quer na web, quer nas relações off-line no mundo da vida. Isso, porque o mencionado circuito calcado no trinômio produtividade-checagem-validação compromete as possibilidades e interpretações acerca de entendimento de informações que circulam na esfera pública. Há uma inversão ética, uma quebra cínica da obrigação de informar do Estado.

Produto dessa inversão ética que, na atualidade, de forma contumaz, relativiza o cerne dos processos de comunicação, a desinformação consubstancia a conformação do que pode ser compreendido como semiformação cultural. A semiformação implica na formação do indivíduo por meio da estandardização da cultura, na qual bens simbólicos têm esvaídas sua aura e essência cultural, em razão da incorporação da lógica do mercado aos processos que os efetivam. Diante desse empobrecimento a informação e as práticas informacionais são transformadas pela lógica semicultural em meras mercadorias. Assim, os produtos da semicultura servirão de conteúdo formativo para a sociedade de massa. Este processo formativo denomina-se “semiformação” (Iop, 2009, p. 21).

Tal conceito está em contraposição à busca de entendimento entre os atores sociais, sendo a racionalidade emancipatória referência que alicerça a formação cultural amplamente discutida pela Teoria Crítica como alternativa de libertação dos indivíduos.

os. Neste sentido, as trocas infocomunicacionais são discutidas em nosso domínio e Araújo (2009) afirma

[...] que orientações marxistas se fundamentam na Ciência da Informação a partir de contribuições oriundas da Teoria Crítica da Informação. Isso ocorre em virtude de considerações ao “[...] conflito, a desigualdade, o **embate de interesses** (grifo nosso) em torno da questão da informação – e para tanto, buscará explicar os fenômenos a partir de sua historicidade (Araújo, 2009, p. 197).

Como destaca o autor, é do tensionamento entre distintos interesses relacionados à informação que emerge as possibilidades de concretização dos processos emancipatórios e o entendimento entre os atores/agentes sociais sobre os atos comunicativos. O embate de interesses desvelado a partir da produção, uso e compartilhamento de informações se materializa em subprodutos de informação, em razão de que a suplementação argumentativa de tais embates se edifica no âmbito das práticas sociais.

Isso, porque

Toda prática social é uma prática informacional (grifo nosso) – expressão esta que se refere aos mecanismos mediante os quais os significados, símbolos e signos culturais são transmitidos, assimilados ou rejeitados pelas ações e representações dos sujeitos sociais em seus espaços instituídos e concretos de realização (Marteleto, 1995, p. 92).

Alves (2019), no mesmo sentido, articula que com a desinformação coloca-se em risco a autonomia dos sujeitos, embora a liberdade de informação, e consequentemente o direito à informação, esteja categoricamente defendida no artigo 5º da Constituição Brasileira de 1988, incisos XIV e XXXIII, assim como em todo um conjunto de normas supranacionais representado pelas convenções e acordos dos quais o Brasil foi signatário (Cepik, 2000).

O cidadão tem um direito-crédito de ser informado pelo Estado com informações verdadeiras e mais do que o superado direito a ser informado pela simples comunicação de fatos. O “direito ao fato” envolveria um direito-crédito à explicação, no sentido de que seja necessária uma permanente “tradução” da complexificada gestão tecnocrática do Estado contemporâneo, tornando-se inteligíveis ao homem comum (Seelaender, 1991). Em relação às contribuições superestruturais, o Estado tem a obrigação positiva de informar e minimizar a circulação de desinformações, o que requer um conjunto de ações práticas que objetive a emancipação informacional, o fácil acesso de informações, políticas públicas de combate à desinformação, entre outros. Em meio à pandemia da COVID-19, todos esses aspectos (ou a despeito de que saibamos deles) têm sido utilizados pelos disseminadores de *fake news*, direcionando o foco das notícias para interesses circundantes à doença. Isso, porque as pessoas no mundo da vida encontram-se influenciadas por ambições e tensionamentos que as conduzem a formas de comportamento padronizado de forma instrumental.

A checagem da informação se caracteriza como o conjunto de procedimentos que busca analisar a qualidade e veracidade de informações, de acordo com distintas práticas sociais. Atualmente encontramos-nos diante da ampliação e de uma nova ordem não apenas relativa às atribuições, mas, sobretudo, aos atores sociais que as efetivam, visto que a verificação da desinformação se consagra como cerne de uma lógica comunicativa que pauta a desinformação.

Isso implica que a produção, compartilhamento e validação da informação se concretize como procedimentos efetivados por sujeitos, instituições e o governo. Targino e Cavalcante (2020), a esse respeito, são categóricos ao afirmar que o combate de parcela do poder governamental às inverdades em diferentes esferas concretiza-se como contribuição merecedora de aprovação uma vez que, pelo menos aparentemente, contribui para

processos formativos que visam o esclarecimento das coletividades quanto ao rechaço à circulação de desinformações e aos seus produtores, haja vista que ações de controle e classificação normativa sobre a veracidade da informação emergem tanto no cenário do jornalismo quanto no da ciência (Oliveira, Quinan, Toth, 2020) como verdadeiras práticas de contrainformação.

Consideradas as questões desenvolvidas neste estudo, destacamos que as decisões metodológicas realizadas em meio ao processo exploratório encontram-se apresentadas no tópico subsequente.

3 A triangulação metodológica

Estudo exploratório-descritivo, de abordagem qualitativa, que analisou as *fake news* sobre a COVID-19 checadas e disponibilizadas no site Saúde sem *Fake News* do Ministério da Saúde do Brasil, entre os meses de janeiro a junho de 2020.

Inicialmente realizamos buscas sobre *fake news* relacionadas à COVID-19 na web. Dentre os sites e plataformas de redes sociais observados, chegamos à *webpage* www.saude.gov.br, intitulada “Saúde Sem *Fake News*”, que compõe o site do Ministério da Saúde. Deste modo, foi tomada a decisão de considerar as notícias sobre COVID-19 arroladas no site do Ministério entre os dias 15 de abril e 31 de julho de 2020, compreendendo a importância do órgão em relação ao esclarecimento e orientação ao cidadão.

A investigação é derivada de um estudo mais amplo que analisou um *corpus* inicial constituído de 86 *fake news*. Fazemos referência ao *corpus* maior, com o objetivo de evidenciar de forma panorâmica as primeiras análises, identificando e mensurando palavras dos títulos das 86 *fake news*. Baseado em triangulação metodológica, nos valem das técnicas de observação espontânea (Gil, 1999), combinada à análise de conteúdo (Bardin, 2016) e interpretação hermenêutica (Gadamer, 2007). Em razão de tal combinação, a

obtenção, a organização e a análise dos dados foram compostas a partir de fases complementares. Esse procedimento foi realizado através do uso do Software R, desconsiderando as seguintes expressões “novo coronavírus” e “coronavírus” (*stopwords*), devido à recorrência dos termos na maioria das notícias.

A organização dos dados ocorreu através da composição de um quadro com a inserção do conjunto dos 79 *hiperlinks* das notícias em um editor de texto. Na sequência, foi realizada a inserção no quadro da imagem correspondente a cada *hiperlink* para, de forma visual, facilitar o início do processo de análise. Posteriormente, no mês de junho, foram incorporadas mais sete notícias, sendo a última com data de 08 de junho de 2020.

Em meio a esse processo, identificamos a retirada da notícia (Figura 4) relativa ao uso da Cloroquina, além de uma diminuição considerável de publicações de notícias. A partir disso, incluímos no processo metodológico a realização do acesso ao site do Ministério da Saúde duas vezes por semana, para verificar a continuidade de publicações de novas notícias. Mediante à realização da leitura flutuante (Bardin, 2016) uma planilha do Software Excel 2013 foi criada, como forma de permitir o detalhamento das análises em relação às peculiaridades e características comuns entre as notícias. Considerando que neste estudo as decisões metodológicas são produtos de fases que se sucedem e que balizam decisões posteriores, desse *corpus* maior foram escolhidas para análise hermenêutica cinco *fake news*, considerando-se a identificação de aspectos operacionais e situacionais do governo em relação à disponibilização do conteúdo no site, relacionados às perspectivas ideológicas e religiosas que, supostamente, entram em contradição com o propósito de esclarecimento dos cidadãos sobre a pandemia.

Decorrente dos processos de análise e da releitura das notícias emergiram categorias do fenômeno, que se encontram destacadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Categorias emergidas do *corpus* das 86 notícias

Categorias Emergidas/ Descrição	Subcategorias/Descrição
<p>Temática principal</p> <p>(Referente aos assuntos identificados nas notícias)</p>	<p>CD - Causas da doença - Notícias que indicam fatores supostamente responsáveis por terem originado a doença.</p> <p>CP - Cura ou prevenção - Notícias relativas à cura ou prevenção relacionadas à COVID-19.</p> <p>DE - Danos ou efeitos - Notícias que indicam possíveis sequelas da doença.</p> <p>DM - Declarações do Ministro da Saúde - Notícias sobre pronunciamentos dos ministros a respeito da pandemia.</p> <p>FD - Fatos ou dados - Notícias que relatam acontecimentos ou mostram dados relacionados à pandemia no Brasil e no mundo.</p> <p>RC - Riscos ou formas de contágio - Notícias que apontam possíveis fatores ou atitudes que fazem com que as pessoas sejam contaminadas pelo vírus que ocasiona a COVID-19.</p>
<p>Linguagem adotada</p> <p>(Maneira de apresentar a ideia da notícia)</p>	<p>FO - Formal - Pautada no uso culto de expressões em consonância às normas gramaticais.</p> <p>IN - Informal - Pautada no uso expressões do cotidiano, de uma forma espontânea, quando não há rigor às normas gramaticais.</p> <p>ND - Não disponível - Quando a notícia não foi disponibilizada pelo Ministério da Saúde.</p> <p>VIS - Visual - Pautada em elementos imagéticos, independentemente da adequação às normas gramaticais.</p>
<p>Elementos de composição da notícia</p> <p>(Recursos midiáticos que compunham a notícia)</p>	<p>AU - Áudio - Recurso sonoro para gravar, transmitir e reproduzir uma mensagem passível de ser ouvida por uma pessoa.</p> <p>EM - Emojis - Símbolos que representam uma emoção, ideia, palavra ou frase completa. Geralmente utilizados em conversas instantâneas via dispositivos móveis.</p> <p>IMF - Imagem/ Foto - Signos não verbais que utilizam componentes visuais para transmitir uma ideia.</p> <p>LI - Link - Endereço de um site, documento (ou um recurso) na web (Internet).</p> <p>ND - Não disponível - Quando a notícia não foi disponibilizada pelo Ministério da Saúde.</p> <p>TE - Texto - Conjunto de palavras que transmite uma ideia.</p> <p>VID - Vídeo - Imagem em movimento que pode ser acompanhada de som e texto.</p>

Categorias Emergidas/ Descrição	Subcategorias/Descrição
<p>Artifícios retóricos</p> <p>(Forma como são compostos os argumentos das notícias)</p>	<p>AL - Alarmista - Utiliza-se explicitamente de argumentos que ampliam a proporção da notícia, que podem causar medo ou inquietação.</p> <p>JO - Jornalístico - Utiliza-se de argumentos característicos da linguagem jornalística.</p> <p>NI - Não identificado - Quando não foi possível identificar o artifício retórico adotado na notícia.</p> <p>PU - Publicitário - Utiliza-se de argumentos com a intenção de persuadir em relação a produtos ou ideias.</p> <p>RE - Reducionista - Utiliza-se explicitamente recursos que minimizam ou instrumentalizam o assunto noticiado.</p> <p>SA - Satírico - Utiliza-se de argumentos humorísticos e sarcásticos como a intenção de criticar costumes, instituições ou hábitos.</p> <p>SE - Sensacionalista - Utiliza de recursos em que há intenção de causar impacto, de chocar a opinião pública, procura dar destaque de importância ou de urgência a uma notícia.</p>
<p>Artifícios de atribuição de credibilidade à notícia</p> <p>(Relações que buscam validar o conteúdo)</p>	<p>AI - Autoridade Institucional - menções a organizações que têm competência técnica, científica ou política. Compreendem também fontes informacionais como jornais e periódicos científicos.</p> <p>AP - Autoridade Pessoal - menções a indivíduos que possuem um título que confere competência técnica ou científica.</p> <p>NA - Não se aplica - quando a notícia não menciona nenhuma forma de atribuição de credibilidade à notícia.</p> <p>ND - Não disponível - Quando a notícia não foi disponibilizada pelo Ministério da Saúde.</p>
<p>Procedimento de checagem da notícia</p> <p>(Maneira pela qual a notícia é reinterpretada no que se refere ao uso de fontes e argumentos, possibilitando que a informação seja validada pelo leitor)</p>	<p>EX - Excluído - Quando excluída a totalidade do conteúdo da checagem.</p> <p>FU - Fundamentado - Composto por argumentos validados a partir da menção explícita a fontes de informação nas quais podem ser encontradas informações adicionais, possibilitando o cidadão chegar a mesma conclusão de classificação da notícia como falsa ou verdadeira.</p> <p>NF - Não Fundamentado - Composto de forma instrumental, em que os argumentos não são conclusivos e quando não há conteúdos de fontes adicionais que validem o argumento estabelecido.</p>

Fonte: elaborado pelos autores.

O critério de categorização empregado para a composição das categorias e subcategorias foi o semântico (Bardin, 2016), emergido com base no conteúdo explícito identificado em cada notícia. Ainda que o quadro acima seja produto de um percurso metodológico, merece destaque que optamos por apresentá-lo, tendo em vista que se materializa como resultado da leitura fluante e da pré-análise do material.

4 Análise das notícias

Nesta seção são apresentadas inicialmente interpretações resultantes da observação espontânea, da leitura fluante e da pré-análise. Tendo a intenção de explorar e elucidar o fenômeno, explicitamos um panorama concernente a 86 *fake news*, arrolando informações relacionadas às temáticas e à periodicidade das publicações disponibilizadas no site do Ministério da Saúde. Em uma segunda fase realizamos a análise hermenêutica das cinco *fake news*.

As temáticas estão representadas através da nuvem de palavras, que ilustra a incidência dos assuntos relativos ao *corpus* das 86 notícias. A ilustração evidencia uma preponderância de conteúdos relativos à cura ou à prevenção da doença, mais especificamente relacionados à ingestão de alimentos naturais, bebidas e substâncias supostamente imunológicas, tendo em vista que estes temas ocupam posição central na Figura 1.

Após elencarmos as temáticas das *fake news* disponibilizadas no site, mereceu atenção o fato de que, na medida em que o número de contágio e mortes por COVID-19 aumentava no País, a quantidade de notícias checadas pelo ministério diminuía significativamente. Causa um estranhamento a projeção de que a população tenha parado de encaminhar as *fake news* para serem checadas pelo corpo de servidores do ministério, não somente referente à COVID-19, mas também de qualquer outro tema relacionado à saúde, visto que, enquanto isso, a situação da pandemia e da infodemia se agravavam no País, leva-se ainda em consideração que em 2020, no período de janeiro a junho, especificamente a respeito de coronavírus, totalizaram 86 notícias postadas e distribuídas conforme Quadro 2:

Quadro 2 - Incidências das notícias em diferentes mandatos dos ministros da saúde

Ministro	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Total
Mandetta	16	28	27	6	-	-	77
Teich	-	-	-	6	-	-	6
Pazuello	-	-	-	-	2	1	3
Total	16	28	27	12	2	1	86

Fonte: elaborado pelos autores (2020).

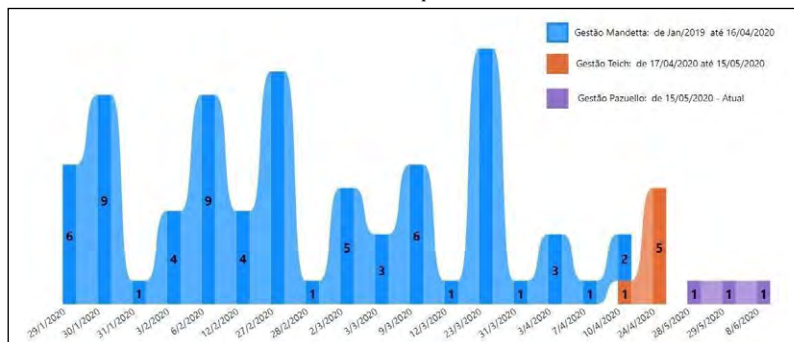
Vale destacar que depois de junho, somente no dia 17 de julho, uma nova notícia com temática sobre a COVID-19 foi publicada, com elementos de apresentação completamente distintos do padrão que vinha sendo adotado pelo site, não havendo mais nenhuma publicação de notícia, mesmo que de outros temas sobre saúde, até o término das análises aqui efetuadas, no dia 15 de setembro de 2020.

Ainda sobre essas evidências, ressaltamos que o período em que houve diminuição no número de notícias verificadas pelo governo, conforme pode ser observado no Gráfico 1, coincidiu com as trocas ministeriais que ocorreram entre 16 de abril (saída do ministro Luiz Henrique Mandetta), a substituição pelo ministro Nelson Teich, que permaneceu apenas 30 dias no cargo (até 15 de maio), e a posse do ministro interino Eduardo Pazuello (militar). É necessário enfatizar que essas trocas ministeriais ocor-

reram fundamentalmente em razão de divergências entre os ministros e o presidente, tendo em vista que o presidente Bolsonaro defendeu abertamente a alteração no protocolo do sistema de saúde para uso indiscriminado da cloroquina em tratamento preventivo contra a COVID-19.

A interpretação da possibilidade de haver relação entre as trocas ministeriais e diminuição do número de notícias verificadas pelo site pode se valer do que Starbird, Arif e Wilson (2019) chamam de operações estratégicas de informação, que se constituem em ações que visam a manipulação da sociedade, entre elas a de viés político. Destacamos ainda que o período em que ocorreu a publicação do maior número de notícias checadas sobre a pandemia foi na gestão do ministro Mandetta, circunscrita à indicação da necessidade de realização do distanciamento social no Brasil, por volta do dia 16 de março.

Gráfico 1 - Incidências de notícias verificadas pelo Ministério da Saúde



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

A respeito da diminuição da publicação de notícias checadas, desde a última troca ministerial, que compreende a saída do ministro Teich e o ingresso no ministério do ministro Pazuelli, ocorrida em maio de 2020, as grandes corporações midiáticas noticiaram a redução da transparência de dados sobre a COVID-19 por parte do governo brasileiro, no qual temos o seguinte destaque:

Em meio ao avanço dramático da epidemia do coronavírus no país, Ministério da Saúde passa a dar menos destaque a números de mortes e casos. Atrasos e ênfase em dados “positivos” se tornaram rotina na pasta. [...] adotou uma abordagem “otimista” em relação aos efeitos da pandemia, dando ênfase ao número de recuperados. A divulgação dos boletins com os mortos e contaminados, por sua vez, desapareceu das redes sociais da pasta. (Struck, 2020, s.p.).

As análises acima nos permitiram observar contradições no que se refere ao uso do site para fins que não caracterizam o seu propósito, corroborando a lógica governamental que se vale de distintos canais de comunicação para incitar disputas ideológicas e político-partidárias em torno da pandemia, além de causar desinformação pela ausência de centralização de informações. Para Han (2017, p. 21) “A política é uma agir estratégico. Já por causa disso lhe é própria uma esfera oculta. Uma total transparência iria paralisá-la”.

Em sequência à apresentação dos aspectos que englobam uma perspectiva mais ampla observada no fenômeno, partimos para a apresentação do resultado das análises referente às cinco notícias que versam sobre peculiaridades referentes ao governo, a perspectivas ideológicas e religiosas que orbitam no contexto pandêmico e na produção de fatos alternativos² que não necessariamente estão relacionados à COVID-19. É preciso destacar que as interpretações hermenêuticas consideraram as categorizações apresentadas na metodologia deste estudo para a composição das devidas análises.

Entremeio ao *corpus* das *fake news* contabilizamos quatro matérias, nas quais, supostamente, os interlocutores da mensagem eram os ministros da saúde. Para além de esclarecer a população

2 Fatos alternativos foram mencionados por Kellyanne Conway, assessora do presidente norte-americano Donald Trump, para explicar que a realidade individual se trata de “fatos alternativos”, ou seja, a forma como cada um interpreta os fatos (D’Ancona, 2018).

sobre assuntos atrelados à COVID-19, percebemos que houve uma intencionalidade do ministério em relação à escolha de notícias que envolveram declarações de ministros. Essa ação evidencia uma operacionalização dos canais oficiais para garantir uma espécie de blindagem em relação às decisões, discursos e práticas informacionais do governo. De acordo com estudo de Ricard e Medeiros (2020), para validar essa estratégia, diferentes formas de desinformação foram utilizadas pelo governo brasileiro para liderar uma cruzada contra recomendações científicas e baseadas em evidências.

Na Figura 2, elencamos a composição de duas notícias que aparentam apresentar conteúdos semelhantes, mas que, no entanto, utilizam recursos distintos. A imagem da esquerda é uma combinação de áudio com a imagem do ministro Mandetta, e a imagem à direita utiliza uma composição de texto e áudio, sendo que na parte textual observamos o uso de uma linguagem informal para comunicar a mensagem. Tal variação engendra reflexões no sentido de que os operadores estratégicos (Starbird, Arif, Wilson, 2020) articulam diferentes recursos para viralizar a desinformação, proporcionando um maior alcance das *fake news*.

Figura 2 - *Fake news* sobre declarações do Ministro da Saúde



Fonte: Ministério da Saúde (2020).

Com base no propósito do site do ministério, que é verificar a veracidade de notícias que apresentam características de *fake news*, relacionadas ao tema de saúde e que circulam nas redes sociais, chama atenção o fato de que, duas das três *fake news* publicadas na gestão Pazuello, conforme Gráfico 1, referem-se à desmentir declarações que teriam sido proferidas pelo próprio ministro interino Eduardo Pazuello. Uma das notícias intitulada “Mensagem do Pazuello no Twitter sobre Polícia Federal”, conforme Figura 3, sequer faz menção à pandemia.

Figura 3 - Mensagem do Pazuello no Twitter sobre Polícia Federal



Fonte: Ministério da Saúde (2020).

Através do uso da linguagem informal, a notícia é elaborada a partir de uma mensagem publicada em um suposto perfil no Twitter do ministro Eduardo Pazuello. Observamos na *fake news*, o uso do recurso retórico alarmista, estruturado de forma que pode ser identificado no texto, incitações que transmitem uma sensação de inquietude e temor; indicando que a polícia federal estaria tolhendo a ação/opinião dos cidadãos (“pessoas de bem”) em detrimento à escória da sociedade (“corruptos, ladrões, traficantes, PCC”). Tal escolha de composição da *fake news* remete-nos à polarização entre os que deveriam ter direito

de voz na sociedade e os que não deveriam ter. Esse dualismo (os bons e os maus) parece reforçar o argumento utilizado nas *fake news*, ao ter a intenção de suscitar que o “fato” noticiado ameaçaria a democracia.

Ademais, na notícia veiculada através de um perfil de rede social, verificamos a combinação de diferentes elementos como texto, imagem e link “@policiafederal”, que Ripoll e Matos (2020) ressaltam serem características presentes nos formatos de desinformação, pois assumem diversas formas de transmissão em adequação às tecnologias e dinâmicas de comunicação que permeiam a sociedade. Entendemos que essa menção a um perfil institucional tem como intenção credibilizar e validar o conteúdo.

A publicação dessa notícia no site do ministério evidencia novamente uma reação por parte do governo no sentido de desmentir um suposto posicionamento do ministro. Causa estranheza essa priorização de temática de ordem política tratada como uma questão religiosa e uma discrepância em relação ao propósito do site que é o de informar, etimologicamente, pôr em forma, colocar ordem no caos. O propósito de um site construído por agentes do Estado é, também, ou principalmente, garantir a governamentalidade (Foucault, 1979). Esse uso indevido da máquina estatal, por parte do governo, demonstra a incorporação de uma racionalidade instrumental nas práticas informacionais, nas quais as intencionalidades e fins de caráter ideológico preponderam em relação à publicação e aos esclarecimentos sobre desinformação relativos à pandemia que eventualmente circularam nas mídias vindas de outras fontes geradoras, jamais de um órgão com autoridade. Uma das consequências da veiculação e do reconhecimento de *fake news* originadas de dentro da máquina pública é a sensação de desgoverno, ou subgoverno na expressão de Bobbio.

Correlacionado aos aspectos apresentados até aqui, constatamos que uma das notícias selecionada para este estudo foi posteriormente excluída do site do ministério, Figura 4.

Figura 4 - Notícia excluída do site do Ministério da Saúde



Fonte: Ministério da Saúde (2020).

A notícia foi classificada como falsa (*fake news*) e havia sido publicada com o título “Cloroquina e hidroxiclороquina passam a ser usadas no Brasil para combater coronavírus”. O procedimento de exclusão mereceu destaque na Revista Época, enfatizando que, instantes antes de realizar sua supressão, o governo federal anunciou seu posicionamento quanto à ampliação da possibilidade de uso da substância contra a COVID-19 (Amado, 2020). Além desse detalhe, posteriormente o Ministério da Saúde expediu, no final de junho de 2020, um Ofício Circular direcionado à Fundação Oswaldo Cruz, solicitando ampla divulgação do tratamento precoce com cloroquina. Este acontecimento foi divulgado pelas grandes corporações midiáticas como uma forma do governo federal usar da credibilidade da instituição de pesquisa para promover a medicação, mesmo diante da decisão da Organização Mundial de Saúde (OMS) em suspender os testes com a droga, visto que não houvera resultados positivos quanto à sua eficácia no tratamento ou prevenção da doença. Ainda corroborando com a politização evidenciada em torno da medicação, contamos com a seguinte contribuição:

[...] os debates sobre a cloroquina se distribuem a partir de um conjunto discursivo em torno de um processo de polarização política e politização da ciência atrelada à descrença sobre as instituições epistêmicas em que os sujeitos transparecem a incerteza inerente da ciência e põem em dúvida a existência de consenso científico em prol de vieses ideológicos e político-partidários (Araújo, Oliveira, 2020, n.p.).

Seguindo nessa linha ideológica, outro fator que pode ter ocasionado a decisão pela exclusão da *fake news* do site do Ministério da Saúde é que o texto faz menções ao governo norte-americano, que é aliado estratégico do atual governo brasileiro, no qual, segundo Severo e Feres (2020, p. 11), “a política externa do Brasil é, segundo o próprio governo, de alinhamento automático com os Estados Unidos”.

Por fim, a interseccionalidade entre religião e saúde também se materializa como prática efetivada nas notícias. É possível identificar na Figura 5 uma composição que contempla disposições estratégicas de diversos elementos, tanto textuais quanto visuais, resultando em uma estética que se assemelha a um cartaz, e que se utiliza do recurso retórico publicitário, com o intuito de persuadir pessoas a participarem de um evento milagroso que segue a lógica da espetacularização. Tal espetáculo é representado através da combinação de diversas imagens: (i) cena bíblica (calvário); (ii) um homem com dedo em riste que passa uma ideia de poder, de alguém prepotente e ditatorial; (iii) uma mulher com braços abertos segurando um microfone, assemelhando-se a uma postura artística/musical; e (iv) a imagem do próprio coronavírus, que recebe este nome por sua forma redonda cercada por uma espécie de coroa.

Figura 5 - Fake news - O poder de Deus contra o coronavírus

CORONAVÍRUS

Por que é falso?

Até o momento não existe um tratamento específico para o Coronavírus (COVID-19), existem apenas tratamentos experimentais em avaliação. A cura dos infectados se dá pela própria resposta imune do organismo, sendo que pessoas diferentes vão ter uma capacidade de resposta diferente ao vírus.

Saúde **sem** Fake News

(61) 99289-4640
www.saude.gov.br/fakenews

Ministério da Saúde

Fonte: Ministério da Saúde (2020).

Somado a esses elementos, ainda observamos a adoção de linguagem informal, ao fazer menção a seguinte expressão: “Venha porque haverá unção com óleo consagrado no jejum para imunizar contra qualquer pandemia, vírus ou doença!”. Outro elemento textual utilizado para compor o emaranhado de informação combinada com as imagens já descritas é a citação de uma passagem bíblica: “Ele enviou sua palavra e os curou, e os livrou da morte” - ‘Salmo 107:20’. Tal citação da obra sagrada, embora seja apresentada com uma fonte em tamanho menor, tenta conferir crédito ao evento, e transmite a mensagem de que supostamente através da fé as pessoas encontrariam a cura para a doença.

No que diz respeito ao procedimento de checagem da notícia por parte do Ministério da Saúde, o procedimento não foi fundamentado, visto que embora a equipe técnica tenha verificado a infor-

mação, bem como atribuído a ela o selo de *fake news*, observamos um certo descuido no momento da elaboração do texto que fundamenta a classificação do conteúdo. Em nenhum momento o texto faz menção ao evento religioso, tampouco alerta para os riscos das pessoas se guiarem somente pela crença para tratar a doença, leva-se em consideração o quanto simplificações dessa natureza podem comprometer a compreensão da população a respeito da gravidade da pandemia.

Ademais, em nossa análise, identificamos que a mesma resposta foi usada para justificar a falsidade de diversas outras notícias, que diziam respeito a outros eventos corriqueiros do cenário pandêmico, demonstrando um desleixo, ao não desenvolver um texto específico relacionado ao tema da *fake news*. Kakutani (2018, p. 10) corrobora ao dizer que “o descaso pelos fatos, a substituição da razão pela emoção, e a corrosão da linguagem estão diminuindo o valor da verdade”. Dito de outro modo, o texto elaborado pela equipe técnica é bastante padronizado, como pode ser observado a seguir:

Não compartilhe esse conteúdo, ele é falso! Até o momento não existe um tratamento específico para o Coronavírus (COVID-19), existem apenas tratamentos experimentais em avaliação. A cura dos infectados se dá pela própria resposta imune do organismo, sendo que pessoas diferentes vão ter uma capacidade de resposta diferente ao vírus. Algumas pessoas não chegam a desenvolver sintomas, enquanto outras progridem para uma infecção grave e fatal. O tratamento médico dos casos visa fornecer suporte para os pacientes caso formas graves, com a administração de oxigênio por exemplo, ou tratamento para complicações que possam ocorrer, além de terapia sintomática para alívio de febre e mal estar. As recomendações de prevenção para o coronavírus (COVID-19) são:

- Lave as mãos com frequência, com água e sabão. Ou então higienize com
- álcool em gel 70%.
- Cubra seu nariz e boca com lenço ou COM O BRAÇO (e não com as

- mãos!) quando tossir ou espirrar.
 - Evite contato próximo com pessoas resfriadas ou que estejam com sintomas parecidos com os da gripe.
 - Quando estiver doente, fique em casa.
 - Evite tocar nos olhos, nariz e boca com as mãos não lavadas.
 - Não compartilhe objetos de uso pessoal (como talheres, toalhas, pratos e copos).
 - Evite aglomerações e mantenha os ambientes ventilados.
- Para saber mais sobre a doença, acesse: saude.gov.br/coronavirus. (BRASIL, 2020, n.p.).

A lógica de composição textual da fundamentação da checagem da fake news, que se eximiu de mencionar os rituais praticados no evento, no nosso entendimento, pode ter relação com o posicionamento ideológico e religioso do governo, principalmente personificado no presidente Jair Bolsonaro e destacado na ocasião da posse em relação à primeira dama. A esse respeito, trazemos o pensamento de Walter Benjamin (2013) que defende que a racionalidade do capital pode ser compreendida como uma espécie de religião, que não se restringe somente à esfera econômica, mas que transita por todos os campos da sociedade.

Finalmente, a proliferação das *fake news* em sua condição de patologias sociais da informação decorrentes de suas entranhas, a exemplo da desinformação, constitui preocupação global, tendo em vista que os discursos estão à mercê da vontade da verdade, em que “[...] a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação e a sua referência” (Foucault, 1996, p. 15).

5 Roendo Discursos

Neste estudo compusemos um processo que buscou analisar, explorando inicialmente, a perspectiva panorâmica das *fake news* sobre COVID-19 arroladas no site do Ministério da Saúde do Brasil.

Assumida essa empreitada, nos propusemos a aproximar conceitos advindos dos Estudos de Usuários de Informação a contribuições da Teoria Crítica da Informação e Comunicação. Para tanto, apresentamos os conceitos de práticas informacionais, desinformação e semiformação cultural (semicultura), os compreendendo como elementos constituintes, indiciais, mas reveladores da conjuntura de desinformação na qual estamos imersos em meio à pandemia. Em virtude dessas aproximações, defendemos que a sociedade brasileira, especialmente, se encontra diante de um dilema ético, em razão de que a publicização de informações tendenciosas se consagra como inusitado circuito de produtividade que reproduz a lógica do capitalismo.

O conteúdo transmutado em notícia é disseminado por meio de uma variedade de estratégias persuasivas, artifícios retóricos, recursos hipermídias combinados, envolvendo distintas temáticas, formas de apresentação e destaque, variado conjunto de signos linguísticos e imagéticos, referências a autoridades, dentre outros elementos que se constituem em marcas discursivas que conferem aparente credibilidade às notícias.

A triangulação metodológica permitiu detectar e descrever tais marcas que revelam que o Ministério da Saúde, para além de sua função maior como órgão de Estado que é de “elaboração de planos e políticas públicas voltados para a promoção, a prevenção e a assistência à saúde dos brasileiros” (Brasil, 2020), vem promovendo uma politização da doença, ao colocar em pauta conteúdos que são fruto de um tensionamento entre Ciência, Política, Economia e Religião, comprometendo o entendimento sobre a pandemia e o combate à crise sanitária.

Esse processo de desinformação intencional tem, também, nuances de complexidade, porque diferentes sujeitos agem e diferentes atores atuam na seleção e produção daquilo que virá a ser disponibilizado, oferecido e recebido como informação em razão da necessidade de esclarecer a população sobre a pandemia.

Com as redes sociais online, essas informações tendem se alastrar ainda mais rapidamente. Esse ambiente faz referência a um enorme aumento de informações não confiáveis sobre o coronavírus, a pandemia, bem como engendra sua multiplicação exponencial e incontrolável. Mais uma vez recorrendo à metáfora da rede: é (quase) impossível desatar os nós da mentira de uma *fake news*.

Longe de qualquer dúvida, uma política desinformacional – modelada quer por racionalidade instrumental, quer por irracionalidade, quer por desrazão (por loucura ou maldade) exemplarmente demonstrada por práticas discursivas desinformacionais (e deformantes) – adoce a sociedade e a democracia, solapa a credibilidade nas autoridades políticas, arruína, enfim, os princípios éticos sobre os quais se pauta a representação dos poderes constituídos e as crenças no sistema democrático que tenta construir; há mais de três séculos, o sempre inacabado projeto da Modernidade. Valemo-nos de Foucault como guia crítico dos discursos da Modernidade e de Habermas como memória dos princípios que regem este processo inacabado.

Como forma de compreendermos os estranhos conteúdos entre *fake news* arroladas pelo governo brasileiro, optamos pela análise triangulada com recursos de três técnicas que, ao descrever, desvelam e revelam. E, face a esta análise qualitativa (sempre uma análise, porque está longe de ser a única e definitiva), os discursos onipotentes têm sua fragilidade revelada. Discurso em vários níveis: do factual ao supostamente factual; da mentira consciente ou subliminar, sempre veiculador de mitos. Nada mais fizemos do que descrever tais discursos em sua efemeridade de escrita de um tempo que há de passar, elevando-os à categoria de monumentos exemplares para a história de um discurso, no futuro. Os sujeitos desaparecem e os discursos onipotentes aparecem em seu lugar.

Encerramos este artigo parafraseando o autor anônimo da introdução de conhecido fascículo da Revista Tempo Brasileiro

dedicada ao filósofo. Quem o escreveu? “Pouco importa!” - diria Foucault. Para este prefaciador anônimo, quanto às estruturas discursivas: “descrevê-las já é roê-las por dentro” (Apresentação, 1996, p. 13).

Referências

Adorno, T. W. O fetichismo na música e a regressão da audição. In: ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Textos escolhidos**. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Coleção Os Pensadores, 16).

_____. **Teoria da semicultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/adorno/ano/mes/teoria.htm>>. Acesso em: 15 de ago. 2020.

Amado, Guilherme. **Ministério da saúde apaga do site reportagem que chamava tratamento via cloroquina de “fake news”**. 2020. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/guilherme-amado/ministerio-da-saude-apa-ga-do-site-reportagem-que-chamava-tratamento-via-cloroquina-de-fake-news-24437247>>. Acesso em: 12 de jun. 2020.

Apresentação. In: Foucault, M. et al. **O homem e o discurso: a arqueologia de Michel Foucault**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. (Comunicação, 3).

Araújo, R.; Oliveira, T. **A Desinformação e mensagens sobre a hidroxicloroquina no Twitter**. 2020. Disponível em: doi: 10.1590/SciELOPreprints.1113. Acesso em: 04 set. 2020.

Araújo, C. A. A. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ciência da informação**, Brasília, v. 38, n. 3, Dec. 2009, p. 192-204. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652009000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 abr. 2020.

Araújo, C. A. A. O que são práticas informacionais? **Revista Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, n. esp., out. 2017, p. 217-236.

Arendt, Hannah. **Crises da república**. São Paulo: Perspectiva, 1999, p. 9-48.

Bardin, L. **Análise de conteúdo**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

Benjamin, Walter. **O capitalismo como religião**. São Paulo: Boitempo, 2013.

Berti, I. C. L. W.; Araújo, C. A. V. A constituição de um regime de informação - os acontecimentos “carta de Temer a Dilma” e Marcela Temer: bela, recatada e

do 'lar'". **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brap-ci/103878>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

Bobbio, N. A democracia e o poder invisível. In: _____. **O Futuro da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 83-106. (Pensamento crítico, 63).

Brasil. Ministério da Saúde. Óleo consagrado para curar coronavírus. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/fakenews/46510-oleo-consagrado-para-curar-coronavirus-e-fake-news>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

Brasil. Ministério da Saúde. **Institucional**. Disponível em: <<https://www.sau-de.gov.br/aceso-a-informacao/institucional>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

Bruno, F.; Roque, T. A ponta de um iceberg de desconfiança. In: BARBOSA, Mariana (Org.). **Pós-verdade e fake news**: reflexões sobre a guerra de narrativas. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

Cepik, M. Direito à informação: situação legal e desafios. **Informática Pública**, v. 2, n. 2, dez. 2000, p. 43-56.

D'ancona, M. **Pós-verdade**: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. Barueri: Faro Editorial, 2018.

Esteves, J. P.; Escudero, R. C. E. O novo público da esfera pública e a reconceptualização do consenso como *topos* da comunicação pública. **Comunicação Pública**, [S.l.] v. 10, n. 17, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/cp.915>>. Acesso em: 20 de set. 2020.

Fachin, J.; Araújo, N. C.; Sousa, J. C. Credibilidade de informações em tempos de COVID-19. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, [S.l.], v. 43, n. 3., 2020. Disponível em: DOI: <10.17533/udea.rib.v43n3eRf3>. Acesso em: 20 de set. 2020.

Fallis, D. What is disinformation?. **Library Trends**, v. 63, n. 3, p. 401-426, 2015. Disponível em: <<https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/89818/63.3.fallis.pdf?sequence=2>>. Acesso em: 06 jan. 2020.

Floridi, L. **Information**: a very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 2010.

Foucault, M. **Arqueologia do saber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

Foucault, M. et al. **O homem e o discurso**: a arqueologia de Michel Foucault. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

Foucault, M. **Microfísica do poder**. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

Foucault, M. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

Freitas, L. S. de. Sentidos da história e história dos sentidos da Ciência da Informação: um esboço arqueológico. **Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências Humanas**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 2003. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4085>>. Acesso em: 21 set. 2020.

Gadamer, H. **Hermenêutica em retrospectiva**: a virada hermenêutica. 2. ed. Petrópolis: Vozes; v.2, 2007.

Gatti, L. Exercícios do pensamento. **Novos estudos - CEBRAP**, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002009000300012>. Acesso em: 14 abr. 2020.

Giddens, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

Gil, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

González De Gómez, M. N. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, v. 5, n. 2, p. 7-31, 1999. Disponível em: <<https://ridi.ibict.br/handle/123456789/126>>. Acesso em: 20 set. 2020.

Habermas, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 398 p. (Biblioteca Tempo Universitário, v. 76).

Habermas, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. 2 v. (Biblioteca Tempo Universitário, v. 101-102).

Han, B. C. **Sociedade da transparência**. Petrópolis: Vozes, 2017.

Iop, E. Formação cultural, semicultura e indústria cultural: contribuições de Adorno sobre a emancipação. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 16, n. 2, 27 jan. 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.5335/rep.2013.2212>>. Acesso em: 20 de set. 2020.

Lima, M. H. T. F. O estatuto teórico epistemológico do direito à informação no contemporâneo: das dimensões aos limites. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 7, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119493>>. Acesso em: 24 set. 2020.

Kakutani, M. **A morte da verdade**: notas sobre a mentira na era Trump. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

Lafer, C. **A reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. 406 p.

Machado, C. C. V. et. al. Ciência contaminada: analisando o contágio de desinformação sobre coronavírus via Youtube. S.l: **Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário**, 2020. Disponível em: <<http://napdisa.prp.usp.br/pt/lancamento-do-estudo-ciencia-contaminada/ciencia-contaminada>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

Marteletto, R. M. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/613/615>>. Acesso em: 07 jul. 2020.

Mesquita, C. T. et al. Infodemia, Fake News and Medicine: **Science and The Quest for Truth**, 2020. Disponível em: <http://publicacoes.cardiol.br/portal/ijcs/ingles/aop/2020/AOP_editorial-fake-news_i.pdf>. Acesso em: 17 set. 2020.

Oliveira, T.; Quinan, R.; Toth, J. Antivacina, fosfoetanolamina e Mineral Miracle Solution (MMS): mapeamento de fake sciences ligadas à saúde no Facebook. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 14, n.1., 2020. Disponível em: <[doi:https://doi.org/10.29397/reciis.v14i1.1988](https://doi.org/10.29397/reciis.v14i1.1988)>. Acesso em: 12 jun. 2020.

Olmo Y Romero, J. A. A desinformacion: conceptos y perspectivas. 2019. Disponível em: <<http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/3ac69a0d-5b29-4b12-8cf3-af3c5ff3b2cb/ARI41-2019-OlmoRomero-Desinformacion-concepto-y-perspectivas.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=3ac69a0d-5b29-4b12-8cf3-af3c5ff3b2cb>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

Organização Pan-Americana Da Saúde. **Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a covid-19**. [S.l.]: OPAS/OMS, 2020. Disponível em: <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic_por.pdf?sequence=14>. Acesso em: 19 jun. 2020.

Pinheiro, J. Fake news e o futuro da nossa civilização. In: BARBOSA, Mariana (Org.). **Pós-verdade e fake news**: reflexões sobre a guerra de narrativas. Rio de Janeiro, Cobogó, 2019, p. 87-95.

Pinto, J. M. De R. A teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas: conceitos básicos e possibilidades de aplicação à administração escolar. **Paidéia**, Ribeirão Preto. 1995, n.8-9, p.77-96. ISSN 0103-863X. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-863X1995000100007>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

Pinto, F. V. M.; Araujo, C. A. A. Estudos de usuários: quais as diferenças entre os conceitos comportamento informacional e práticas informacionais? **Ciência da Informação em revista**, Maceió, v.6, n.3, set./dez. 2019, p. 15-33. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/8037/0>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

Ricard, J.; Medeiros, J. Using misinformation as a political weapon: COVID-19 and Bolsonaro in Brazil, The Harvard Kennedy School (HKS) **Misinformation Review**, [S.l.], v. 1, n. 2., 2020.

Ripoll, L.; Matos, J. C. O contexto informacional contemporâneo: o crescimento da desinformação e suas manifestações no ambiente digital. **Inf. Prof.**, Londrina, v. 9, n. 1, jan./jun. 2020, p. 87-107. Disponível em: DOI: 10.5433/2317-4390.2020v9n1p87. Acesso em: 20 set. 2020.

Savolainen, R. **Everyday information practices**: a social phenomenological perspective. Plymouth: Scarecrow, 2008.

Savolainen, R. Information behavior and information practice: reviewing the “umbrella concepts” of information seeking studies. **Library quarterly**, [S.l.], v. 77, n. 2, abril 2007, p. 109-132. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/10.1086/517840?seq=1>>. Acesso em: 16 ago. 2020.

Savolainen, R. Modeling the interplay of information seeking and information sharing: a conceptual analysis. **Aslib Journal of Information Management**, [S.l.], v. 71, n. 4, 2019, p. 518-534. Disponível em: <<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/AJIM-10-2018-0266/full/html>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

Seelaender, A. O direito de ser informado: base do paradigma moderno do direito de informação. **Revista de Direito Público**, v. 25, n. 99, jul./set. 1991, p. 147-159.

Severo, C. C. W.; Feres, C. P. da C. O Brasil e o mundo: impactos do governo Bolsonaro e da Covid-19. **Espirales**. [S.l.], jun. 2020. Disponível em: <<https://revistas.unila.edu.br/espirales/issue/view/147>>. Acesso em: 21 set. 2020.

Sfez, L. **A Comunicação**. Lisboa: Instituto Piaget, [1992?]. 156 p. (Epistemologia e sociedade, 26).

Sfez, L. Informação, saber, comunicação. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, jan./jun. 1996, p. 5-13.

Silva, J. L. C. Pós-verdade e informação: múltiplas concepções e configurações. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, n. **XIX ENANCIB**, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103784>>. Acesso em: 04 ago. 2020.

Spinney, L. In Congo, fighting a virus and a groundswell of fake news. **Science**, v. 363, n. 6424, jan. 2019, p. 213-214. Disponível em: <<http://science.sciencemag.org/content/363/6424/213>>. Acesso em: 8 jan. 2020.

Silva, J. L. C. Pós-verdade e informação: múltiplas concepções e configurações. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, n. **XIX ENANCIB**, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103784>>. Acesso em: 04 ago. 2020.

Starbird, K.; Arif, A.; Wilson, T. Disinformation as collaborative work: surfacing the participatory nature of strategic information operations. **PACM Journal**

Name, v. X, n. CSCW, Article Z, 2019. Disponível em: <<https://faculty.washington.edu/kstarbi/Disinformation-as-Collaborative-Work-Authors-Version.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2020.

Struck, J. Como o governo vem reduzindo a transparência de dados sobre a covid-19. **DW**, 2020. Disponível em: <<https://p.dw.com/p/3dJcp>>. Acesso em: 19 jun. de 2020.

Wardle, C. **Disinformation Gets Worse**. 2017. Disponível em: <<https://www.niemanlab.org/2017/12/disinformation-gets-worse>>. Acesso em: 22 set. 2020.

Targino, M. Das G.; Cavalcante, A. V. B. Admirável mundo novo da ética da informação 2.0 em tempos de fake news. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 5, n. 1, jan./jun. 2020, p. 33-53. Disponível em: <<https://doi.org/10.36517/2525-3468.ip.v5i1.2020.43238.33-53>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

Wardle, C. **Understanding information disorder**. EUA: First Draft, 2019. e-book. Disponível em: <https://firstdraftnews.org/wp-content/uploads/2019/10/Information_Disorder_Digital_AW.pdf?x76701>. Acesso em: 18 fev. 2020.

Wardle, C.; Derakhshan, H. **Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. [S.l.]: [s.n.], 2017. e-book. Disponível em: <<https://shorensteincenter.org/wp-content/uploads/2017/10/PREMS-162317-GBR-2018-Report-de%CC%81sinformation.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2020.

Recebido em 30/10/2020

Aprovado em 01/12/2020

Visibilización de la agroecología periurbana durante la pandemia: el uso de las redes sociales para la militancia del plato

Marina Poggi¹

Lucas Henrique Pinto²

Resumen

Nos proponemos indagar los modos en los que -a partir de la pandemia mundial por COVID-19- los productos agroecológicos se visibilizaron virtualmente y el debate acerca de la soberanía alimentaria se incrementó en las preocupaciones sociales colectivas. En este sentido, partimos de que las redes sociales virtuales son potenciadas por las tecnologías de la información y la comunicación, vinculadas a la mirada tradicional de red conformada por entidades y por relaciones entre esas entidades. A partir del advenimiento del mundo global, las redes fueron revitalizadas por la web y adquirieron nuevas dinámicas sociales, tomaron diferentes formas y dimensiones, ya que en el espacio virtual se multiplican (Kauchakje, Penna, Frey, Klaus y Duarte, 2006). Con el objetivo de indagar en los hábitos de consumo de alimentos pre-pandemia y las modificaciones realizadas durante la misma, elaboramos una encuesta cuyos resultados presentamos en este trabajo, pretendiendo con ello aportar datos actuales de las elecciones, posibilidades de acceso, conocimiento, etc., acerca de los alimentos y su procedencia. Apelamos a los conceptos de agroecología y periurbano, considerando las prácticas y el espacio de estudio. El primero refiere al “campo de conocimientos que reúne, sintetiza y aplica conocimientos de la agronomía, la ecología, la sociología, la etnobotánica y otras ciencias afines, con una óptica holística y sistémica, para generar, validar y aplicar estrategias adecuadas para el diseño, el manejo y la evaluación

1 CONICET / CEAR-UNQ. E-mail: marinapoggicarter@gmail.com

2 FONCYT-Agencia/IIGEO-UBA. E-mail: lucashpinto@gmail.com

de sistemas agroalimentarios sustentables” (Sarandón y Flores, 2020, p. 59). El segundo se define como “territorio de borde sometido a procesos sociales y económicos relacionados con la valorización capitalista del espacio, como consecuencia de la incorporación real o potencial de nuevas tierras a la ciudad” (Feito y Barsky, 2020, p. 897). Si bien contemplaremos diversas experiencias, nos centraremos en el caso de la cooperativa de consumo “Pueblo a Pueblo”, una iniciativa de comercialización que propone constituirse como alternativa de circuito corto de alimentos sanos en las ciudades, mediante trabajo digno.

Palabras clave: Periurbanos. Redes sociales. Agroecología. Consumo. Pandemia.

Visibility of peri-urban agroecology during the pandemic: the use of social media for the militancy of the dish

Abstract

We intend to look into ways in which -from the global COVID-19 pandemic- agroecological products became virtually visible and the debate on food sovereignty increased in collective social concerns. In this sense, we start from the reality that virtual social networks are enhanced by information and communication technologies, linked to the traditional network gaze made up of entities and by relationships between these entities. From the advent of the global world, the networks were revitalized by the web and acquired new social dynamics, took different forms and dimensions, as in virtual space they multiply (Kauchakje, Penna, Frey, Klaus and Duarte: 2006). In order to research the habits of pre-pandemic food consumption and the modifications made during it, we develop a survey whose results we present in this work, thus aiming to provide current data on the choices, access possibilities, knowledge, etc. about food and its origin. We appeal to the concepts of agroecology and pericity, considering the practices and the study space. The first refers to the “field of knowledge that gathers, synthesizes and applies knowledge of agronomy, ecology, sociology, ethnobotany and other related sciences, with a holistic and systemic

perspective, to generate, validate and apply appropriate strategies for the design, management and evaluation of sustainable agri-food systems” (Sarandón and Flores, 2020, p. 59). The second is defined as “border territory subjected to social and economic processes related to the capitalist valorization of space, as a result of the actual or potential incorporation of new lands into the city” (Feito and Barsky, 2020, p. 897). While we will look at various experiences, we will focus on the case of the “Pueblo a Pueblo” cooperative, a marketing initiative that proposes to be constituted as alternative consumption, distribute healthy food, at fair price and through decent work.

Keywords: Pericity. Social networks. Agroecology. Consumption. Pandemic.

Visibilização da agroecologia periurbana durante a pandemia: o uso das redes sociais para a militância do prato

Resumo

Pretendemos analisar maneiras pelas quais – a partir da pandemia global da COVID-19 – os produtos agroecológicos tornaram-se mais visíveis e o debate sobre a soberania alimentar aumentou nas preocupações sociais coletivas. Neste sentido, a partir da realidade de que as redes sociais virtuais são aprimoradas pelas tecnologias de informação e comunicação, ligadas ao olhar tradicional da rede composta por entidades e pelas relações entre estas entidades. A partir do advento do mundo global, as redes foram revitalizadas pela web e adquiriram novas dinâmicas sociais, tomaram diferentes formas e dimensões, já que no espaço virtual elas se multiplicam (Kauchakje, Penna, Frey, Klaus e Duarte, 2006). Com o objetivo de pesquisar os hábitos de consumo alimentar pré-pandemia e as modificações feitas durante ela, desenvolvemos um questionário de pesquisa cujos resultados apresentamos neste trabalho, visando assim fornecer dados atuais sobre as escolhas, possibilidades de acesso, conhecimento, etc., sobre alimentos e sua origem. Apelamos aos conceitos de agroecologia e periurbano, considerando as práticas e o espaço de estudo. O primeiro refere-se ao

“campo do conhecimento que reúne, sintetiza e aplica conhecimentos de agronomia, ecologia, sociologia, etnobotânica e outras ciências relacionadas, com uma perspectiva holística e sistêmica, para gerar, validar e aplicar estratégias adequadas para a concepção, gestão e avaliação de sistemas sustentáveis de agri-alimentos” (Sarandón e Flores, 2020, p. 59). O segundo é definido como “território fronteiriço sujeito a processos sociais e econômicos relacionados à valorização capitalista do espaço, como resultado da incorporação real ou potencial de novas terras na cidade” (Feito e Barsky, 2020, p. 897). Enquanto analisaremos várias experiências, focaremos no caso da cooperativa “Pueblo a Pueblo”, uma iniciativa de comercialização que se propõe a ser constituída como consumo alternativo, distribuir alimentos saudáveis, a um preço justo e através do trabalho decente.

Palavras-chave: Periurbanos. Redes sociais. Agroecologia. Consumo. Pandemia.

Introducción

Este artículo ha iniciado virtualmente y en la cocina. No nos proponemos abordar ideas tales como “del mercado a la mesa” o “de la huerta a la mesa”, sino que indagaremos en los modos en los que -a partir de la declaración de la OMS de pandemia mundial por COVID-19 en marzo de 2020- los productos campesinos agroecológicos se visibilizaron en las ciudades mediante redes sociales y como el debate acerca de la soberanía alimentaria comenzó a subir el volumen en las preocupaciones sociales colectivas (Vales, 2020), a la vez que repercutió en el incremento del consumo de tales alimentos, vinculando espacios y conceptos complejos como campo, periurbanos y ciudades en el sencillo acto de comer.

Aunque el cuestionamiento sobre los modelos de producción y de gestión de los alimentos no es novedoso, en términos comunicacionales aparece actualmente como un tema en agenda, que se ha vuelto noticia. Con el objetivo de explorar en los hábitos

de consumo de alimentos pre-pandemia y las modificaciones realizadas durante la misma, elaboramos una encuesta cuyos resultados presentamos en este trabajo, pretendiendo con ello aportar datos actuales de las elecciones, posibilidades de acceso, conocimiento, etc., acerca de los alimentos y su procedencia.

Si bien contemplaremos diversas experiencias de comercialización de productos agroecológicos, nos centraremos en el caso de la cooperativa “Pueblo a Pueblo”, una iniciativa de comercialización que propone constituirse como consumo alternativo, distribuir alimentos sanos, a precio justo y mediante trabajo digno. Consideran que consumir es un acto político e invitan a sus seguidores a ser parte del cambio que propone la Economía Popular, por lo que elegir lo que se pone en el plato cada día -y al menos tres o cuatro veces por día- significa votar por un modelo de consumo y financiar un modelo productivo en el campo. Es en ese sentido que iniciativas como “Pueblo a Pueblo” se interesan en divulgar el poder que representa cada consumo. Su propuesta es tanto propiciar herramientas de comercialización que permitan modificar los propios hábitos como desnaturalizar un modelo hegemónico de producción agroalimentario que actualmente se encuentra atravesado por una narrativa unilateral construida por marcas que inducen al consumidor a elegir comida ultraprocesada en detrimento de alimentos frescos. Por ello, apuntan a la cocina como espacio de militancia: ejercer la disputa por el poder popular desde la conquista del propio plato generando puentes entre el campo y la ciudad.

Consideraciones metodológicas

Partimos de la noción de que las redes sociales virtuales son potenciadas por las tecnologías de la información y la comunicación, vinculadas a la mirada tradicional de red conformada por entidades y por relaciones entre esas entidades. Puntualmente desde la llamada era global, las redes fueron revitalizadas por la

web y adquirieron nuevas dinámicas sociales, tomaron diferentes formas y dimensiones, ya que en el espacio virtual se multiplican (Kauchakje, Penna, Frey, Klaus y Duarte, 2006).

Luego, consideramos los conceptos de agroecología y periurbano, a partir de las prácticas y el espacio de estudio. El primero refiere al “campo de conocimientos que reúne, sintetiza y aplica conocimientos de la agronomía, la ecología, la sociología, la etnobotánica y otras ciencias afines, con una óptica holística y sistémica, para generar, validar y aplicar estrategias adecuadas para el diseño, el manejo y la evaluación de sistemas agroalimentarios sustentables” (Sarandón y Flores, 2020, p. 59). El segundo se define como “territorio de borde sometido a procesos sociales y económicos relacionados con la valorización capitalista del espacio, como consecuencia de la incorporación real o potencial de nuevas tierras a la ciudad” (Feito y Barsky, 2020, p. 897). Si bien contemplaremos diversas experiencias, nos centraremos en el caso de la cooperativa de consumo “Pueblo a Pueblo”, una iniciativa de comercialización que propone constituirse como alternativa de circuito corto de alimentos sanos en las ciudades mediante trabajo digno en el campo.

Para abordar el estudio y enriquecer el análisis hemos apelado a diversas fuentes de índole cuantitativa y cualitativa. En lo cualitativo se ha realizado consulta a bibliografía académica sobre redes sociales, agroecología y soberanía alimentaria. Como también consulta a notas periodísticas y fuentes documentales y de difusión de productores periurbanos y cooperativas de consumo urbanas seleccionadas para el estudio.

En cuanto a lo cuantitativo, y con el objetivo de indagar en la información circulante, los hábitos de consumo pre-pandemia y las modificaciones durante ella, las posibilidades de acceso y elección a una alimentación diferente, el insumo principal se compone de una encuesta con un alcance de 440 respuestas de personas entre 17 y 79 años, dispersas en el territorio argenti-

no. La encuesta estuvo compuesta de 17 preguntas¹ y fue realizada mediante GoogleForms entre el 26 de septiembre y el 6 de octubre de 2020.

Luego, realizamos entrevistas y consulta a fuentes documentales de diferentes actores sociales que componen la compleja trama del consumo de alimentos en circuitos cortos y sus debates, tales como docentes, nutricionistas, productores, gestores de nodos de consumo y militantes. Por último, realizamos visita de campo al archivo documental, centro de acopio y quintas productivas de productores rurales periurbanos que abastecen nodos de consumo en el Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA).

La virtualidad como medio de información

El debate que circunda a la sustentabilidad y a la soberanía alimentaria es de larga data. Sin embargo, el contexto de distanciamiento social preventivo en Argentina² multiplicó en las redes sociales virtuales charlas y posteos de diferente procedencia: informales, académicas, de investigadores, de profesionales (agrónomos, nutricionistas), de productores rurales organizados. Dichas intervenciones acercaron al público a estos debates ya que, además de colocar en la arena pública de debate problemáticas que no suelen ser noticiables en medios corporativos, comenzaron a plantear interrogantes a una multiplicidad de personas que accedieron a ver / participar de discusiones que involucran a su plato de comida por primera vez mediante las TIC: procedencia de los alimentos, resaltar el valor de sabores locales y de estación, condiciones de trabajo detrás de un producto, los altos niveles de toxicidad de los agroquímicos, etc. Así, cuestiones

1 La encuesta consistió en 17 preguntas, en algunos casos de respuesta obligatoria y en otros no (dependiendo de la respuesta anterior). Incluyó respuestas de elección múltiple y espacio para consignar "otra" opción diferente a las establecidas. Las preguntas completas y las opciones de respuesta pueden consultarse en el anexo final.

2 <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/decreto-297-2020-335741>

abordadas por grupos tales como académicos, ambientalistas, ecologistas, etc., comenzaron a replicarse en las redes a partir de un dato vinculante: las pandemias son una cuestión de índole ambiental. También, comenzaron a resonar con fuerza en dichos espacios debates tales como la alimentación saludable, productos saludables, alimentos que provengan de una economía cooperativa y responsable, a contramano del bombardeo publicitario por la comida supuestamente saludable que se encuentra en las góndolas de los supermercados bajo envoltorios verdes y rótulos de light, con promesas de salud y bajas calorías. De este modo, se popularizaron en redes sociales términos comunes en circuitos de la salud o la academia: ultraprocesados, comida real, orgánicos, agroecológicos, soberanía alimentaria, transgénicos, agrotóxicos.

Tal como señalan Feito y Adrés Barsky, "(...) el advenimiento de la pandemia del Covid-19 y el confinamiento de gran parte de la población en sus hogares, el marcado incremento de la demanda domiciliar ha dejado en evidencia la importancia de la producción de cercanías" (2020, p. 907). Por otra parte, la especulación sobre los precios, la imposibilidad de salir y de transportar alimentos (además de volcarse a las compras online en las grandes cadenas de supermercados), impulsó a las personas a comprar en tiendas de cercanías y a descubrir nuevas formas de proveerse de alimentos. Así, los bolsones de frutas y verduras agroecológicas o en transición hacia la agroecología aumentaron entre un 40 y un 80% para abril de 2020 (Vales, 2020). Detrás del menor costo de este tipo de productos comparado con el de las verdulerías, se encuentra otra lógica de construcción del precio, que se acuerda entre sus integrantes (por ejemplo, se debate en asambleas) y prima el lema del comercio justo.

Martín Garo, trabajador social y docente universitario, participa del Mercado Territorial de la Universidad Nacional de Quilmes. Apunta que un elemento de impacto en el aumento de ventas de bolsones fue que el Estado provincial hizo un listado de co-

mercializadoras alternativas en el conurbano sur, oeste y norte (Provincia de Buenos Aires), y les dio difusión por las redes sociales. De este modo, comenzaron a recibir llamados de personas que hasta el momento desconocían la idea de economía solidaria que buscaban acceder a otras formas de comprar (Vales, 2020). Esa experiencia en particular posee además una plataforma -proyectochasqui.org- que permite a sus usuarios elegir los productos de manera online, entre las variedades disponibles. La gestión del Mercado Territorial define un día de entrega (que suele ser cada 15 días) en el que los consumidores se acercan al nodo acordado para abonar y retirar su compra.

Si bien es cierto que el circuito corto de comercialización acerca a productores y consumidores, también es igual de cierto que los productores locales encontraron en el e-commerce un recurso rápido, económico y efectivo para hacer llegar sus productos a nuevos consumidores. Las redes sociales virtuales se constituyeron en tiempos de Covid-19 como impulsoras y multiplicadoras de emprendimientos de sistemas cortos de comercialización de alimentos agroecológicos. Es el caso de Sabrina (34) y Nahuel (36 años). Antes de la declaración de la pandemia, Sabrina se dedicaba a impartir clases de Yoga, Stretching y Educación Física. Nahuel es productor de seguros, licenciado en Administración de Empresas y profesor de la Universidad Nacional de La Plata. La pandemia los impulsó a crear @chatu.ranga³: se trata de un pequeño proyecto de distribución de productos agroecológicos -adquiridos en el cinturón verde de La Plata y en el mercado agroecológico de Avellaneda, provincia de Buenos Aires- en la zona sur del conurbano bonaerense. Sabrina⁴ señala que la forma más efectiva de promocionarlo fue por las redes sociales y la clientela fue aumentando progresivamente debido a la situación social y beneficiada por el servicio de puerta a puerta que ofrecen. Por otra parte, agrega que “cada vez se manifiesta más

3 <https://www.instagram.com/cha.turanga/>

4 Entrevista realizada vía WhatsApp el 28/9/2020.

el interés por los productos agroecológicos y por el consumo de productos de producción familiar y de la zona”. Además, piensa que el motivo del aumento del interés por consumir productos de origen agroecológico “tiene que ver con una visión integral de la vida, una evolución de nuestra sociedad, que está entendiendo muy de a poco que es lo realmente importante”.

Aunque no es una conducta nacida durante la pandemia, sino que proviene de la militancia por la comida real, Instagram intensificó en los últimos meses la participación activa de profesionales de la nutrición desde sus cuentas aportando información para los consumidores e instruyen sobre la lectura de etiquetas de los productos ultraprocesados como herramienta de poder para elegir lo que se pone en el plato.

La tendencia en nutrición apunta a diferenciar entre comida y alimento. Según la Licenciada en Nutrición Agustina Malen Cortizo⁵, “comida sería cualquier alimento que ingerimos, pero el alimento está más relacionado con algo sin procesar, más nutritivo”⁶. Señala que, a pesar del trabajo en las consultas, los pacientes tienden a confundirse porque el rotulado de los productos les resulta engañoso. En este sentido, agrega que falta mucha información entre los consumidores: fue el motivo que la impulsó a crear una cuenta⁷ de Instagram, desde la cual procura compartir información para enseñar. Al respecto, señala que “creo que hay mucha información buena pero también información que no es correcta y/o se puede malinterpretar”. Desde el inicio de la pandemia, Cortizo registró un incremento aproximado del 35% en las consultas de interesados en cambiar sus hábitos alimentarios. Dicho panorama refuerza la idea de que la información se convierte en una herramienta de poder que empodera al consumidor en sus decisiones de hábitos alimenticios, lo que se potencializa además

5 Matrícula profesional: MN 10.146

6 Entrevista realizada vía WhatsApp el 28/9/2020.

7 @malen.nutricion

por el trabajo remoto y una mayor disponibilidad de tiempo para preparar y comer en las casas, oriundos del aislamiento social.

Si bien la vidriera actual de muchos espacios de distribución de alimentos agroecológicos son las redes sociales, las cuales han disparado su difusión y consumo, estas dinámicas tienen una historia. Además de los múltiples emprendimientos particulares, se destacan las acciones coordinadas por los propios productores en locales físicos e/o institucionalizados: ejemplos como el “Almacén de Ramos Generales” de la Unión de Trabajadores de la Tierra (UTT) con seis nodos en AMBA⁸, “La Periurbana”, perteneciente a la Universidad Nacional Jauretche con 12 nodos⁹, el ya mencionado “Mercado Territorial”¹⁰, gestionado por la Universidad Nacional de Quilmes, la “Feria del Productor al Consumidor” que se realiza un fin de semana (sábado y domingo) por mes en la Facultad de Agronomía de la Universidad de Buenos Aires (UBA), dan cuenta de una actividad organizada que despierta el interés de los consumidores por diferentes motivos, que transitan la salud, los precios, el comercio justo, etc. Ese tipo de emprendimiento puede encontrarse asociados a múltiples universidades en todo el territorio nacional.

La situación de pandemia, lejos de paralizar la comercialización, promueve la creatividad para la gestión virtual de dichas ferias. Es en este sentido que las redes sociales se convirtieron en el puente entre los productos y el plato, sumado a ello la difusión de información acerca de las lógicas agroecológicas.

8 Almagro, Monte Grande, Devoto, La Plata, Avellaneda. <https://www.almacenutt.com.ar/index.html>

9 <https://feriadeproductores6.wixsite.com/laperiurbana/nuestros-nodos>

10 Existen más de 200 nodos de Consumidores Solidarios en todo el Conurbano Bonaerense, La Plata y la Ciudad Autónoma de Buenos Aires a los que llegan los bolsones en días y horarios determinados. Hay distintas clases de nodos: Organizaciones Sociales, Vecinales e Instituciones (municipios, universidades, fundaciones, Cooperativas). <https://mercadoterritorial.observatorioess.org.ar/>

La alternativa de la soberanía alimentaria y agroecología

El concepto de soberanía alimentaria nace en 1996 desde “La Vía Campesina Internacional” (Desmarais, 2007) como contrapunto político-semántico a la idea de seguridad alimentaria (vinculada al modelo de agricultura convencional que defiende el uso de agroquímicos) (Carballo, 2011) planteada de forma hegemónica hasta aquel entonces por la FAO (Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura). Nace como concepto en el contexto de las reformas estructurales neoliberales que ocasionaron la producción intensificada de un régimen alimentario corporativo de exclusión social a nivel mundial (McMichael, 2012).

La soberanía alimentaria se muestra desde entonces no sólo como un proyecto de cuestionamiento a tal régimen de hambre y marginación, sino también como propuesta de alternativas concretas en múltiples escalas -desde lo doméstico, comunitario y local hasta lo regional y nacional-, representando una respuesta popular al actual calentamiento global y la necesidad de cambiar la agricultura industrializada hacia modelos más sustentables para el medio ambiente y las sociedades, democratizando, efectivamente, la producción y el acceso a los alimentos, planteando la necesidad de una Reforma Agraria Popular e Integral (Pinto, 2016).

El análisis de las prácticas campesinas agroecológicas¹¹ demuestra el ejercicio constante de plantear salidas contrahegemónicas frente las crisis alimentarias, sanitarias y climáticas que nos afec-

11 “La agroecología surge a partir de la década de 1970 como respuesta teórica, metodológica y práctica a la crisis ecológica y social que la modernización e industrialización alimentaria generan en las zonas rurales. Como práctica, la agroecología propone el diseño y manejo sostenible de los agroecosistemas con criterios ecológicos a través de formas de acción social colectiva y propuestas de desarrollo participativo que impulsan formas de producción y comercialización de alimentos y demás productos agroganaderos que contribuyen a dar respuesta a la actual crisis ecológica y social en las zonas rurales y urbanas” (Sevilla Guzman y Soller, 2009, p. 38)

tan. En este sentido las distintas propuestas de las organizaciones campesinas abogan por una salida colectiva que construya soberanía alimentaria regional y políticas de complementariedad productiva, basadas en un redireccionamiento productivo hacia los alimentos sanos (agroecología), en detrimento de los commodities y del contaminante modelo de los transgénicos y sus impactos en los ecosistemas y en la sociedad.

Por ende, al cuestionar el modelo agroalimentario convencional desde la perspectiva de la soberanía alimentaria y la agroecología se está problematizando los aspectos sociopolíticos, socioambientales y culturales involucrados en los procesos de alimentación (producción, procesamiento, distribución, elaboración y consumo de alimentos). Haciendo hincapié en la constitución soberana de una dieta adecuada a cada grupo humano específico, basada en su agroecosistema local e historia socioeconómica particular. La constitución de una dieta pensada desde la perspectiva de la soberanía alimentaria y agroecológica significa llevar en consideración la ubicación geográfica, oferta de biodiversidad local, clima y cuestiones políticas y sanitarias específicas de cada comunidad.

Es un proceso que viene siendo estudiado y discutido desde hace décadas. Miguel Altieri (uno de los destacados estudiosos y difusores de la tema) define a la agroecología como una ciencia aplicada que utiliza conceptos y principios ecológicos para el diseño y manejo de agroecosistemas sostenibles, donde los insumos externos se sustituyen por procesos naturales como la fertilidad natural del suelo y el control biológico (Altieri, 1995). Una mirada más actual sintetiza al concepto de agroecología como

campo de conocimientos que reúne, sintetiza y aplica conocimientos de la agronomía, la ecología, la sociología, la etnobotánica y otras ciencias afines, con una óptica holística y sistémica, para generar, validar y aplicar estrategias adecuadas para el diseño, el manejo y la evaluación de sistemas agroalimentarios sustentables” (Sarandón y Flores, 2020, p. 97).

Sin embargo, y a pesar de la vasta trayectoria conceptual y de investigación que el tema reviste, en las cocinas de los hogares urbanos comienza a resonar con más fuerza desde hace poco tiempo y a partir de la búsqueda de una alimentación más saludable y la preocupación creciente de ciertas camadas urbanas sobre el impacto ambiental del sistema agroalimentario convencional. Tal como señala Svampa y Viale, lejos de ser una moda pasajera, la agroecología refleja la expansión de un modelo de producción diferente y propone otro modo de relacionarse con la tierra (2020, p. 369), volviendo necesario relacionar lo urbano con lo rural. En este sentido, es necesario replantear la dicotomía tradicional que polariza campo y ciudad y repensar el espacio en conjunto, conexo y superpuesto, en donde las identidades no pueden definirse asociadas solo a uno. Tal como expresa Cimadevilla, se hace necesario integrar los análisis bajo la mirada de la rurbanidad, donde “formas culturales inherentes y formas culturales expresas se agregaron como postales para ese enfoque en donde lo rurbarno permite adentrarse en aquellos entramados en los cuales la hibridez entre lo urbano y lo rural da vida a nuevas condiciones para el ser y el estar” (2020, p. 6).

Sarandón y Flores apuntan que “la Agroecología representa hoy la mayor revolución en las ciencias agrarias desde el comienzo de la agricultura” (2020, p. 104). En la práctica, el aporte de la agroecología resulta relevante por el énfasis en la agricultura familiar campesina e indígena, en la soberanía alimentaria y en el uso sustentable de los recursos naturales y su opción por la participación local que atrae a movimientos sociales de pequeños agricultores en la búsqueda de una alternativa integral, que responde a la economía, la organización social y política, la sustentabilidad en la producción agropecuaria y la educación de hombres y mujeres campesinas (Sarandón y Flores, 2020).

En un contexto de crisis económica, alimentaria y sanitaria la producción y el acceso a los alimentos (rubro esencial y excepcional en cualquier contexto de guerras y/o pandemias)

son algunos de los principales centros de disputa política contemporánea.

Las alternativas alimentarias que necesitan agricultores y ganaderos, por una parte, y las personas que se alimentan, por otra, implican sistemas agroalimentarios alternativos y no solo cambios en una parte de la cadena, es decir, nuevas formas de producción y nuevas formas de comer (Soller y Pérez Neira, 2013, p. 64).

Por lo tanto, la idea de soberanía alimentaria no es pensada sólo como alternativa productiva al modelo del agronegocio transgénico, proponiendo un modelo agroecológico alternativo, sino que también problematiza y politiza el consumo de alimentos, siendo un potente generador de debates sobre la problemática y asimétrica relación entre el campo y la ciudad. “Como una intervención estratégica, la soberanía alimentaria es un híbrido, dirigiendo tanto las necesidades inmediatas (formales) como proponiendo alternativas sustantivas, a largo plazo” (McMichael, 2015, p. 91).

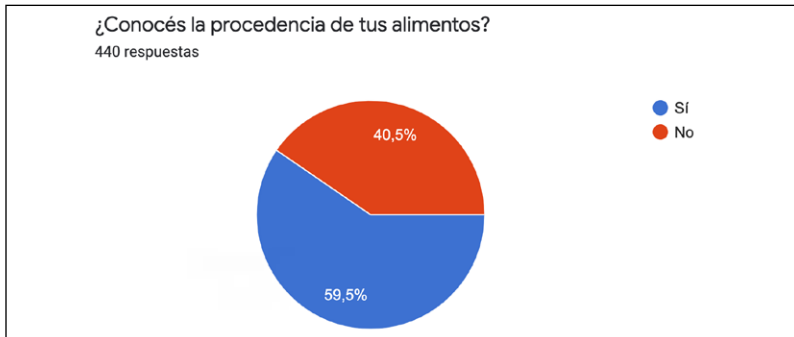
Hábitos alimentarios y agroecología

En las respuestas a la encuesta en línea realizada para el presente trabajo registramos una mayoría de participación femenina, que alcanza el 80%. También observamos una predominancia femenina en quienes declaran encargarse de las decisiones de compras familiares de los alimentos. Históricamente las tareas domésticas como el abastecimiento de alimentos para el hogar le han sido asignadas a las mujeres. La división del trabajo constituye una norma social que influencia la asignación de ciertos trabajos a las personas: “la relación entre la división sexual del trabajo –o sea, el tipo de trabajo que realizan mujeres y hombres, y en qué condiciones– y la posición de hombres y mujeres en la sociedad ha sido un tema central de los estudios de géne-

ro” (Stølen, 2004, p. 163). A pesar de que los debates públicos y académicos actuales procuran revisar, discutir y desnaturalizar los roles de género, subsisten aún mandatos sociales tácitos que colocan a la mujer al mando de determinadas tareas: “las representaciones de género se instituyen como formas primarias de las relaciones significantes de poder, sostenidas por instituciones que regulan la diferenciación entre los papeles, los espacios y las tareas de “lo femenino” y “lo masculino” (de Arce, 2018, p. 41).

Luego, del total de los encuestados, el 59,5 % dice conocer la procedencia de sus alimentos y el 83,2% conoce la existencia de productos agroecológicos.

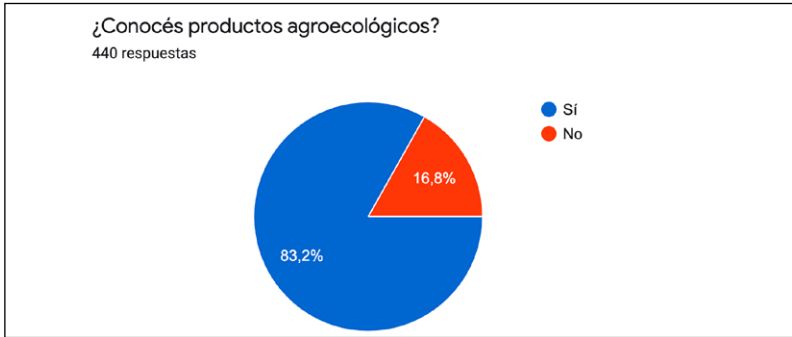
Gráfico 1: Conocimiento de la procedencia de los alimentos



Fuente: generado por GoogleForms a partir de la encuesta realizada para este estudio.

Sin embargo, el conocimiento de la existencia de productos agroecológicos no necesariamente implica su consumo. En este sentido, el 30,2% de la muestra incluye a quienes los consumen habitualmente, mientras que el 48,9% manifiesta que solo a veces y el 20,9% dice no consumirlos.

Gráfico 2: Conocimiento de productos agroecológicos



Fuente: generado por GoogleForms a partir de la encuesta realizada para este estudio.

Gráfico 3: Consumo de productos



Fuente: generado por GoogleForms a partir de la encuesta realizada para este estudio.

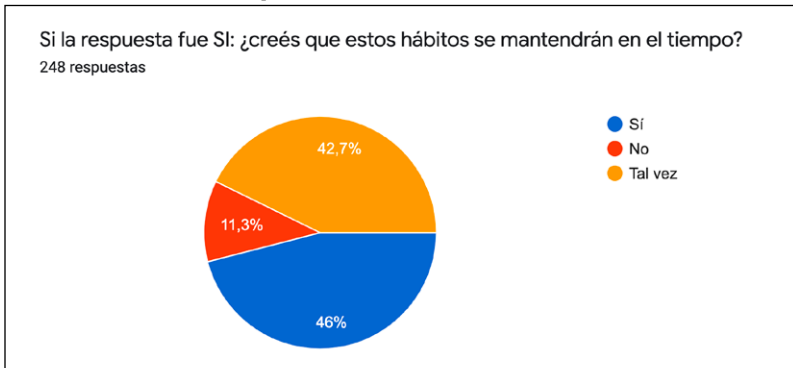
Entre las múltiples respuestas recolectadas respecto al lugar de abastecimiento de alimentos -en las cuales se podía seleccionar más de una- en orden de preferencia las primeras fueron: Pedidos domiciliarios, individual, por formularios en línea; Almacenes cercanos; Mercados territoriales y ferias; Nodos de consumo comunitario; Cadenas de supermercados. En cuanto a los motivos principales para la elección de alimentos agroecológicos han predominado las cuestiones relacionadas a la salud y medio ambiente (41,9%); la calidad de los productos agroecológicos (21,6%); el intercambio justo (14,6%); el precio/economía, fa-

alidad de entregas domiciliarias o ferias de cercanía (12,6%).

Del total de los encuestados, el 54,5% manifiesta que sus hábitos alimentarios se han modificado durante la pandemia. Sin embargo, de 399 respuestas el 75,9% indica que el porcentaje de consumo de alimentos agroecológicos compone menos del 50% de su dieta diaria. En cuanto al propio consumo, registramos que de los 440 encuestados 352 consumen productos agroecológicos. De ellos, el 81,8% los consumían previamente al inicio de la pandemia, mientras que el 18,2% ha comenzado a consumirlos posteriormente.

Ante la consulta de si creen que la incorporación de los nuevos hábitos se mantendrá a largo plazo, de las 248 respuestas el 46% respondió afirmativamente.

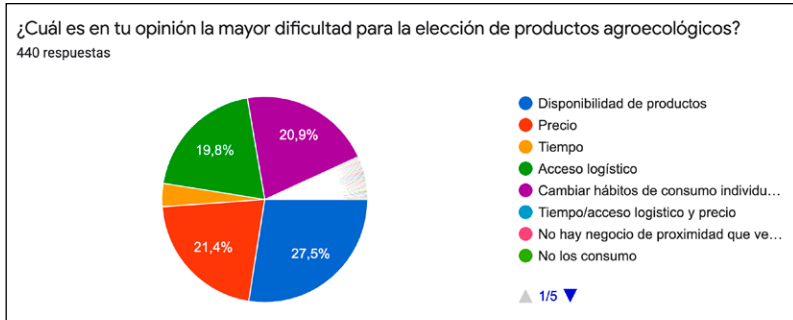
Gráfico 4: Hábitos en el tiempo



Fuente: generado por GoogleForms a partir de la encuesta realizada para este estudio.

Es posible relacionar las respuestas recién mencionadas acerca de mantener o no los nuevos hábitos en el tiempo con las posibilidades de acceso a los productos ya que, en este sentido, los encuestados expresaron diversidad de dificultades:

Gráfico 5: Dificultades para elegir productos agroecológicos



Fuente: generado por GoogleForms a partir de la encuesta realizada para este estudio.

La primera dificultad a la que manifiestan encontrarse es la disponibilidad de productos. La encuesta da cuenta que los consumidores asumen que el precio de los alimentos para sostener una alimentación de mejor calidad es superior. Sin embargo, es una percepción que depende del canal elegido para el consumo. Por ejemplo, tal como ya hemos mencionado, los precios de los bolsones de verduras y frutas agroecológicas son el resultado de su discusión en asambleas y se trata de datos públicos que los propios distribuidores divulgan. Durante la pandemia de la Covid-19 por ejemplo, mientras el mercado convencional ha pasado por varias olas especulativas de precios de productos de primera necesidad desde el alcohol gel a frutas y verduras, muchas de las cooperativas de productores han decidido mantener los precios previos a la pandemia, como el estudio de caso que trataremos más adelante demuestra.

Otro motivo de peso en la encuesta ha sido la dificultad para cambiar hábitos de consumo individual/familiar, sumado a las dificultades de acceso logístico y el tiempo que es necesario invertir en ello. Algunos ejemplos de otros motivos aislados indican: Certificación; Una combinación de todas las opciones; Su mediocridad; En su momento saber si eran efectivamente agroecológicos.

Redes de esperanza

Las redes se conforman por entidades y por relaciones entre esas entidades (Kauchakje, Penna, Frey, Klaus y Duarte, 2006, p. 2). A partir del advenimiento del mundo global, las redes fueron revitalizadas por la web y adquirieron nuevas dinámicas sociales, tomaron diferentes formas y dimensiones, ya que en el espacio virtual se multiplican:

Parte de esas redes tienen su origen o son potenciadas por las tecnologías de la información y la comunicación. Son llamadas redes socio-técnicas, porque son redes que envuelven la constitución de una organización entre agentes sociales estimulada y mediada por instrumentos tecnológicos y lenguaje codificado para que los lazos de relación entre emisores y receptores (nodos) se hagan efectivos (Kauchakje, Penna, Frey, Klaus y Duarte, 2006, p. 2).

En ese sentido, los nodos que representan a las personas o instituciones y los vínculos refieren a las relaciones entre los actores o nodos (Clark, 2006, p. 7). Entonces,

(...)la red es un instrumento conceptual y metodológico potente para identificar y analizar fenómenos (o comportamientos de fenómenos) que no se presentarían sin ese instrumental [...] La fuerza del instrumento conceptual y metodológico de la red está en percibir y posibilitar el análisis de fenómenos heterogéneos, o sea, que no puedan ser analizados como pertenecientes a un único sistema (Kauchakje, Penna, Frey, Klaus y Duarte, 2006, p. 4).

La dinámica que supone el espacio virtual tiene como característica la comunicación instantánea sin la necesidad de una contigüidad espacial:

las redes sociales, dinamizadas e incluso constituidas por flujos de información electrónicos, extrapolan el ámbito lo-

cal para articular, compartir e intercambiar informaciones y recursos a nivel regional, nacional e internacional. Emergen de allí nuevos estándares de relaciones sociales, económicas y culturales entre individuos y organizaciones (Kau-chakje, Penna, Frey, Klaus y Duarte, 2006, p. 10-11).

Dichas articulaciones son parte constitutiva de las identidades, poseen la dinámica de la volatilidad social y expresan intencionalidades en las relaciones sociales.

A partir de la declaración de la cuarentena por la pandemia de Covid-19, las formas de consumo se vieron alteradas por la incertidumbre general respecto a los comercios permitidos para operar, especulación de precios, disponibilidad o no de productos, acopio por parte de los consumidores, restricción en la movilidad urbana, etc. Desde entonces, se visibilizaron modos alternativos de acceder particularmente a los alimentos. Una de las formas de difusión más efectivas, justamente, ha sido las redes sociales tales como Instagram, Facebook y WhatsApp. Si bien cada una de las redes sociales virtuales disponibles en la actualidad ha sido creada con un objetivo diferente, el hecho de compartir y divulgar información, conectar usuarios, hacerlos partícipes y darles voz mediante la interacción son características comunes entre ellas. El ranking mundial¹² de uso de redes está encabezado por Facebook con casi 2.500 millones de usuarios a enero de 2020. Por su parte, Instagram se encuentra en el tercer puesto con 1.000 millón de usuarios (Fernández, 2020).

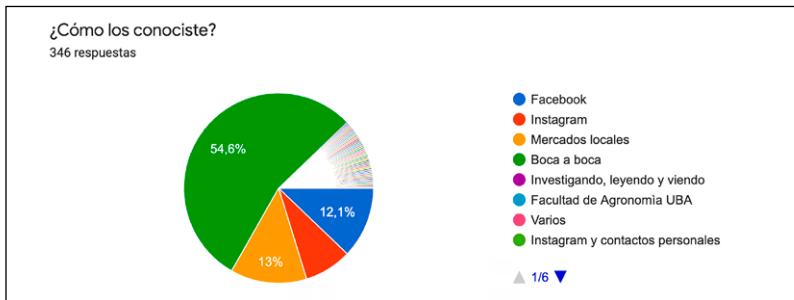
Una de las características de la pandemia fue el abastecimiento de cercanía. En este sentido, es fundamental contemplar el concepto de periurbano, el cual:

12 Expresados en millones: 1. Facebook, 2.449; 2. YouTube, 2.000; 3. WhatsApp, 1.600; 4. Facebook Messenger, 1.300; 5. Weixin / WeChat, 1.151; 6. Instagram, 1.000; 7. Douyin / TikTok, 800; 8. QQ, 731; 9. QZone, 517; 10. Sina Weibo 497; 11. Reddit, 430; 12. Snapchat, 382; 13. Twitter, 340; 14. Pinterest, 322; 15. Kuaishou, 316 (Fernández, 2020).

(...) refiere a un territorio de borde sometido a procesos sociales y económicos relacionados con la valorización capitalista del espacio, como consecuencia de la incorporación real o potencial de nuevas tierras a la ciudad. Su caracterización supone el abordaje de un complejo socio-productivo que expresa una situación fronteriza o de interfase entre dos tipos geográficos tradicionalmente conceptualizados como dicotómicos u oposicionales: el campo y la ciudad. Implica la identificación de determinados espacios donde se está llevando la transformación del medio rural a semi-rural y de semi-rural a urbano, es decir, su reacondicionamiento físico con fines de urbanización, evidenciándose intensas presiones antrópicas sobre el ambiente y una aguda competencia por acceso al suelo y otros recursos relacionados. En tanto periferia ampliada, es concebida como un escenario donde se externalizan una serie de desajustes y disfuncionalidades derivadas de deseconomías de aglomeración y procesos de segregación socioespacial propios de la ciudad. En definitiva, el periurbano se presenta como un heterogéneo contorno de agudos contrastes sociales y productivos (Feito y Barsky, 2020, p. 899).

Ante el aislamiento social y preventivo declarado en marzo de 2020, las redes de abastecimiento cercanas cuya producción principal radica en las áreas periurbanas se convirtieron en protagonistas. Tal como hemos mencionado, un 18,2% de los 352 encuestados (de 440) que consumen actualmente productos agroecológicos lo han comenzado a hacer durante la pandemia.

Gráfico 6: Fuente de conocimiento de productos agroecológicos



Fuente: generado por GoogleForms a partir de la encuesta realizada para este estudio.

De las 346 respuestas obtenidas ante la pregunta ¿Cómo los conociste?, más de un 20% obtuvo el conocimiento de la existencia de productos agroecológicos mediante las redes sociales Facebook (12,1%) e Instagram (8,1%). Si bien un 54,6% indica que los han conocido mediante el “boca en boca” asumimos que, ante el aislamiento social preventivo y la imposibilidad de salir, ese concepto puede incluir otras redes sociales tales como WhatsApp.

Pueblo a Pueblo

La cooperativa de consumo “Pueblo a Pueblo” es la principal herramienta de comercialización directa minorista de la rama rural del Movimiento de Trabajadores Excluidos (MTE-Rural). El MTE-R surgido en 2015 está presente en todas regiones del país, en más de 20 provincias, cuenta con 30 mil familias afiliadas. Está vinculado también a otras organizaciones campesinas y urbanas de la economía popular en los marcos de la Unión de Trabajadores de la Economía Popular (UTEPE) en Argentina y de La Vía Campesina Internacional. Siendo uno de los destacados representantes de un proceso más amplio de campesinización y recampesinización (Pinto, 2020) en el agro argentino actual, teniendo como importante punto de inflexión y visibilización al Primer Foro por un Programa Agrario Soberano y Popular realizado en mayo de 2019 en la Ciudad de Buenos Aires, por más de 60 organizaciones del sector de la Agricultura Familiar Campesina e Indígena (AFCI).

Un año después de la conformación del MTE-Rural, y como resultado de las dificultades encontradas por la organización para comercializar su producción de manera directa, sin intermediarios, y de forma justa tanto a los productores como a los consumidores, nace en el año de 2016 “Pueblo a Pueblo”. Con el objetivo de vincular: “Pueblo productor de alimentos y el Pueblo trabajador de los centros urbanos, con el fin de eliminar la intermediación especulativa que genera enormes aumentos en

los precios de los alimentos y no reconoce de forma justa el trabajo de las familias productoras” (Cooperativa Pueblo a Pueblo, 2020).

Al principio la iniciativa comercializaba solamente bolsones de hortalizas de estación de 5 kg en transición agroecológica,¹³ desde las quintas productivas en el cinturón frutihortícola de la Ciudad de La Plata (donde nace el MTE-Rural en 2015), provincia de Buenos Aires, hasta la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (60 km de distancia).

La propuesta surge de un vínculo directo entre los y las productores del MTE-Rural y organizaciones de consumidores y activistas sociales urbanos, que buscaban tanto alimentos de mejor calidad nutricional y a precios accesibles como apoyar de forma directa los productores rurales que buscaban la transición desde modos de producción convencionales con agroquímicos a procesos productivos agroecológicos.

Las entregas de verdura se realizaban una vez por mes con la modalidad de reservas previas en formularios digitales, difundidos a través de redes sociales y boca a boca, en un momento (2016) que apenas empezaban a difundirse este tipo de comercialización directa, que vive actualmente un momento de alta difusión pública y crecimiento cuantitativo como ya mencionamos.

De forma simultánea “Pueblo a Pueblo” se organiza en Buenos Aires y en La Plata y se va nacionalizando junto al crecimiento del MTE-Rural. También se fueron sumando otras variedades de productos ofertados tanto bolsones de Verduras “pesadas” de 6

13 “Para la transición agroecológica son necesarios algunos años. Hay necesidad de desintoxicar la tierra y de recuperar e incorporar saberes tradicionales, técnicas y tecnologías, lo que también exige cierto tiempo de aprendizaje y formación. El trabajo humano y las técnicas manuales, por lo menos en parte, precisan sustituir las pesadas máquinas. La posibilidad de generación de renta no siempre es inmediata, sobre todo comparada a los cultivos convencionales” (Schreiner, 2012, p. 11).

kg (papa, zapallo, cebolla y batata) en transición agroecológica como bolsones de fruta de 4 kg (manzana, naranja y limón), y posteriormente productos procesados de las diferentes cooperativas vinculadas al MTE-Rural y organizaciones de la UTEP¹⁴.

Dicho proceso de nacionalización se refleja en la presencia de la iniciativa de comercialización en los tres principales centros urbanos del país: Rosario, provincia de Santa Fé, Córdoba capital y en el Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA). En el AMBA está presente en la Capital Federal, La Plata, Zona Sur, Zona Norte, Zona Oeste y Zona Noroeste. También en las provincias de Misiones: Posadas, Puerto Libertad, San Pedro, Eldorado, y en Azul, Junín, Olavarría y Tandil (Provincia de Buenos Aires).

En el AMBA la primera regional, de “Pueblo a Pueblo”, y donde se concentra el mayor núcleo poblacional urbano del país, las entregas mensuales realizadas en centros sociales, sindicatos y sedes de organizaciones políticas y barriales (intercaladas con la presencia en distintas ferias como de la Facultad de Agronomía de la UBA) pasaron a partir del 20 de marzo de 2020, con el decreto presidencial del Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio (ASPO), a ser semanales y domiciliarios.

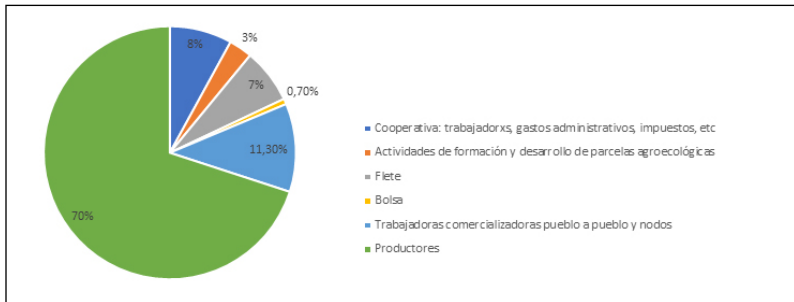
El cambio en la frecuencia y dinámica de las entregas y el crecimiento de la demanda de alimentos frescos durante la pandemia representó un importante aumento en la venta mensual de verduras y frutas (tanto agroecológicas como en transición). Hasta marzo de 2020 se vendía un promedio de ocho toneladas mensuales, en la zona del AMBA, a partir del ASPO y con entregas semanales tanto domiciliarias como presenciales en ferias y

14 Entre los productos se ofertan: miel natural, mermelada Artesanal (Frasco) de Mandarina, Manzana, pera, limón, naranja, producidas y envasadas en la sala de valor agregado del MTE-R en La Plata. Dulce de Tomate artesanal. Yerba Mate Orambae (Orgánica Misiones). Queso Agroecológico, Café campesino de Brasil molido por el MTE-R. Mijo agroecológico. Poroto negro agroecológico, entre otros que se suman y bajan según zona y estacionalidad de la producción y demanda.

locales (nodos de consumo) se pasó a un promedio de 55 toneladas que se mantienen estables hasta octubre de 2020, según datos consultados con el sector de comercialización de “Pueblo a Pueblo”, en visita de campo realizada en el centro de acopio del MTE-rural en La Plata. Están llegando así a 10.000 familias en todo el país con verduras, frutas y otros alimentos frescos producidos por la agricultura familiar.

Una de las decisiones fundamentales tomadas por las asambleas de productores fue de no subir el precio de frutas y verduras durante la pandemia. Dicha decisión económico-política sumada a la modalidad de entrega domiciliarias de bolsones, entre otros factores vinculados a la salud, medio ambiente, explican en partes el crecimiento de las ventas durante el año de 2020.

Gráfico 7. Estructura de precios de bolsones de verdura “Pueblo a Pueblo”



Fuente: Gráfico de elaboración propia a partir de los datos aportados a los autores por la Cooperativa “Pueblo a Pueblo”, 2020.

Además del precio y calidad de las verduras, las cooperativas de consumo popular como “Pueblo a Pueblo” tienen como valor agregado al componente social y político que buscan visibilizar en sus redes sociales y actividades. Con parte del aumento de ingresos que representó la suba de las ventas y con apoyo de donaciones individuales de parte de sus consumidores mediante los mismos formularios de reservas semanales de pedidos, se hacen donaciones mensuales de verduras a comedores y ollas populares:

También asumimos la responsabilidad de acompañar el enorme trabajo de nuestras compañeras y compañeros en los barrios populares, escuelas y hospitales y decidimos impulsar una campaña de donaciones a través de la cual ya pudimos abastecer a más de 300 comedores y ollas populares con más de 120.000 kg de verduras y frutas frescas [entre abril y octubre de 2020] (Cooperativa Pueblo a Pueblo, 2020).

“Pueblo a Pueblo” se manifiesta entonces como un espacio de consumo alternativo en el que la comercialización es tan solo una arista de un modo de vida. Difunden sus actividades e informan acerca de la distribución de productos por diferentes vías tales como listas de difusión de correo electrónico¹⁵, listas de WhatsApp (requiere suscripción), Instagram y Facebook. En Instagram¹⁶, la cooperativa se presenta como una iniciativa de comercialización de alimentos sanos, a precio justo y con trabajo digno. En dicha red social tienen una cuenta activa desde el 20 de abril de 2017, con 238 publicaciones y 11.400 seguidores (al 21 de septiembre de 2020). Si bien las publicaciones están centradas en venta de productos -para lo cual indican un link¹⁷ en su biografía que enlaza a los formularios de pedidos por zona- se evidencia el compromiso con difundir cuestiones de interés público que afectan al medioambiente.

Facebook¹⁸ es su canal de interacción con los consumidores más antiguo y por ello nos centraremos en esa red social para el análisis. La cooperativa tiene presencia en dicha red desde el 27 de febrero de 2014 y posee 27.045 seguidores (al 7 de octubre de 2020). En su presentación, destacan que se proponen construir propuestas de consumo alternativo, teniendo como punto de partida que “consumir es un acto político”. En este sentido,

15 coop.puebloapueblo@gmail.com

16 @coop.puebloapueblo

17 <https://linktr.ee/cooppuebloapueblo>

18 @cooperativa.puebloapueblo

invitan a los usuarios a construir y ser parte de la Economía Popular, en contra de la expansión del modelo del agronegocio y el paquete tecnológico de impacto negativo tanto económico como social y ambiental. Por ello, problematizan las formas de producir, la cadena de producción, comercialización y consumo, procurando el ejercicio de la soberanía alimentaria. Además, apuestan a generar un consumo responsable “que implique acceso a alimentos producidos sin mano de obra esclava, sin contaminar el ambiente ni enfermar a quien los produce ni a quien los consume, que sean nutricional y culturalmente adecuados, pagando por ellos un precio justo”¹⁹.

El proceso de vinculación que propone realizar -Pueblo a Pueblo- entre campesinos y su red de consumidoras y consumidores urbanos involucra no sólo la venta de productos sino, además, la realización de talleres y charlas sobre soberanía alimentaria, agroecología, reforma agraria, etc. Como parte de la construcción de Sistemas de Garantía Participativa (SPG), organizan visitas semestrales a las quintas productivas. Proceso que busca reforzar los lazos entre productores, consumidores y territorio, generando otros tipos de certificación de la producción agroecológica, que no impacten en una suba de precio de los productos. Lo que ocurre en general con los sellos de certificación orgánica y/o los de denominación de origen geográfica.

19 https://www.facebook.com/cooperativa.puebloapueblo/about/?ref=page_internal

Imagen 1: Visitas de consumidores de “Pueblo a Pueblo” al galpón de acopio del MTE-R en noviembre de 2019. La Plata, provincia de Buenos Aires.



Fuente: Imagen de archivo 2019 de la cooperativa “Pueblo a Pueblo”. Ph. Barbara Leiva²⁰

Imagen 2: Visitas de consumidores de “Pueblo a Pueblo” a quintas productivas del MTE-R en noviembre de 2019. La Plata, provincia de Buenos Aires.



Fuente: Imagen de archivo 2019 de la cooperativa “Pueblo a Pueblo”. Ph. Barbara Leiva.²¹

En consonancia con la tendencia que presentamos a partir de la encuesta, la cuenta de “Pueblo a Pueblo” despierta un mayor interés por parte de las mujeres, como las responsables de la alimentación familiar.

20 La autora de la imagen autoriza la reproducción y publicación de la misma en el presente artículo.

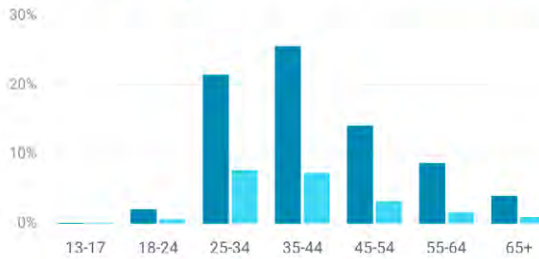
21 La autora de la imagen autoriza la reproducción y publicación de la misma en el presente artículo.

Imagen 3: Tendencia de seguidores de “Pueblo a Pueblo” distinguido por género en Facebook

Edad y sexo

Las personas a las que les gusta tu página pertenecen a estos grupos de edad y sexo. Estas cifras son estimaciones.

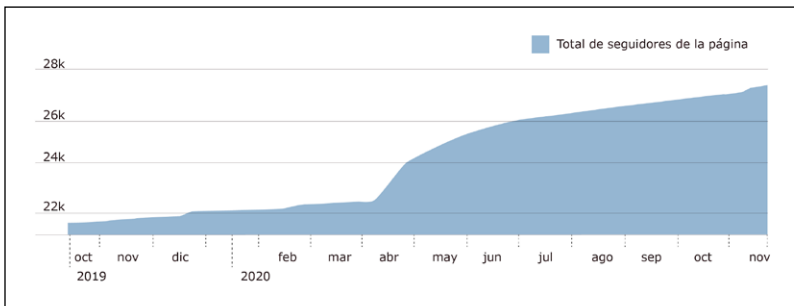
20 mil (77%) Mujeres **5,7 mil (22%) Hombres**



Fuente: Métricas del Facebook de la cooperativa proporcionadas a los autores por “Pueblo a Pueblo”. Datos no disponibles públicamente.

Desde el inicio de la pandemia, han registrado un notable aumento de seguidores en la cuenta de Facebook de Pueblo a Pueblo AMBA (cada regional tiene su propia cuenta en la red social):

Imagen 4: Incremento de seguidores en la cuenta de Facebook de “Pueblo a Pueblo” a partir del inicio de la pandemia de Covid-19 en marzo de 2020 (Muestra de octubre de 2019 a octubre de 2020).



Fuente: Métricas del Facebook de la cooperativa proporcionadas a los autores por “Pueblo a Pueblo”. Datos no disponibles públicamente.

Dicho incremento de seguidores refuerza nuestra hipótesis de que las redes sociales virtuales funcionaron durante la pandemia como fuente de información y como recurso para el acceso a una mejor calidad de alimentación, especialmente en las urbes.

En tanto entramado de actores sociales múltiples y relaciones yuxtapuestas entre lo urbano, lo rural y lo periurbano, el concepto de redes, entonces, propone repensar la importancia de los vínculos. Particularmente las redes sociales virtuales tienen el potencial de visibilizar acciones y las multiplican, impulsar al debate y democratizar el acceso a la información, disputando el uso de esta información y sus algoritmos con los mismos controladores de esas redes sociales que las monetarizan/venden para su uso en forma de publicidad paga.

En el caso de “Pueblo a Pueblo”, la potencia de lo virtual (articulada con reuniones y asambleas presenciales, visitas a las granjas productivas) desnuda, entre otros temas, problemáticas tales como el acceso a la tierra y a los alimentos, la especulación de precios, la manipulación de consumos, el intercambio injusto entre productores y empresarios; a la vez que construye redes de esperanza hacia nuevas dinámicas de producción y circulación saludables, justas y soberanas.

Conclusiones

El debate sobre la relación campo/ciudad, y, por consiguiente, la construcción de territorios ambientalmente sustentables y con justicia social, es uno de los grandes retos que nos deja la discusión sobre los efectos sociales de la actual pandemia de Covid-19, así como hablar de agroecología y soberanía alimentaria pasa a ser temas recurrentes no sólo para organizaciones del campo popular y dirigencia política, sino para crecientes grupos de consumidores urbanos. Hay que vislumbrar, por ende, una concepción de ciudadanía amplia (para campesinos, pobres urba-

nos y naturaleza), como plantea el Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) de Brasil: “reposicionar la ciudadanía más allá de la urbanidad y la introducción de la gestión ambiental en una noción colectiva (urbana-rural) de ciudadanía” (McMichael, 2015, p. 213).

Si bien la discusión académica sobre la sustentabilidad y a la soberanía alimentaria es de larga data, en Argentina el contexto de pandemia multiplicó en redes sociales virtuales la presencia de tales debates, a la vez que los insertó visiblemente en el debate público. En esta virtualidad, además, los productores locales encontraron un recurso rápido, económico y efectivo para hacer llegar sus productos a nuevos consumidores, multiplicando no solo ventas sino también la conciencia social sobre el consumo de alimentos. Es en este sentido que las redes sociales nutrieron el vínculo entre los productos y el plato, sumado a ello la difusión de información acerca de las lógicas de producción y distribución agroecológicas, incentivando a formas alternativas no solo de consumo, sino también de vida.

Tal como expresa Castells, las redes sociales “son herramientas decisivas para movilizar, organizar, deliberar, coordinar y decidir” (2012, p. 219). En este sentido, las TIC conectan diferentes dimensiones de la vida de las personas, promueven autonomía para el cambio social y se constituyen en una herramienta más para la divulgación de la información a nivel doméstico, comunitario, local, nacional e internacional, para la construcción de lazos y solidaridades que permitan a los ciudadanos empoderarse de su plato en consonancia con los planteos de la soberanía alimentaria.

Agradecimientos

Agradecemos los comentarios realizados por los evaluadores de la revista y especialmente a la asesoría técnica del diseñador gráfico Herbert Santos.

Anexo encuesta:

1. Edad
2. Sexo
3. Ciudad de residencia
4. Provincia de residencia
5. ¿Quién decide las compras en tu hogar?
6. ¿Conocés la procedencia de tus alimentos? si / no
7. ¿Conocés productos agroecológicos? si / no
8. ¿Consumís habitualmente ese tipo de productos? si / no / a veces
9. ¿En dónde los adquirís? (se puede seleccionar más de una opción):
Cadenas de supermercados / almacenes cercanos / Mercados Territoriales y Ferias / Pedidos domiciliarios, individual, por formularios en línea / Nodos de consumo comunitario/ Otro.
10. Si marcaste “otro” en la anterior, ¿podrías mencionar en dónde los adquirís?
11. Si consumís productos agroecológicos, ¿cuál de los siguientes factores es el principal en tu elección? Precio - economía, facilidad de entregas domiciliarias o ferias de cercanía / Cuestiones relacionadas a la salud y medio ambiente / Calidad de los productores agroecológicos en comparación a verduras convencionales / Saber que lxs productoxs reciben un intercambio más justo por su trabajo / Otro
12. Si consumís productos agroecológicos, ¿comenzaste a consumirlos antes o después del inicio de la pandemia por COVID-19? antes / después
13. ¿Cómo los conociste? Facebook / Instagram / Mercados locales / Boca a boca / Otra...
14. En relación con la pandemia actual, ¿cambiaron tus hábitos alimentarios? si / no
15. Si la respuesta fue SI: ¿crees que estos hábitos se mantendrán en el tiempo? Si / no / tal vez
16. ¿Qué porcentaje de tu consumo total ocupan actualmente los alimentos agroecológicos (o en transición agroecológica)? más del 50% / menos del 50%

17. ¿Cuál es en tu opinión la mayor dificultad para la elección de productos agroecológicos? Disponibilidad de productos / Precio / Tiempo / Acceso logístico / Cambiar hábitos de consumo individual/familiar / Otra.

Referencias

Altieri, Miguel Angel y Nicholls, Clara Ines. Agroecología: única esperanza para la soberanía alimentaria y la resiliencia socioecologica, **Agroecología**, Murcia, 7 (2), 2012, p. 65-83.

Carballo, Carlos. Soberanía alimentaria y producción de alimentos en Argentina. En Gorban, Miryan K; Carballo, Carlos. Mercedes, Paiva; [et al.] **Seguridad y Soberanía alimentaria**. Buenos Aires: Colección Cuadernos, 2011.

Castells, Manuel. **Redes de indignación y esperanza**. España: Alianza, 2012.

Cimadevilla, Gustavo. Rurbanidad y TIC, un rompecabezas de pocas piezas, **II Workshop “Usos y representaciones de las TIC en el agro argentino: repensar el espacio desde la virtualidad”**, Bernal, 2020. Disponible en: <<https://jornadasruralescear.files.wordpress.com/2020/09/2.-cimadevilla-1.pdf>>.

Clark, Louise. **Manual para el Mapeo de Redes como una Herramienta de Diagnóstico**. La Paz, Bolivia: Centro Internacional de Agricultura Tropical, 2006.

Cooperativa Pueblo a Pueblo. Documentos Internos. **Mimeo**, 2020.

de Arce, Alejandra. **Mujeres, familia y trabajo. Chacra, caña y algodón en la Argentina (1930-1960)**. Bernal: UNQ, 2018.

Desmarais, Annette Aurélie. **La Vía Campesina. La globalización y el poder del campesinado**. Madrid: Editorial Popular., 317 p., 2007.

Feito, María Carolina y Barsky, Andrés. Periurbano. En: Muzlera, Jose y Salomón, Alejandra **Diccionario del Agro Iberoamericano**, Segunda Edición. Buenos Aires: Tesseo, 2020. Disponible en: <<https://www.teseopress.com/diccionarioagro/chapter/periurbano>>.

McMichael, Philip. **Regímenes alimentarios y cuestiones agrarias**. México. D.F.: Universidad Autónoma de Zacatecas; Red Internacional de Migración y desarrollo. 2015.

Kauchakje, Samira; Penna, Manoel Camillo; Frey, Klaus y Duarte, Fábio. Redes socio-técnicas y participación ciudadana: propuestas conceptuales y analíticas para el uso de las TICs. **REDES**, España, Vol.11, Nro. 3, 2006.

Pinto, Lucas Henrique. Soberanía alimentaria, justicia ambiental y resistencia campesina territorial frente a los cambios metabólicos del libre comercio: apuntes teóricos y empíricos desde la experiencia mexicana. **Razón y Palabra**. Dossier: Prácticas alimentarias desde una perspectiva sistémica completa, Vol. 20, Nro. 3_94, Quito, Ecuador, 2016, p. 517-542.

Pinto, Lucas. Henrique. Agroecología y recampesinización cualitativa en el agro argentino contemporáneo (2014-2019). **Boletín De Estudios Geográficos**, (113), 2020, p. 161-180.

Sarandón, Santiago y Flores, Claudia. Agroecología. En: Muzlera, Jose y Salomón, Alejandra. **Diccionario del Agro Iberoamericano**, Segunda Edición. Buenos Aires: Tesseo, 2020. Disponible en: <<https://www.teseopress.com/diccionarioagro/chapter/agroecologia>>.

Schreiner, Davi. Territorialidades em disputa. Os assentamentos, o MST e a luta coletiva. **Actas de las 3ras Jornadas Internacionales de Problemas Latinoamericanos: Movimientos Sociales, Estados y partidos Políticos en América Latina: (re) configuraciones institucionales, experiencias de organización y resistencia**. (CD-ROM), Mendoza, 2012.

Sevilla Guzmán, Eduardo y Soller Montiel, Marta. Del desarrollo rural a la agroecología. Hacia un cambio de paradigma. **Documentación Social**, Nro. 155, 2009.

Soller Montiel, Marta y Pérez Neira, David. Canales cortos de comercialización alimentaria en la construcción de sistemas agroalimentarios alternativos. En: Cuéllar, Mamen., Calle Ángel y Gallar, David (eds.) **Procesos hacia la soberanía alimentaria: Perspectivas y prácticas desde la agroecología política**. Barcelona: Icaria, 2013, p. 63-80.

Stølen, Kristi Anne. **La decencia de la desigualdad**. Buenos Aires: Antropofagia, 2004

Svampa, Maristella y Viale, Enrique. **El colapso ecológico ya llegó. Una brújula para salir del (mal)desarrollo**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2020

Vales, Laura. El boom de ventas de los bolsones de frutas y verduras durante la cuarentena. **Página 12**, Buenos Aires, 2020. Recuperado de: <<https://www.pagina12.com.ar/262117-el-boom-de-ventas-de-los-bolsones-de-frutas-y-verduras-duran>>.

Recebido em 26/10/2020

Aprovado em 17/11/2020

Janelas sobre a cidade pandêmica: desigualdades, políticas e resistências

*Sônia Weidner Maluf**

Resumo:

O artigo trata da relação entre desigualdade social e os diferentes modos com que a pandemia de Covid-19 atingiu a população urbana no Brasil. O ponto de partida é a observação feita a partir do isolamento social da pesquisadora na cidade e das janelas possíveis para acessar o mundo, fazendo o percurso das janelas do apartamento às janelas das telas, sua multiplicidade e seus enquadramentos restritivos. Desse fragmentos de imagens e sons, manchetes e notícias, postagens nas redes sociais, busco montar uma tela mais compreensível sobre os modos como diferentes populações urbanas foram atingidas pelo vírus, em termos de adoecimento e morte; os modos como o Estado, com seus diferentes aparatos, agentes, serviços, ao mesmo tempo que deveria se destinar a construir políticas da vida, insiste em práticas de soberania e em políticas da morte; e, por último, os modos locais de lidar com a pandemia, através de práticas de cuidado e de cuidado de si, de auto-organização e de resistência em bairros periféricos e comunidades de algumas capitais do País e suas periferias. Desse mosaico emergem cidades, a cidade, como território de desigualdades, resistências e lutas pelo direito à existência.

Palavras-chave: Pandemia. Desigualdade. Políticas. Resistências.

* Profa. Visitante Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Profa. Programa Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGAS/UFSC). E-mail: soniawmaluf@gmail.com

Windows on the pandemic city: inequalities, policies and resistance

Abstract

The article deals with the relationship between social inequality and the different ways in which the Covid-19 pandemic reached the urban population in Brazil. I start from an observation made from the social isolation of the researcher in the city and from the possible windows to access the world, making the route from the windows of the apartment to the windows of the screens, their multiplicity and their restrictive frameworks. From these fragments of images and sounds, headlines and news, posts on social networks, I seek to create a more understandable screen about the ways in which different urban populations were affected by the virus, in terms of illness and death; the ways in which the State, with its different apparatus, agents, services, while aiming at building life policies, insists on sovereignty practices and death policies; and, finally, local ways of dealing with the pandemic, through self-care and self-organization and resistance in peripheral neighborhoods and communities in some capitals of the country and its peripheries. From this mosaic emerges cities, the city, as a territory of inequalities, resistance and struggles for the right to exist.

Keywords: Pandemic. Inequality. Policies. Resistances.

Ventanas a la ciudad pandémica: desigualdades, políticas y resistências

Resumen

El artículo trata sobre la relación entre la desigualdad social y las diferentes formas en que la pandemia Covid-19 alcanzó a la población urbana de Brasil. Partiré de una observación realizada desde el aislamiento social de la investigadora en la ciudad y desde las posibles ventanas de acceso al mundo, haciendo el recorrido desde las ventanas del apartamento hasta las ventanas de las pantallas, su multiplicidad y sus marcos restrictivos. A partir de estos fragmentos de imágenes

y sonidos, titulares y noticias, publicaciones en redes sociales, busco crear una pintura más comprensible sobre las formas en que diferentes poblaciones urbanas fueron afectadas por el virus, en términos de enfermedad y muerte; las formas en que el Estado, con sus distintos aparatos, agentes, servicios, al tiempo que debería construir políticas de la vida, insiste en prácticas de soberanía y políticas de muerte; y, finalmente, formas locales de afrontar la pandemia, a través del autocuidado, de la autoorganización y resistencia en barrios y comunidades periféricas de algunas capitales del país y sus periferias. De este mosaico emergen las ciudades, la ciudad, como territorio de desigualdades, resistencias y luchas por el derecho a existir.

Palabras clave: Pandemia. Desigualdad. Políticas. Resistencias.

1. Janelas 1

O inverno em João Pessoa é chuvoso, úmido e nem tão quente. Alguns dias a gente pode dizer que está “fresquinho”, ainda mais na beira do mar onde moro. O movimento dos carros na rua diminuiu desde que começou o isolamento social na cidade devido à pandemia de Covid-19. No início ainda arrisquei descer e tomar um banho de mar umas duas ou três vezes. Quase ninguém na praia. Nada do movimento normal de banhistas e das famílias inteiras que se instalam nas mesas e cadeiras de plástico de aluguel, com seus isopores de piquenique e bebidas; nem das crianças brincando na areia ou dentro da água calma dessa região, que os de fora costumam chamar de “caribessa”, uma mistura de caribe com o bairro Bessa. Em dias de maré baixa e em que não chove, uma extensa economia informal costumava se instalar no local antes da pandemia. Cadeiras, caiaques e pranchas de *stand up* para alugar, barraquinhas de camarão, de água de coco, de espetinho de carne, frango e queijo coalho, e de cerveja; os carrinhos de picolé e sacolé, alegria das crianças. Vendedoras de amendoim torrado; o moço das ostras, abertas na hora e servidas no prato, com todos os temperos a que se tem direito. O casal de aposentados migrantes do Sul, que resolveu abrir uma barra-

quinha de vinhos na praia, fazendo coquetéis de sucesso. Nada desse burburinho dos vendedores estava presente na primeira vez em que desci à praia depois do decreto de isolamento. Aproveitei que não tinha quase ninguém para dar uma caminhada na areia e entrar no mar. Quase ninguém parecia se sentir seguro naquele momento. Na segunda ou terceira vezes em que desci, bastou avistar uma pessoa vindo pela praia para que uma sensação de ameaça e perigo me fizesse subir e não descer mais. Era ainda o começo da pandemia, quando foi publicado o decreto estadual que fechou escolas e, logo depois, bares, restaurantes, salões de beleza, casas noturnas, de espetáculos, estádios de futebol e suspendeu o transporte coletivo. Numa dessas vezes em que desci, pensei nos vendedores de amendoim torrado e cozido e nas meninas da água de coco. Como estariam se virando sem o seu pequeno comércio praieiro?

No deserto da praia, avisto vaquinhas e terneiros passeando na areia. Lembro das imagens de bichos ocupando as ruas de outras cidades do mundo durante o isolamento. Cabras nas ruas de Llandudno, no País de Gales, e em Jaipur, na Índia; um lobo em Tel Aviv; leões marinhos, na cidade de Mar del Plata, na Argentina; ovelhas em Montpellier, na França. Algumas, como as dos golfinhos nos canais de Veneza, foram identificadas como *fake news*. Alegria fugaz.

Imagino que os peixes também tenham retornado mais numerosos à praia, pois a atividade dos pescadores artesanais ficou mais intensa, diária, puxando suas redes e tarrafas já cedo pela manhã.

A semana do 15 ao 21 de março foi o marco do que as pessoas chamam de “começo da pandemia” em João Pessoa, a semana em que “tudo fechou”. Eu havia chegado de uma sequência de bancas de mestrado e doutorado e outras atividades na UFSC no dia 15. A viagem de Florianópolis a João Pessoa foi tensa. Naquele momento pressenti que sem uma política nacional e decisões

no plano federal seria muito difícil enfrentar a pandemia com algum sucesso. Embarquei de manhã no Aeroporto de Florianópolis. Até chegar na fila de embarque, tudo parecia tranquilo. Podia ficar a uma certa distância das pessoas. Pouquíssimos de máscara. Naquele momento não havia um consenso sobre a importância das máscaras. Lembro que postei num grupo de antropologia um tutorial para fazer máscara em casa e fui criticada porque o uso de máscaras por não profissionais de saúde não seria recomendado. O receio de que faltassem máscaras para os que estavam trabalhando diretamente com os doentes resultou em uma orientação que se mostrou equivocada algumas semanas depois. Quando chegamos no embarque, a funcionária da companhia aérea que confere as passagens pega na mão cada passagem e cada documento de identidade e os devolve. São centenas de documentos passando pela mão dela. Sem luvas, sem máscara, sem álcool gel. Bastaria ter uma pessoa com vírus ou carregando-o nas mãos que a funcionária e o voo inteiro estariam expostos à contaminação. Quando chegou a minha vez fiz um gesto de apenas mostrar para ela meus documentos, mas não teve jeito, ela arrancou passagem e identidade da minha mão, olhou-os rapidamente e me devolveu. Entramos no túnel de embarque. Ali já havia uma fila formada, todos muito próximos, aguardando, em um corredor sem ventilação e sem espaço entre as pessoas, que fosse autorizada a entrada no avião. Durante o voo, distribuição de lanches e águas, sem luvas, sem álcool. A pandemia não existia para as companhias aéreas, justamente o tipo de transporte que mais disseminou o vírus pelo planeta e pelas cidades do País. Após o primeiro trecho de voo, já no aeroporto de Guarulhos, avião no chão, todos, já em pé, encerrados durante vários minutos esperando os ônibus do transporte interno do aeroporto chegarem. Li naquele dia que o ministro do turismo estava pressionando o judiciário para liberar as viagens de cruzeiro já agendadas. Um navio de cruzeiro estava confinado no porto de Recife desde 13 de março, com 609 pessoas a bordo, pertinho daqui. O papel dos meios de transporte tanto internacionais como nacionais, interestaduais, intermunicipais e urbanos na disseminação

das epidemias é bastante conhecido. Trabalhos historiográficos sobre a chegada da gripe espanhola no Brasil contam a história do Demerara, transatlântico britânico que chegou no Brasil em setembro de 1918, aportando primeiro em Recife e depois em Salvador e Rio de Janeiro, e deixando centenas de contagiados em cada cidade em que atracava.

Já em João Pessoa, praticamente não saí mais de casa desde que as aulas foram suspensas. Como milhares de pessoas na cidade, milhões no País, passei a observar o mundo pelas janelas de casa e pelas janelas das telas de computador, celular e televisão.

Moro em um bairro de classe média de João Pessoa, num lugar meio turístico, porque a avenida em que moro fica na beira do mar, mas é também local de passagem para outros bairros e para a cidade próxima de Cabedelo, onde fica o maior porto da região. Das janelas do apartamento, consigo observar a rua e a praia.

Vejo carros passando em muito menor número do que em tempos normais, percebo a ausência dos ônibus desde que o transporte público foi suspenso, alguns poucos vizinhos saindo com seus cachorros para passeadas rápidas pela rua, a maioria de máscara. Ciclistas, paramentados de capacetes e roupa esportiva, corredores e caminhantes matutinos, alguns poucos e esparsos. Também vejo passar, quase diariamente, no meio da manhã ou no início da tarde, vendedores de picolé empurrando seus carrinhos no sol forte, num horário em que normalmente estariam nas praias, agora vazias. Depois de várias semanas passando todos os dias, tocando suas cornetas, alguns deles começaram a usar fantasias. Batmans, homens aranhas, capitães américas chamando atenção para seu pequeno comércio na cidade pandêmica. Me pergunto se conseguem vender sequer um picolé, e o que fazem quando chegam em casa sem o pouco que conseguiam em tempos normais. Outros vendedores ambulantes passam, anunciando seus produtos. O das vassouras preenche a tarde com seu cantado demorado: vassoooooura! Final da tarde, vejo

um senhor de meia-idade descer de sua bicicleta, sem capacete nem máscara, e remexer no contêiner azul de lixo do prédio. Ele cuidadosamente tira cada sacola, verifica o que tem dentro, e vai retirando tudo aquilo que pode ter alguma utilidade, pequenos objetos que eu não consigo identificar, um emaranhado de fios de computador e extensões, um quadro de madeira... Sempre tem catadores passando na rua, mas tenho a impressão de que durante a pandemia aumentou o número deles. A pé, de bicicleta ou puxando seus carros de coleta. Um dia após outro. Para eles não existe isolamento social, mas também não aparecem na lista das “atividades essenciais”, expressão de mão única que já determina que os favorecidos são os fregueses, os clientes, os servidos, não os que dependem delas para sobreviver.

Por alguns dias estranhei o silêncio da vizinhança. Os operários da obra do lado de casa, onde estão construindo mais um edifício na orla, foram dispensados por um curto período durante o isolamento. Logo retornaram, sem máscaras e sem proteção. A moça que faz a limpeza do galpão, a única mulher na obra, trabalhou com máscara nos primeiros dias e logo a abandonou, talvez envergonhada pela falta de companhia dos obreiros no gesto de se proteger. Todos trabalham muito próximos uns dos outros. Protegem a cabeça e o pescoço do sol escaldante com seus bonés de legionário, mas ninguém usa máscaras no canteiro de obras, nem os capacetes obrigatórios em canteiro de construção civil.

Algumas semanas depois do começo do isolamento, tive que sair de casa para tomar vacina contra a gripe. Do carro, observei as pessoas que ficam na sinaleira, pedindo alguma ajuda, vendendo fruta, jovens se oferecendo para limpar os vidros dos carros, de balde e rodo na mão. Lembrei de uma amiga que contou de uma mãe em uma esquina, com o filho no colo, tentando trocar a máscara por algum dinheiro. Errei o caminho e acabei numa rua de um bairro de população mais precarizada, atrás de um grande shopping da cidade. Ali tive a sensação de entrar em um mundo paralelo: pessoas nas ruas caminhando tranquilamente,

botecos e vendas abertas, vizinhos conversando no portão ou na janela das casas baixas, desacelerei e fui indo muito devagar, acompanhando os passos dos pedestres, que caminhavam no meio da rua. Ninguém de máscara. Quantas cidades existem em João Pessoa? E em São Paulo? No Rio? E quando o vírus chegar aqui, nessa rua, me perguntava? Será que já chegou?

Meu erro de trajeto me fez perder o horário da vacina. Desde esse dia não saí mais de casa. Mas as notícias da pandemia não pararam de chegar, caóticas, incessantes, invasivas.

2. Janelas 2

A tela do computador não é uma janela. Não é exatamente uma janela. É plana. Sem a amplitude da janela o enquadre é restrito, não venta, não deixa o sol entrar e não deixa que o cheiro e os barulhos da rua entrem. Quando olho da janela, tenho a possibilidade de múltiplos enquadramentos. A moldura é minha, sou eu que defino os contornos, a abertura dos ângulos e a amplitude do quadro. Se observo o homem da bicicleta escolhendo objetos na lixeira, imagino mil coisas – minha imaginação também produz contornos. Às vezes tiro fotos, para ver como fica. Nunca é a mesma coisa, as cores mudam, a cena se distancia. Quando, depois, lembro e penso no que vi, produzo outros enquadramentos e conexões, encadeamentos. O que vejo e leio na tela do computador parece inicialmente que já vem enquadrado, recortado, digerido e processado. Um pouco como comida processada, aquela produzida em escala industrial. Toda quarta recebo uma feira de produção familiar quilombola, vinda do brejo paraibano. Não tem nada processado, ali, é a cenoura pessoalmente, como se diz nos interiores do Brasil. Cenoura, batata-doce, quiabo, inhame, macaxeira, ovos, goma, mel, verduras, temperos. Mas existiria alguma informação não processada? O que vejo da janela, ou mesmo os alimentos dispostos na pia da cozinha, já vou enquadrando nas múltiplas molduras mentais,

conceituais, existenciais, subjetivas. Lembro da ideia básica do dado etnográfico como interpretação já de segunda, terceira mão. Interpretação ou não, nossos dados não estão “dados”, seja qual for a janela que nos leva a eles. Não estou fazendo uma pesquisa sobre a pandemia na internet, nem sobre a internet durante a pandemia. Mas é necessário reconhecer que a internet é neste momento um processo cultural da pandemia, ou um dos desdobramentos da pandemia como processo social e cultural, assim como a pandemia se produz também como um fenômeno na internet¹. Seria impróprio dizer que estou tentando fazer alguma etnografia com esses fragmentos que entram pelas janelas e pelas telas que vou recolhendo durante o isolamento? De certo modo estou seguindo o fluxo do mundo, ou de parte dele, que durante a pandemia ocupou o espaço que pode ser chamado de online, digital, virtual, ciber, das redes sociotécnicas, mas que na prática vai chegando para cada um nós no formato de uma tela em geral retangular, através da qual interações, conexões, práticas discursivas e não discursivas, modos de performatividade se produzem.

Após cinco meses de pandemia e isolamento social, meu quase único contato com o mundo fora do apartamento e com as pessoas que não moram comigo é pela tela. Todo domingo encontro minha família, que é enorme, irmãos e irmãs, mãe, sobrinhos e sobrinhas, cunhados e cunhadas, pela tela do computador. Já estive em vários aniversários “remotos”. Mas também dou aula, participo de eventos e de reuniões pela tela. O que produzo, o que falo, o que escrevo têm como destinação neste momento, em grande parte, a tela. Muitas vezes leio alguma notícia na tela e eventualmente compartilho em “minhas” janelas (meu perfil no facebook, no twitter, no instagram, nos grupos de whatsapp...),

1 Estou aqui estirando o argumento de Daniel Miller e Don Slater (2004) em que relativizam a distinção entre objeto e contexto e entre online e offline. É importante, para entender meu argumento, que, ao trazer o argumento deles, não estou nem deixando de reconhecer especificidades entre uma dimensão e outra, nem por outro lado reificando a diferença ou o caráter autônomo ou autocontido do que seria um universo ciber ou virtual.

ou posto comentários, afetos, reúno dados e informações, conto histórias. Curto, descurto, envio emojis de tristeza, alegria, raiva.

Quando comecei a escrever este texto, consultei tudo o que havia escrito e postado no facebook desde março, e percebi que havia ali quase que um diário de campo, observações, descrições de situações que tinha vivido, visto, ou sobre as quais havia lido. Não é contínuo. Não tem a sistematicidade e a constância do tradicional diário de campo etnográfico. Mas são registros que me ajudaram a localizar a experiência no tempo, a relembrar o que observei, para além de ter visto.

De todo modo, será difícil escrever a partir de agora sem considerar essa dupla inscrição, como pessoa vivendo a experiência da pandemia e como observadora.

Leio diariamente sobre os avanços da pandemia no Brasil e em outros países. Existe agora uma nova representação gráfica para contar os dias. Não mais palitinhos, nem quadradinhos no calendário, mas pontos em um gráfico de curva de contágio. Os dias são pontos, críticos e diacríticos, na subida de uma montanha. Uma metáfora topográfica que representa a distribuição temporal do contágio e das mortes. Chegamos a um platô, um planalto sem fim. Pico de contágio é a boa notícia que não chega nunca no Brasil. Se chegou ao pico vai descer, mas não chegou. A promessa depositada nas linhas do gráfico de que um dia acaba.

Em 17 de março, li que o governo formaria um gabinete de crise comandado por um militar para falar sobre a pandemia, acima do ministério da saúde. Terminou com um general ocupando o ministério pouco mais de um mês depois.

O ministro da economia vai na televisão alertar para os perigos do isolamento para... a economia. O uso de metáforas médicas, que já era comum no discurso dos economistas (como depressão, terapia de choque, doses homeopáticas...), é exacerbado

para falar da economia durante a pandemia. Em 5 de maio um grupo de empresários acompanha o presidente Bolsonaro para pressionar o Supremo Tribunal Federal a tomar medidas pelo fim do isolamento. No grupo, ao qual Bolsonaro se refere erroneamente como representando 45% do Produto Interno Bruto brasileiro, estava uma representante de 51 laboratórios da indústria farmacêutica. “Morte de CNPJs” foi a expressão que marcou esse evento. Naquele dia, haviam se acumulado nove mil mortes registradas por Covid-19 no País. O ministro Paulo Guedes, desde o início da pandemia, foi pródigo em utilizar a metáfora médica para falar da economia, como quando se referiu a “sinais vitais” para falar da indústria, buscando dar alguma racionalidade à oposição feita pelo governo e por alguns empresários entre as vidas e a economia. Mas as coisas se estendem para além da metáfora. A escolha entre salvar vidas ou salvar a economia aparece como justificativa para a falta de uma política de enfrentamento à pandemia por parte do governo federal e para seu sistemático boicote às medidas de isolamento social. No cálculo da (ir)racionalidade econômica, se deixa de levar em consideração as vidas já perdidas, cada uma delas, e os efeitos dessas perdas na vida coletiva em todos as suas dimensões.

Na tela encontro dados quantitativos sobre o desenvolvimento da pandemia nas cidades e bairros do País que, somados ao que observo da janela, ajudam a compor outro enquadramento sobre a pandemia na cidade.

Os dados de contágio e de mortes começam a indicar que não existe democracia do vírus. Se ele tem o potencial de atingir a todos, como um extenso “em comum” planetário, ele não atinge do mesmo modo.

Busco os dados de João Pessoa. Eu havia instalado o aplicativo Rastreador da Covid-19 no celular logo no início da pandemia. Mas nele é difícil conseguir dados sobre cada cidade. Encontro em sites locais e regionais dados sobre os bairros de João Pes-

soa². Muito rapidamente o contágio saiu dos bairros de classe média, como Manaíra, e se deslocou para bairros populares e periféricos, como Mangabeira, que em final de julho lidera as taxas de contágio na cidade. Esse é o caminho do vírus em diversas cidades brasileiras: das famílias e bairros ricos, para os mais empobrecidos. O caso da primeira morte por coronavírus no Rio de Janeiro é emblemático dessa situação. Uma empregada doméstica, moradora de São Miguel, município da Grande Rio, contraiu o vírus na casa em que trabalhava como empregada doméstica no Leblon, bairro com o metro quadrado mais caro do País. Seus patrões haviam acabado de chegar da Itália, onde a pandemia naquele momento já tinha números alarmantes, e estavam de quarentena. Mas não avisaram a senhora de 63 anos que trabalhava com eles há 20 anos³.

Apesar de ter sido uma das capitais que entrou em isolamento mais cedo em relação ao número de casos, João Pessoa não conseguiu atingir os planejados 70% de isolamento social, principalmente nos bairros mais pobres. A cidade ficou abaixo dos 50% na média do período, e com diferenças marcantes entre bairros mais elitizados e bairros periféricos. Os casos polares são Mangabeira (bairro da periferia) e Cabo Branco (bairro do litoral, em zona considerada nobre da cidade). O isolamento em Mangabeira, que acumula o maior número de casos de contágio, foi de 36% em final de maio, o de Cabo Branco foi de 60,8%, o maior índice de isolamento⁴.

2 Também o portal do Comitê Científico de Combate ao Coronavírus, criado pelo Consórcio Nordeste que reúne os estados da região Nordeste brasileira, fornece dados detalhados sobre a epidemia em cada cidade da região. O Comitê foi ainda responsável pela criação do aplicativo Monitora Covid-19, que auxilia no monitoramento e mesmo no atendimento remoto dos usuários. Disponível em: <https://www.comitecientifico-ne.com.br/c4ne>

3 <https://apublica.org/2020/03/primeira-morte-do-rio-por-coronavirus-domestica-nao-foi-informada-de-risco-de-contagio-pela-patroa/>

4 <https://portalcorreio.com.br/mangabeira-tem-mais-casos-de-coronavirus-e-pior-taxa-de-isolamento/>

O Observatório de Antropologia da UFPB traz dados e informações sobre a pandemia nas comunidades em situação de vulnerabilidade epidemiológica e precariedade social na Paraíba e em João Pessoa. O projeto também dá visibilidade e realiza ações de solidariedade e parceria com essas comunidades.

Algumas dessas comunidades urbanas, como Porto do Capim, na região central da cidade, e Timbó, junto ao bairro dos Bancários, buscam se organizar para enfrentar não só a pandemia, mas também as dificuldades sociais e econômicas agravadas por esta.

Os indígenas que vivem na grande João Pessoa e no estado da Paraíba, a maioria dos povos Potiguara e Tabajara, mas também imigrantes venezuelanos de etnia Warao e alguns indígenas xucuru, foram atingidos pela pandemia. Muitos deles vivem em zona urbana, com casos crescentes de contágio e mortes devido à Covid-19⁵. Até o dia 22 de julho, segundo o Boletim número 09 do Observatório de Antropologia, haviam sido contaminados cerca de 400 indígenas, no entanto a contagem dos casos é muito difícil pela falta de testagem. Os indígenas têm buscado se proteger, através de medidas de isolamento e das barreiras sanitárias, para evitar que pessoas contaminadas adentrem na comunidade levando o vírus.

Dados sobre as populações indígenas no Brasil, levantados pela APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), e publicados na Plataforma de monitoramento da situação indígena na pandemia do novo coronavírus (Covid-19) no Brasil do Instituto Sócio-Ambiental, mostram que em 13 de agosto havia 24.561 indígenas contaminados, sendo que desses morreram 667, e a epi-

5 O Observatório Antropológico da UFPB tem publicado Boletins com dados sobre a situação da pandemia entre os indígenas do estado da Paraíba. Ele se utiliza dos dados públicos sobre a pandemia, e é elaborado por professores e estudantes indígenas e não indígenas da UFPB, em parceria com lideranças Potiguara e Tabajara. <https://observantropologia.wixsite.com/ufpb/indigenas>

demia atingiu, até essa data, 146 povos indígenas. A mortandade indígena por mais essa epidemia é uma verdadeira catástrofe.

Os indígenas que moram nas cidades se sentem inseguros, como relatou João Rivelino Barreto Rezende, o Yupuri, indígena tucano e doutor em antropologia pela UFSC, que atualmente mora em Manaus⁶. Ele conta, para Juana Valentino Nieto, que edita a página Antropologia na Pandemia, no portal do INCT Brasil Plural, dos desafios de morar na cidade para os indígenas, pela distância de suas medicinas tradicionais, pela precariedade dos serviços de atenção à saúde e pelas condições difíceis de moradia e sobrevivência. Muitos não têm dinheiro para comprar medicamentos e aqueles que vivem como artesãos e ambulantes, morando em bairros de ocupação, sofrem ainda mais com a situação da pandemia. Mesmo que, como ele define, “não fomos nós que viemos para a cidade, mas foram as cidades que vieram para nossas terras”⁷.

As comunidades quilombolas do estado da Paraíba também adotam medidas para conter a entrada do vírus. A comunidade de Miuaçu, nos limites entre os municípios de João Pessoa e Conde, onde vivem 330 famílias, também adotou medidas de isolamento. Uma foto da entrada da comunidade no site do Observatório Antropológico mostra uma faixa enorme, assinada pelo Quintal Cultural e pelo Observantropologia, com os dizeres: “Por amor ao nosso povo, não venha nos visitar. Quando tudo isso passar, sua visita será muito importante. Enquanto isso fiquem nas suas casas”⁸.

Essas diferenças e desigualdades em relação à possibilidade de realizar o isolamento social, às taxas de contágio e mesmo à letalidade do vírus se assemelham em outras capitais do País. Mes-

6 Entrevista a Joana Valentina Nieto para o portal do INCT Brasil Plural. <https://brasilplural.paginas.ufsc.br/antropologia-na-pandemia/os-desafios-de-enfrentar-a-pandemia-de-covid-19-nas-aldeias-e-cidades-amazonicas-relato-de-um-antropologo-tukano/>

7 Idem.

8 <https://observantropologia.wixsite.com/ufpb/copia-quilombos>

mo as vulnerabilidades biomédicas se intensificam na periferia, com maiores comorbidades que agravam a ação do vírus, entre elas diabetes e pressão alta. Estas duas são consideradas as doenças crônicas que mais gravemente atingem grande parte da população brasileira, a ponto de serem alvo de um programa de abordagem conjunta de ambas as doenças por parte do Ministério da Saúde e das políticas de atenção básica a partir de 2001, a clínica Hiperdia⁹.

Em São Paulo, uma pesquisa sobre a propagação da epidemia na cidade feita no final de junho mostra alguns aspectos das diferenças de contágio e letalidade entre os bairros e traz dados comparativos segundo diferentes marcadores sociais¹⁰. Por classe social: 6,5% de prevalência de anticorpos em bairros ricos, 16% em bairros da periferia (duas vezes e meia a mais); por raça: 19,7% de prevalência entre os pretos; 14% entre os pardos, 7,9% entre os brancos; por escolaridade: 22,7% entre quem tem menos que o ensino fundamental, 9% entre quem tem ensino fundamental e médio; 5,1% entre quem tem ensino superior. Também ficou conhecido o estudo comparativo entre dados da pandemia no bairro Morumbi, bairro nobre de São Paulo, e a Brasilândia, bairro mais pobre e que apresentava o maior número de mortes em abril, apesar de o número maior de casos no Morumbi.¹¹

Fica evidente, segundo esses dados, a prevalência do contágio entre pobres, pretos e com baixa escolaridade na cidade de São Paulo.

9 Uma pesquisa da Fiocruz e mais cinco centros de pesquisa no País mostra que moradores de bairros com renda menor de três salários mínimos têm 26% mais chance de apresentarem hipertensão e 50% de desenvolverem diabetes, na comparação com outros bairros. Uma leitura antropológica imprescindível sobre o tema é o trabalho de Soraya Fleischer sobre os problemas de pressão em um bairro periférico de Ceilândia, no Distrito Federal (Fleischer, 2018).

10 <https://revistapesquisa.fapesp.br/as-duas-epidemias-de-sao-paulo/>

11 <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/04/18/morumbi-tem-mais-casos-de-coronavirus-e-brasilandia-mais-mortes-obitos-crescem-60percent-em-uma-semana-em-sp.ghtml>

Dados do IntegraSUS (do Ceará), sobre a cidade de Fortaleza, indicam que 72% dos casos confirmados é de pardos, 19% de brancos, e os demais entre população amarela, preta e indígena. Não obtive, no site do IntegraSUS, os dados sobre letalidade¹² em Fortaleza, mas dados compilados pelo jornal Diário do Nordeste junto ao IntegraSUS e ao Ministério da Saúde (MS) indicam que entre os brancos a letalidade é de uma em cada 16 pessoas contagiadas, enquanto que para os pardos é de uma morte a cada sete casos da doença¹³.

Diversos sites trazem dados atualizados diariamente, como o Painel CONASS (conselho de secretários de saúde), o Monitoria Covid-19, da Fiocruz; o próprio Painel do MS – que é parcial, oculta porcentagens e só traz os óbitos do dia, e enfatiza os dados dos recuperados. Mas em muitos momentos era necessário articular diversas fontes.

Um dos problemas levantados pelos epidemiologistas e analistas é o da falta de dados e de detalhamento destes dados no Brasil. Esse é um problema que vai dos números gerais sobre contágio ao número de mortes, avaliados como subnotificados em função da falta de testagem¹⁴. Todas as simulações e modulações matemáticas possíveis dependem dos dados. A mesma falta de informações qualificadas acontece em relação aos modos como a epidemia atinge diferentes estratos da população, em termos de classe, raça, gênero, comorbidades anteriores, local de moradia. Segundo levantamento do consórcio de veículos de imprensa, apenas oito estados trazem dados sobre raça em relação à pandemia, o que seria fundamental para elaboração de políticas

12 A taxa de letalidade é medida sobre o número de pessoas com contágio na população ou segmento da população, diferente da mortalidade, que é contada sobre toda a população ou segmento de população.

13 <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/em-junho-taxa-de-letalidade-de-covid-19-em-pardos-e-o-dobro-do-que-em-populacao-branca-em-fortaleza-1.2961554>

14 Apenas os casos confirmados com testagem são contabilizados como Covid-19.

mais eficientes de enfrentamento às desigualdades também no campo da saúde.

De certo modo, as informações que eu podia acessar através da tela do computador, em sites, publicações, imprensa diária, sobre a propagação da epidemia nas cidades brasileiras confirmavam o que eu assistia pela janela. A maior exposição dos pobres, dos trabalhadores informais e das pessoas em situação de rua ao contágio.

Fragments esparsos que vão me ajudando a compor uma narrativa, por mais difícil que seja produzir uma narrativa única sobre a pandemia no Brasil. São mais de três milhões de infectados, cada um com sua potencial história de experiência da doença. E mais de 100 mil que morreram antes dessa possibilidade¹⁵. Programas como o Memorial Inumeráveis¹⁶, dedicado à história de cada uma das vítimas do coronavírus no Brasil, e o projeto Relicários¹⁷, que homenageia as mulheres vítimas da Covid-19 através de imagens, buscam resgatar estas vidas e a necessidade de lembrá-las, conhecê-las e celebrá-las. Penso também que elas nos dizem muito sobre o fracasso brasileiro diante da pandemia.

3. A cidade e a produção da desigualdade

Tanto os dados quantitativos quanto os relatos narrativos de casos e situações específicas mostram as desigualdades na forma como a doença se espalha, em sua letalidade e nos modos de enfrentar a pandemia, como a dificuldade de fazer isolamento para as populações da periferia, por questões de trabalho e pela própria configuração espacial dos bairros e das casas. Os diferenciadores sociais e epidemiológicos vão bem além de questões demográficas e etárias, que estiveram presentes em um

15 Dados de agosto de 2020.

16 <https://inumeraveis.com.br/>

17 <https://www.instagram.com/reliquia.rum/>

momento inicial da pandemia, alimentando discursos que relativizavam sua intensidade em um país de população “jovem”. Os diferenciadores sociais incidem sobre condições de vida e moradia, estrutura e organização das famílias, práticas corporais e de cuidado, organização e circulação dentro do bairro de moradia e na cidade, mobilidade urbana, saneamento básico.

Bairros com grande concentração populacional, casas pequenas onde moram famílias numerosas, falta de saneamento básico, necessidade de ir trabalhar para “ganhar o pão” são evidentemente mais suscetíveis. E, dentro desses, são as mulheres as mais atingidas, mães e avós da periferia com a dupla tarefa de cuidar da casa e trabalhar fora, pegar ônibus cheios, algumas dispensadas do emprego sem salário e agora precisando se virar com trabalho informal e eventualmente através da mendicância nas esquinas da cidade. Pessoas em situação de rua são expostas ao vírus, à fome e à violência. Como também são expostas as trabalhadoras do sexo, muitas vezes sem clientes e sem amparo social ou acesso ao auxílio emergencial. Presidiários são privados das visitas e ao mesmo tempo expostos ao contágio pelos funcionários e novos ingressantes. Só em junho houve um aumento de 800% no contágio dentro das prisões. Enquanto isso, juízes pelo País não respeitam a orientação do Conselho Nacional de Justiça de se reverem as detenções¹⁸. Para agravar, uma orientação interna do governo indicou que se retivesse e mesmo não se repassasse o auxílio emergencial para famílias de presidiários¹⁹. Nos hospitais psiquiátricos a situação não é muito diferente, alguns enfrentando surtos de Covid-19 entre os internos, com condições precaríssimas de assistência²⁰.

18 <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2020/06/17/O-avan%C3%A7o-da-covid-19-nas-pris%C3%B5es.-E-a-subnotifica%C3%A7%C3%A3o-de-casos>

19 <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/05/14/governo-nega-auxilio-emergencial-para-parentes-de-presos.htm>

20 <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/08/07/estado-brasileiro-e-denunciado-em-orgao-internacional-de-direitos-humanos-por-surtos-de-covid-19-em-hospitais-psiquiatricos-do-rs.ghtml>

Todos esses fragmentos de situações, experiências, acontecimentos ajudam a construir um percurso imaginário da cidade pandêmica, em que os territórios mais facilmente isolados e protegidos vão se mostrando minoritários em relação a todo o resto: as favelas; os bairros periféricos e de ocupação; as ruas ainda cheias do centro da cidade; os ônibus lotados; as feiras e mercados populares; os hospitais sem leito e sem equipamentos de segurança e proteção para os trabalhadores; as prisões e outros espaços de encarceramento; as instituições de acolhimento de crianças e jovens; os lares e asilos de idosos; as comunidades terapêuticas, que formam o novo regime asilar; o chão da fábrica e o canteiro de obras; as casas em que mulheres confinadas com seus maridos são espancadas sem ter onde se abrigar da violência; a rua, a marquise, as esquinas, onde muitos moram, trabalham, perambulam.

Estudos clássicos mostram a cidade como o *locus* das epidemias²¹. O que as observações e as pesquisas feitas sobre a pandemia de Covid-19 têm mostrado é que a cidade é também o palco da distribuição desigual do contágio, adoecimento e das possibilidades de tratamento e cuidado.

Constatar a desigualdade não é difícil, mas não basta, pois corremos o risco de normalizá-la. É necessário qualificar essas desigualdades, especificá-las. Tentar entender quais são os fatores que interferem no maior contágio, morbidade e letalidade em parte importante da população. Isso remete à necessidade de muitos estudos específicos, que consigam fazer essa qualifica-

21 Foucault considera as epidemias e o contágio como problema da cidade. “Tomei [...] três exemplos: a cidade, a escassez alimentar, a epidemia, ou, se preferirem, a rua, o cereal, o contágio. Esses três fenômenos vemos imediatamente que têm entre si um vínculo bem visível, muito manifesto: todos eles estão ligados ao fenômeno da cidade. Todos eles se encaixam, portanto, no primeiro dos problemas que procurei esboçar, porque afinal de contas o problema da escassez alimentar e do cereal é o problema da cidade-mercado, o problema do contágio e das doenças epidêmicas é o problema da cidade como foco de doenças.” (Foucault, 2008, p. 83).

ção. Mas alguns aspectos dessas diferenças na disseminação e na letalidade do vírus podem ser levantados e sintetizados.

O primeiro é a maior exposição ao vírus por parte de determinadas populações: no deslocamento para o trabalho; no próprio local de trabalho; pela impossibilidade de isolamento; em casa, pelas condições precárias de moradia; no bairro e na vizinhança, pela dinâmica da vida comunitária, pelas ruas estreitas e pela falta de saneamento; na fila do auxílio emergencial; na busca de emprego ou de alguma renda diária (coletores de resíduos, vendedores ambulantes). Outro aspecto que facilita a exposição ao vírus tem sido as ações policiais na periferia, que sistematicamente além de jogar a população em uma situação de exposição ao vírus, desorganizam as estratégias locais de enfrentamento à pandemia.

É preciso também investigar o que acontece depois do contágio, ou seja, o desenvolvimento da doença, agravada por vulnerabilidades e por menos imunidade, menos acesso a tratamentos e cuidados médicos, pela convergência com outras doenças (diabetes, pressão alta, entre outras, que atingem a população da periferia).

A dificuldade de acesso a serviços de saúde é outro aspecto – fechamento ou inexistência de Unidades Básicas de Saúde perto de casa, falta de uma política de saúde básica e da família no enfrentamento à pandemia (o caráter ainda hospitalocêntrico do tratamento), desestruturação da atenção básica e da saúde indígena.

Outro aspecto tem a ver com o atendimento das pessoas negras – estudos sobre outras situações, como o atendimento ao parto de mulheres negras, mostram não apenas dificuldade de acesso aos serviços, como lentidão e discriminações durante o atendimento.

No caso das populações indígenas, etnólogos e especialistas em saúde indígena têm apontado três situações que favorecem o

contágio: pelos próprios agentes e pessoal da saúde (o primeiro indígena contaminado no Brasil teria sido por um médico de um Distrito Sanitário Indígena – e o fato de os profissionais de saúde não estarem sendo testados é um agravante de situações como esta); a busca pelo auxílio emergencial pelos indígenas, que são obrigados a se deslocar para as cidades próximas, se expondo ao contágio; e o fator mais nefasto e incontrolável, que é a continuada invasão e presença de garimpeiros, grileiros e madeireiros em Terras Indígenas. Conforme levantamentos sistemáticos do Instituto Sócio-Ambiental, a invasão das terras indígenas aumentou durante a pandemia²². Somam-se a isso as já mencionadas condições precárias de vida dos indígenas que moram na cidade.

Mas além da necessidade de qualificar e especificar as formas da desigualdade, ou seja, da necessidade de novas pesquisas sobre o tema no campo das ciências sociais e humanas, meu ponto aqui tenta ir um pouco além e introduzir uma dimensão complementar na análise da desigualdade, que é de pensar o quanto os modos de gestão da pandemia, de gestão das cidades durante a pandemia e de gestão do Estado brasileiro neste momento estão produzindo ainda mais desigualdade.

Vamos começar pelas políticas de enfrentamento à pandemia, em nível nacional prioritariamente, mas podemos falar tangencialmente das políticas estaduais – até porque os governos de estado ingressaram como importantes protagonistas na implantação de medidas durante a pandemia. Um exemplo de um esforço de se construir medidas mais articuladas, referenciadas em pesquisas científicas e buscando cobrir vários flancos e estabelecer um monitoramento mais qualificado da pandemia foi a constituição do Comitê Científico de Combate ao Coronavírus, reunindo os estados da região Nordeste do País. É dele a iniciativa do Monitora Covid-19, um aplicativo que funciona em vários

22 A partir de informações no site do Instituto Sócio-Ambiental (ISA). <https://covid19.socioambiental.org/>

estados e é um importante apoio ao monitoramento e controle da situação de isolamento e da propagação do contágio.

De modo geral parece evidente, no plano federal, a falta de uma política de enfrentamento à pandemia. Não apenas inexistente um plano nacional de enfrentamento, mas também observa-se uma estratégia continuada de boicote às medidas determinadas pelos estados (e mesmo inicialmente pelo próprio ministério da saúde, quando ainda era coordenado pelo ex-ministro Luiz Henrique Mandetta). Esses boicotes sistemáticos têm como eixo estruturador o próprio presidente do País, algumas figuras de seu governo e a avalanche de notícias falsas que circulam nas redes sociais. As chamadas *fake news* são o método de fundo da ação política do bolsonarismo.

No entanto, além das *fake news* propriamente, existe outro método de atuação do bolsonarismo que poderia ser definido como sistemáticas distorções ou desfigurações cognitivas intencionais. Um exemplo é o modo como Bolsonaro manipula os comunicados da Organização Mundial de Saúde para legitimar suas posições em relação à pandemia e às medidas de isolamento social. Uma dessas situações chegou ao ponto em que um dos coordenadores da OMS acabou indo à mídia desmentilo²³. Penso que existe uma questão, entre as *fake news* e essas estratégias de distorção ou desfiguração cognitiva, que precisaria ser melhor compreendida: por que elas “pegam” tanto, por que as pessoas acreditam em determinadas postagens e “notícias” que circulam, por mais absurdas que sejam, e ainda ajudam a divulgar? Penso que o problema vai além dos disparos em massa, da existência dos “robôs” e de perfis falsos, do uso inadequado do whatsapp. Talvez a questão esteja nos modos como essas notícias falsas e interpretações distorcidas da realidade ganham inteligibilidade para a grande massa da

23 <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/03/31/oms-responde-a-bolsonaro-e-nega-que-seja-contra-politicas-de-isolamento.htm>

população – a partir de uma pauta que foi se construindo como central ao longo dos anos e que hoje funciona como matriz de inteligibilidade política estabelecida e aceita²⁴: a insegurança, os bandidos que não devem ter direitos, o discurso da meritocracia, o discurso moral-ideológico em torno de gênero e sexualidade, além do próprio racismo estrutural presente historicamente na sociedade brasileira. Essas são algumas das bases ideológicas que servem para admitir as *fake news* e as distorções cognitivas bolsonaristas como verdades. Esse é um tópico que mereceria ser mais discutido em outro momento.

Mas penso que, para além das performances midiáticas bolsonaristas, é necessário olhar para algumas ações governamentais que produzem efeitos tão ou mais nocivos. Uma delas é a retenção deliberada dos recursos destinados ao enfrentamento da pandemia por parte do governo e dos ministérios. No final de junho, o ministério da saúde havia liberado apenas 30% dos recursos destinados ao combate à Covid-19; a própria Funai só havia executado, até o mês de julho, 39% dos recursos para combater o coronavírus junto às populações indígenas.

Também nos governos estaduais e municipais políticas negligentes e equivocadas de enfrentamento à pandemia agravaram a situação da população precarizada. O aumento das violências patrocinadas pelo Estado é uma das dimensões que precisam ser mais compreendidas e enfrentadas. Dados sobre mortes provocadas pelas polícias militares em vários estados do Brasil, principalmente aqueles governados por políticos que apoiam ou apoiaram Bolsonaro, são cada dia mais alarmantes. Como relatado antes, essas ações, que expõem os moradores desses bairros ao contágio, também desestruturam as formas de organização e

24 Uso aqui, de forma estendida, o conceito de matriz de inteligibilidade a partir da discussão da filósofa feminista Judith Butler sobre a inteligibilidade cultural que fundamenta as normas e os sistemas regulatórios do sexo e do gênero, sobretudo os que dizem respeito à heteronormatividade e à naturalização do binarismo sexual como dimensões centrais da matriz (inteligível) de gênero (Butler, 2003).

enfrentamento local à pandemia, servindo como elementos sabotadores das políticas sociais.

A produção da desigualdade – e da morte – é hoje no Brasil uma política de governo. Recentemente houve uma discussão nacional sobre a caracterização dos atos deste governo como sendo genocidas – extensível aos militares que hoje estão no governo. Essa discussão ganhou visibilidade quando a acusação foi feita por um ministro do Supremo Tribunal Federal, mas já há alguns anos ativistas e lideranças locais têm denunciado o genocídio cotidiano da população da periferia, principalmente de jovens negros. Um reducionismo jurídico tomou conta da discussão sobre o genocídio por parte de alguns analistas, que tentam localizar a questão ao pé da letra da Convenção da ONU de 1948 ou do Estatuto de Roma, que estabeleceu o Tribunal Penal Internacional, em 1998 – e que definem o crime de genocídio. Penso que existe uma dimensão dessa discussão que se amplia para além da discussão jurídica, apesar de considerar que mesmo do ponto de vista estritamente jurídico os atos de Bolsonaro e seu governo justificam que uma ou mais denúncias sejam acolhidas pelo Tribunal Penal Internacional.

Tornar visíveis essas produções permanentes da desigualdade e tirar a desigualdade de seus regimes de normalização são algumas das contribuições que as Ciências Sociais e as teorias sociais críticas podem trazer. Uma delas é mirar de modo mais detido os modos como o sistema de saúde tem sido utilizado no enfrentamento à pandemia e como os dispositivos, programas e serviços de saúde estão sendo (ou não) acionados, como o SUS, o instrumento mais importante com que poderíamos contar neste momento, que foi negligenciado e deixado de lado.

4. O abandono do SUS: quando as políticas da vida se convertem em políticas da morte

O Brasil construiu nos últimos 30 anos um sistema de saúde pública, o SUS – Sistema Único de Saúde – em torno de alguns princípios, métodos e dispositivos. Entre eles a universalidade do acesso à saúde, a equidade, a integralidade, mas também o exercício da democracia na elaboração das políticas de saúde. O SUS também se define pela atuação em diversos níveis de complexidade: a baixa complexidade (coberta pela atenção básica), a média complexidade (pelas Unidades de Pronto Atendimento – UPAs, as clínicas e hospitais-escolas) e a alta complexidade, coberta pelos hospitais de grande porte, onde são feitas intervenções de maior risco. Não há dúvida de que o pouco de enfrentamento que estamos conseguindo fazer no Brasil se deve ao SUS. No entanto, o sistema foi sendo desmontado nos últimos anos, principalmente com a Emenda Constitucional 95, que congelou por 20 anos os gastos com saúde e educação, aprovada logo após o golpe de 2016, que tirou a presidenta Dilma Rousseff.

O que se observa no enfrentamento à pandemia, inclusive nas medidas tomadas na maior parte dos estados, é um certo abandono tanto dos princípios quanto de dispositivos e aparelhos de assistência do SUS. Por exemplo, grande parte da atuação no combate à pandemia está concentrada na alta complexidade e nos hospitais (nas intervenções invasivas e de maior risco, ou seja, na internação em UTI, no uso de respiradores e no intubamento). É evidente que é necessário ter à disposição e acionar o aparato da alta complexidade, que garanta que vidas sejam salvas quando os agravos da Covid-19. No entanto, é necessário pensar nos dispositivos existentes que poderiam ajudar a conter o agravamento nos estágios mais iniciais da doença. Grande parte do achatamento da curva do contágio no Brasil é pensada a partir dos limites do sistema de saúde em atender essas pessoas (e esses limites estão sendo pensados lá em cima, na alta complexidade – de quantos leitos de UTI dispomos). Recentemente em uma das aulas do cur-

so Antropologia, Saúde e Cuidados em tempos de Pandemia, curso suplementar do departamento de Ciências Sociais da UFPB, a professora Ednalva Neves e a doutoranda Ana Guedes trouxeram dados comparativos sobre as noções de risco e cuidados na pandemia em alguns países²⁵. O caso da Nova Zelândia é interessante porque ele contrasta bastante com o caso brasileiro. Enquanto naquele país, o objetivo é o de “não ter curva”²⁶ (ou seja, o risco seria ter qualquer curva ascendente de contágio – o que significou uma antecipação das medidas de isolamento e distância social, mas também o largo uso da testagem), no Brasil a baliza da curva está associada ao limite dos leitos de UTI, ou seja, alguns patamares bem acima do que seria considerado risco na Nova Zelândia. Uma leitura possível desses dados é o quanto a definição do que é risco incide no tipo de esforço e de demanda sobre o sistema de saúde pública. Brasil e Nova Zelândia são casos extremos. Enquanto na Nova Zelândia, o objetivo de “não ter curva” levou a medidas precoces de isolamento, testagem em larga escala, entre outras, no Brasil, o risco foi definido como risco de morte a partir do esgotamento da capacidade da alta complexidade: UTIs e respiradores (e, mais recentemente, falta de medicamentos fundamentais para o intubamento). Temos aqui dois patamares de risco, que se relacionam com dois modos muito diferentes de demanda sobre o sistema de saúde e de uso deste sistema. Claro que há outras diferenças que pesam na comparação entre os dois países, demográficas, de concentração populacional. Mas é notável a diferença de gestão da pandemia.

Visivelmente no Brasil, o SUS não foi acionado com toda sua potência e capacidade, sobretudo na atenção básica, o que poderia ter sido um fator fundamental no controle do contágio e na redução de situações mais graves, inclusive reduzindo as taxas de letalidade.

25 Referente à pesquisa de doutorado de Ana Guedes do Nascimento, intitulada “Cartografia de uma pandemia anunciada: os sentidos do risco frente ao novo coronavírus”, em andamento no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da UFPB, sob orientação da professora Ednalva Neves.

26 Informe oral de Ana Guedes do Nascimento.

Além disso, o esgotamento do sistema de alta complexidade é diferenciado na comparação entre os hospitais públicos e os privados – ferindo os princípios de universalidade e de equidade, o que se torna ainda mais grave em um momento de emergência sanitária. Vale lembrar que de 2016 a 2020 o orçamento com saúde em relação ao gasto público diminuiu de 4,36% para 2,97% do PIB.

Outro princípio do SUS e da elaboração de políticas públicas no Brasil que foi abandonado desde o golpe de 2016 foi o da democracia na elaboração e implantação das políticas de saúde pública, com o desmonte e/ou o enfraquecimento dos conselhos nacionais (de saúde, de segurança alimentar). Aliás, democracia foi o tema da 16ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em outubro de 2019, também chamada de 8ª+8 (em alusão à 8ª conferência nacional, marco na criação do SUS e na democratização do País). A 16ª Conferência ressaltou questões como defesa do SUS e da democracia na elaboração e gestão das políticas públicas, enfatizando a questão da participação popular e do controle social na gestão da saúde, denunciando o processo de desmonte dos conselhos nacionais, a PEC 95, entre outras denúncias. Mas o que se tem observado é que princípios democráticos estão sendo sistematicamente desrespeitados, em diversas dimensões: na falta de uma orientação nacional de atuação do SUS na pandemia, no esvaziamento das orientações do CNS (que, por exemplo, indicou, em abril, a utilização de leitos ociosos da rede privada para enfrentamento à Covid-19, sem uma resposta por parte do ministério), e nas próprias relações internas dentro do Ministério da Saúde, que com o ministro temporário que ocupou o cargo, general Pazuello, passou a impor um regime de censura à expressão pública dos funcionários do ministério e perseguição interna²⁷.

27 <https://www.condsef.org.br/noticias/sindsep-df-recorre-ao-mpf-barrar-as-perseguiçoes-ms>

Esses são alguns exemplos de como os dispositivos e os princípios do SUS não apenas não estão sendo utilizados como estão sendo ainda mais fragilizados durante a pandemia. E pior, as poucas medidas emergenciais aprovadas pelo congresso têm sido vetadas pelo governo, como foi o caso das medidas voltadas à proteção dos povos indígenas.

Nada é tão eloquente no caso brasileiro quanto a frase despuddorada do ministro do meio ambiente na reunião ministerial de 22 de abril e que foi divulgada amplamente nas mídias²⁸: vamos aproveitar que está todo mundo preocupado com a pandemia e passar a boiada.

A produção de desigualdade está ligada também à destruição das formas e dos princípios democráticos de decisão e de gestão. Tanto em relação às políticas de saúde e específicas de enfrentamento ao coronavírus quanto em relação a políticas de combate à desigualdade social – que seriam centrais durante e depois da pandemia: políticas de renda mínima; políticas emergenciais de saneamento (neste caso estão fazendo o contrário, com a aprovação da privatização da água e do saneamento pelo senado); políticas de demarcação de terras indígenas e garantia de sua inviolabilidade; fortalecimento do IBAMA e da fiscalização ambiental; fim da PEC 95 – do teto dos gastos; democratização digital (internet livre e gratuita universal); a reconversão industrial, com a produção focada em bens e insumos de saúde e em outros bens necessários à qualidade de vida da população; uma política de proteção e cuidado da população carcerária, inclusive com liberação das pessoas em situação de riscos e agravamentos com a doença (idosos, grávidas, mães com filhos); fomento à agricultura familiar. E diversas outras medidas que deveriam vir articuladas com as políticas específicas de saúde pública e de direito à cidade.

28 <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/22/salles-cita-foco-da-imprensa-na-covid-para-passar-boiada-no-meio-ambiente.htm>

5. Territórios de resistência, territórios de existência

A cidade pandêmica tornou-se ainda mais desigual, excludente e violenta do que era antes da pandemia. A ausência de políticas sociais, de cuidado e de enfrentamento à pandemia é respondida com ações locais em bairros, favelas, comunidades, populações específicas.

Na ausência do Estado, ou na falta de políticas efetivas e eficazes de enfrentamento à pandemia, as populações mais precarizadas se organizam e buscam respostas locais. Territórios de resistência e de existência se produzem, principalmente entre aqueles que não contam com o Estado para um efetivo enfrentamento à pandemia e aos efeitos produzidos por esta sobre as condições e às possibilidades de vida dessas populações.

Se olharmos para alguns modos locais de lidar com a pandemia, veremos iniciativas muito interessantes e que podem ajudar na produção de políticas públicas e na reavaliação das ações do Estado neste momento.

Muito brevemente vou tratar a seguir dessas outras políticas que vêm sendo feitas, as políticas locais, as formas de auto-organização e de resistência à pandemia e à desigualdade.

No campo da saúde, pesquisadoras e pesquisadores têm insistido, a partir da Antropologia e das Ciências Sociais, na necessidade de conhecimento qualitativo das práticas e saberes locais em relação aos processos de adoecimento e cura, da compreensão do sofrimento e dos modos locais de enfrentamento. Esse conhecimento qualitativo é precioso não apenas para avaliar a eficácia ou mesmo a pertinência e os efeitos de determinadas políticas de saúde e políticas públicas em geral, mas também para elaborar novas políticas públicas e modos de relação do Estado com os sujeitos sociais, as comunidades e as diferentes populações. Em alguns momentos passados o Estado admitiu

a importância de se reconhecer a perspectiva das populações e comunidades, por exemplo na participação comunitária e popular nos conselhos e nas conferências de saúde. Muito raramente essa abertura se desdobrou em uma intenção mais evidente de reconhecimento desses saberes e de inclusão destes nas políticas públicas, como chegou a ser o Programa Trabalhando com Parteiras Tradicionais do Ministério da Saúde, mesmo admitindo as limitações de sua implementação, sobretudo em relação a não efetividade do reconhecimento dos saberes e lógicas locais dos grupos específicos alcançados por esse programa.

O que percebemos nas políticas para a pandemia é tanto um desconhecimento das iniciativas e agências locais quanto a implantação de uma política de enfrentamento à pandemia totalmente baseada em um princípio de desagenciamento das pessoas, das comunidades e da população. Uma política de saúde baseada exclusivamente em critérios técnicos da epidemiologia e sem uma visão social dos efeitos da epidemia acaba desconhecendo as iniciativas e as invenções locais das respostas à epidemia e aos efeitos econômicos e sociais do isolamento.

E o que está acontecendo em nível local?

Já no início da pandemia, economistas brasileiras chamaram a atenção do governo para que impulsionasse uma política de reconversão industrial, voltada por exemplo à produção de Equipamentos de Proteção individual (EPIs) e outros equipamentos e insumos médicos que iriam faltar. Nada foi feito nesse sentido em termos governamentais. Paralelamente, um processo micro-político e horizontal de transformação das cadeias de consumo e de produção, tanto de artefatos artesanais como industriais, começou a ocorrer. Mulheres de comunidades periféricas começam a confeccionar máscaras de proteção para obter uma fonte de renda (um movimento que está acontecendo em outros países da América Latina); pequenos agricultores passam a entregar alimentos em casa, formando uma rede de distribuição da

produção agrícola orgânica e sustentável; são articuladas frentes indígenas de combate ao coronavírus; cresce a organização dos moto e ciclo entregadores; são estruturadas redes de solidariedade de produção e distribuição de refeições nas periferias urbanas; o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) doa toneladas de alimentos produzidos em seus assentamentos para combater a fome e as dificuldades durante a pandemia; formas de auto-organização em alguns bairros periféricos, garantindo o isolamento da comunidade e vigilâncias e delegados populares para monitorar as casas.

Todas essas e muitas outras iniciativas que podem ser vistas em diversas cidades se constituem em políticas de resistência e de luta e em modos de produzir territórios de existência que resistem às políticas da morte.

Que resultados teria se incluir esses saberes, práticas e iniciativas locais na elaboração das políticas de enfrentamento à pandemia? Por que não potencializar o conhecimento e as práticas locais? Ninguém nega que pesquisadores e profissionais do campo biomédico e da área de saúde estão na linha de frente para pensar os modos de enfrentamento e agir, mas existe uma enorme base ou escalões intermediários dos vários campos do conhecimento e dos saberes e técnicas locais que poderiam produzir uma inteligência muito mais eficaz de enfrentamento à pandemia²⁹.

Por exemplo, por que não montar comitês interdisciplinares de enfrentamento à pandemia em cada estado e em cada cidade, fortalecendo os conselhos municipais e estaduais de saúde? Nós sabemos como esse foi um debate difícil na implantação das políticas de saúde e de saúde mental e da resistência que se

29 Nas aulas inaugurais do PPGAS/UFAL (Maluf, 2020) e do PPGAS/UFRN (<https://www.youtube.com/watch?v=YOkPoHhDDiU>), tratei da delicadeza dessa questão, neste momento em que estamos lidando com um governo negacionista da ciência, e da reemergência, em contrapartida, de uma visão reducionista do campo científico, que exclui perspectivas que não cabem em um formato positivista e determinista da saúde.

encontrou no campo biomédico em relação à incorporação de profissionais de outros campos e à democratização do processo de elaboração das políticas públicas. Mas algumas conquistas aconteceram no sentido de realizar na prática esses princípios. Infelizmente, parece que a pandemia está servindo de espaço para que reemerja com força uma visão da saúde e da política de saúde, de um lado, centrada na dimensão bio-farmacológico-médica da saúde pública e, de outro, que adota estratégias que cedem às pressões de grupos econômicos.

Alguns analistas têm dito que o Brasil está longe de sair da primeira onda. O isolamento social foi relaxado em muitas cidades por pressão de forças e grupos econômicos, em geral o grande empresariado e o comércio. As políticas de apoio às pequenas e médias empresas não foram adiante, diversas dificuldades foram criadas pelo governo federal para o acesso aos benefícios, do mesmo modo como ocorreu com o auxílio emergencial. Os governos dos estados têm limites em levar uma política própria e diferenciada em relação ao governo federal ou de enfrentar sozinho a pandemia e seus efeitos.

As práticas e ações locais têm sido um laboratório de iniciativas importantes, que podem ajudar a pensar a questão do direito à cidade e ao território (extrapolando a oposição entre o urbano e o não-urbano), os dispositivos de democracia local, a dimensão comunitária das políticas sociais. De um social extremamente desigual, emergem coletivos e ações voltadas para pensar novas formas de viver juntos, novas políticas de coabitação.

Grande parte dessas articulações e conexões que engendram movimentos é feita online. Um terceiro vértice se intensifica na relação entre casa e rua, as socialidades e conexões virtuais, que, somadas às que são feitas nas ruas e nos espaços coletivos, ajudam a formar redes potentes de reinvenção social e produção de novos territórios e modos de existência.

A pandemia de Covid-19 é um fenômeno que atinge a todos, mesmo que de forma desigual. Ela faz emergir com força a experiência daquilo que o antropólogo Johannes Fabian chamou de coetaneidade – que poderia ser definido, de modo simplificado, como “existência simultânea no tempo”. E nessa existência simultânea, contemporânea, estamos vivendo a experiência desse grande “comum” que é a pandemia. Mas nem coetaneidade nem esse comum da pandemia abrandam o que foi relatado neste artigo, a profunda desigualdade com que essa e outras experiências de alcance planetário são vividas.

São os mais pobres, precarizados, às margens do Estado, que o aquecimento global e as catástrofes ambientais estão atingindo antes. Também são eles que sofrem hoje com esta pandemia, como sofreram com outras epidemias no passado³⁰.

Em outros momentos em que a antropologia foi chamada a responder de modo urgente, a grande divisão da urgência antropológica era dada pelos impactos da modernização sobre as sociedades ditas tradicionais, e o grande divisor se dava entre os modernos e os “outros”, entre desenvolvimento e tradição, entre as sociedades tecnologicamente orientadas e os povos originários.

O que a experiência recente da pandemia tem trazido de forma mais evidente é que, se existe um grande divisor, ele é dado pela produção capitalista de desigualdade. A barbárie da pandemia, a necropolítica e a política genocida não pertencem ao vírus, barbárie é a produção acelerada e contínua de desigualdade e a ausência de respostas que protejam as populações mais vulnerabilizadas e precarizadas do vírus. É essa a nossa urgência e, quando escrevo “nós”, estou me referindo a todas e todos que,

30 60 por cento da mortalidade global da gripe espanhola, em torno de 20 milhões de pessoas, aconteceu em Punjabi, em Bombaim, na Índia, em uma “sinergia sinistra” entre gripe e fome. (Davis, 2020).

como definiu Isabelle Stengers, em *No tempo das Catástrofes*, se sentem convocados pela necessidade de reagir.

Epílogo

É quarta. Dia em que chega a feira do quilombo Bonfim, de Areia, localizado no brejo paraibano. Dois dias antes marquei no questionário do google, enviado por eles semanalmente pelo whatsapp, os produtos e combos da semana. A campainha toca. Nervosa, como sempre fico quando tenho que descer desde que iniciou a quarentena, visto a máscara, pego um lenço de álcool 70°, troco de chinelo quando cruzo a porta do apartamento e desço pelas escadas. Há quase cinco meses também não pego elevador. Empurro o carrinho de supermercado do condomínio para colocar dentro as duas enormes sacolas e os ovos. Em geral quando chego na portaria o entregador já foi e deixou tudo ali, com o zelador, que é também porteiro. Ednaldo, sempre de máscara, me ajuda a organizar as sacolas no carrinho, que empurro até dentro do elevador, aperto o andar e subo pelas escadas. Já na área de serviço, vou tirando os alimentos dos sacos. Cenoura e beterraba, adoro quando elas vêm com as folhas, cheiro de roça. Macaxeira, jerimum, mel, quiabo e inhame. Hoje as frutas vieram bonitas. Banana, manga, goiaba, laranja, tangerina. Goma, um bloco fresco e cheiroso. Alface lisa, alface crespa, alface americana, alface roxa, rúcula, cebolinha, temperos, ervas para infusão. Dessa vez encomendei fava também. Penso no percurso de toda essa fatura, do quilombo Bonfim até João Pessoa. E em João Pessoa até cada uma das casas que vão receber o trabalho de tanta gente. Me imagino andando na estrada de terra que leva até o quilombo. Avisto alguém de braços abertos. Abro os braços. Esperança.

Referências

- Butler, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- Davis, Mike. Covid-19, doença do neoliberalismo. **Outras Palavras**, maio de 2020 [traduzido da *New Left Review* por *A terra é redonda*].
- Fabian, Johannes. **Time and the Other: How Anthropology Makes its Object**. Columbia Univ. Press, 2002.
- Fleischer, Soraya. **Descontrolada. Uma etnografia dos problemas de pressão**. São Carlos: EdUFSCar, 2018.
- Foucault, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- Maluf, Sônia Weidner. **Antropologia em tempo real: urgências etnográficas na pandemia**. Aula inaugural no PPGAS/UFAL, 2020. Publicado no site Antropologia na Pandemia – INCT Brasil Plural. Disponível em: <<https://brasilplural.paginas.ufsc.br/antropologia-na-pandemia/antropologia-em-tempo-real-urgencias-etnograficas-na-pandemia/>>.
- Miller, Daniel; SLATER, Don. **The internet: an ethnographic approach**. Oxford: Berg Editorial, 2004.
- Stengers, Isabelle. **No tempo das catástrofes**. Rio de Janeiro: CosacNaify, 2015.

Recebido em 19/08/2020

Aprovado em 17/11/2020

La memoria en tiempos de pandemia. Registro visual del 24 de marzo de 2020 en Argentina

*Cora Gamarnik**

*María Graciela Rodríguez***

*Cecilia Vázquez****

Resumen

Este Ensayo Visual propone una reflexión sobre los vínculos entre memoria, imágenes y ciudad, a partir de una selección de imágenes que acompañaron el evento del 24 de marzo de 2020, cuatro días después de que comenzara a regir en Argentina el Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio (ASPO). Los organismos de Derechos Humanos tomaron la iniciativa de realizar una campaña para conmemorar a través de otros recursos este aniversario del 24 de marzo teniendo en cuenta las restricciones de circulación. Las ciudades se llenaron ese día de carteles caseros y pequeñas obras artísticas que fueron a su vez retratados por fotógrafos profesionales o amateurs. Entendemos que el formato de Ensayo Visual nos permite combinar un repertorio de imágenes que condensan modos alternativos de ejercitar la memoria, con algunas reflexiones -urgentes, excepcionales, provisorias- que nos despierta la pandemia.

Palabras clave: Imágenes. Ciudad. Memoria.

* UBA y UNM. E-mail: coragamarnik@gmail.com.

** UBA y UNSAM. E-mail: mgrbanquo@gmail.com

*** UBA y UNGS. E-mail: cvazquez@campus.ungs.edu.ar

Memory in pandemic times. A visual record of March 24 2020 in Argentina

Abstract:

In this Visual Essay we propose to reflect on the links among memory, images and city. The starting point is a selection of images that were seen along during the event on March 24th 2020, scarcely four days after the beginning, in Argentina, of the Compulsory, Social and Preventive Isolation (ASPO). The Human Rights organizations drove the initiative of putting a commemorative campaign of a new anniversary through resources that take in account the restrictions of circulation. The cities were filled up with home-made posters and tiny artistic works which were, simultaneously, portrayed by professional or amateur photographers. We understand that the format of Visual Essays allows us to combine a repertoire of images with some urgent, exceptional and provisional reflections about the pandemic.

Keywords: Images. City. Memory.

A memória em tempos de pandemia. Registro visual, 24 de março de 2020, Argentina

Resumo:

Este Ensaio Visual propõe uma reflexão sobre os vínculos entre memória, imagens e cidade, a partir de uma seleção de imagens que registraram o evento de 24 de março de 2020, quatro dias após a implementação do Isolamento Social Preventivo e Obrigatório (ISPO) na Argentina. Levando em conta as restrições à circulação, organizações de Direitos Humanos promoveram uma campanha para a celebração do 24 de março por meio de outros recursos. E, nesse dia, as cidades foram cobertas por cartazes caseiros e pequenos trabalhos artísticos que foram fotografados por profissionais e amadores. Entendemos que o formato de Ensaio Visual nos permite combinar um repertório de imagens, que reúnem formas alternativas de exercitar a memória, com algumas reflexões – urgentes, excepcionais, provisórias – que a pandemia nos desperta.

Palavras-chave: Imagens. Cidade. Memória.

El 20 de marzo de 2020 comenzó a regir en Argentina el Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio (ASPO). El día 24 se iba a llevar a cabo la marcha que se hace todos los años desde 1985 para recordar el 44° aniversario del golpe cívico-militar de 1976. Sin embargo, el ASPO exigía reclusión: por un lado, las marchas siempre son multitudinarias y, por el otro, las Madres y Abuelas de Plaza de Mayo son personas mayores, encuadradas por tanto como población de riesgo. Rápidamente los organismos de Derechos Humanos tomaron la iniciativa de iniciar una campaña para conmemorar a través de otros recursos este aniversario del 24 de marzo teniendo en cuenta las restricciones de circulación.

En Argentina hubo en los últimos años un gran desarrollo de investigaciones que vinculan la fotografía con la memoria (Feld y Stites Mor, 2009; Blejmar, Fortuny y García, 2013, Fortuny, 2014). Ana Longoni (2010), por su parte, analizó las distintas estrategias creativas desplegadas por las Madres de Plaza de Mayo y otros familiares dentro del movimiento de derechos humanos durante la última dictadura reconociendo y contrastando grandes matrices de representación visual de los desaparecidos: por un lado, las fotos, y por otro, las siluetas/las manos/las máscaras. Ana Amado (2004) señaló que “los familiares de las víctimas de la dictadura genocida recurrieron, en sus intervenciones públicas, a creativas formas de expresión para compaginar la agitación y la denuncia de los crímenes con las imágenes íntimas del dolor y el trabajo de duelo”. A los sentidos desplegados con los distintos recursos y modos de producción simbólica que pudieron generar históricamente, y que remiten inequívocamente a los desaparecidos, se le suma ahora el acto de realización de lo que llamaron “pañuelazo virtual” para reemplazar la posibilidad de los cuerpos en las calles.

Vale la pena recuperar algo de la historia del pañuelo blanco de las Madres, el cual surgió en una acción pública como señal de identidad y como modo de reconocerse. En una primera instancia fue la tela de un pañal que luego derivó en pañuelo. Ese trozo

de tela les permitía distinguirse, ser reconocidas por sus propias compañeras y por la prensa nacional e internacional. El pañuelo era una marca, una carga y una protección. Como señala Ana Longoni (2020), “El pañuelo blanco otorga a la mujer que lo porta una condición pública y política reconocible. Las madres no lo llevan permanentemente sobre la cabeza. Es decir, pueden pasar perfectamente desapercibidas hasta que se auto invisten ante el público con esa tela”. Ese mismo pañuelo también sirvió como expresión de repudio masivo contra el intento en el año 2017 de reducir a la mitad las penas de quienes ya habían sido juzgados por delitos de lesa humanidad, lo que se llamó en Argentina “el 2x1”. En esa jornada de lucha, miles de personas salieron a la calle con pañuelos blancos para manifestarse contra esa medida.



Foto de Eitán Abramovich.

Volviendo al evento del 24 de marzo de 2020 que nos convoca, ese día, las calles se llenaron de carteles (muchos de ellos carseros) y pequeñas acciones de memoria tuvieron lugar en las ciudades, hechos que fueron a su vez retratados por fotógrafos y fotógrafas profesionales o amateurs. Estas fotografías circularon ampliamente por las redes sociales.



Publicaciones en redes sociales de la Asamblea Permanente por los Derechos Humanos.

24M

Pañuelazo blanco

El 24 de marzo compartí en redes sociales fotos con pañuelos blancos. Ponelo en tu balcón, puerta o ventana. Sin marcha, pero con memoria.

#PañuelosConMemoria

convocan

Asociación Abuelas de Plaza de Mayo.
Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora.
Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas. H.I.J.O.S. Capital.
Liga Argentina por los Derechos Humanos.
Centro de Estudios Legales y Sociales.
Comisión Memoria, Verdad y Justicia
Zona Norte. Asamblea Permanente por los Derechos Humanos. Acambles Permanente por los Derechos Humanos La Matanza.
Familiares y Compañeros de los 12 de la Santa Cruz. Fundación Memoria Histórica y Social Argentina. Asociación Buena Memoria. Movimiento Ecuémenco por los Derechos Humanos.

Publicación en Twitter de HIJOS CAPITAL.

A partir de este particular evento, nos preguntamos: ¿cómo se activa la memoria a pesar de las restricciones que impone una inédita situación social? Mostramos con este Ensayo Visual (cuyas imágenes son una pequeña muestra de las miles producidas ese día) que la fotografía, la virtualidad, el uso de las redes

sociales y las nuevas formas de expresión y protesta social surgidas durante el distanciamiento social permitieron reinventar el aniversario del golpe de Estado. Balcones, ventanas y veredas se transformaron en lugares de expresión y comunicación. Esos espacios de cada hogar que quedan en contacto visual con el exterior se volvieron superficies de expresión política.

La perspectiva que subtiende nuestra mirada analítica sobre las imágenes considera a la dimensión cultural como constitutiva de la dimensión política de una sociedad. Y, por ende, es definida como un proceso que articula prácticas relacionadas con la producción, circulación y resignificación de significados (Hall, 2010). En este sentido, las acciones realizadas por la ciudadanía en ocasión de la puesta en memoria de un nuevo aniversario del 24 de marzo en el contexto del ASPO 2020 deben reconocerse como actos políticos que implican tanto el producir imágenes, diseminarlas y contemplarlas, como el mirar y (re)conocer a partir de lo visto. Aún enmarcadas en la “tendencia moderna a retratar o visualizar la existencia” (Mirzoeff, 1988, p. 6), la producción de imágenes visuales que acompañan este Ensayo Visual son más que simples imágenes: son prácticas políticas y culturales con poder performativo.



Foto de Marina Feliz.



Foto de Adriana Guerrero, Tucumán.

En esta presentación damos cuenta de una selección de imágenes que acompañaron el ya mencionado evento del 24 de marzo de 2020. No se trata de su reconstrucción a partir de una representación mimética de la realidad, sino de proponer un modo de presentar las posibilidades articulatorias de, en este caso, la tríada memoria-ciudad-imágenes. Entendemos que el formato de Ensayo Visual nos permite combinar un repertorio de imágenes que condensan la particular situación de ejercitar la memoria por fuera de las calles, con algunas reflexiones -urgentes, excepcionales, provisorias- que nos despierta la pandemia.

Cada 24 de marzo los pañuelos blancos toman la calle. Este año, en el que tuvimos que permanecer aislados por la pandemia, marcaron las ciudades en Argentina de una manera novedosa. Puertas, ventanas, balcones, terrazas, veredas de distintos puntos del país mostraron pañuelos blancos de variados tamaños y materiales, todos enunciando las demandas históricas del movimiento de Derechos Humanos. Frente a la espectacularidad habitual de una de las movilizaciones callejeras más multitudinarias que recuerdan la última dictadura militar y el terrorismo de Estado, el 24 de marzo en pandemia lleva la mirada a las acciones minúsculas y cotidianas de memoria. Gestos individuales que sostienen lo colectivo.



Foto de María Sonderéguer, CABA



Foto de Paula Guitelman. CABA.

LA MEMORIA EN TIEMPOS DE PANDEMIA.



Foto de Roberto Pittaluga. CABA.



Foto de Luis Szeferblum, CABA



Foto de Vanina Santoro, Caseros, GBA.



Foto de Omar Bogado, CABA.



Foto de Memoria Espacio DDHH Ex ESMA.



Foto de Lorien Zamorano, Bariloche, Río Negro.

LA MEMORIA EN TIEMPOS DE PANDEMIA.



Foto de Bernardino Ávila, CABA.



Foto de Celina Mutti Lovera, Rosario, Sta. Fe.



Foto de Horacio Culaciatti, Bahía Blanca, PBA



Foto de Laura Malosetti, CABA.



Foto de Lucas Alascio, Las Grutas, Río Negro.



Foto de Rodolfo Luna, Villa Elisa, PBA.



Foto de Adriana Robledo, Ranelagh, PBA.



Foto de Verónica Yañez, Rosario, Sta. Fe.

LA MEMORIA EN TIEMPOS DE PANDEMIA.



Foto de Marcela Gutierrez, Salta



Foto de Marcela Briseño, Tucumán.



Foto de Aisha Bittar, Mendoza.



Foto de María Paz Germán, CABA.



Foto de Florencia González, CABA.



Foto de Maximus Morenus, PBA.

Las marcas de la memoria tienen una larga trayectoria en la historia de las imágenes. Los lenguajes artísticos tienen esa posibilidad única de nombrar, narrar y elaborar de maneras particulares lo innombrable que porta el trauma colectivo. Permiten abrir espacios de inscripción en los que elaboran los duelos que aún siguen su curso, porque además se traman con los más recientes. Es allí donde empiezan a armarse lazos solidarios entre demandas sociales que aún siguen sin resolución, bregando por ampliación de derechos. De este modo, los pañuelos blancos de las madres tienden puentes amorosos a otros, como con los pañuelos verdes de la Campaña Nacional por la Despenalización del Aborto. Albergan también la lucha de otras madres, como las de los pibes¹ desaparecidos en democracia, víctimas de violencia policial. Sin agotar la lista de demandas vigentes, abren también la posibilidad de visibilizar los crímenes de odio por cuestiones de diversidad de género o incluso se ubican cerca de las peticiones recientes antiespecistas. Pañuelos blancos que abrazan arcoíris. Un lenguaje hecho de colores.



Foto de Hilda Marrugo Gomez, CABA.

1 En Argentina se denomina “pibe” a jóvenes de sectores populares.

Cora Gamarnik; María Graciela Rodríguez; Cecilia Vázquez

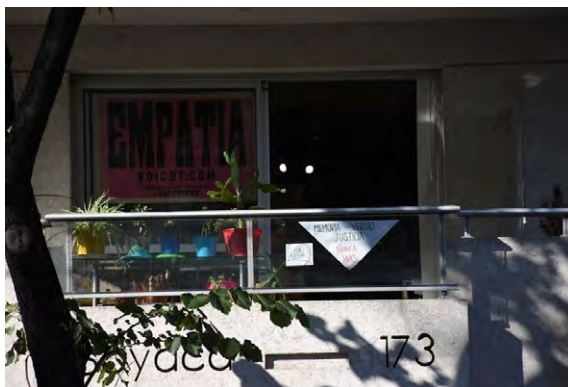


Foto de Marcos Sierra, CABA.



Foto de Belén Belen, Mendoza.



Foto de Omar Bogado, CABA.



Foto de Lu Cronopio, CABA.



Foto de Eliana Ferradas, CABA.

El aislamiento social preventivo obligatorio dispuesto en Argentina llevó a pensar modos alternativos de llenar ciudades semivacías sin la potencia de los cuerpos en las calles con consignas que convocan a la memoria. Los barrios y las veredas del país testimonian que aún sin la masividad de las ocupaciones en los espacios públicos, las multitudes se expresan a través de gestos micropolíticos de la vida cotidiana. Acciones que sostienen la memoria restituyendo la ausencia de algo de estos cuerpos militantes, los de ayer por la dictadura y los de hoy por el aislamiento. Como hemos mostrado a través de esta selección de imágenes, hacia adentro, en el hogar, o hacia afuera, en las calles, las fotografías logran sostener tanto en sentido material como simbólico, la memoria y la defensa de sus consignas de memoria, verdad, justicia. Sorprendiendo a eventuales transeúntes o a personas que se topan con proyecciones de imágenes en medianeras, cuando miran por la ventana, o se encuentran una mañana ante el tendido de vereda a vereda, de varias líneas de fotografías de detenidos desaparecidos en dictadura, tanto las acciones anónimas como el propio registro fotográfico, es evidencia de ello.

Si todo ver es el resultado de una construcción cultural (Brea, 2005), la producción expresa siempre un hacer multiacentuado por las desiguales relaciones de poder. La necesidad de “hacerse ver” en el espacio público tiene a la politicidad como condición constitutiva, debido a que está en juego la autodefinición de lo común a través de la negociación de los principios de igualdad y de las condiciones de vida digna en contextos de precariedad (Butler, 2006). En esta ocasión, la fuerza performativa (Butler, 2017) más potente de ese “hacerse ver”, fue la profusión de imágenes-objetos para señalar que “estamos acá, que seguimos acá”. Porque a pesar de las restricciones para tomar la calle en este aniversario 2020, las acciones de esta política de la memoria que se renuevan año tras año, se adaptaron para producir una presencia visualmente expresiva en el espacio de lo público. Restringida para congregarse, la calle fue escenario de una acción visualmente significativa concretada en el espacio de lo público como “el lugar donde la vida social se enuncia a sí misma en tanto que tal” (Caletti, 2006, p. 37).

En cierto sentido, se trató de unas tácticas, propuestas por los organismos de Derechos Humanos, para escamotear marcaciones en el espacio cuadrulado de la ciudad (de Certeau, 1996) y, en esta operación, resignificar la experiencia urbana a partir de unas prácticas espaciales asociadas con las experiencias de la vida cotidiana y de las memorias colectivas. Por eso mismo, señala Ulrico Oslender, esas prácticas “llevan también un potencial para resistir la colonización de los espacios concretos” (2002, p. 5). Las acciones de memoria operaron sobre un espacio utópico: un territorio que “apela a un orden que se asume no sólo como deseable, sino que funciona como dispositivo orientador en la comprensión del espacio tópico en sus relaciones con el espacio heterotópico” (Reguillo, 2006, p. 64).

Por otro lado, la elección del Ensayo Visual como formato de presentación está atravesada por la lógica intrínseca de su producción, lo que implica la reposición de los puntos de visibilidad en los

procesos de circulación social de símbolos y de sentidos. Una dinámica, la de la circulación, que implica un proceso espiralado, recursivo y multiacentuado. Es espiralado porque representaciones y prácticas aparecen y vuelven a aparecer en la superficie cultural siempre de modos diferentes y atravesados por las operaciones de significación realizadas tanto en los escenarios cotidianos de los sujetos como en las operaciones productivas de las instituciones, la tecnología disponible, y el contexto político y cultural. Es también un proceso recursivo porque las representaciones se sostienen en sentidos sedimentados, conocidos, compartidos y referenciables, si bien en ese espiral, la significación nunca se fija, sino que permanece como materia prima, disponible para ser re-trabajada. Por último, es también un proceso multiacentuado, donde diferentes instituciones y sujetos participan de las relaciones de dominación, y entonces, por esto mismo, sus 'voces' tienen distinto espesor y diversos grados de poder, dependiendo de quién los ponga en circulación, de quién tenga los medios para hacerlos circular, del 'peso' y la legitimidad que posea su voz en la escena pública común, de la capacidad de hacerse ver y escuchar, del lugar asignado en el campo social (Rodríguez, 2014).

En suma, hemos focalizado en un fenómeno concreto que interroga tanto a la cultura visual como a la cultura urbana y a la cultura política, indagando, en este último sentido, también el lugar de la memoria y su recuperación en la vida cotidiana (Richard (2007).



Foto de Enrique García Medina, CABA.



Foto de Bernardino Ávila, CABA.

Referencias:

Amado Ana. “Órdenes de la memoria y desórdenes de la ficción”, In: Ana Amado y Nora

Domínguez, **Lazos de familia**, Buenos Aires: Paidós, 2004.

Blejmar, Jordana, Fortuny, Natalia y García, Luis Ignacio (eds.). **Instantáneas de la Memoria. Fotografía y Dictadura en Argentina y América Latina**. Buenos Aires: Librería, 2013.

Brea, José Luis. Estudios Visuales. **La epistemología de la visualidad en la era de la globalización**, Madrid: Akal, 2005.

Butler, Judith. **Cuerpos aliados y lucha política. Hacia una teoría performativa de la asamblea**, Barcelona: Paidós, 2017.

Butler, Judith. **Vida precaria: el poder del duelo y la violencia**, Buenos Aires: Paidós, 2006.

Caletti, Sergio. Decir, autorrepresentación, sujetos. Tres notas para un debate sobre política y comunicación, **Versión. Estudios de Comunicación y Política**, México, v. 17, 2006, p. 19-78.

De Certeau, Michel. **La invención de lo cotidiano. I. Artes de hacer**, Méjico: Universidad Iberoamericana, 1996.

Feld, Claudia y Stites Mor, J. (comps.). **El pasado que miramos. Memoria e imagen ante la historia reciente**, Buenos Aires, Paidós, 2009.

Fortuny, Natalia. **Memorias fotográficas. Imagen y dictadura en la fotografía argentina contemporánea**, Buenos Aires: La Luminosa, Colección Documentos, 2014.

Hall, Stuart. **Sin garantías. Trayectorias y problemáticas en estudios culturales**, Eduardo Restrepo, Catherine Walsh y Víctor Vich (eds), Popayán: Instituto de estudios sociales y culturales Pensar, Universidad Javeriana, Instituto de Estudios Peruanos, Universidad Andina Simón Bolívar, sede Ecuador, Envión Editores, 2010.

Longoni, Ana. Pañuelos de cómo las madres se volvieron feministas y las feministas encontraron Madres, **Carta(s). Tiempos incompletos**, Madrid: Ediciones Museo Reina Sofía. 2020.

Longoni, Ana. Arte y Política. Políticas visuales del movimiento de derechos humanos desde la última dictadura: fotos, siluetas y escraches. **Aletheia, 1** (1). En Memoria

Académica. 2010. Disponible en: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.4278/pr.4278>.

Mirzoeff, Nicholas. **The Visual Culture Reader**, Londres: Routledge, 1988.

Oslender, Ulrico. Espacio, lugar y movimientos sociales: hacia una 'espacialidad de resistencia'. **Scripta Nova. Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. VI, n.115, s/p, junio. 2002. Disponible en <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-115.htm>>.

Reguillo, Rossana. Los miedos: sus laberintos, sus monstruos, sus conjuros. Una lectura socioantropológica. **Etnografías Contemporáneas**, Buenos Aires, v. 2, n. 2, abril. 2006, p. 45-72.

Richard, Nelly. **Fracturas de la memoria. Arte y pensamiento crítico**. México: FCE, 2007.

Rodríguez, María Graciela. **Sociedad, cultura y poder. Reflexiones teóricas y líneas de investigación**. San Martín: Unsam, 2014.

Recebido em 30/10/2020

Aprovado em 30/11/2020

Artigos

A epidemia do vírus Zika nas Ciências Sociais no Brasil: Um estudo bibliográfico (2016-2018)

*Gabriela Freitas**

*Soraya Fleischer***

Resumo

Este estudo bibliográfico compilou as contribuições das Ciências Sociais no Brasil sobre a epidemia do Zika Vírus (ZV). Foram escrutinados os materiais mais produzidos pela área: artigos, resenhas, dossiês e editoriais publicados em periódicos e capítulos publicados em livros autorais e coletâneas. Foram encontrados 38 textos publicados por cientistas sociais no período de 2016 a 2018. Discutimos os principais debates na área a cada ano para mostrar a mudança e amadurecimento dos temas. O conjunto bibliográfico revela uma maioria de pesquisadoras, vindas de centros acadêmicos do Nordeste brasileiro e cobrindo principalmente os assuntos sobre as famílias atingidas, as políticas públicas, as mídias, a deficiência e as terapias reabilitadoras.

Palavras-chave: Zika Vírus. Síndrome Congênita do Vírus Zika. Ciências Sociais. Brasil. Estudo bibliográfico.

* Estudante de graduação em Ciências Sociais/Antropologia na Universidade de Brasília.

E-mail: gabbriela.f98@gmail.com

** Professora do Departamento de Antropologia na Universidade de Brasília.

E-mail: soraya@unb.br

The Zika virusepidemic in the Brazilian Social Sciences: A bibliographic review (2016-2018)

Abstract

This bibliographic study compiled the contributions from the Brazilian Social Sciences on the Zika Virus (ZV) epidemic. The main materials produced in this are aware: articles, reviews, special issues, and editorials published in journals and chapters published in books and collections. In total, 38 texts published by social scientists were found in the period from 2016 to 2018. We discussed the main debates in the area by year, to show how the meschanged and matured a long time. This bibliographic set reveals a majority of women researchers, coming from academic centers in the Northeast region of Brazil and mainly covering the affected families, public policies, media, disability and rehabilitation therapies.

Keywords: Zika Virus. Social Sciences. Brazil.

La epidemia del virus del Zika em las Ciencias Sociales en Brasil: Una revisión bibliográfica (2016-2018)

Resumen

Este balance bibliográfico compiló las contribuciones de las Ciencias Sociales en Brasil sobre la epidemia del virus del Zika (ZV). Fueron examinados los materiales más producidos em el área: artículos, reseñas, dossiers y editoriales publicados en revistas y capítulos publicados em libros de autoría y colecciones. Fueron encontrados 38 textos publicados por investigadoras de las Ciencias Sociales em el período de 2016 a 2018. Discutimos los principales debates em el área a cada año para mostrar el cambio y la madurez de los temas. El conjunto bibliográfico revela una mayoría de investigadoras de centros académicos em el noreste de Brasil y cubriendo principalmente temas sobre las familias afectadas, las políticas públicas, los medios de comunicación, la discapacidad y las terapias de rehabilitación.

Palabras clave: Zika Virus. Ciencias Sociales. Brasil.

Introdução¹

Zika, uma floresta localizada em Uganda, na África, nomeou a epidemia que eclodiu no mundo entre 2014 e 2015. O arbovírus foi ali encontrado pela primeira vez, no ano de 1947, no soro de um macaco Rhesus da região (Araújo et al, 2017). Macaco, que foi picado por mosquito, que picou humano, que passou a outros humanos, inclusive via migração e circulação pelo globo. Uma cadeia de transmissão se estabeleceu. Há relatos de apenas três surtos dessa doença. O primeiro e o segundo ocorreram em duas ilhas da Oceania, em 2007, na Ilha de Yap e, em 2013, na Polinésia Francesa. E o terceiro surto, em 2015, aconteceu no Brasil e se agravou de tal forma que se tornou um problema de saúde pública nacional (Araújo, Guimarães, Lins e Neto, Silva, 2017) e mais tarde uma emergência mundial. Os fluxos de mercadorias também podem ter contribuído, trazendo mosquitos e novos materiais genéticos, aumentando a proliferação desses vírus. Apontamentos levantam suspeitas de que o vírus tenha chegado ao Brasil em 2014, quando se espalhou primeiramente por 14 estados, e depois, em 2016, já havia atingido as 27 unidades da federação (Porto e Costa, 2017). De acordo com Debora Diniz (2017), já existiam pesquisas relacionadas ao Zika desde o século passado, mas o interesse científico cresceu a partir de 2015, com a detecção da transmissão vertical e sexual do vírus Zika (VZ) e o surgimento dos primeiros casos de bebês nascidos com o que depois se convencionou chamar de Síndrome Congênita do Vírus Zika (SCVZ).

O cenário de uma nova epidemia é composto por um grande conjunto de questões que por muito tempo fica sem explicações ime-

1 Aproveitamos para agradecer a todas as pesquisadoras que compuseram a equipe do projeto de pesquisa "Zika e microcefalia: um estudo antropológico sobre os impactos dos diagnósticos e prognósticos das malformações fetais no cotidiano de mulheres e suas famílias no estado de Pernambuco". Somos tributárias também aos financiadores que permitiram que o projeto pudesse acontecer, a saber, o Departamento de Antropologia, o Programa de Iniciação Científica (PIBIC) e a Finatec na Universidade de Brasília e o CNPq.

diatas. Por volta de 2014, na região Nordeste do Brasil, muitas pessoas apresentaram sintomas do que foi chamado à época de uma “dengue fraca”, dada a sua semelhança com a outra arbovirose, mas numa versão mais branda (Diniz, 2016). Mas, em 2015, o quadro se agravou quando muitas crianças começaram a nascer com um conjunto de graves deficiências auditivas, visuais, motoras, gastroenterológicas, neurológicas, entre outras. Muitas foram as explicações para essas anomalias, como vacinas vencidas, agrotóxicos proibidos, mosquitos transgênicos, etc. Tratava-se de uma novidade no campo das ciências da saúde, intensificando muitas pesquisas científicas a fim de investigar o problema e encontrar soluções (Aguiar e Araújo, 2016; Porto e Moura, 2017; Pinheiro e Longhi, 2017; Carneiro e Fleischer, 2018; Justino, 2018).

Somente em 2016 foi oficializado o vínculo entre a anomalia, causada intrauterinamente, e o VZ, transmitido por picada de mosquito ou por contato sexual. Pouco tempo depois, a situação se exteriorizou, desassossegando mais países, principalmente vizinhos ao Brasil. Embora as crianças e suas respectivas famílias tenham ganhado centralidade nos estudos das Ciências Sociais, as formas de infecção e contágio do VZ, mesmo sem consequência reprodutiva, continuam no radar científico, já que ainda não se chegou a uma profilaxia definitiva. Afinal, o número de pessoas com o VZ é muito superior ao número de pessoas nascidas com a SCVZ.

Logo no início da epidemia do VZ, cientistas sociais também despertaram para contribuir com explicações. Aspectos sociais, econômicos, políticos e éticos da epidemia passaram a demandar a reflexão das Ciências Sociais. Por isso, a SCVZ se tornou um dos principais focos das Ciências Sociais. O nascimento de quase 4.000 bebês com a síndrome mobilizou que se conhecesse e entendesse os processos reprodutivos, conjugais, afetivos, financeiros das famílias atingidas. E, também, os processos de organização dos serviços de saúde, assistência, habitação, transporte e educação. A síndrome demanda que uma rede de direitos seja

acionada e garantida, da farmácia de alto custo à consulta com especialistas, do benefício de prestação continuada à acessibilidade urbana para pessoas cadeirantes. Vários níveis de complexidade, vários perfis de profissionais e várias fontes pagadoras precisaram se articular celeremente.

As Ciências Sociais atentaram para os termos biomédicos e também burocráticos que surgiram com a instalação da epidemia e da síndrome, chamando atenção para como são herméticos e de difícil entendimento. Ao traduzir e explicar esses termos em suas etnografias, a Antropologia, por exemplo, ajudou a mediar o diálogo entre as famílias e os especialistas, entre a população e a epidemia. Além disso, ajudou a descrever o contexto e as relações sociais por meio das quais esses estudos vinham sendo produzidos.

Apostando na importância das Ciências Sociais para a compreensão de fenômenos complexos, como as epidemias, o adoecimento, o luto, fomos buscar conhecer melhor a recente produção científica da área. Este é um artigo de revisão bibliográfica sobre o que e como as cientistas sociais² pesquisaram o VZ e a SCVZ e o que publicaram entre os anos de 2016 e 2018. Um estudo bibliográfico, ao buscar e reunir um amplo conjunto de referências, apresenta-se como um guia de leitura para quem estiver iniciando estudos sobre o tema ou para quem, já em estágio avançado, estiver procurando complementar e se atualizar no que foi publicado.

Primeiro, vamos apresentar como chegamos a esse retrato da produção. Depois, descreveremos as pesquisas publicadas em 2016, 2017 e 2018. Um estado da arte não apenas reforça a importância daquela área para o debate mais geral de certo tema, mas também aponta para as lacunas de conhecimento que pre-

2 Optamos pelo plural feminino não apenas porque grande parte das publicações é assinada por cientistas mulheres, como para tensionar a feitura da Ciência, historicamente imaginada como produto dos homens.

cisam ser avançadas pelas futuras colegas da área. Os estudos das Ciências Sociais, ao reforçarem a complexidade da epidemia como um fenômeno social, nos lembram como a compreensão deve resultar de esforços interdisciplinares e devem tentar chegar na população atingida e no público mais amplo.

Passos metodológicos

O primeiro passo metodológico foi definir os bancos de dados a serem percorridos: Scielo, Google Acadêmico, PUB-MED e Periódicos Capes.

O segundo passo foi delimitar um período: 2016 a 2018. O tempo em trabalho de campo, escrita de diários de campo e realização e transcrição de entrevistas, tabulação e organização dos dados – tudo isto difere das colegas das áreas quantitativas. Considerando que as Ciências Sociais têm outro estilo de pesquisa e ritmo de análise, consideramos que um triênio contemplaria o início da epidemia e respeitaria o perfil científico desta área. Além disso, naquele período também se concentrou o nascimento da maior parte dos bebês com a SCVZ (Brasil, 2019), fato importante para uma área que tomou as mães e suas famílias como principais interlocutoras de pesquisa. A área prima pelo mergulho e continuidade do contato com os sujeitos de pesquisa, em que as relações em campo precisam ser consolidadas para que a pesquisa possa acontecer. Menos imediata do que as áreas biológicas e médicas, o ritmo de publicações das Ciências Sociais após os surtos epidemiológicos – 2015 em Pernambuco e 2016 no Rio de Janeiro – demonstra seu interesse continuado com o tema. Rozeli Porto e Patricia Moura (2017) lembram que, em novembro de 2015, ocorreu um *boom* midiático, e a todo momento havia informações nos meios de comunicação sobre a epidemia do VZ. As autoras sugerem que tanto as Ciências da Saúde quanto as Ciências Sociais foram informadas sobre a epidemia pela mídia e, também, por conta dela foram despertadas a lançar seus olhares investigativos.

O terceiro passo foi estabelecer os unitermos de busca: “Zika”, “microcefalia”, “SCVZ”, sempre casados com “Antropologia”, “Sociologia”, “Ciências Sociais”.

O quarto passo foi definir o tipo de material a ser incluído neste estado da arte. Primamos por artigos, resenhas, dossiês, coletâneas e editoriais publicados em periódicos científicos e por capítulos publicados em livros autorais e coletâneas. Foram deixados de fora e para os próximos estudos os livros, as entrevistas, os filmes documentários e as dissertações de graduação e pós-graduação³. Buscamos o que geralmente ganha maior e mais instantânea repercussão no meio acadêmico, o artigo em periódico e os ebooks. E, por fim, embora tenhamos encontrado revistas de diferentes áreas, priorizamos a formação das autoras e não o local de publicação dos seus textos⁴. Por isso, há algumas pesquisadoras que não são brasileiras e seus estudos são escritos em outras línguas (inglês e espanhol), mas que foram incluídas nesta revisão bibliográfica por terem seus artigos publicados em revistas no Brasil.

Ao todo, foram encontrados 38 textos de cientistas sociais em revistas de diferentes áreas, como pode ser visto no Quadro 1.

3 Vale citar as primeiras dissertações nas Ciências Sociais sobre o VZ: Alano, 2017; Lyra, 2017; Valim, 2017; Bezerra, 2018; França, 2018 e Fernandes, 2018.

4 As revistas que publicaram sobre o VZ são: Sexualidad, Salud y Sociedad Revista Latinoamericana (Rio de Janeiro); Reciis - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde (Rio de Janeiro); Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (São Paulo); Interface - Comunicação, saúde e educação (UNESP); Cadernos de Gênero e Diversidade (UFBA); Antropologicas (UFPE); Ciência & Saúde Coletiva (Associação Brasileira de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro); Anuário Antropológico (UnB); Cadernos de Saúde Pública (Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz); Amazônica - Revista de Antropologia (UFPA); Revista Pesquisa em Fisioterapia (São Paulo); Cadernos de Campo (USP); Investigação Qualitativa em Saúde (UFSC); Journal of Science Communication; Revista de Enfermagem (UFPE); Physis - Revista de Saúde Coletiva (UERJ); Epidemiologia e Serviços de Saúde (Brasília).

Quadro 1: Síntese dos textos de cientistas sociais (2016-2018)

Ano	2016	2017	2018	Total
Textos	11	13	14	38
Número de autoras	14	20	30	64
Número de autores				18
Autoras da região Nordeste		14	19	33

Elaborado por Gabriela Freitas, 2019.

A participação de pesquisadoras é muito maior do que a de pesquisadores, e esta participação feminina aumentou ao longo dos três anos. Outro aspecto pertinente é o fato de que, no primeiro ano, nenhuma publicação das Ciências Sociais era do Nordeste, mesmo tendo sido a região mais afetada pela epidemia. Já em 2017 e 2018, as publicações nordestinas ultrapassaram as outras regiões. E, diferente do que temos geralmente nas Ciências Sociais, há muita coautoria e coprodução, já que o número de autoras é muito superior ao número de textos.

A seguir, passamos aos três conjuntos de textos, relativos aos três anos de nossa busca bibliográfica. Em vez de agrupar textos de diferentes momentos por afinidade temática, optamos por agrupá-los por ano, para vislumbrarmos como, a cada ano, o que mais pareceu progressivamente interessar às pesquisadoras das Ciências Sociais. Isto faz sentido porque a epidemia foi mudando muito rapidamente com o tempo, à medida que descobertas biológicas e ambientais sobre o vírus e seu potencial de contágio foram sendo anunciadas, que os sintomas das crianças foram sendo melhor avaliados e mapeados, que as políticas públicas foram oferecendo recursos e garantias de direitos demandados pelas “famílias de micro”, como decidiram se autointitular. Não perdemos de vista que, justamente nesse triênio, o país sofreu um golpe político e passou por dois presidentes, quadro político que desestabilizou enormemente a gestão e os recursos públicos, especialmente destinados ao SUS, como a maior política pública do País. Com a reunião dos textos em três momentos, nosso

objetivo é mostrar como a epidemia paulatinamente chegou e foi compreendida pelas Ciências Sociais.

2016: Epidemia, direitos reprodutivos e narrativas de sofrimento

Esse ano conta com 11 produções (Aguiar e Araújo, 2016; Baum et al., 2016; Camargo, 2016; Camargo Jr., 2016; Diniz, 2016; Diniz e Brito, 2016; Galli, 2016; Galli e Deslandes, 2016; Pitanguy, 2016; Valle et al., 2016; Ventura, 2016). As discussões nesse período são sobre políticas públicas e vulnerabilidade social; correlações entre a epidemia do VZ e outras epidemias, como por exemplo a chikungunya e dengue; e questões diretamente vinculadas à maternidade, diagnóstico e a chegada de uma criança com deficiência. É bom lembrar que o primeiro epicentro da epidemia, em 2015, foi na cidade de Recife/PE, localizada no Nordeste brasileiro, região que já enfrentava outras arboviroses transmitidas pelo mesmo mosquito que infecta o VZ, o *aedes aegypti* (Valle et al., 2016).

Foi em outubro de 2015 que uma médica paraibana observou em seu consultório o crescimento do número de casos de bebês microcefálicos. Notificou o Ministério da Saúde, alertando para o fenômeno (Camargo Jr., 2016; Diniz, 2016). As Ciências Sociais já estavam ajudando a documentar a chegada do vírus no País, reconhecer os profissionais de saúde que compuseram uma rede de atores que cuidaram dos casos, descrevendo a história da ciência do Zika, portanto.

Pelo fato de ser transmitido por um mosquito que se prolifera na água, o VZ se torna uma doença relacionada diretamente ao meio ambiente, saneamento e urbanização. Deisy Ventura (2016) sugere que a patologia que vira epidemia é de responsabilidade do Estado, ente que deve zelar pelo cuidado das cidades. O descaso com as periferias urbanas, sobretudo, vulnerabiliza esse perfil

de pessoas, historicamente esquecido. Aqui, fica clara a possibilidade de diálogo das Ciências Sociais com outras áreas como a Arquitetura, Administração Pública, Engenharia de cidades, Entomologia, por exemplo. A autora afirma que:

No Brasil, a securitização da resposta ao Zika fez do mosquito *Aedes aegypti* o maior inimigo da saúde pública. Porém, embora a “guerra contra o mosquito” seja necessária como providência imediata, ela não pode esconder que a lista de adversários da saúde é bem mais longa. Impõe-se a suspensão imediata de cortes orçamentários na área social, com a priorização de investimentos em saneamento básico e no fortalecimento dos SUS. Só um sistema de saúde eficiente pode garantir, quando finda a emergência, a continuidade da assistência às pessoas atingidas pela crise. (Ventura, 2016, p. 3).

De acordo com Kenneth Camargo Jr. (2016), a descoberta da epidemia, aconteceu no momento em que o País enfrentava uma situação de crise, tanto política quanto economicamente. Naquele período, foram realizados cortes propositais de recursos ao SUS e também para o financiamento de pesquisas científicas. Em outras palavras, os serviços estavam se precarizando rapidamente e a ciência não conseguia dar respostas com a rapidez necessária. Denise Valle, Denise Pimenta e Raquel Aguiar (2016) apontam que elevar um vírus a uma situação de emergência foi importante para visibilizar os mais desfavorecidos na sociedade e reforçar a importância das políticas públicas.

Inicialmente o discurso oficial era de que a Zika se tratava de uma doença benigna e que não havia razões de preocupação, uma vez que se observava a evolução para a cura. A prioridade, até aquele momento, era com a dengue que, segundo as autoridades, de fato, matava (Aguiar e Araújo, 2016, p. 4). E as Ciências Sociais parecem somente ter decolado suas reflexões quando o vírus foi associado à gestação e depois à síndrome congênita, com um alargamento das questões envolvidas. Por isto, muito

da produção desse ano já trouxe como principal foco as mulheres que tiveram crianças microcefálicas. Neste sentido, Débora Diniz, uma das principais antropólogas a evidenciar a relação entre epidemia, raça e gênero, anunciou:

Somente algumas mulheres tiveram a vida precarizada pelo assombro da epidemia: mulheres nordestinas, pobres, de regiões rurais em que há intensa circulação do mosquito, dependentes dos serviços públicos de saúde. Das crianças nascidas com a síndrome neurológica provocada pelo vírus Zika, 88% são da região Nordeste. (Diniz, 201, p. 4).

Beatriz Galli (2016) ao fazer a análise do documentário produzido por Diniz, nota que, a partir dos depoimentos das cinco mulheres que foram afetadas pelo VZ, há medo, sofrimento emocional e ansiedade, no longo processo até se receber o diagnóstico da SCVZ⁵. Neste sentido, a autora também aponta que a epidemia da Zika reacendeu a discussão acerca da autonomia reprodutiva das mulheres, sobretudo a questão do aborto e de sua ainda ilegalidade no Brasil. Diniz (2016), além de apresentar essa discussão por meio de sua produção audiovisual, retoma todo esse debate analisado por Galli em um de seus textos. Diniz conclui que “as mulheres preferem não saber (do resultado do diagnóstico), pois não há o que fazer: sem direito a interrupção da gestação e com muitas incertezas científicas, o diagnóstico precoce é tortura psicológica” (Diniz, 2016, p. 3).

No mesmo ano, Diniz, contando com a colaboração de Luciana Brito (2016), pautou a história de um casal do interior da Paraíba que teve uma filha com a SCVZ. Por meio da etnografia, as pesquisadoras criam uma espécie de cena que remonta a vida dessa família, partindo dos relatos de seus interlocutores. Elas

5 DINIZ, Debora. Zika. (29m). Direção: Debora Diniz. Produção: Luciana Brito, Sinara Gumieri. Edição: Valesca Dios. Brasília: Imagens Livres, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=m8tOpS515dA>

apontam aspectos desde a gravidez não planejada, o parto em que o acompanhante – no caso o pai – foi proibido de entrar no centro obstétrico e, por fim, o tratamento discriminatório que sua filha recebeu ao nascer (Diniz e Brito, 2016, p. 3). Dentre algumas questões levantadas, as duas autoras indicam que a falta de informação e a ausência de políticas públicas, – para que as mulheres possam escolher os caminhos que julgem ser melhores para sua própria saúde reprodutiva – a Zika se torna uma realidade que afeta principalmente as mulheres em situações de maior vulnerabilidade social.

Jacqueline Pitanguy (2016) também se lança ao tema da saúde reprodutiva de mulheres, com recorte no Brasil. Ela comenta que o movimento feminista brasileiro e internacional tem se empenhado em evidenciar os laços entre autonomia reprodutiva e Estado (Pitanguy, 2016, p. 2). Mas ao pensar na situação brasileira frente à questão do aborto, ela conclui que:

No Brasil, que tem uma legislação extremamente restritiva no que tange ao abortamento, assiste-se a uma crescente politização do dogmatismo religioso, levando a que as dimensões de saúde e direitos sejam encobertas por uma estridente condenação moral ou criminal. Aqui o debate sobre a expansão de permissivos para o abortamento segue o caminho inverso. A interrupção voluntária da gravidez sofre ameaças constantes de retrocesso, no sentido de serem eliminadas as três únicas circunstâncias em que a interrupção não é penalizada: em caso de risco de vida da gestante, se a gravidez é resultante de estupro, ou se existe anomalia fetal irreversível e incompatível com a vida. (Pitanguy, 2016, p. 2).

Seguindo o mesmo conjunto de ideias indicadas por autoras anteriormente já citadas (Diniz e Brito, 2016; Pitanguy, 2016), Beatriz Galli e Suelly Deslandes (2016) reforçam que o acesso aos direitos reprodutivos de mulheres brasileiras está em situação de constante ameaça. Os direitos poderiam ser atingidos por uma forte onda de retrocesso que naquele momento se arti-

culava no Congresso Nacional com a bancada evangélica e suas noções conservadoras e moralistas.

De acordo com os dados apresentado por Thais Camargo (2016), no ano de 2012, o STF decidiu em favor da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) para o caso dos fetos anencéfalos. O mesmo grupo que agiu nessa ADPF de 2012 preparou uma nova versão, mas desta vez visando articular de modo que garantisse o direito legal e seguro do aborto na rede pública de saúde em casos de fetos diagnosticados com a SCVZ. Considerou-se ser o momento oportuno de avaliar as leis e políticas de saúde, respeitando os direitos humanos e a autonomia das mulheres sobre seus corpos e suas vidas.

No começo de 2016, o governo federal lançou o protocolo de atenção à saúde e resposta à SCVZ, que logo foi analisado pelas cientistas sociais. Paig e Baum em conjunto com outras autoras (2016) apontaram que, embora o protocolo tenha sido centrado na importância dos métodos contraceptivos, sabe-se que estes não chegam democraticamente às mulheres negras e pobres, habitantes de áreas mais atingidas pela epidemia. Um passo é a gratuidade nas farmácias públicas, outra bem diferente é a continuidade da política, dois aspectos fundamentais para garantir a eficácia dos métodos contraceptivos. Uma segunda crítica é que esse protocolo ignora que o aborto ilegal seja uma realidade no País e que possivelmente será intensificado com a epidemia. “As mulheres que foram infectadas pelo Zika ou que estão vulneráveis à infecção têm direito a receber orientação de qualidade, assistência e informações para tomar decisões informadas” (Baum et al., 2016, p. 2). Foi reportado, nas publicações acadêmicas e na mídia, como as mulheres de maior poder aquisitivo puderam evitar, interromper ou adiar a gestação e optar por parir em regiões sem mosquitos, como no exterior.

A atenção jornalística também foi material analisado pelas cientistas sociais naquele ano. Em geral, foram várias as críticas feitas à cobertura realizada desse início da epidemia. Com qual in-

tenção os jornais trouxeram narrativas de sofrimento das mães e dos bebês atingidos? Seria esta uma dramatização necessária para se conseguir falar de saúde e de política pública? Como teria sido se a epidemia não tivesse atingido tão intensamente as periferias urbanas e regionais? As aspas, colhidas junto às mulheres e suas famílias, tiveram autorização de maneira ética? Ou foi realizada uma invasão da privacidade para conseguir manchetes e venda de jornal? (Aguiar e Araújo, 2016). Em geral, as pesquisadoras acharam que a mídia foi especulativa, ao divulgar notícias ainda não comprovadas sobre o VZ; foi leviana, ao espalhar pânico e preconceito com a deficiência e o contágio; foi apressada em muitos sentidos, atropelando as reais prioridades enfrentadas pelas famílias atingidas.

2017: Políticas públicas, cuidados e organização das “mães da micro”

Nesse ano, 13 publicações foram encontradas (Amarillo, 2017; Araújo et al., 2017; Cardoso et al., 2017; Carneiro, 2017; Carvalho, 2017; Fleischer e Carneiro, 2017; Fleischer, 2017; Lira et al., 2017; Pereira et al., 2017; Pinheiro e Longhi, 2017; Porto e Moura, 2017; Scott et al., 2017; Silva et al., 2017). Retomaram assuntos abordados em 2016 e trouxeram outros: a estimulação precoce recebida como principal terapêutica às crianças nascidas com SCVZ; a organização política das mães de micro; o racismo ambiental; e os benefícios sociais como o BPC.

As narrativas das “mães de micro” continuam em evidência, revelando os impactos do VZ e da SCVZ sobre suas vidas e de seus filhos. Após o nascimento dessas crianças, a rotina familiar se transformou repentina e drasticamente. A deficiência com níveis variados é determinante nesse sentido:

Essas crianças têm apresentado um complexo conjunto de sintomas para além da cabeça pequenina: distúrbios de

ordem ortopédica, oftalmológica, odontológica, cardíaca, motora, dificuldade de alimentação e respiração, paralisias cerebrais e a ocorrência de convulsões estão entre os sintomas mais observados. (Fleischer, 2017, p. 19).

Várias pesquisas descreveram as rotinas das famílias de micro, cada vez mais exaustivas, considerando os desafios da locomoção de casa até os hospitais e terapias de reabilitação, de casa até os balcões do Estado para pleitear direitos e concessões, de casa até as ONGs e locais de doações de medicamentos, leite em pó e fraldas. Soraya Fleischer (2017) descreve três ações cotidianas realizadas por essas mães na região da Grande Recife/PE, segurar a criança, caminhar pela cidade e falar a diferentes interlocutores, aparentemente simples, mas cruciais para conseguirem cuidar de seus filhos. Luciana Lira et al. (2017), dialogando com esses termos, destacam que o segurar a criança “é um conhecimento pelo tato, um conhecimento que resulta do contato entre os corpos e da rotina de cuidados que torna as mães-cuidadoras capazes de discernir os humores, os sintomas, as necessidades e vontades das crianças” (2017, p. 228). As autoras sugerem a “criação de corpos extensivos, que se constituem nas interações físicas, emocionais e técnicas entre mães de micro e seus filhos/filhas” (ibid, p. 229).

Vários dos artigos desse ano se aprofundaram em estudos de caso. Além de Fleischer (2017), Diego Pinheiro e Marcia Longhi (2017) apresentaram uma mãe de micro a partir da sua militância política em busca de direitos do seu filho. Essa liderança, acompanhada de outras mães, aproveitou as reuniões em salas de espera de hospitais, nos transportes e nas sedes das organizações não governamentais para partilhar conhecimentos gerados pelos cuidados intensivos. O artigo não apenas mostra a atuação de uma mãe, mas o movimento social e a pressão política que várias delas têm empreendido. Como construir a agência feminina diante das exigências do cuidado com a infância e a deficiência também são o tema de outro trabalho, que teve como foco uma outra organização da região recifense (Scott et al., 2017).

Além das consultas médicas, essas crianças foram encaminhadas aos profissionais da reabilitação para as atividades de estimulação precoce. Segundo esses especialistas, a plasticidade própria da primeira infância deveria ser amplamente aproveitada para que o desenvolvimento fosse alcançado progressivamente. No entanto, foi apenas após muita luta que essas mães conseguiram obter atendimento público acessível (Fleischer e Carneiro, 2017). E, ainda assim, as vagas para as crianças com SCVZ nem sempre foram prioridades, como mostraram essas duas autoras.

Éverton Pereira e seus colegas (2017) foram conhecer sobre o acesso e a distribuição do Benefício de Prestação Continuada (BPC) concedido às crianças com micro. Como lembram:

A Constituição Federal de 1988 introduziu, no artigo que discorre sobre a política de assistência (Artigo 203), a garantia de um salário mínimo para pessoas com deficiência e idosos que não possuem condições próprias ou familiares de prover seus meios de subsistência. Este benefício foi instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8.742/931 e nomeado como Benefício de Prestação Continuada (BPC). (Pereira et al., 2017, p. 3558).

Nesse sentido, Everton Pereira et al. (2017) já anteviram que, com o crescimento das crianças, outros direitos logo precisariam ser acionados e consolidados para essas famílias, não apenas o de complementação de renda: “No caso das crianças com microcefalia, além da assistência social (por meio dos CRAS e do BPC), é preciso construir uma rede de saúde e educação capaz de acolher a diversidade e possibilitar a real inclusão na perspectiva dos direitos humanos” (2017, p. 3564).

Claudia Amarillo (2017), referindo-se ao caso colombiano, observou que certos setores culpabilizaram as mulheres pela expansão do VZ e da SCVZ. Foram acusadas de serem incapazes de controlar a própria reprodução. Como no ano anterior, os artigos

continuam a mostrar como uma epidemia ressuscita imagens historicamente consolidadas sobre raça, gênero e sexualidade. A autora não nos deixa perder de vista como um contexto cristão e controlista está por trás dessas manifestações de culpabilização, atmosfera não muito distante nem diferente do Brasil.

A mídia continua inquietando as cientistas sociais. Porto e Moura (2017) mostraram como a mídia primou por reforçar as questões morais, religiosas e políticas que surgiram com a epidemia do Zika. Os jornais analisados também apontaram para o descaço por parte das autoridades com a saúde e a ausência de saneamento básico nas regiões mais afetadas pela epidemia.

Ademais, os textos de 2017 trouxeram questionamentos sobre novos pontos. Layla Carvalho (2017), por exemplo, nos provocou a pensar com a epidemia desperta uma discussão sobre “racismo ambiental”, já que a falta de saneamento público coincide com as áreas de moradia da população negra:

O racismo ambiental, que no Brasil é uma das razões para as desigualdades de acesso a saneamento básico – acesso à água encanada, tratamento e coleta de esgotos –, está na base do adoecimento de grupos sociais específicos, reiterando os ciclos de pobreza e marginalização de famílias negras no país. (2017, p. 154).

No mesmo sentido, resumiu Rosamaria Carneiro, “o governo não necessariamente assumiu que a falta de saneamento básico, urbanização, igualdade ambiental e a insistência do racismo, machismo e desigualdade social tivessem contribuído na eclosão da epidemia” (2017, p. 18). Ana Claudia Silva, Silvana Matos e Marion Quadros (2017) atentaram-se para os limites do investimento tecnológico nos focos para proliferação do mosquito. Questionam se são medidas efetivas, se a tecnologia continuará a ser fomentada quando a emergência epidemiológica diminuir, como se dão as relações do Brasil com outros países no inter-

câmbio científico e no controle de epidemias que geralmente ignoram fronteiras nacionais. As Ciências Sociais ofereceram aportes sobre o VZ de modo mais interconectado, em que várias facetas se interinfluenciam. Retratos mais amplos e complexos vêm sendo apresentados.

Kizi Araújo et al. (2017) notaram o aumento de publicações sobre o tema do ZV de 2016 a 2017 e reforçaram a importância do sistema de acesso aberto à produção científica, sobretudo no caso de epidemias e consequências globais. Lembraram da importância de a mídia fazer a priorização e a tradução dos resultados científicos ao público amplo. Em outro artigo que também tratou do papel da mídia nesse cenário, Janine Cardoso et al. (2017) afirmaram que, por exemplo, o *Jornal Nacional*, no contexto de epidemia da dengue de 2008, usou argumentos mais dramáticos, mostrando famílias pobres sofrendo com a doença causada pelo mosquito. As autoras atentaram para as metáforas e significados que são considerados na composição das notícias.

Em outra pesquisa, Parry Scott et al. (2017) analisaram duas associações, Aliança das Mães e Famílias Raras (AMAR) e a União de Mães de Anjos (UMA), ambas no Recife/PE, e se voltaram para discutir os diferentes tipos de atritos políticos que compõem a atmosfera da SCVZ. As autoras constataram que, dentre os vários atritos existentes, parte deles é motivada pelo Estado e suas políticas públicas adotadas de modo insuficiente. Para além dessa verificação, elas também observaram que:

As tensões que coadunam diferentes percepções de perspectivas de feminismo, de deficiência, e de cuidado/atendimento que identificamos são: como lidar com saúde reprodutiva na presença de uma população dependente demandante; como articular demandas de excepcionalidade emergenciais com demandas de excepcionalidade rotinizadas; e como construir a agência feminina diante da exigência de cuidado. Há tensão sobre aborto, tensão sobre empreendimento e empoderamento; tensão sobre exercício

de maternidade; tensão entre deficientes históricos e deficientes zikas, entre rotina e emergência, na nomeação dos deficientes, na lógica do atendimento do Estado e na lógica e emoção de pessoas que são cuidadoras, tensão entre a concessão de alta e a necessidade de continuidade do tratamento, tensão na prevenção e atendimento básico no sistema de saúde, sobre responsabilidade e cidadania, e sobre estados cognitivos e emoções em geral. (2017, p. 87-88).

Por fim, com intuito de analisar as permutas que acontecem entre pesquisadoras e campo de pesquisa, Luciana Lira et al. (2017) publicaram um artigo que traz importantes contribuições para as Ciências Sociais e suas metodologias aplicadas na prática. As pesquisadoras notam que a partir de suas experiências com as mães de micro, elas conseguem gerar determinado conhecimento muito próprio e muito potente devido ao intenso exercício de compreender a realidade do outro partindo do lugar de afetação, seja sobre a criança, a família, o Estado (2017, p. 226).

2018: experiências sobre maternidade, deficiência e direitos sociais

Em 2018, contamos com 14 publicações (Alves, 2018; Andrade et al., 2018; Carneiro e Fleischer, 2018; Castilhos e Almeida, 2018; Cruz et al., 2018; Gonçalves et al., 2018; Fleischer, 2018; Justino, 2018; Linde e Siqueira, 2018; Moreira et al., 2018; Moreira et al., 2018a; Scott et al., 2018; Valim, 2018; Williamson, 2018). Os temas centrais discutidos nos dois anos anteriores persistiram e se densificaram. Nesse ano, um dos assuntos que recebeu maior destaque foi a deficiência em decorrência da SCVZ.

Em 2016, a OMS declarou o “fim” da emergência de saúde pública. Mas Eliza Williamson, que fez pesquisa com famílias de micro em Salvador/BA, lembrou que “tudo o que se havia deixado de lado ao anunciar isto é o fato de que as crianças que nasceram com a síndrome congênita (...) sofrem ainda os reflexos que po-

dem se perdurar por longos anos ou até a vida inteira” (2018, p. 686). Então, a ideia de “pós-epidemia”, amplamente usada pela OMS e outras autoridades, se torna algo questionável, quase irônico e irresponsável. Não estamos num momento “pós”, nada terminou, nada sumiu. Ao contrário, as consequências do VZ continuam cada vez mais intensas.

Além disso, Williamson afirma que a deficiência ainda é um tema pouco explorado dentro da Antropologia e a epidemia nos revelou esta lacuna na área. Ela sugere que há muitas temporalidades dentro da deficiência, o VZ nos faz pensar no tempo da criança (com a “janela no cérebro” e a corrida pela “estimulação precoce”), da família (na luta pelos benefícios e direitos), das políticas públicas (para casar recursos, infraestrutura e vontade política), da produção científica (que junta financiamentos, currículos, espaço e material orgânico para trabalhar), dos movimentos sociais, etc.

A equipe de antropólogos da UFPE, liderada pelo professor Parry Scott, se concentrou no estudo das políticas públicas que já existiam e foram acionadas para o contexto da SCVZ. Acompanharam, especialmente, as mães na luta diária por exigir os aportes necessários do Estado (Scott et al., 2018). André Justino (2018), seguindo a linha de Pinheiro e Longhi (2017), no ano anterior, discutiu sobre o papel importante que as ONGs desempenham na luta empreendida por essas mulheres.

É também potente pensar que no intenso processo de estabelecimento de redes de apoio, essas mães e cuidadoras estejam construindo e mobilizando saberes que passam ao largo, algumas vezes, da biomedicina. Elas se empoderaram e se armam do conhecimento produzido na vida cotidiana com seus bebês para adentrar na arena biomédica em posições mais firmes e estabelecidas, fazendo frente aos discursos biomédicos que insistem em pré-estabelecer limites para os bebês nascidos com a Síndrome Congênita. (Justino, 2018, p. 179).

O cuidado, a rotina pesada, a dedicação e cobrança da maternidade continuam como foco e análise desse conjunto de cientistas sociais. Mudança radical de suas vidas, incerteza futura com a deficiência, insegurança sobre o alcance das terapias disponíveis são temas que surgiram com mais força nesse ano da produção. Parry Scott et al. (2018) se perguntaram se a assistência oferecida e o investimento científico estavam sendo acertados, priorizando as realidades apresentadas pelas mães e suas famílias.

Ao longo desse ano, os direitos reprodutivos, inclusive o acesso à interrupção gestacional, se mantiveram sendo discutidos. Washington Castilhos e Carla Almeida (2018) destacaram como as mídias deram voz para o assunto, mas centrando principalmente nos especialistas, como médicos e juristas. Mesmo sendo importantes, não são os principais atores para falar da realidade reprodutiva no País. As autoras afirmam que as vozes das mulheres, que são de extrema importância nesse debate, continuaram silenciadas. Ainda nessa perspectiva, Rosamaria Carneiro e Soraya Fleischer (2018) também notaram uma generalizada culpabilização das mulheres pela infecção, gravidez e transmissão vertical do vírus. Assim como Amarillo (2017) já havia mostrado na Colômbia, no ano anterior, a opinião pública concluiu que esses corpos femininos “não se cuidaram”, “não usaram repelente”, “não evitaram os focos de proliferação do mosquito *aedes*”, etc.

Martha Moreira et al. (2018) notaram uma pronunciada desigualdade de gênero dentro dos relacionamentos conjugais dessas mulheres. As autoras foram entender as repercussões sobre a descoberta da transmissibilidade sexual do VZ. A participação masculina ganha outra dimensão, gera outros conflitos e põe as cientistas sociais para pensar em outros níveis. As autoras mostram que, surpreendentemente, diante das outras formas de transmissão viral, “a transmissão sexual sofre um apagamento, que parece reavivar o apagamento sobre discutir sexualidade e direitos reprodutivos, e, se for para discuti-los, será para domesticá-los” (Moreira et al., 2018, p. 705).

Dentre os temas novos nesse ano, vimos a religião, as equipes de saúde e economia. Ao largo dos estudos de ciência *hard*, a religião é reconhecida pelas Ciências Sociais como podendo interferir positivamente na vida das mães de micro (Linde e Siqueira, 2018). Pode funcionar como um canal facilitador contar com líderes religiosos como intermediadores e apoiadores da situação vivida por essas famílias, inclusive ajudando na conquista de direitos e tratamentos para as crianças com a SCVZ. Luciana Andrade et al. (2018) também voltaram suas pesquisas com recorte nas questões religiosas e espirituais. Nesse estudo, a equipe de pesquisadoras partiu do objetivo de analisar as concepções de profissionais, líderes religiosos, gestantes puérperas acerca da influência da religião/espiritualidade perante a epidemia ZV. Como resultado, elas observaram nos discursos de seus interlocutores alguns apontamentos relevantes e por vezes tomados como contraditórios. Cada conjunto de interlocutores pontuou algo diferente:

A concepção dos profissionais da saúde é tecnicista e não reconhece a influência da religião/espiritualidade no contexto da epidemia Zika vírus. Gestantes e puérpera enfatizam a influência da religião/espiritualidade em suas vidas, reforçadas pelos depoimentos dos líderes religiosos, demonstrando que a religião/espiritualidade oferece meios que auxiliam o enfrentamento da condição patológica, como na epidemia Zika vírus, e pode complementar a atuação tecnicista apresentada pelos profissionais da saúde. (Andrade et al., 2018, p. 334).

Gênesis Cruz et al. (2018) atentaram para a atuação dos profissionais da saúde no cenário da SCVZ, especificamente os enfermeiros: “Na superação dos desafios diários exigidos por essa nova condição crônica de vida, os enfermeiros necessitam dispor de conhecimentos específicos, bem como de um olhar que valorize as suas demandas, para um agir integral e humanizado, mesmo que em sua realidade local haja fragilidades de capacitações e treinamentos” (2018, p. 1263).

A situação econômica dessas famílias afetadas pelo VZ é muito fragilizada, como destacaram Amanda Gonçalves et al. (2018). Essa pesquisa mostrou como as mulheres se encontravam desempregadas, já que precisaram abandonar os seus trabalhos para se dedicarem ao cuidado de seus bebês. Sem renda fixa, acabavam não conseguindo arcar com todas as despesas da casa. O endividamento tem crescido entre essas mulheres. Dentre os gastos, se destacam os altos valores de medicamentos, a alimentação por leites especiais (via sonda), os equipamentos de reabilitação usados em casa, o transporte em carros particulares e mais confortáveis e pontuais, etc. Embora sempre mencionados genericamente, os aspectos econômicos ainda não se firmaram como foco dessas Ciências Sociais do VZ e sugerimos mergulhos futuros neste sentido.

Nesse ano de 2018, surgem outros tipos de textos: resenhas, fotografias e diários de campo. Thais Valim (2018) publicou uma resenha crítica do filme “Elas” (2017), da antropóloga e cineasta olindense Stephane Ramos⁶. O filme apresenta narrativas de sete mães pernambucanas, no contexto do sofrimento da invisibilização da SCVZ e do abandono paterno. O filme também mostra o papel que as ONGs têm desempenhado na vida dessas mulheres, proporcionando acolhimento emocional como também a oportunidade para trocas de conhecimentos e experiências sobre a maternidade, a deficiência, os direitos sociais. A maternidade já é habitualmente moralizada, repleta de vigilância e cobrança e, no caso da deficiência, o peso parece aumentar ao se lidar com uma sociedade preconceituosa e não inclusiva.

Em esforço conjunto, Martha Moreira et al. (2018a) revelaram contrastes que se dão com o fim da emergência internacional, declarada pela OMS e, também, pouco depois, pronunciada pelo

6 RAMOS, Stephane. Elas. 2017. (24min). Direção, produção e fotografia: Stephane Ramos. Edição: Carlos Cezare. Recife/PE. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=I2SQ781fICI&feature=youtu.be>>.

Ministério da Saúde brasileiro. As pesquisadoras friccionam o fato da emergência para o Estado ser uma e para as famílias afetadas outra. A preocupação do primeiro é de controlar a situação de adoecimento no País, se baseando nos dados epidemiológicos de ZV. Enquanto a aflição das famílias se deve ao fato de suas emergências não serem estáticas. Seus filhos crescerão e novas demandas, como creches e escolas, surgirão. Ao concluir a pesquisa de quase três anos, Moreira e suas colegas, além de terem observado os impactos sociais e econômicos, também refletiram sobre o cansaço exaustivo em cuidar dos filhos e a necessidade de trabalhar ao mesmo tempo.

Já Raquel Alves (2018) apresentou uma sensível fotoetnografia. Dois temas costumeiros na vida dessas mães de micro são apresentados com imagens: o cuidado e o cansaço. Com fotografias tiradas no dia em que acompanhou uma mãe e a sua rotina de terapias do filho, Alves explicou: “É uma rotina solitária e cansativa, cuja noção do tempo se perde aos cuidados de um(a) filho(a) com microcefalia” (2018, p. 976). A imagem foi hiperutilizada pela mídia, sobretudo nos primeiros anos da epidemia (Porto e Moura, 2017), e é interessante que as Ciências Sociais tenham conseguido retratar essas famílias sem ter que expor ou vulnerabilizar ainda mais suas vidas.

Soraya Fleischer (2018) retoma com mais força e centralidade os seus diários de campo, produzidos durante a pesquisa sobre a SCVZ no Recife/PE. Trazer os diários (na forma editada), em vez de análises ou simples menções ou citações deles, pode ajudar a imaginar o cenário de pesquisa e de vida das interlocutoras. A autora escolheu oito trechos dos diários, organizou-os numa sequência que propositalmente traduziam atividades recorrentemente enfrentadas pelas mães e crianças de micro e deixou que esta montagem fosse sua tinta analítica.

Considerações Finais

Ao realizar este estado da arte, pudemos reunir a produção de cientistas sociais atuando em departamentos de Antropologia, Sociologia, Ciência Política, Saúde Coletiva, Enfermagem, Economia, por exemplo, ou, se fora da universidade, trabalhando em ONGs feministas, secretarias municipais de saúde e assistência, institutos de pesquisa. Uma formação que tem lhes permitido lançar o olhar crítico e reflexivo das Ciências Sociais para a realidade dessa epidemia que começou aparentemente branda e tomou dimensões dramáticas e humanitárias. Além de reunir as pesquisadoras, também foi possível conhecer os grupos de pesquisa e principais núcleos de produção sobre o VZ e a SCVZ.

Dois grupos se destacaram na quantidade de publicações ao longo desse triênio e vale lembrar que, com equipes maiores, talvez seja possível ganhar uma envergadura de pesquisa, autoria e publicação. Participar de uma equipe facilitou para que graduandas e pós-graduandas publicassem seus resultados. Os dois grupos foram o FAGES - Família, Gênero e Sexualidade (UFPE), com o projeto, “Etnografando cuidados e pensando políticas de saúde e gestão de serviços para mulheres e seus filhos com distúrbios neurológicos relacionados com Zika em Pernambuco, Brasil”, coordenado por Parry Scott, e a CASCA - Coletivo de Antropologia e Saúde Coletiva (UnB), com o projeto “Zika e microcefalia: Um estudo antropológico sobre os impactos dos diagnósticos e prognósticos das malformações fetais no cotidiano de mulheres e suas famílias em Recife/PE e Brasília/DF”, coordenado por Soraya Fleischer.

A publicação em línguas estrangeiras e a presença de pesquisadoras estrangeiras nesses periódicos brasileiros nos mostram como o tema do VZ tem potencial e, mais importante, a necessidade de internacionalizar debates e intercâmbios científicos.

Muitos debates embalaram as Ciências Sociais para pensar o VZ e a SCVZ, mas particularmente as políticas públicas e as rotinas

de cuidados com as crianças ganharam centralidade. A luta das mães, as principais cuidadoras, a sua organização política em ONGs para lutar pelos direitos das crianças, a ausência dos genitores e do Estado, os limites das terapias e serviços de saúde, educação e assistência foram temas importantes também. As mães de micro têm uma centralidade empírica na grande maioria dos artigos desses três anos resenhados. Nesse período de pesquisas, as desigualdades socioeconômicas se fizeram bastante presentes nos debates das Ciências Sociais sobre a epidemia, sobretudo as repercussões da relação entre saúde, raça e deficiência. Diferentes aspectos – classe social, cidade, geração e gênero, por exemplo – foram considerados pelas cientistas sociais para analisar os dados. As publicações ganharam um peso e um papel de descrição, detalhamento e, também, denúncia dos problemas enfrentados pelas famílias atingidas.

Contudo, ainda existem muitas lacunas que precisam receber a atenção das Ciências Sociais. As pesquisas se concentram, em geral, em dados vindos do Nordeste brasileiro, mas sabemos que o Sudeste e o Centro-Oeste também tiveram muitos casos de VZ e SCVZ. A paternidade e a masculinidade face ao cuidado e à deficiência; a situação financeira das famílias de micro; a creche e a escola que começam a ser procuradas para essas crianças; a ciência e os cientistas envolvidos no estudo do vírus e síndrome; o papel do Estado no cuidado dessas crianças e famílias agora num desenho de austeridade neoliberal e com fascismo de direita são alguns dos temas que ainda precisam ser aprofundados pelas cientistas sociais, brasileiras ou não. Serão dados importantes para entendermos o fenômeno bio-político-social do VZ e certamente contribuirão para que nenhum direito ou benefício seja retirado dessas famílias.

Referências

Aguiar, Raquel; Araujo, Inesita Soares. “A mídia em meio às ‘emergências’ do vírus Zika: questões para o campo da comunicação e saúde”. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, 10(1), 2016, p. 1-15.

Alves, Raquel Lustosa Da Costa. “Um dia com Josi: uma fotoetnografia do cuidado e do cansaço”. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, 22(66), 2018, p. 975-980.

Amarillo, Claudia Rivera. “Aegypti: Ideología de género, feminismo y extinción”. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, 27, 2017, p. 199-219.

Andrade, Luciana Dantas Farias De; Santos, Emanuelle Morais Dos; Almeida, Janaína De Medeiros Lima; Cerqueira, Ana Carolina Dantas Rocha; Sousa, Carolina Pereira Da Cunha; Pinto, Maria Benegelanina. “Epidemia Zika Vírus: Influência da religião/espiritualidade em gestantes e puérpera”. **Revista de Enfermagem da UFPE online**, Recife, 12(2), 2018, p. 329-336.

Araujo, Kizi Mendonça De; Silva, Cícera Henrique Da; Guimarães, Maria Cristina Soares; Lins, Rosane Abdala; Neto, Rosângela Cordeiro De Souza Asséf. “A Produção científica sobre zika em periódicos de acesso aberto”. **Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, 2017, p. 1-8.

Baum, Paige; Fiastro, Anna; Kunselman, Shane; Vega, Camila; Ricardo, Christine; Galli, Beatriz; Nascimento, Marcos. “Garantindo uma resposta do setor de saúde com foco nos direitos das mulheres afetadas pelo vírus Zika”. **Cadernos de Saúde Pública**, 32(5), 2016, p. 1-4.

Brasil. Ministério da Saúde. Monitoramento integrado de alterações no crescimento e desenvolvimento relacionadas à infecção pelo vírus Zika e outras etiologias infecciosas, até a Semana Epidemiológica 52 de 2018. **Boletim Epidemiológico**, nº08, 2019. Disponível em : <<https://www.saude.gov.br/boletins-epidemiologicos>>.

Camargo, Thais Medina Coeli Rochel de. “O debate sobre aborto e Zika: lições da epidemia de AIDS”. **Cadernos de Saúde Pública**, 32(5), 2016, p. 1-3.

Camargo JR.; Kenneth R. de. “Zika, microcefalia, ciência e Saúde Coletiva”. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, 26, 2016, p. 9-10.

Cardoso, Janine; Câmara, Juliana; Fiorito, Paula. “Zika e microcefalia no *Fantástico e Jornal Nacional*”. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2017, p. 1-16.

Carneiro, Rosamaria; Fleischer, Soraya Resende. “*Eu não esperava por isso. Foi um susto*: conceber, gestar e parir em tempos de Zika à luz das mulheres de Recife, PE, Brasil”. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, 22(66), 2018, p. 709-19.

Carneiro, Rosamaria Giatti. “Zika, uma agenda de pesquisa para (o pensar) nas Ciências Sociais e Humanas em Saúde”. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, 21(63), 2017, p. 753-57.

Carvalho, Pedreira Layla. “Vírus Zika e direitos reprodutivos: entre as políticas transnacionais, as nacionais e as ações locais”. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, 3(2), 2017, p. 134-157.

Castilhos, Washington; Almeida, Carla. “A expertise leiga vale para todos? O lugar das mulheres afetadas no debate sobre zika-microcefalia-aborto na imprensa brasileira”. **Journal of Science Communication América Latina**, 1(1), 2018, p. 1-8.

Cruz, Gênesis Vivianne Soares Ferreira; Chicati, Thaís Fernanda Campos; Barsaglini, Reni Aparecida. “A experiência de enfermeiras na assistência às crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus”. **Investigação Qualitativa em Saúde**, 2018, p. 1256-1265.

Diniz, Debora; Brito, Luciana. “Epidemia provocada pelo vírus Zika: informação e conhecimento Zika virus disease epidemic: information and knowledge”. **Cadernos de Saúde Pública**, 10(2) 2016, p. 1-5.

Diniz, Debora. Zika: **Do sertão nordestino à ameaça global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

Diniz, Debora. “Vírus Zika e mulheres”. **Cadernos de Saúde Pública**, 32(5), 2016, p. 1-4.

Diniz, Debora. **Zika**. 2016. (29m). Direção: Debora Diniz. Produção: Luciana Brito, Sinara Gumieri. Edição: Valesca Dios. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=m8t0pS515dA&t=3s>>.

Fleischer, Soraya; Carneiro, Rosamaria. “A alta terapêutica de crianças com a síndrome congênita do vírus Zika: O que esse fenômeno pode nos contar sobre o estado atual da epidemia?”. In: BRAZ, Camilo Albuquerque de e HENNING, Carlos Eduardo. **Gênero, sexualidade e saúde: diálogos latino-americanos, coleção diferenças**. Goiânia: Imprensa Universitária, 2017, p. 17-51.

Fleischer, Soraya. “Cenas de microcefalia, de cuidado, de antropologia (Recife, setembro de 2017)”. **Cadernos de Campo**, 27(1), 2018, p. 118-131.

Fleischer, Soraya. “Segurar, caminhar e falar: notas etnográficas sobre a experiência de uma ‘mãe de micro’ no Recife/PE”. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, 3(2), 2017, p. 93-112.

Galli, Beatriz; Deslandes, Suely. "Ameaças de retrocesso nas políticas de saúde sexual e reprodutiva no Brasil em tempos de epidemia de Zika". **Cadernos de Saúde Pública**, 32(4), 2016, p. 1-3.

Galli, Beatriz. "Aonde está o direito ao aborto? Comentário sobre o documentário Zika, The Film". **Cadernos de Saúde Pública**, 32(6), 2016, p. 1-2.

Gonçalves, Amanda Estrela; Tenório, Sibele Dayane Brazil; Ferraz, Priscila Correia Da Silva. "Aspectos socioeconômicos dos genitores de crianças com microcefalia relacionada ao Zika vírus". **Revista Pesquisa em Fisioterapia**, 8(2), 2018, p. 155-166.

Justino André Filipe. "Fragmentos de (Micro)realidades recifenses: Deficiência como categoria mobilizadora de relações a partir de relatos da síndrome congênita do Zika Vírus". **Amazônica, Revista de Antropologia**, 10 (1), 2018, p. 160-180.

Linde, Ana Rosa; Siqueira, Carlos Eduardo. "Women'sLives in Times of Zika: Mosquito-ControlledLives?" **Cadernos de Saúde Pública**, 34(5), 2018, p. 1-7.

Lira, Luciana Campelo De; Scott, Russell Parry; Meira, Fernanda. "Trocas, Gênero, Assimetrias e Alinhamentos: experiência etnográfica com mães e crianças com síndrome congênita do Zika", **Revista Antropológicas**, 28(2), 2017, p. 206-237.

Moreira, Martha Cristina Nunes; Mendes, Corina Helena Figueira; Nascimento, Marcos. "Zika, protagonismo feminino e cuidado: ensaiando zonas de contato". **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, 22(66), 2018, p. 697-708.

Moreira, Martha Cristina Nunes; Nascimento, Marcos; Mendes, Corina Helena Figueira; Pinto, Marcia; Valongueiro, Sandra; Moreira, Maria Elisabeth Lopes; Lyra, Tereza Maciel; Kuper, Hannah. "Emergency and Permanence of the Zika Virus Epidemic: An Agenda Connecting Research and Policy". **Cadernos de Saúde Pública**, 34(8), 2018, p. 1-4.

Pereira, Éverton Luís; Bezerra, Josierton Cruz; Brant, Jonas Lotufo; Araújo, Wil do Navegantes De; Santos, Leonor Maria Pacheco. "Perfil da demanda e dos Benefícios de Prestação Continuada (BPC) concedidos a crianças com diagnóstico de microcefalia no Brasil". **Ciência & Saúde Coletiva**, 22(11), 2017, p. 3557-3566.

Pinheiro, Diego Alano De Jesus Pereira; Longhi, Marcia Reis. "Maternidade como missão! A trajetória militante de uma mãe de bebê com microcefalia em PE". **Cadernos de Gênero e Diversidade**, 3(2), 2017, p. 113-133.

Pitanguy, Jacqueline. "Os direitos reprodutivos das mulheres e a epidemia do Zika vírus". **Cadernos de Saúde Pública**, 32(5), 2016, p. 1-3.

Porto, Rozeli Maria; Costa, Patrícia Rosalba Salvador Moura. "O Corpo Marcado: a construção do discurso midiático sobre Zika Vírus e Microcefalia". **Cadernos de Gênero e Diversidade**; 3(2), 2017, p. 158-191.

Ramos, Stephane. **Elas**. 2017. (24m). Direção, produção e fotografia: Stephane Ramos. Edição: Carlos Cezare. Recife/PE. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=I2SQ781fICI&feature=youtu.be>>.

Scott, Russell Parry; Lira, Luciana Campelo De; Matos, Silvana Sobreira De; Souza, Fernanda Meira; Silva, Ana Cláudia Rodrigue; Quadros, Marion Teodósio De. "Itinerários terapêuticos, cuidados e atendimento na construção de ideias sobre maternidade e infância no contexto da Zika". **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, 22(66), 2018, p. 673-684.

Scott, Russell Parry; Quadros, Marion Teodósio; Rodrigues, Ana Cláudia; Lira, Luciana Campelo; Matos, Silvana Sobreira; Meira, Fernanda; Saraiva, Jefza. "A Epidemia de Zika e as Articulações das Mães num Campo Tensionado entre Feminismo, Deficiência e Cuidados". **Cadernos de Gênero e Diversidade**, 3(2), 2017, p. 73-92.

Silva, Ana Cláudia Rodrigues Da; Matos, Silvana Sobreira De; Quadros, Marion Teodósio De. "Economia Política do Zika: Realçando relações entre Estado e cidadão". **Revista Antropológicas**, 28(1), 2017, p. 223-246.

Valim, Thais. "Elas", de Stephane Ramos (24 minutos, 2017)". **Anuário Antropológico** 43(1), 2018, p. 463-468.

Valle, Denise; Pimenta, Denise Nacif; Aguiar, Raquel. "Zika, dengue e chikungunya: desafios e questões". **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, 25(2), 2016, p. 419-422.

Ventura, Deisy de Freitas Lima. "Do Ebola ao Zika: as emergências internacionais e a securitização da saúde global". **Cadernos de Saúde Pública**, 32(4), 2016, p. 1-4.

Williamson, K. Eliza. "Cuidado nos tempos de Zika: notas da pós-epidemia em Salvador (Bahia), Brasil". **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, 22(66), 2018, p. 685-697.

Recebido em 29/03/2020

Aprovado em 30/08/2020

Uma Janela no Tempo: a ascensão do Bolsonarismo no Brasil

*Fernanda Rios Petrarca**

Resumo:

Este artigo tem como objetivo analisar as condições sócio-históricas nacionais que possibilitaram a ascensão do bolsonarismo no Brasil. Para dar conta dessas questões analisamos: o papel das amplas coalizões no sistema político brasileiro e as condições que conduziram a atual situação de ruptura; a posição ocupada por Bolsonaro no jogo de forças políticas nacionais e, por fim, os principais setores que se favoreceram da crise e que passaram a apoiar o projeto político por ele representado. A conclusão central é a de que a ruptura no sistema de alianças abriu espaço para um conjunto de grupos *outsiders*, sem poder de voz dentro do executivo e legislativo e com um forte discurso antissistema.

Palavras-chave: Bolsonarismo. Sistema político brasileiro. Sistema de alianças.

* Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe, membro permanente do corpo docente do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS/UFS) e líder do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP-UFS). E-mail: fernandarpetrarca@gmail.com

A Window in Time: the rise of Bolsonaro in Brazil

Abstract:

This article aims to analyze the national socio-historical conditions that enabled the rise of Bolsonaro in Brazil. To address these issues, we analyzed: the role of broad coalitions in the Brazilian political system and the conditions that led to the current situation of rupture; the position occupied by Bolsonaro in the game of national political forces and, finally, the main sectors that favored the crisis and that started to support the political project he represented. The conclusion demonstrated that the rupture in the alliance system has opened space for outsider groups, with no voice in the executive and legislative branches and with a strong anti-system discourse.

Keywords: Bolsonaroism. Brazilian political system. Alliance system.

Una Ventana en el Tiempo: el auge del Bolsonaroismo en Brasil

Resumen:

Este artículo tiene como objetivo analizar las condiciones sociohistóricas nacionales que permitieron el surgimiento del bolsonarismo en Brasil. Para abordar estos temas, analizamos: el papel de amplias coaliciones en el sistema político brasileño y las condiciones que llevaron a la actual situación de ruptura; la posición que ocupaba Bolsonaro en el juego de las fuerzas políticas nacionales y, finalmente, los principales sectores que favorecieron la crisis y que empezaron a apoyar el proyecto político que representaba. La conclusión central es que la ruptura del sistema de alianzas ha abierto espacio para grupos de afuera, sin voz en los poderes ejecutivo y legislativo y con un fuerte discurso antisistema.

Palabras Clave: Bolsonaroism. Sistema político brasileño. Sistema de alianzas.

Introdução

Em outubro de 2018 o Brasil elegeu seu 6º presidente, Jair Mesias Bolsonaro, numa democracia de apenas 33 anos. Numa campanha marcada pela forte polarização, os jornais estampavam o fim de um ciclo de vitórias que permitiu ao Partido dos Trabalhadores (PT) eleger-se durante quatro eleições consecutivas. Em um movimento, considerado como inédito, uma verdadeira “janela no tempo” difícil de se repetir (Nobre, 2019), um deputado – que já estava no cargo há mais de 25 anos e que era conhecido por falar sozinho na tribuna, além de defender publicamente práticas como a tortura, existência dos grupos de extermínio e a volta da ditadura militar – ganha a cena política com um projeto conservador.

Com o lema “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, o então candidato agregou a direita brasileira e criou o espaço para a emergência da inédita extrema direita, fenômeno novo após a redemocratização do País nos anos 1980. Colocando Deus no centro da sua narrativa, a família e a pátria, ele preencheu o vácuo de representação política do conservadorismo no Brasil pós-ditadura militar. Com uma pauta forte sobre temas envolvendo comportamentos e costumes, como projeto contra o aborto e discussões de gênero e educação sexual nas escolas, ele abriu espaço para um discurso conservador e extremista. De um lado representado por diferentes grupos evangélicos, de outro pelos saudosos da intervenção militar.

Além disso, Bolsonaro se apresenta como um político *outsider*, autodefinido “fora do sistema”, com pouco direito de voz no parlamento e com frequência ridicularizado nos programas midiáticos por suas ideias excêntricas. Por diversas vezes se apresentou como o Johnny Bravo, um personagem de desenho infantil retratado como grosseiro, narcisista e pouco intelligen-

te: “Eu, Johnny Bravo, Jair Bolsonaro, ganhou porra”!¹ O sentimento de ter sido desconsiderado pelo *establishment* político, durante o período em que atuou como deputado federal, foi o combustível para seu discurso antissistema, com intenso ataque às instituições democráticas centrais, como o parlamento, o jornalismo e o próprio Supremo Tribunal Federal.

Diante desse quadro, uma das principais indagações que tem sido colocada diz respeito à ascensão política de Bolsonaro e como ele foi capaz de preencher um vácuo de representação gerado tanto pela operação Lava Jato quanto pelo impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff. Contudo, apesar dos esforços, pouco se escreveu sobre a sua base principal de alianças, os principais grupos a se aproximarem do seu projeto político e como ele passou a jogar com diferentes aliados. Ainda que a aliança com grupos que se sentiam fora do sistema, do *establishment*, tenha sido fundamental para a compreensão da ascensão do bolsonarismo, a literatura tem se ocupado, principalmente, em analisar os ciclos de protestos e as estruturas de oportunidades políticas que têm como base as manifestações de 2013 e que culminam no impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff como condições essenciais (Alonso, 2017; Tatagiba & Galvão, 2019; Tatagiba, Trindade & Teixeira, 2015), mas não os grupos de apoio e as condições próprias do sistema político nacional que permitiram a escalada do projeto político representado por Bolsonaro.

Nessa direção, este artigo tem como objetivo preencher essa lacuna e analisar as condições sócio-históricas que possibilitaram a Bolsonaro compor aliança com diferentes grupos sociais e econômicos. O argumento central é que a ascensão do bolsonarismo como projeto político só pode ser compreendida a partir de uma

1 Fonte: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/08/06/interna_politica,775755/bolsonaro-se-compara-a-personagem-de-desenho-johnny-bravo.shtml. Acesso em 15 de novembro de 2020.

análise da crise no sistema de alianças e das grandes coalizões, características centrais do sistema político brasileiro. A hipótese central que sustenta a argumentação é a de que foi a ruptura nas coalizões – que marcaram o período anterior – que permitiu a Bolsonaro abrir espaço para um conjunto de grupos *outsiders*, sem poder de voz dentro do executivo e legislativo e com um forte discurso antissistema. Tais condições foram fundamentais para que ele pudesse jogar com diferentes aliados. Para dar conta dessas questões, partimos de uma análise sócio-histórica que vai desde a configuração do sistema político e partidário brasileiro pós-democratização, passando pela posição ocupada por Bolsonaro dentro deste sistema, fundamental para compreender seu modo político de agir, até sua aliança com novos grupos. Essa análise é realizada a partir do levantamento de um conjunto de dados empíricos que envolve: dados históricos, por meio de pesquisa documental e bibliográfica, e notícias de jornais e revistas com intuito de reconstruir alianças e redes de relações entre aliados.

O artigo está organizado em três momentos principais. Num primeiro momento, será realizada uma breve apresentação acerca do sistema político brasileiro para com isto discutirmos os principais conceitos adotados. Destaca-se o papel das amplas coalizões no presidencialismo nacional e as condições que favoreceram a quebra no sistema de alianças. Num segundo momento, tomaremos a construção de Bolsonaro como ator político e a posição por ele ocupada no jogo de forças políticas nacionais ao longo dos seus 27 anos como deputado federal. Trata-se de analisar a sua posição dentro do sistema de alianças e como a partir disto ele construiu um “*modus operandi*” de fazer política, característico de um conjunto de atores políticos que, ao contrário do discurso apresentado, age dentro do sistema, favorecendo-se dele. E, por fim, analisaremos os blocos que passaram a apoiar a candidatura e que se articularam em torno deste projeto político. Esses elementos só podem ser compreendidos à luz dos confrontos que possibilitaram uma crise no sistema de alianças,

gerando sua ruptura e consequentemente sua reorganização. Tais condições permitiram a entrada de novos blocos de aliados.

O Presidencialismo de Coalizão e a Quebra no Sistema de Alianças

O processo de redemocratização no Brasil produziu, por um lado, um sistema político multipartidário, estruturado por uma proliferação de legendas e uma legislação eleitoral aberta, e extremamente generosa², à criação de novas agremiações partidárias. Hoje o País tem 33 partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral, 30 dos quais possuem representação no Congresso Nacional. Em estudo comparativo recente entre mais de 100 países (Gallagher, 2019), é possível observar o Brasil como o país com o maior número de partidos capazes tanto de disputar as eleições quanto de influenciar o processo político no parlamento³. Por outro lado, as disparidades regionais e as assimetrias do federalismo exerceram um efeito nas disputas intrapartidárias, provocando uma divisão interna e intensificando o confronto entre facções regionais para o controle partidário,

2 De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), todos os partidos registrados são aptos a receber o fundo partidário, recurso criado em 1995 para cobrir despesas dos partidos. Do montante, 5% é distribuído igualmente e 95% distribuído de acordo com o número de deputados eleitos. Já o fundo eleitoral foi criado em 2017 para compensar o fim do financiamento privado para cobrir despesas eleitorais. Do conjunto do valor, 2% é distribuído igualmente, o restante proporcional ao número de deputados eleitos. Mais informações podem ser obtidas em <http://www.tse.jus.br>.

3 Apresentado um quadro amplo, tal estudo faz um mapeamento e monitoramento do número de partidos. No caso brasileiro os dados partem da primeira eleição pós-ditadura militar, em 1990, até 2018. A partir dele é possível identificar um crescimento cada vez maior e uma grande distância do Brasil com relação à média dos demais países. Considerando os dois últimos pleitos, 2014 apresentou 14.06 partidos com capacidade de disputar eleições e 13.22 com influência no parlamento. Já em 2018 observou-se um aumento expressivo, com respectivamente 18.01 e 16.46. A média mundial gira em torno de quatro partidos. Este índice constitui um parâmetro de observação a respeito dos partidos com capacidade de influência política. O material está disponível em: https://www.tcd.ie/Political_Science/people/michael_gallagher/ElSystems/Docts/ElectionIndices.pdf. Acesso em março de 2020.

num modelo similar ao “caciquismo político”⁴. Nessas condições, os partidos se organizam por lideranças que disputam internamente o comando da legenda. Isto produziu uma dupla fragmentação: múltiplos partidos internamente divididos, conformando o que podemos definir, conceitualmente, como um pluralismo fragmentado. Diferente do que pode ser observado em outros países, como a Itália por exemplo, cuja característica é o pluripartidarismo polarizado (Guarnieri, 2016), o pluralismo fragmentado é caracterizado pela intensa disputa entre lideranças. Nestas condições o que organiza o pluralismo não é a polarização ideológica (direita x esquerda), mas a capacidade de determinadas lideranças, a partir de suas facções, controlar os partidos e realizar alianças com outras legendas. As características principais dessas alianças, contudo, são o pragmatismo e o imediatismo, geridas quase que exclusivamente para garantir a ocupação de espaços e em função de cálculos e necessidades imediatas dos políticos. Tais alianças são fundamentais tanto para disputar eleições, nos diferentes níveis, legislativo e executivo, como para garantir a governabilidade, uma vez eleito.

A diversidade das bases de sustentação política, decorrente dessa dupla fragmentação, gerou a necessidade de amplas alianças com diversas lideranças regionais e não necessariamente com partidos políticos, impedindo uma centralização e institucionalização partidária forte. Nessas condições, o recurso à coalizão e a capacidade de negociação passaram a se tornar essenciais para manter a estabilidade institucional e, também, a governabilidade. Quando essa fragmentação política e partidária chega ao executivo, o acordo e a coligação se tornam mecanismos de sobrevivência política e garantia da governabilidade. A Ciência Política brasileira designou este sistema como “presidencialis-

4 A literatura sobre o caciquismo como forma de organização partidária é ampla e, em geral, aponta para os mecanismos de disputa entre numerosas lideranças locais (chefes políticos) em torno de recursos escassos e a partir de práticas clientelistas. Difundiram-se na América Latina como prática dominante, dentre outras como o coronelismo e o caudilhismo (Moreno Luzón, 1995; Della Porta, 1995; Leal, 1949; Queiroz, 1976).

mo de coalizão”, caracterizado pela instabilidade, já que os laços são fluidos e suscetíveis a mudanças constantes, envolvendo a complexidade das negociações e dependente da capacidade do governante em estabelecer e manter grandes alianças (Abranches 1988, 2019; Pereira & Mueller, 2003).

Esse modelo das amplas alianças ficou mais claro após o impeachment de Fernando Collor de Mello, em 1992, primeiro presidente eleito após décadas de regime militar. O movimento que gerou o afastamento do presidente explicitou que sem uma coalizão multipartidária o executivo se tornaria fraco, suscetível, portanto, a processos de impedimentos. Essa configuração contribuiu para produzir uma “cultura política”, uma crença de que sem alianças com amplos setores os governos estariam sujeitos a processos constantes de enfraquecimento e de impedimento político (Nobre, 2013).

Ocorre que para fazer a grande maioria os partidos que se situavam ao “centro” do jogo de forças políticas nacionais passaram a desempenhar um papel fundamental na organização das alianças. Nos polos se mantiveram PT, de um lado, e PSDB, de outro, marcando a oposição no período democrático. Um dos elementos cruciais para formação de um “centro” político estratégico foi o processo de reorganização da democracia, em que uma ampla aliança, inclusive com setores da ditadura, foi essencial para restaurar o jogo democrático. Nesse processo o PMDB desempenhou um papel determinante como articulador entre diferentes forças, liderando e conduzindo as alianças a partir da formação de um grande centro. Entretanto, ao mesmo tempo em que esse pacto foi fundamental para abrir o sistema e derrubar o autoritarismo, ele também produziu uma espécie de proteção e blindagem contra grandes transformações. A união das forças progressistas para derrubar o regime militar nos 1980 constituiu o que seria a gênese para a produção de uma espécie de bloqueio do sistema político contra transformações mais amplas da sociedade (Nobre, 2013, 2020).

Essas condições contribuíram para a formação de um superbloco partidário informal – denominado de “Centrão” – com capacidade para neutralizar diversas forças ao longo do período, como movimentos sociais, sindicatos e organizações populares. Com o impeachment de Fernando Collor de Mello, o Centrão se consolidou no processo de formação de maiorias suprapartidárias, demonstrando sua disposição não só de bloquear grandes transformações como também de permitir a “governabilidade”, com força suficiente para inclusive barrar processos de impeachment. Nesta configuração, a negociação no “atacado”, ou seja, através de grandes maiorias parlamentares, se impôs sob a negociação no “varejo”, tornando muito difícil aos governos manterem o sistema de alianças sem o apoio do superbloco.

Esse bloco informal já chegou a somar até 13 siglas partidárias e a compor até 47% da Câmara, totalizando aproximadamente 240 deputados⁵. Nessa lógica, os partidos apresentam-se como instituições instáveis que não dependem da ideologia e que estão submetidos às correlações de força dentro desse bloco. Muitos deles estão no sistema apenas para garantir as alianças, numa pura troca de favores, dando origem ao que se designou chamar de “fisiologismo político”. A frase “é dando que se recebe”⁶, de um velho político do centro, definiu a senha do fisiologismo. Pequenos partidos e deputados com pouca expressão e influência na Câmara (comumente conhecidos como “baixo clero”) jogam dentro desse bloco para obter força política suficiente para garantir algum tipo de benefício, como liberação de verbas orçamentárias e ocupação de cargos, muitas vezes diluindo-se nas

5 <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/o-que-e-o-poderoso-centrao-que-pode-definir-o-sucessor-de-cunha,24aef58fe4491d57d5906d8c26c15fe8s8gyc3id.html>
<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/01/29/O-que-s%C3%A3o-deputados-do-alto-e-do-baixo-clero-e-como-eles-se-relacionam-com-a-elei%C3%A7%C3%A3o-da-C%C3%A2mara>

6 Frase usada pelo deputado Roberto Cardoso Alves, do PMDB, que liderou o “centrão” no processo constituinte, em 1988.

frentes parlamentares⁷ dentro do congresso. O chamado “baixo clero⁸” tende a manter, dentro do bloco, um movimento pendular, ora com pouca projeção negociando pequenos favores, ora numa reação em conjunto deixando os bastidores e buscando espaços relevantes de representação, inclusive com alguma possibilidade efetiva de interferir nas políticas públicas (Pereira, 2020; Ricci, 2009). Este último movimento tende a acontecer, principalmente, em contextos de crise em que as alianças apresentam maior grau de instabilidade e fragilidade, abrindo espaço para maiores negociações e, sobretudo, para aqueles que atuam sob a esfera de influência do superbloco. Como exemplo podemos citar a vitória, em 2005, do deputado federal Severino Cavalcanti, do Partido Progressista (PP), autoproclamado “rei do baixo clero”, para assumir a Câmara de Deputados em plena crise do Mensalão⁹. E um exemplo mais recente, a vitória do deputado federal Eduardo Cunha, em 2015, então líder do bloco, para presidência da Câmara dos Deputados durante a crise do governo Dilma Rousseff.

Esse modelo das amplas coligações, contudo, apresentou um certo esgotamento e saturação nos últimos anos. Podemos apresentar pelo menos três movimentos recentes como fundamentais para a crise no sistema de alianças que criou as condições para a ascensão do bolsonarismo como projeto político. Primeiro, as manifestações de 2013, sobretudo aquelas que ficaram conhecidas como “jornadas de junho”, funcionaram como gatilho para ascensão de um conjunto diversifica-

7 Também conhecidas como “bancadas temáticas”, elas articulam os deputados em torno de alguns temas. Dentre as mais atuantes estão: a evangélica, a da segurança pública e a bancada ruralista.

8 Expressão cunhada pelo deputado Ulisses Guimarães, um dos líderes do processo de democratização do País, durante a Assembleia Constituinte, em 1988, para definir deputados com pouca expressão, movidos, sobretudo, por interesses pessoais e que se contrapõem a qualquer movimento progressista no processo constituinte.

9 Escândalo de compra de votos para aprovação dos projetos do executivo no Congresso Nacional que ameaçou derrubar o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

do de pautas. Iniciadas em janeiro de 2013, as manifestações apresentaram-se como uma insatisfação ao sistema político e as instituições, de maneira mais ampla, mas foi a partir de junho que elas assumiram pautas mais difusas, como as críticas contra os gastos gerados pela realização da Copa do Mundo, qualidade do ensino e educação, melhorias na saúde pública, o fim da corrupção, dentre outras. Nesse contexto, a corrupção apareceu como uma das principais reivindicações, com 40% das pautas dos manifestantes (Pujol et al., 2014). Aos poucos, elas abriram espaço para grupos políticos que possuíam não só projetos divergentes, como também possuíam pouco poder de voz e orbitavam a periferia do sistema político, criando nesta direção uma oportunidade política inédita. Destacaram-se, nesse processo, principalmente os grupos de direita e de extrema direita (Alonso, 2017; Tatagiba & Galvão, 2019; Tatagiba, Trindade & Teixeira, 2015).

O segundo movimento foi a deflagração da operação Lava Jato em 2014, que absorveu as insatisfações contra o sistema político, a pauta anticorrupção e contribuiu para fortalecer o antipetismo e o discurso antissistema, constituindo-se em um verdadeiro partido. A tradicional polarização PSDB-PT¹⁰ – que caracterizou o ciclo democrático brasileiro após a ditadura militar – passou a ser substituída pelo partido da lava jato e o lulismo (Coberllini & Moura, 2019). Com isso as denúncias de corrupção feitas pela operação e o forte apelo midiático conduziram a uma constante desmoralização do sistema político e crítica permanente aos partidos tradicionais e, em especial, ao PT. Tal situação acarretou um enfraquecimento nas coalizões partidárias, e um esvaziamento do centro, conduzindo, portanto, a uma forte polarização. Pesquisas feitas por institutos de sondagem apontavam os líderes dos principais partidos nacio-

10 PSDB e PT protagonizaram as principais polarizações desde as eleições de 1994 (Nobre, 2013). Em torno desses dois partidos que se organizaram as principais coligações do ciclo democrático, concentrando os votos.

nais como os políticos mais corruptos¹¹. Uma das consequências disso foi a perda do protagonismo do PT na disputa política e a incapacidade do PSDB em liderar a oposição. Além disso, um dos principais efeitos da Lava Jato no sistema político foi a quebra no sistema de alianças que sustentava a base dos governos petistas, uma vez que os partidos estavam envolvidos em escândalos de corrupção.

E, por fim, o terceiro movimento foi o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, o qual demarcou o fim da chamada “era PT” e do grande pacto entre blocos de poder divergentes inaugurados pelo primeiro governo Lula em 2003. Esses movimentos não só produziram uma ruptura nas alianças conduzindo a um vácuo de lideranças, como também contribuíram para reforçar o sentimento antipetista e antisistema. O escândalo do Petrolão, o avanço das investigações da operação Lava Jato, assim como a prisão do ex-ministro petista José Dirceu e a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva engrossariam ainda mais o caldo do antipetismo. Além disso, os escândalos de corrupção e a publicação de delações premiadas pela operação Lava Jato contribuíram para aumentar o descrédito no sistema político e nos partidos tradicionais. Dispararam pesquisas feitas por diversos institutos que demonstravam ser a corrupção um dos principais problemas do País¹². Assim, a pauta anticorrupção agregou esses grupos, ampliou o antipetismo, já que o PT era o partido que assegurava as amplas alianças do período recente, e trouxe à tona lideranças políticas que estavam à margem do sistema e que disputavam o acesso aos recursos através de alguma liderança partidária. Este conjunto de fatores gerou uma janela de oportunidade para chegada de Bolsonaro ao

11 Pesquisa realizada pelo IDEA BIG DATA em 2018 apontava que 79% das respostas destacavam Lula (PT), Aécio (PSDB) e Temer (PMDB) como políticos corruptos (Coberllini & Moura, 2019).

12 Coberllini e Moura (2019) mostram pesquisa realizada pelo instituto Idea Big Data em que a corrupção aparece para 72% de brasileiros como o principal problema nacional.

poder, “uma janela no tempo difícil de se repetir”, como afirma Nobre (2019)¹³.

Da Periferia do Sistema à Presidência da República: o presidente do baixo clero

Jair Bolsonaro entrou para a política após ter sido julgado, no final da década de 1980, pelo Supremo Tribunal Militar e afastado das forças armadas. Como oficial do exército já havia sido punido, com prisão por transgressão disciplinar e hierárquica, devido a uma entrevista que concedeu à revista *Veja* reclamando dos baixos salários dos militares. A matéria intitulada “O Salário está Baixo”¹⁴ relatava o descontentamento dos cadetes e o abandono à carreira no exército devido às precárias condições de trabalho. A repercussão da entrevista lhe rendeu a prisão, mas também uma certa representatividade entre os cabos e soldados, já que não tinha entre os canais hierárquicos superiores.

Um ano depois, Bolsonaro voltou a ser acusado por planejar a famosa “Operação Beco sem Saída”. Tratava-se de um plano para explodir bombas em instalações militares descoberto pela revista *Veja*. O plano era parte das reivindicações contra o governo por salários e melhores condições. O primeiro presidente após a ditadura militar, José Sarney, enfrentava a resistência dos capitães do exército que estavam insatisfeitos com os aumentos concedidos pelo governo e planejavam explodir bombas em várias unidades militares. Segundo a reportagem da revista, o plano também era uma estratégia para desestabilizar o Ministro do Exército, o general Leônidas Pires, e expô-lo junto ao presidente como um general sem poder de comando sob a tropa. A reportagem colocava o Ministro do Exército em uma situação de fra-

13 <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/contagem-regressiva/>

14 Matéria publicada em 03 de setembro de 1986 na seção “pontos de vista”: <https://veja.abril.com.br/blog/reveja/o-artigo-em-veja-e-a-prisao-de-bolsonaro-nos-anos-1980/>

gilidade institucional em um contexto de reestabelecimento das bases democráticas do País. Como consequência foi aberta uma sindicância na Escola de Aperfeiçoamento de Militares (Carvalho, 2019).

Com vários desdobramentos, inclusive o parecer do Conselho de Justificação do Exército que o considerava culpado, o processo contra o capitão chegou ao Supremo Tribunal Militar (STM). Em sua defesa chamou, dentre outros, como testemunha o general da reserva Newton Cruz, ex-chefe da agência central do Sistema Nacional de Informações (SNI) durante a ditadura militar e por quem Bolsonaro tinha forte admiração. Com um passado polêmico, o general – conhecido como “linha dura” – já havia sido acusado de participar do “Atentado do Riocentro”¹⁵ e por diversas vezes não hesitou em demonstrar sua insatisfação com o processo de abertura democrática.

Por fim, Jair Bolsonaro foi absolvido, mas colocado na reserva com a patente de capitão (Carvalho, 2019). Foi a partir deste episódio que ele embarca para a sua aventura na vida política. No mesmo ano da sua absolvição foi candidato a vereador no Rio de Janeiro pelo Partido Democrata Cristão (PDC) e foi eleito. Como vereador deu visibilidade às causas militares, permanecendo por apenas dois anos para candidatar-se a deputado federal, também pelo PDC. Em seguida, ocorreram seis mandatos sucessivos por oito partidos diferentes. Suas pautas foram caracterizadas inicialmente como apoio à carreira e às causas militares e depois aos policiais militares e agentes da segurança pública (policial civil, policial federal). Dentre suas proposições, estavam comercialização e registro de armas de fogo, direito especial a militares, isenção de penalidades a condutores de veículos em serviço de segurança pública, dentre outros. Como

15 Nome de um atentado a bombas organizado em 30 de abril de 1981 por dois militares insatisfeitos com a abertura democrática e realizado no Centro de Convenções do Riocentro. Neste local ocorreria um show em homenagem ao dia do trabalho.

deputado federal nestes 27 anos trocou de partido oito vezes¹⁶, não presidiu nenhuma comissão nem liderou bancadas, além de estar associado ao “baixo clero”, o qual corresponde a um grupo de congressistas, conforme apresentado no tópico anterior, com pouca projeção e participação e que disputam dentro do “centrão” algum tipo de benefício. Uma das principais características dos parlamentares do “baixo clero” é o fisiologismo, relação de poder político baseado na troca de favores e atendimento a interesses privados e imediatistas. Além disso, um parlamentar do baixo clero é aquele que está mais preocupado com a sua base eleitoral, voltando-se para garantir recursos à sua cidade, atuando muitas vezes na negociação com as prefeituras, como um despachante, ou para mobilizar a câmara para tratar de assuntos que agradem seu eleitorado. Assim ele se volta mais para sua base do que para debater temas de relevância nacional que poderiam lhe render mais visibilidade. Dentre os fatores que favorecem o fisiologismo está a dupla fragmentação, como já descrita anteriormente, partidária e a necessidade de os governos estabelecerem grandes coalizões para conseguirem governabilidade. Nesta lógica, a frequente troca de partidos costuma ser uma das estratégias dos parlamentares sem projeção para obter mais recursos, aliando-se a siglas com maior poder de influência, uma vez que quanto maior a bancada partidária, maior a quantidade de recursos de que eles irão dispor.

Em janeiro de 2018 o pré-candidato à presidência da República abandonou a sigla PSC e, depois de muitas negociações com outros partidos, filiou-se ao PSL, único partido que se dispôs a negociar os cargos internos¹⁷. Com General Mourão, do PRTB, como vice e com a coligação “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, Bolsonaro se lança na campanha eleitoral. Dois espec-

16 Dentre os partidos estão: PDC (1988-1993); PPR (1993-1995); PPB (1995-2003); PTB (2003-2005); PFL (2005); PP (2005-2016); PSC (2018-2019); PSL (2018-2019).

17 Flávio Bolsonaro, filho de Jair Bolsonaro, tornou-se em 2018 presidente do diretório regional do Rio de Janeiro. Cargo que ocupou até a ruptura do pai com o partido, em 2019.

tos aqui precisam ser mencionados. De um lado, os partidos que representam a composição da candidatura. PSL e PRTB representam dois, dos muitos partidos pequenos, com baixa projeção na câmara e número de deputados eleitos. Enquanto o primeiro está associado ao projeto liberal, o segundo apresenta uma linha conservadora do ponto de vista moral e social. Tal característica foi usada para agregar diferentes aliados e apresentar a candidatura como “liberal na economia, conservadora nos costumes”. De outro lado, as alianças entre Bolsonaro e os militares, representadas aqui na figura do General Hamilton Mourão, seu colega de turma da Escola de Brigadas Paraquedistas do Rio de Janeiro. Juntos eles passam a adotar o lema da própria corporação “Brasil acima de tudo, abaixo somente de Deus”. A viabilidade, entretanto, exigiu do candidato uma ampla aliança com os setores dispersos do conservadorismo brasileiro, incluindo os ultraliberais, os militares e a própria Lava Jato. Carregando um *modus operandi* próprio de um parlamentar do “baixo clero”, como intensa troca de partido, atuação coadjuvante, posição subalterna dentro do superbloco, motivado por interesses particulares e voltando-se, exclusivamente, para sua base eleitoral, Bolsonaro passa a se movimentar no campo político aliando a direita e a extrema direita.

As Alianças do Bolsonarismo

As principais alianças costuradas por Bolsonaro foram, sobretudo, com os seguintes segmentos: a burguesia financeira, frações da alta burguesia comercial e industrial, setor importante do agronegócio, alta cúpula das forças armadas e três importantes agrupamentos sociais: o lavajatismo, o olavismo e a bancada evangélica. Cada um destes grupos articula atores específicos que muitas vezes transitam entre esses setores, formando, nestas condições, uma rede, o que contribui, em certa medida, para fortalecer suas posições e criar uma homogeneidade entre os setores que sustentaram a aliança.

A burguesia financeira é representada por grandes grupos de corretoras de investimentos. Elas contam, de um lado, com parte do setor de comunicação (revistas e veículos) e, de outro, com *think tanks* liberais que funcionam como mecanismos de legitimação do mercado financeiro e de produção e circulação de uma agenda ultraliberal. Dentre as corretoras de investimentos associadas ao projeto está a XP Investimento (vinculada ao banco Itaú), a Empiricus e a BTG Pactual. A forte presença no setor comunicacional pode ser observada no caso da Empiricus que tem participação na revista *Crusoé* e no site *Antagonista*; a XP investimentos que comprou a revista *Infomoney* e a BTG Pactual que controla o grupo Abril e a Revista *Exame*.

Dentre os nomes que articularam as aproximações desse setor com Bolsonaro está o empresário carioca Paulo Marinho, que se tornou um dos coordenadores da campanha juntamente com o advogado Gustavo Bebbiano. Dono de uma empresa de consultoria empresarial, Marinho vive de comprar ações de empresas e agregou ao projeto boa parte do capital financeiro. Outra grande figura a concentrar a relação e a estreitar o vínculo com a elite financeira foi o economista Paulo Guedes, ex-sócio da BTG Pactual e atual Ministro da Economia. A aproximação com Guedes foi feita, de um lado, por Winston Ling, uma das lideranças do movimento liberal¹⁸, por intermédio da ex-procuradora Bia Kicis¹⁹, aliada de longa data da família Bolsonaro. E, de outro, por Gustavo

18 Membro do Comitê Executivo e Vice-presidente do Conselho de Administração da Évora S.A., holding é fundador do Instituto Ling, conselheiro do Instituto Millenium, e do Instituto Liberdade. Em 1984 fundou o Instituto de Estudo Empresariais (IEE), entidade voltada à formação de lideranças onde atuou como diretor por dois anos. Sua família controla, em Porto Alegre, o grupo Petropar. Atualmente, administra uma trading company em Xangai, atuando na intermediação entre importação e exportação de produtos.

19 A procuradora aposentada do Distrito Federal aproximou-se de Jair Bolsonaro em 2014, devido às manifestações em defesa do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff. Com forte projeção nas redes sociais, criou em 2015 o Instituto Resgata Brasil defendendo pautas como o projeto “escola sem partido” e o retorno do voto impresso. Compôs também o movimento Revoltados On-Line e é seguidora de Olavo de Carvalho. Fonte: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,a-ativista-que-uniu-bolsonaro-e-guedes,70002568135>

Bebbiano, quem de fato cristalizou a aliança. Paulo Guedes, que havia incentivado a candidatura do apresentador Luciano Huck à presidência da República, adere ao projeto de Bolsonaro após a desistência do apresentador.

Além das redes constituídas por Bolsonaro e seus aliados, contribuíram para expandir a aproximação os *think tanks*. Estes grupos não só se aproximam em termos de concepção como também se organizam em torno de Paulo Guedes. Este é o caso do Instituto Millenium²⁰, do qual Paulo Guedes já fez parte como membro fundador e curador; Instituto Liberal, Instituto Mises²¹ e Estudantes pela Liberdade. Estes institutos compartilham uma concepção econômica que se situa entre a tradição monetarista da escola de Chicago, centro de formação de Paulo Guedes, e a perspectiva ultraliberal em defesa de um Estado mínimo da escola austríaca. O que mantém esse grupo unido e coeso em torno do projeto bolsonarista é a política liberal econômica de Paulo Guedes.

Outro grupo importante a declarar apoio a candidatura de Bolsonaro foi uma parcela significativa da burguesia comercial. Organizada através de grandes lojas varejistas, este setor é considerado o mais radical, manifestando os apoios mais fervorosos em prol do presidente. Hoje estes empresários se organizam em torno do Instituto Brasil 200 (IB200) com o objetivo de apoiar o governo em torno das reformas, sobretudo as da previdência e do trabalho. Este grupo é o mesmo que no início de 2018 criou o Movimento

20 Considerado um dos mais importantes coletivos de difusão política ideológica de uma fração das elites empresariais financeiras. Um dos elementos que dá ao instituto essa dimensão é sua capacidade de mobilizar convidados, ou articulistas, como são conhecidos, cuja função é produzir artigos e conteúdo para divulgar as ideias liberais. Tais publicações são reproduzidas também por outros institutos, como o Instituto Liberal, Instituto Liberdade, Instituto Von Mises, Estudantes pela Liberdade (Casimiro, 2016).

21 Fundado por Hélio Beltrão, executivo de fundos de investimento de alto risco e membro do conselho de administração da Le Lis Blanc e da Artesia Investimentos. Seu pai foi ministro do planejamento durante a Ditadura Militar e ocupou diversas pastas de 1964 até 1985. Além de dedicar-se à difundir o que denomina como “anarcocapitalismo”, participou ativamente da fundação de outros institutos liberais, como o Instituto Millenium.

Brasil 200, capitaneado pelo empresário Flávio Rocha, dono da rede varejista Riachuelo. Além de atuar em prol das reformas liberais que pregam o Estado mínimo, este grupo também apoiou diversas manifestações – que tiveram o próprio presidente como protagonista – contra o Supremo Tribunal Federal e a Câmara de Deputados, sobretudo na figura do seu presidente Rodrigo Maia. Dentre as suas estratégias está a de colocar o povo contra as instituições e a de convocar atos pelo fechamento do Congresso Nacional e Supremo Tribunal. Juntas essas empresas faturam mais de 40 bilhões de reais. A principal representação desse grupo junto ao governo hoje é o secretário especial da desestatização e desinvestimento, Salim Mattar²², proprietário do grupo Localiza, maior rede de alugueis de carro da América do Sul. Longe de ser apenas um grupo articulado de empresários, o IB200 organizou-se de modo que a burguesia comercial pudesse ter mais peso, representatividade e influência nas elaborações de políticas com vistas aos seus interesses de classe. Para fortalecer a pressão sob as reformas, o grupo chegou a abrir um escritório em Brasília e contratar 12 lobistas. Este grupo também mantém conexões com o primeiro por meio dos institutos liberais²³. É o caso dos laços entre Salim Mattar e Paulo Guedes, por meio do Instituto Liberal. Foi Guedes que levou a Localiza para o mercado financeiro e foi também dele que partiu o convite para integrar o governo.

No que tange à burguesia industrial, os principais setores estão associados à indústria da construção civil, aço, automobilístico e siderurgia. Liderado pelo então deputado federal Onyx Lorenzoni, hoje ministro da Cidadania, e, também, por Paulo Guedes, um grupo de 10 industriais produziu uma carta de apoio à candidatura de Bolsonaro, aderindo ao projeto do candidato. Esse grupo detém em média 32% do PIB industrial brasileiro. Dentre

22 Foi também fundador do instituto liberal de Minas Gerais no contexto de expansão desses institutos que atingiram seu auge nos anos 1990 (Casimiro, 2016).

23 Estratégia comum até os anos 1990 eram os empresários financeiros, oferecendo suporte econômico, institutos liberais com o objetivo de difundir e propagar uma política liberal, com foco nas privatizações (Rocha, 2019).

eles estão o presidente da USIMINAS e do Instituto do Aço Brasil, Associação Nacional de Veículos Automotores, Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos e Associação Brasileira da Indústria Têxtil. Destaca-se aqui Meyer Nigri, proprietário da construtora e incorporadora Tecnisa, e Elie Horn, sócio da Tecnisa, dono da construtora Cyrela e Crescera investimentos, esta última gestora de recursos de investimentos que tinha Paulo Guedes como sócio. Apesar de estar fora dos contratos públicos federais nos governos anteriores, essas construtoras são consideradas pelos índices da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) uma das 10 maiores do País. A eleição de Jair Bolsonaro e o efeito da Lava Jato no universo das construtoras nacionais abriram espaço para empresas que não conseguiam compor os contratos públicos. Excluídas do processo, as tradicionais empreiteiras e indústria da construção civil investigadas pelo chamado escândalo do Petrolão dos governos anteriores se veem hoje imersas em acordos de colaboração e leniência.

Além desses grupos já citados, é preciso mencionar um importante setor da economia com forte presença na política brasileira: o agronegócio. Considerado um dos principais setores da econômica brasileira, concentra 20% do PIB nacional e envolve a industrialização da pecuária e da agricultura. Composto de grandes produtores e proprietários rurais o setor, após a redemocratização do País na década de 1980, passou a se organizar politicamente para ocupar vagas na Câmara e no Senado. Hoje, a chamada “bancada ruralista” (bloco parlamentar suprapartidário), é considerada uma das maiores e mais atuantes dentro do Congresso Nacional, com forte poder de decisão e importante papel no jogo político brasileiro. Apesar da regulamentação das bancadas ocorrer apenas em 2005, muitas delas emergem de fato com o processo constituinte. Este é o caso da Frente Parlamentar da Agropecuária que hoje reúne 257 deputados (44% da Câmara) e 32 senadores (39,5%). O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, do DEM, também faz parte do grupo. A atual Ministra da Agricultura, Teresa Cristina do DEM, havia sido em

2018 presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária. Além dela, outros cargos de real relevância também passam a ser administrados por parlamentares ruralistas, como Onyx Lorenzoni (DEM-RS) que assumiu a casa civil, Luiz Henrique Mandetta (DEM-MS) na saúde, Osmar Terra (MDB-RS) na cidadania e Marcelo Álvaro (PSL-MG) no turismo. Fundamentalmente formado por parlamentares de partidos de direita e centro-direita, o apoio à candidatura e ao governo Bolsonaro deve ser compreendida dentro dos acordos com o “centrão”, bloco suprapartidário do qual fazem parte a grande maioria da Frente Parlamentar do Agronegócio. Dentre as principais pautas deste grupo estão a produção agrícola em larga escala, liberação de agrotóxicos, revisão da demarcação das terras indígenas e quilombolas e a revisão do código florestal. Os três partidos com maior número de deputados nessa bancada, estão: MDB, PP e DEM. Ainda durante o primeiro turno das eleições, a então líder da Frente Parlamentar da Agricultura, a deputada federal Teresa Cristina, hoje Ministra da Agricultura, entregou uma carta de apoio ao candidato.

Outro importante setor a aderir à candidatura de Jair Bolsonaro foram as forças armadas, sobretudo na figura do Exército Brasileiro e diversas de suas lideranças. A aliança começa já na composição da candidatura que traz como vice o General Hamilton Mourão. Apesar da intensa participação, vale salientar que não é a corporação militar – enquanto instituição – que aderiu à campanha, mas um conjunto de lideranças distribuídas nas diferentes forças armadas (Exército, Aeronáutica e Marinha), com forte prevalência de generais da reserva do exército. Confrontos com os governos do PT e a retomada do protagonismo político perdido após o fim da ditadura militar²⁴ marcam o apoio ao “projeto

24 Desde a formação da República que as forças armadas se destacaram na história política do País como forças políticas importantes, constituindo-se como poder tutelar e moderador dos governos, incentivando, portanto, o protagonismo político dos militares. O acordo para a retomada democrática do País após a ditadura de 1964 exigiu também que a atual Constituição mantivesse o papel moderador dos militares (Carvalho, 2019).

Bolsonaro”. Um dos eventos considerados determinantes para que parte das forças armadas se posicionasse contra o projeto político que representava o PT foi a criação da “Comissão da Verdade”, em 2011, no primeiro governo de Dilma Rousseff. As investigações desencadeadas pela comissão e o relatório produzido responsabilizaram os generais que atuaram como Presidentes nos governos militares entre 1964 e 1985. A ala mais radical do Exército se sentiu atingida. Além disso, a Moção do Diretório Nacional do PT, em 2016, denominada “Resolução sobre Conjuntura”, afirmando que errou em não ter reestruturado o currículo das escolas militares, irritou generais que reagiram. Villas Boas, hoje assessor do gabinete de segurança institucional, chegou a afirmar que: “com esse tipo de coisa estão plantando um forte antipetismo no Exército”²⁵. As tensões, contudo, entre as forças armadas e os governos do Partido dos Trabalhadores têm origem já no governo Lula e resultam em parte das estratégias políticas e dos investimentos do governo na reparação das políticas ditatoriais. A chegada do PT ao governo federal trouxe também as principais lideranças contra a ditadura militar as esferas do poder. Destaca-se os dois principais chefes da casa civil: José Dirceu e Dilma Rousseff. Os conflitos envolveram desde uma defesa do governo federal ao resgate da memória da ditadura militar e dos casos de tortura evidenciados até a demarcação de terras indígenas, como o famoso episódio envolvendo o General Augusto Heleno (hoje chefe do Gabinete de Segurança Institucional do governo Jair Bolsonaro) sobre a reserva “Raposa Terra do Sol”²⁶ (Martins Filho, 2010).

Além disso, Bolsonaro ficou conhecido por agregar os setores mais baixos do exército e como deputado já contava com os votos da “família militar”, soldados e sargentos. Nos seus 28 anos

25 <https://politica.estadao.com.br/blogs/eliane-cantanhede/pt-irrita-exercito/>

26 O governo Lula decidiu em 2008 demarcar a reserva indígena Raposa Terra do Sol impedindo que arroseiros que ali atuavam permanecessem nas terras indígenas. O General Augusto Heleno (a época comandante militar na Amazônia) afirmou que a medida feria a história da população brasileira impedindo brancos de circular em terras indígenas.

como parlamentar, as forças inferiores do Exército –representadas por sargentos e a baixa oficialidade – constituíram sua principal base eleitoral. Atualmente, dos 22 ministros oito são militares, além de mais de 2.500 distribuídos em postos de chefia e assessoramento. O principal elo é o próprio Palácio do Planalto, uma vez que todos os ministros que nele têm assento são militares.

Os três últimos a comporem apoio à candidatura e, após as eleições, a organização do governo, não são propriamente grupos econômicos, mas estão mais situados no campo ideológico: os evangélicos, o lavajatismo e o olavismo. Importante setor, os evangélicos, assim como os ruralistas, organizam-se em frentes parlamentares e têm forte presença no jogo político. Tal fato é decorrente da ampliação, nas últimas décadas, de um lado, de lideranças evangélicas eleitas para mandatos políticos, fenômeno este que contribuiu para que a frente parlamentar evangélica se tornasse hoje uma das maiores do congresso nacional. Na atual legislatura, ela representa 195 de um conjunto de 513 deputados. De outro lado, a crescente adesão à fé evangélica, sobretudo na periferia dos grandes centros urbanos, permitiu a expansão do chamado “voto evangélico”, que concentra atualmente um terço do eleitorado brasileiro (Casarões, 2020). As duas principais igrejas da Frente Parlamentar Evangélica são Assembleia de Deus e Universal do Reino de Deus, consideradas também as duas maiores igrejas evangélicas do País em número de membros.

Essas igrejas, contudo, se beneficiam da fragmentação partidária, marca central do sistema político brasileiro pós-ditadura militar, buscando alguma sustentação em seus próprios partidos. Este é o caso do PSC (Partido Social Cristão), ligado à Assembleia de Deus, e o Republicanos (antigo PRB), ligado à Universal do Reino de Deus. Este grupo declarou apoio ao presidente, que também é evangélico, ainda durante a campanha eleitoral e lançou uma carta para a próxima legislatura denominada “O Brasil para os brasileiros”. Com uma clara agenda econômica, a carta ainda destacava as principais pautas evangélicas, as quais ver-

sam em torno do conservadorismo nos costumes, voltando-se para a oposição do que chamam de “ideologia de gênero”, sobretudo nas escolas, oposição ao aborto, as pautas LGBT, casamento homoafetivo e a luta contra o chamado “marxismo cultural”, que segundo o grupo é um ataque à fé cristã. O grupo tem ainda forte presença na mídia, com controle sobre a TV Record (segunda maior emissora de canal aberto do País), da Igreja Universal do Reino de Deus, a TV SBT, de propriedade de Silvio Santos, evangélico e apoiador do governo, e a Rede Massa, de propriedade do comunicador Carlos Massa (o Ratinho), também evangélico da Igreja Assembleia de Deus. Na atual composição do governo, os ministros evangélicos são: Onyx Lorenzoni (Cidadania e ex-chefe da Casa Civil), o general Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo), Marcelo Álvaro Antônio (Turismo), André Luiz Mendonça (Advocacia-Geral da União), Abraham Weintraub (Educação) e a pastora Damares Alves²⁷ (Mulher, Família e Direitos Humanos). Estes dois últimos são considerados os mais aguerridos na chamada guerra cultural contra as esquerdas e as forças progressistas. E, em alguns setores, é possível observar uma maior integração entre diferentes blocos. É o caso, por exemplo, das reestruturações e mudanças na Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que unem ruralistas, incentivadores de uma diminuição da demarcação das terras indígenas e os evangélicos com claro interesse na evangelização indígena (Casarões, 2020). Outro elemento importante que une os evangélicos aos liberais do mercado é o princípio do empreendedorismo individualista e do Estado mínimo, muito forte na teologia da prosperidade, marca central das igrejas evangélicas.

O lavajatismo, como foi designado por boa parte dos meios de comunicação social, corresponde ao conjunto de apoiadores da

27 Mudde (2019) caracteriza governos de extrema direita por uma pauta que impede o avanço das pautas da comunidade LGBT. Como exemplo o autor cita a nomeação da pastora evangélica ultraconservadora Damares Alves para o Ministério da Mulher e dos Direitos Humanos, quem afirma que as políticas da diversidade ameaçam a família tradicional cristã.

operação Lava Jato, considerada uma das maiores operações de combate à corrupção no Brasil, e é formado por procuradores, juízes, políticos, movimentos sociais e canais de comunicação, sobretudo aqueles vinculados à grande mídia. A força tarefa Lava Jato uniu uma grande parcela do judiciário, do Ministério Público, da classe política, dos veículos de comunicação que divulgavam a operação com conteúdo em primeira mão e de um público, caracterizado por movimentos e atuações nas redes sociais, que identificavam o juiz Sérgio Moro como um ídolo e herói nacional. O enfraquecimento dos partidos tradicionais, sobretudo aqueles investigados por casos de corrupção, fortaleceu ainda mais os protagonistas dessa operação e abriu espaço para movimentos engajados na sua defesa independente dos questionamentos a respeito dos métodos utilizados por ela. Um dos elementos centrais do lavajatismo é o forte antipetismo, marcado pelo ataque direto ao ex-presidente Lula, e o discurso antissistema, com ataque não só à classe política, mas também ao Supremo Tribunal Federal (STF).

A Lava Jato intensificou sua relação com o campo político a partir de 2015 durante a campanha pela aprovação das “Dez Medidas Contra a Corrupção”, proposta elaborada pelo Ministério Público encabeçada pela força tarefa. Nesse processo os movimentos que se aproximaram dos procuradores da operação foram: Movimento Renova BR²⁸; Movimento Liberal Acorda Brasil²⁹; Movi-

28 Movimento que visa formação e capacitação de lideranças políticas, tem como um dos principais organizadores e articuladores Eduardo Mufarej, empresário que atuou no mercado financeiro como executivo de companhias de investimentos. Na última eleição, em 2018, o movimento conseguiu eleger 16 parlamentares, sendo deste conjunto 68% vinculados a partidos que se movem no espectro do centro-direita e da direita liberal.

29 Liderado por RosAngela Lyra, ex-CEO da Dior no Brasil e presidente da Associação de Lojistas dos Jardins em São Paulo, e Luiz Philippe de Orleans e Bragança, hoje deputado federal pelo PSL. À frente da campanha pelo impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, Rosangela organizou em 2015 importante evento com a presença de Deltan Dallagnol, então procurador da força tarefa. Na ocasião, o procurador recebeu as 30.000 assinaturas em defesa das “Dez Medidas”, recolhidas em atos – na sua maioria – contra o governo de Dilma. https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/16/politica/1442433216_569248.html

mento Vem pra Rua³⁰; Movimento Brasil Livre³¹ (MBL). Dentre os partidos associados a tais movimentos estão os que se situam no campo da direita e centro-direita, como Partido Novo, PSDB e DEM. Foi também nesse contexto que a aproximação com o deputado Eduardo Bolsonaro, filho de Jair Bolsonaro, e Onyx Lorenzoni, hoje ministro do atual governo, começou a ser feita.

Esses grupos em defesa da Lava Jato foram capturados pelo candidato Jair Bolsonaro que – por ter ficado fora do *establishment* – lançou mão de um forte discurso antipetista, anticorrupção e antissistema. Tais grupos articulavam na figura do juiz Sérgio Moro, hoje ex-Ministro da Justiça e Segurança Pública, o principal elo de conexão com o governo. A indicação do juiz para o ministério ocorreu durante a campanha eleitoral e foi um dos elementos centrais na aproximação com o candidato. Importante destacar que a aproximação entre Bolsonaro e os lavajatistas ocorreu por meio de Paulo Guedes, homem do mercado financeiro, encarregado de fazer o convite pessoalmente a Sérgio Moro antes, inclusive, do segundo turno das eleições presidenciais. A relação dos procuradores e juízes da operação com o mercado financeiro foi revelada pelo material jornalístico conhecido como Vaza Jato, o qual – através de um extenso conteúdo obtido por meio de vazamento de conversas dos procuradores no Telegram – revelou desde a participação em eventos secretos entre o procurador Deltan Dallagnol e a XP Investimentos³² para discutir eleições presidenciais e conjuntura política até a blindagem

30 Movimento criado em 2014, ano de nascimento da Lava Jato, atuou fortemente em prol do impeachment e das pautas da Lava Jato, como a campanha pelas “Dez Medidas”.

31 Movimento criado em 2014, defende o liberalismo econômico e atuou fortemente na campanha pelo impeachment de Dilma Rousseff. Muitas das suas principais lideranças elegeram-se deputados federais por siglas partidárias da direita e centro-direita.

32 Publicada pelo site The Intercept, a matéria denominada “O Risco está bem pago” revela – por meio das conversas vazadas entre os procuradores no aplicativo Telegram – o evento organizado pela XP Investimentos entre Deltan Dallagnol e banqueiros nacionais e internacionais em junho de 2018: <https://theintercept.com/2019/07/26/deltan-encontro-secreto-bancos-xp/>.

jurídica a Paulo Guedes³³. No Congresso o partido que “veste o figurino da Lava Jato” é o Podemos, carregando as principais pautas associadas à defesa da operação como: a CPI do supremo tribunal federal, conhecido como CPI da Lava Togas, além do fim do foro privilegiado, dentro outras pautas. Hoje o partido é o terceiro maior com número de parlamentares no Senado.

Bolsonaro atraiu esse grupo a partir do momento em que adere tanto ao antipetismo, sua marca central, como à pauta anticorrupção como elemento fundamental de crítica ao sistema político, sobretudo ao *establishment*. Mesmo tendo sido deputado por 28 anos, compondo, portanto, o quadro político, e fazendo parte de partidos, como o PP e o PTB, alvo de grandes escândalos de corrupção, Bolsonaro ocupava o lugar destinado a políticos pertencentes aos partidos pequenos, com força reduzida no Congresso e que dependem do fisiologismo como elemento central de sobrevivência.

Por fim, mas não menos importante, está o agrupamento denominado de Olavismo, o qual se organiza em torno dos seguidores do guru da extrema-direita brasileira Olavo de Carvalho. Considerado o “Bannon brasileiro”, o ideólogo da ala mais radical do governo concebe a política por meio do viés apocalíptico, cercado de códigos binários (globalistas versus nacionalistas), narrativas que evocam teorias da conspiração e incentivam a existência de uma guerra cultural. Autoproclamado filósofo e astrólogo, Olavo de Carvalho se destacou nas redes sociais através de um curso de filosofia on-line que contribuiu para agregar grande parte do conservadorismo brasileiro. A partir desse curso ele formou um grupo de seguidores (juízes, políticos, advogados, comunicadores) que passaram a ter projeção na política. Destacaram-se pela participação nas redes sociais, a plataforma

33 Matéria publicada pelo jornal Folha de S. Paulo em 20 de agosto de 2019: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/lava-jato-ignorou-repasse-de-guedes-em-denuncia-contra-empresa-de-fachada.shtml>

Brasil Paralelo, diversos youtubers (com mais de um milhão de seguidores) e comunicadores que depois passaram a ocupar cargos em grandes veículos de comunicação.

No meio político os alunos a darem grande projeção às ideias de Olavo foram os três filhos mais velhos do presidente Jair Bolsonaro: Flávio Bolsonaro (senador), Eduardo Bolsonaro (deputado federal) e Carlos Bolsonaro (vereador pelo município do Rio de Janeiro). A integração entre o olavismo e a família Bolsonaro deu origem ao que boa parte dos analistas chamam de “bolsolavismo”³⁴, representado pela intensa articulação com a direita internacional. Essa articulação ampliou espaço de atuação no governo com nomeações para diversos setores tais como: o setor das relações internacionais, na figura do Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo, é aquele que mais associado está ao olavismo. Formam o seu time o olavista Filipe Martins, assessor especial da Presidência da República para assuntos internacionais. Outros importantes setores que contam com olavistas são: educação, com o Ministro da Educação Abraham Weintraub e a Secretaria Especial de Comunicação do governo, com o secretário Fábio Wajngarten. Destacam-se também os assessores pessoais do gabinete do Presidente, portanto diretamente vinculado a ele, e associados aos filhos de Bolsonaro. Esse grupo de assessores, liderado por Carlos Bolsonaro e orientado por Olavo de Carvalho, deu origem ao que se designou chamar de “gabinete do ódio” ou “gabinete ideológico”. Através deste gabinete, tais assessores não só orientam o presidente como comandam também várias páginas nas redes sociais (twitter e facebook), com milhões de seguidores, cujo objetivo é propagar uma campanha de intensa polarização e agressão aos adversários produzindo conteúdo especialmente para sua base eleito-

34 Segundo Casarões (2020) o bolsolavismo tem na política internacional um dos seus principais elos, sobretudo na relação com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, cujo relacionamento é construído, fundamentalmente, sob bases ideológicas sem princípios que permitam uma negociação do lado brasileiro.

ral. Mantendo assim uma das principais características do baixo clero, a mobilização das mídias sociais tornou-se peça central para estabelecer uma relação direta com seus eleitores.

Muitos desses setores hoje encontram-se tutelados por militares que ampliaram sua atuação no governo e que buscam limitar o alcance dos olavistas, estes últimos importantes pontos de tensão no governo. Um exemplo disso é a mais recente substituição do Ministro da Casa Civil, cargo que passou a ser ocupado pelo General Walter Braga Neto. Nomeado em fevereiro de 2020 para assumir o cargo, o General já exonerou assessor olavista e busca controlar o poder de alcance do grupo. Entretanto, é também o olavismo que conecta os militares a Bolsonaro, sobretudo por meio da concepção ideológica que carregam contra as esquerdas e o comunismo.

Portanto, esses grupos compartilham interesses comuns e foi em torno de tais interesses que, em um contexto de crise, o projeto político do bolsonarismo passa a se apresentar como uma alternativa viável. É nesse momento que Bolsonaro passa a jogar com os grupos buscando seu apoio e se favorecendo da fragmentação política.

Considerações Finais

Este artigo buscou demonstrar as condições sociais e políticas nacionais que permitiram a formação do bolsonarismo como projeto político e os diferentes grupos que passaram a apoiá-lo. Como demonstrado acima, a própria configuração do sistema político nacional – estruturado a partir do pluralismo fragmentado – e o vácuo provocado pela ruptura no sistema de alianças geraram as condições para a emergência do Bolsonarismo e sua capacidade para costurar novas alianças. Portanto, um dos argumentos centrais é que os padrões das alianças dependem de como se organiza o sistema político e partidário.

De acordo com o que foi descrito, é possível observar que Bolsonaro realinhou as forças do conservadorismo brasileiro que se encontravam dispersas. De um lado cresceram no jogo político os partidos pequenos, considerados “nanicos”, muitos dos quais tinham um caráter apenas fisiológico, servindo para composição de alianças dentro do chamado “centrão”. Este último, antes controlado pelo MDB, foi aos poucos sendo tomado por partidos evangélicos com inclinação à direita, como o PSL, então partido do presidente no contexto da candidatura. Dentre os fatores que contribuíram para isso está a própria configuração do sistema político que, em contextos de crise, tende a gerar oportunidades para esses partidos. Por outro lado, os militares, sobretudo aqueles que estavam na reserva e que se organizaram como grupo político, alinhados aos pequenos partidos, como é o caso do vice-presidente, serviram de suporte ao novo governo e fiadores de um presidente cuja base partidária é frágil e fragmentada. Desde o processo de redemocratização, em 1985, que os militares não ocupavam postos relevantes na cúpula do governo federal. Favorecidos, portanto, por um sistema político plural e fragmentado, como o brasileiro, a militarização da política garantiu uma certa estabilidade e legitimidade às alianças frágeis do atual governo. Isso ocorre porque a fragmentação produz alianças imediatistas, exclusivamente para garantir governabilidade em função dos cálculos e necessidades dos políticos. Ao mesmo tempo em que são fáceis de serem estabelecidas, são frágeis, instáveis e suscetíveis a constantes conflitos, uma vez que a necessidade de conciliar interesses diversos produz tensões por espaço e recursos.

E, por fim, parte do judiciário composto pelos membros da operação “Lava Jato”. Assim, a nova configuração a se desenhar coloca em cena uma coalizão entre setores do judiciário, setores da classe política, dividida aqui entre liberais, evangélicos e ruralistas, e os militares. O ativismo anticorrupção é usado para cooptar membros da operação “Lava Jato” e aparece como uma estratégia importante dessa coalizão, apesar das intensas denúncias

de corrupção envolvendo a equipe presidencial do novo governo e o próprio presidente eleito.

Cada um desses movimentos deve ser compreendido e analisado. O primeiro representa as transformações na composição do chamado “centrão”, o que contribuiu para a ascensão dos pequenos partidos e do chamado “baixo clero”. Este grupo tende a articular alianças com outras forças econômicas, como os liberais, setores da burguesia comercial e industrial, que também se favorecem da fragmentação política. Dispersos em várias frentes, o baixo clero tende a atuar na defesa do lobby de bancos e grupos econômicos. O segundo, a retomada do protagonismo político pelos militares perdido após o fim da ditadura militar. O núcleo dos militares resulta, de um lado, da estratégia em dar suporte a um governo de um pequeno partido, sem estrutura e considerado frágil do ponto de vista político. De outro, a forte presença dos militares compõe não só a carga simbólica e ideológica de “um chamamento as forças armadas” para garantir a ordem, mas representa uma estratégia para diminuir as indicações de cunho político-partidário. Os militares apresentam um discurso neutro e imparcial, como agentes comprometidos com a nação, mas distantes dos interesses meramente político-partidários que no passado garantiam a governabilidade. Assim, sua presença corresponde a uma tática para garantir governabilidade ao presidente e diminuir o poder de barganha dos líderes partidários.

Essas condições contribuíram para que Bolsonaro pudesse jogar com diferentes aliados, unindo seus interesses com os interesses em comum com os economistas ultraliberais, militares e as frações dispersas do conservadorismo brasileiro.

Referências

Abranches, S. Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro- **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro. vol. 31, n. 1, 1988, p. 5-14.

Abranches, S. **Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro** / Sérgio Abranches — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Alonso, A. A Política das Ruas. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo- especial, junho 2017, p. 49-58.

Carvalho, L. M. **O Cadete e o Capitão: a vida de Jair Bolsonaro no Quartel**. RJ, Todavia, 2019.

Carvalho, J. M. **Forças Armadas e Política no Brasil**. São Paulo, Todavia, 2019.

Casarões, G. Religião e Poder: a ascensão de um projeto de “nação evangélica” no Brasil? **Revista Interesse Nacional**, ano 13, abril-junho 2020.

Casarões, G. Complexidade Ignorada. **Jornal O Estado de S. Paulo**, 8 de janeiro de 2020.

Casimiro, F. H. C. **A Nova Direita no Brasil: aparelhos de ação político ideológica e a atualização das estratégias de dominação burguesa** (1980-2014). Tese de doutorado. PPG histórica da UFF. 2016, p. 479.

Coberllini, J. & Moura, M. **A Eleição Disruptiva: porque Bolsonaro venceu**. RJ, Record, 2019.

Della Porta, D. Les hommes politiques d'affaires. Partis politiques et corruption. In: *Politix*, vol. 8, n°30, **Incertitudes italiennes**, Deuxième trimestre 1995, p. 61-75.

Gallagher, Michael. **Election indices dataset** at http://www.tcd.ie/Political_Science/people/michael_gallagher/ElSystems/index.php, accessed [date]. 2019.

Guarnieri, C. **Il Sistema Politico Italiano**. Radiografia politica di un paese e delle sue crisi. Il Mulino, Bologna, 2016.

Leal, V. N. **Coronelismo, Enxada e Voto**. O município e o regime representativo no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1949.

Martins Filho, J. R. Tensões militares no governo Lula (2003-2009): a pré-história do acordo com a França. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 4. Brasília, julho-dezembro de 2010, p. 283-306.

Moreno Luzón, Javier. Teoría del clientelismo y estudio de la política caciquil. **Revista de Estudios Políticos**, n.º 89, 1995, p. 191-224

Mudde, Cas. **The Far Right Today**. Polity Press, Medford, USA, 2019.

Nobre, M. **Imobilismo em movimento**: Da redemocratização ao governo Dilma / Marcos Nobre. — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

Pereira, C; Mueller, B. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. **Dados**, v. 46, n. 4, 2003, p. 735-771.

Pereira, M. M. Ativismo Institucional no Poder Legislativo: confrontos políticos, assessores ativistas e frentes parlamentares. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 31. Brasília, janeiro - abril de 2020, p. 301-338.

Pujol, A. F.; Rocha, F. G. & Sampaio, F. S. Manifestações Populares no Brasil Atual: sociedade civil em rede e reivindicações sobre o poder político. **XIII Colóquio Internacional de Geocrítica El control del espacio y los espacios de control**, Barcelona, 5-10 de mayo de 2014.

Rocha, C. "Imposto é Roubo!" A Formação de um Contrapúblico ultraliberal e os Protestos Pró-Impeachment de Dilma Rousseff. **Dados**, Rio de Janeiro, vol.62(3), 2019, p. 1-42.

Queiroz, M. I. P. **Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaíes**. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

Ricci, R. A Revolta do Baixo Clero. A eterna insatisfação no Congresso Nacional. **Revista Dom Total**, 06 de março de 2009.

Tatagiba, L. & Galvão, A. Os Protestos no Brasil em Tempos de Crise. **Opinião Pública**, vol. 25, n. 1, Campinas, Jan-abril de 2019.

Tatagiba, L., Trindade, T & Teixeira, A. C. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: Velasco, S; Kaysel, A. & Cotas, G. In: **Direita, volver! o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 195-212.

Recebido em 23/09/2020

Aprovado em 19/11/2020

Burla, controle de si e disfarce da comensalidade: as maneiras de comer sem glúten e sem lactose em Porto Alegre

*Débora Previatti**

*Bianca Horn***

Resumo

A alimentação contemporânea é marcada pela afirmação de preferências alimentares que tensionam e transfiguram as práticas tradicionais de refeição compartilhada. Este artigo tem por objetivo investigar os sentidos atribuídos às práticas alimentares e os marcadores sociais em narrativas de indivíduos adeptos de dietas livres de glúten e/ou lactose residentes em Porto Alegre. Foram realizadas 13 entrevistas em profundidade, além da observação assistemática de blogs e fanpages de celebridades referenciadas pelos entrevistados. Uma economia psíquica, de caráter disposicional e contextual, vigora nas sociabilidades por meio de intenso autocontrole e de mecanismos de burla. Estes são mobilizados a fim de escapar das convenções sociais, pesando sobre juízos de gosto, nos quais por vezes também operam marcadores de distinção social.

Palavras-chave: Gosto. Estilos de vida. Consumo alimentar. Glúten. Lactose.

* Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pós-doutoranda no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) com apoio da FAPESP. E-mail: deborapreviatti@gmail.com

** Graduada em Comunicação Social com ênfase em Publicidade e Propaganda pela ESPM (2017) e em Produção Multimídia pela UNISUL (2008), pós-graduada em Comunicação Corporativa pela FGF (2011). E-mail: bianca.s.horn@gmail.com

Spoof, self-control and commensality in disguise: the manners of eating gluten-free and lactose-free food in Porto Alegre

Abstract

The affirmation of food preferences in contemporaneity contends and transfigures traditional practices of sharing food. This article aims to investigate the meanings attributed to food practices and the social markers in narratives of individuals with adherence to gluten-free and / or lactose-free diets living in Porto Alegre. Thirteen in-depth interviews were carried out and an unsystematic observation of blogs and fan pages of celebrities referred by the interviewees. A psychic economy acts in sociabilities with dispositional and contextual aspects through intense self-control and spoof, aiming to escape social conventions, with an impact on judgments of taste, in which also operate social distinction markers.

Keywords: Taste. Lifestyles. Food consumption. Gluten. Lactose.

Burla, autocontrol y disfraz de comensalidad: las maneras de comer alimentos sin gluten y sin lactosa en Porto Alegre

Resumen

La alimentación contemporánea está marcada por la afirmación de las preferencias alimentarias que rivalizan y transfiguran las prácticas de comidas compartidas tradicionales. Este artículo tiene como objetivo investigar los significados atribuidos a las prácticas alimentarias y los marcadores sociales en las narraciones de personas que se adhieren a las dietas sin gluten y / o sin lactosa que viven en Porto Alegre. Se llevaron a cabo trece entrevistas en profundidad, además de la observación no sistemática de blogs y fanpages de celebridades referidas por los entrevistados. Una economía psíquica, de carácter disposicional y contextual, prevalece en la sociabilidad a través de mecanismos intensos de autocontrol y burla. Estos se movilizan para escapar de las

convenciones sociales, que pesan sobre los juicios de gusto, en los que también funcionan los marcadores de distinción social.

Palabras clave: Gusto. Estilos de vida. Consumo de alimentos. Gluten. Lactosa.

Introdução

Desde tempos remotos, há registros de que comer e beber juntos gera e potencializa alianças, reforça relações de dominação entre senhores e vassallos, encurta o tempo de construção da intimidade, ameniza conflitos e dissociações (Flandrin e Montanari, 1998). No espaço doméstico, a hospitalidade é enaltecida como prova de amizade (Caillé et al., 2018), a comida desempenha a função social de cultivo do afeto cotidiano e a promoção de refeições compartilhadas constitui estratégia agregadora. As práticas culinárias conduzem frequentemente à demonstração de devoção à família e ao fortalecimento de vínculos, sendo atribuída à mulher a responsabilidade pela alimentação cotidiana, enquanto a profissão de cozinheiro é majoritariamente masculina (Mennell, Murcott e Van Otterloo, 1992; Previatti, 2019).

A comensalidade¹ desempenha papel primoroso no estabelecimento e no fortalecimento de relações sociais, ao mesmo tempo que manifesta distinções sociais e hierarquias simbólicas. A despeito disso, nas últimas décadas, algumas dietas individualizadas vêm crescentemente sendo incentivadas em diferentes países por meio da imprensa, por atividades de educação nutricional e via campanhas de saúde pública (Fischler, 2011). Tais preferências alimentares tensionam e transfiguram as práticas tradicionais de refeições compartilhadas e, em meio a tais transformações, pesquisadores se indagam se a comensalidade estaria fadada ao fim (Fischler, 2013). Outros se interrogam a respeito de sermos ou não ainda capazes de receber pessoas, uma

1 Comensalidade, no sentido literal, significa comer na mesma mesa.

vez diagnosticada a hospitalidade contemporânea em crise, com graves tensões e contradições (Caillé et al., 2019).

A produção e o consumo de alimentos isentos de glúten e de lactose se mostraram em crescimento exponencial no Brasil na última década. Conforme o relatório Euromonitor International (EMI, 2018), o segmento “livre de”² destacou-se com um crescimento médio anual (CAGR) de 7% registrado entre 2011 e 2016, sobretudo devido ao fato de os consumidores encararem tais produtos como “saudáveis”. Pelo mesmo motivo, também na última década, os nichos de alimentação “livre de”, vegana e de orgânicos manifestaram a sua produção e o seu consumo em convergência e em expansão.

A alimentação moderna está sujeita a uma série de mediações. Nas últimas duas décadas, profissionais tais como os *chefs* de cozinha e os apresentadores de televisão, aliando as credenciais de autoridade e de *experts*, ocuparam uma posição estratégica de intermediários culturais, atuando diretamente na produção simbólica de valor e de gosto (Piper, 2015; Barnes, 2017; Previatti, 2019). Paralelamente, entram em cena mediadores advindos de outros espaços, incluindo músicos, atores, modelos e autores renomados, que passaram rotineiramente a falar sobre comida (Johnston e Goodman, 2015). Em um quadro que Fischler (1995) denominou de “cacofonia alimentar”, o excesso de tais mediadores e da difusão de informações sobre a alimentação no mundo contemporâneo suscitou a fusão e a confusão entre discursos dietéticos e discursos gastronômicos, entre livros de dietas e de receitas e entre manuais de nutrição e guias gastronômicos.

Este artigo tem por objetivo investigar os sentidos atribuídos às práticas alimentares e os marcadores sociais em narrativas de

2 Inclui os produtos sem glúten, sem lactose, sem alérgenos e sem laticínios. Exclui aqueles alimentos certificados como “livre de” em um produto específico quando este é baseado no uso de equipamento esterilizado (EMI, 2018).

indivíduos adeptos de dietas livres de glúten e/ou lactose residentes em Porto Alegre. Inicialmente analisamos as representações dos entrevistados sobre o convívio social após a adoção da dieta, caracterizado por alto nível de autocontrole, constrangimentos sociais e contenção de pulsões. Discutimos de que maneiras os indivíduos respondem a diferentes tipos de coerção, com destaque a mecanismos de burla bem arquitetados em prol de um equilíbrio mais ou menos estável das relações de troca e da dissolução de conflitos. Em seguida, examinamos como a recusa de convites e presentes alimentares suscita tensão social, desafeto e um quadro que se pode designar de “débito inter e transgeracional”, a partir da interpretação de tal recusa como negação da tradição e da herança cultural familiar. Posteriormente, enfatizamos aqueles casos nos quais a adesão à alimentação “livre de” é atribuída a uma “escolha”, responsável por conferir um estilo de vida “raro”, por meio do qual seria possível posicionar-se “além da média”, aparecendo em tais narrativas como fonte de distinção social. Por fim, discutimos sobre as menções de inspiração em celebridades, debatendo acerca da mediação da alimentação desempenhada por “influenciadores digitais”, apresentadores televisivos e *chefs* de cozinha que, ao ganharem notoriedade, tornaram-se indivíduos autorizados a falar em nome da “boa comida”, mas também da nutrição, da gastronomia e da “boa forma”.

Metodologia de pesquisa

Esta pesquisa utiliza-se de método qualitativo, o qual se justifica quando se tem por objetivo apreender as realidades segundo a perspectiva dos atores sociais (Poupart, 2010). O principal eixo consiste na realização de 13 entrevistas individuais em profundidade com moradores do município de Porto Alegre e região metropolitana, totalizando dez mulheres e três homens³. Uma

3 Parte dos resultados apresentados neste trabalho deriva da pesquisa desenvolvida por Horn (2017).

diversificação dos métodos foi adotada a fim de subsidiar uma análise mais aprofundada, com possibilidades de comparação e objetivação (Combessie, 2004). Assim, foram consultados blogs, sites, fanpages, canais e perfis em redes sociais das celebridades mencionadas nas narrativas como incentivadoras ou reforçadoras da adoção de dietas livres de glúten e/ou lactose.

As entrevistas ocorreram presencialmente nos meses de setembro e outubro de 2017 no município de Porto Alegre. O tempo médio de duração foi de uma hora e trinta minutos, sendo que todas elas foram gravadas e transcritas. Os indivíduos foram recrutados mediante a técnica “bola de neve” via WhatsApp. Todos eles assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e foi respeitado o anonimato de todos os entrevistados durante todo o desenvolvimento da pesquisa. O critério para a definição da quantidade de informantes foi o da saturação empírica, princípio de construção do *corpus* que se baseia na interrupção do processo de seleção ao se tornar claro que novos casos não apresentarão novidades (Bauer e Gaskell, 2012). A entrevista do tipo qualitativo, apesar de suas limitações, constitui instrumento privilegiado de acesso às experiências dos atores e à reconstituição de acontecimentos do passado, permitindo apreender os sentidos atribuídos às suas práticas em suas narrativas (Poupart, 2010). Contudo, é de conhecimento das pesquisadoras que a narrativa de vida não equivale à história de vida dos indivíduos, na medida em que estes procuram dar coerência e uma ordem cronológica à sua trajetória, tratando-se de uma “ilusão biográfica” (Bourdieu, 1996).

O critério para a seleção dos informantes consistiu em recrutar uma parcela do universo de indivíduos residentes em Porto Alegre e região metropolitana que aderiram a dietas livres de glúten e/ou lactose. Portanto, a pesquisa não é derivada de um recorte de classe social ou gênero. Tal critério foi complementado pela coleta de indicadores como idade, profissão, bairro de moradia, local de nascimento e nível de escolaridade. Foram analisadas

as condições de produção das fontes, atentando-se a como e em que medida o conteúdo das narrativas se articulava com as propriedades sociais dos entrevistados (Miceli, 2001). Foi também conferida importância à posição social ocupada pelos entrevistados, uma vez que é fundamental situar o ponto de vista a partir do qual as informações e as representações são produzidas (Combessie, 2004).

A economia psíquica da refeição compartilhada: concessão sob medida, burla e interiorização de coerções

Norbert Elias (1994a, 1994b), influenciado por Sigmund Freud, confere à economia psíquica e ao autocontrole um papel primordial para explicar o processo civilizador no Ocidente, ao longo do qual a violência física e o prazer antes comumente exteriorizados foram convertidos no controle das pulsões e desejos individuais. O controle de si surge assim como condição vital ao convívio social. Analisaremos a seguir como tal controle de si é narrado pelos informantes da pesquisa como efeito de constrangimentos sociais. Integra essa economia psíquica uma “concessão sob medida”, aspirando-se ao equilíbrio entre prazer e controle. É também relatada a mobilização de um conjunto de mecanismos de burla, a fim de contornar as coerções depois de interiorizadas, muitos deles inspirados em discursos de celebridades.

“Então, eu... na balança, faço a minha análise de riscos, sabe?” Sabrina⁴ declara que em viagens, festividades, reuniões familiares, em todo e qualquer tipo de convívio social em que se prevê o compartilhamento de refeições ela se vê movida a ceder, fazer adaptações e improvisos, criar bodes expiatórios, tomar decisões rápidas e que, em muitos momentos, isto envolve correr riscos à manutenção da dieta sem glúten e sem lactose. Tal

4 Com exceção das celebridades, os nomes citados no trabalho são todos fictícios, a fim de resguardar o sigilo dos informantes.

como Sabrina, Ângela também relativiza a manutenção de suas preferências alimentares em determinadas situações. Todavia, os parâmetros adotados pelas duas são bem distintos. Enquanto a primeira segue à risca uma alimentação “livre de” em função de um diagnóstico, cedendo apenas com vistas a não desagradar a quem ofertou ou preparou uma refeição, a segunda almeja um equilíbrio entre motivações estéticas e hedonísticas. A periodicidade com que Ângela ingere determinados alimentos e bebidas é mensurada de acordo com a importância a qual remete a pessoas, à comida, ao lugar ou ao evento: “Uma vez por ano eu me permito tomar cerveja. Em situações como grandes shows”. Abre também grandes exceções à mesa quando quem a convida é de muita estima. Por sua vez, encontramos no relato de Clara uma postura ainda mais permissiva para driblar a dieta: “Quando eu saio... vou em aniversários ou jantar com amigos”. Temos ainda o exemplo de Denise: “Tenho que pensar o que posso comer e o que não posso. Minhas escolhas em relação à saúde, prazer ou sabor dependem do momento”. Em todos esses casos, é como se vigorasse uma “racionalidade prática”, de “caráter disposicional” e “contextual” (Lahire, 2013), a partir da qual o indivíduo “escolhe”⁵ quando, onde e de que maneiras a dieta deve ser mantida ou transgredida. Outro exemplo disso verifica-se na fala de Pedro:

Saio da dieta quando sou convidado e as pessoas preparam alimento, porque fico meio com *vergonha*. As pessoas hoje em dia ainda se ofendem se tu não come o que elas estão preparando. Então nesses momentos eu me forço [...] pra socializar, principalmente com pessoas mais velhas, tu acaba consumindo “por livre e espontânea pressão”. (Pedro, 26, estudante de Nutrição).

Vemos a partir da fala de Pedro e também de outros entrevistados que indivíduos de gerações mais novas cedem sempre que

5 Utilizamos aqui a palavra “escolha” sempre entre aspas, não para dizer que os indivíduos não escolhem, mas que eles não escolhem como acreditam escolher (Bourdieu, 2016, p. 948).

possível a práticas alimentares convencionais, a fim de evitar embaraços familiares decorrentes da afirmação de suas “escolhas”. A despeito da maior susceptibilidade dos indivíduos mais jovens à subversão das convenções alimentares⁶, os constrangimentos sociais manifestados como estratégias de conservação da cultura legítima no espaço familiar culminam muitas vezes na supressão de preferências alimentares particulares.

Conforme Poulain (2002), a moral alimentar pela qual os indivíduos são guiados é constituída de uma “norma social” – conjunto de convenções sujeito às condições e aos contextos de consumo – e uma “norma dietética” – conjunto de prescrições respaldadas em conhecimentos científicos nutricionais. A tomada de decisões do indivíduo no ato de alimentar-se é resultado de sua submissão a ambas as normas, considerando-se o contexto de ação no qual é introduzido. Podemos dizer que uma “regulação cognitiva” (Poulain, 2013, p. 22) vigora nesses momentos, opondo-se à regulação estabelecida pelas normas sociais.

Para Calvo (1980, p. 385), a alimentação “é uma ação cotidiana submetida ao passado individual e coletivo e vinculada aos sistemas de produção, consumo e comunicação nos quais se insere”. Segundo Lahire (2018), as práticas são resultado de nossas disposições (passado incorporado) as quais são moldadas em um contexto de ação. De um lado, há as experiências de socialização (p.ex. familiar, sentimental, profissional, escolar, política, religiosa ou esportiva) que, quando incorporadas, formam-se esquemas e disposições de crer, ver, sentir e agir. No contexto de ação, o indivíduo se vê diante de constrangimentos, os quais advêm das redes de interdependência (Elias, 2001), de modo que as condições sociais de formação do gosto e os constrangimentos pesam sobre os juízos de gosto (Saint-Martin, 2019). O gosto depende de uma série de fatores, como a posição ocupada pelo indivíduo em um dado espaço social, sendo que quanto

6 Sobre esse assunto, ver os trabalhos de Pulici (2019) e García-Garza (2010).

mais elevada na hierarquia social, maiores são as exigências e os constrangimentos (Bourdieu, 2011).

Como fuga dos constrangimentos oriundos da afirmação das preferências alimentares, uma série de mecanismos de burla é ativada a fim de subverter as convenções sociais. O escape mais corriqueiro entre os entrevistados é alimentar-se antes da ida a festas, restaurantes e reuniões familiares. Outro deles consiste em anunciar um diagnóstico médico quando, em vez disto, trata-se de uma “escolha”. Por meio do relato de Ângela temos um exemplo de como mecanismos de burla como esses são mobilizados em diferentes situações e inspirados por celebridades:

Se eu chegar no restaurante e disser “*sou celíaca, eu tenho uma doença*”, na hora o cara vai correr pra atender. Agora é só se eu falar “eu não como, tira isso e aquilo”, ele vai dizer que não pode [...] Uma vez eu fui num *happy hour* porque era uma colega indo morar em São Paulo. Fui, *comi só o buffet de salada e tomei uma tacinha de vinho*, pra não dizer que eu não ia. [...] No fim é muito mais fácil tu omitir as coisas do que explicar. É melhor mentir, uma das coisas que eu *aprendi lendo com personalidades*, atrizes e tal. Geralmente são pessoas que cuidam mais do corpo. Eu lembro uma vez que a Deborah Secco comentou que ela chegava às vezes num aniversário, ela dizia “Bah... eu acabei de sair de uma churrascaria”. [grifos nossos] (Ângela, 34).

Como nos mostra o relato de Ângela, os mecanismos de burla, por vezes bem arquitetados, permitem a adaptação de tais indivíduos a diferentes circunstâncias: evitam ou aliviam o desapontamento de quem oferta comida; por meio deles, os indivíduos obtêm informações sobre um alimento preparado e uma boa interação, especialmente com os funcionários de bares e restaurantes. A burla propicia uma maneira mais “equilibrada” de resolução de problemas relacionados à adoção das dietas livres de glúten e/ou lactose.

Krukowska e Rancew-Sikora (2018, p. 4) investigam as estratégias mobilizadas por indivíduos “excludentes de alimentos” em lojas, à mesa e em sua própria cozinha. Tais estratégias incluem a alternância de hábitos alimentares distintos a depender de com quem o entrevistado convive e uma priorização da participação em rituais comensais sempre que possível, a fim de evitar-se uma completa destradicionalização da estrutura das refeições e o risco da exclusão social em práticas alimentares cotidianas. De acordo com Frysztacki (2005 apud Krukowska e Rancew-Sikora, 2018), é de se esperar que indivíduos que optem por dietas radicalmente diferentes, quando comparadas aos padrões alimentares vigentes em uma época e local particulares, provoquem espanto ou desaprovação e sejam alvo de diferentes formas de exclusão social.

Alguns informantes alegaram terem feito um movimento de interiorização das coerções vivenciadas. Em determinados casos, tal interiorização é acompanhada de isolamento social, como vemos no relato de Benjamin: “Minha vida social alterou bastante, pra quase nula, num primeiro momento [...] paulatinamente, tem revertido e tenho voltado a ter vida social, mas eu não voltei a ter a mesma...”. Por sua vez, Carola descreve um sentimento de constrangimento ao informar-se sobre a comida a ser ingerida nos estabelecimentos, sendo que após a interiorização das coerções teria passado a se expressar com maior facilidade:

Eu achava que tava criando constrangimento pra mim e para os outros [...] Então, assim, no início era mais difícil, porque eu não tinha ainda liberdade, eu não me sentia naquele direito de perguntar e investigar. Hoje, eu não tô nem aí, eu falo com o Papa se precisar saber se eu posso comer ou não [...] *Já está muito interiorizado pra mim...* [grifos nossos] (Carola, 30).

Uma saída para enfrentar as coerções foi desenvolvida por Sabrina como estratégia de “disfarce da comensalidade”. Esta consiste no pedido ao esposo para ingerir sua comida em festas às

escondidas, em um faz de conta de que ela participou da refeição compartilhada. Por vezes, o disfarce ocorre também pelo compartilhamento de bebidas, sobretudo as alcoólicas:

Porque eu não pude comer a comida que ela me chamou, então foi um *constrangimento* para mim entender que eu tava deixando ela *constrangida* [...]. Então eu tinha que *disfarçar* que eu comi, dava para o marido: “Come aí!” E aí a pessoa voltava na festa: “Comeu?” [Ela responde] “Tava uma delícia!” E saía de lá com fome. Então você é obrigado a ter atitudes, porque *you need to manage everything that people feel in relation to food* [grifos nossos]. (Sabrina, 54).

A expressão “jogo de cintura” é utilizada por Pedro para sintetizar o que julgaria ser uma reação equilibrada aos constrangimentos sociais. Quando o equilíbrio não é alcançado, o quadro pode evoluir à estigmatização e à exclusão social. Em alguns casos, o indivíduo evita qualquer convívio social para não precisar lidar com constrangimentos. Pedro narra acerca de como se adapta a situações em que se sente mais coagido, buscando participar o máximo possível do compartilhamento de bebidas e evitar conversas sobre a alimentação “livre de”:

Com os amigos é um pouco mais difícil, principalmente na questão de quando tu vai sair e surge aquela *pressão* [...] Então normalmente elas não me convidam pra jantar e encontro elas depois na festa [...] Tu tens que se preocupar em ter o *jogo de cintura*, não só se preocupar com o que tu vai comer e como garantir teu hábito alimentar. Tem que se preocupar com o que a pessoa tá pensando e como ela vai se sentir com a tua opção de se alimentar [...] *Porque daí parece que as pessoas têm um composto social pra querer te fazer consumir os alimentos*. Se tu não tá bebendo na festa por exemplo, vai aparecer bebida de tudo que é lado, porque as pessoas querem que tu participe daquilo [...] Eu não levo minha comida, porque já é meio ruim tu falar pras pessoas que não vai comer, e quando tu tira tua comida gera certo des-

conforto [...] gera os mais diversos tipos de interpretações [...] Então é não fazer muito estardalhaço [...] Diz: "Já jantei, obrigado! [grifos nossos] (Pedro, 26).

O que Pedro expressa acima tem a ver com o fato de que na maioria das sociedades comer sozinho é um ato consensualmente reprovável (Fischler, 2011). A recusa da refeição compartilhada é frequentemente interpretada como afronta. Assim, levar um "kit festa", tal como sugere Benjamin, pode ser visto como ofensa a quem preparou e aos demais convidados. Godin (2011) analisa que os indivíduos se encontram imersos em ambientes normativos paradoxais, estabelecendo um sistema de práticas alimentares mais ou menos estável, estruturante de sua existência cotidiana. Segundo o autor, é a partir do equilíbrio que a oposição entre prazer e controle é organizada. Quando há forte propensão ao controle, isto pode perturbar a vida social do indivíduo, causando isolamento e estigmatização. No comentário de Carola a seguir, ela descreve seu comportamento padrão em festas: "Eu fico meio, sabe... espiada, sabe. Sempre cuidando o meu copo, sempre olhando ao redor, a colher que serviu [...] Mas isso foi um mecanismo meu, sabe?" Aqui encontramos um exemplo do que é relatado por todos os informantes: a inevitabilidade do controle de si e da contenção das pulsões, sendo que para quase metade deles uma característica central do novo estilo de vida "livre de" é um grau de controle que julgam eles próprios acima da média.

A tensão social da recusa de convites e presentes alimentares

Se comer e beber juntos na maior parte das vezes fortalece os laços sociais, isto não significa que a comensalidade está isenta de riscos, inconvenientes e da criação de ambivalências (Corbeau e Poulain, 2002), podendo por vezes evocar efeitos centrífugos e desintegrativos (Fischler, 2011). A reciprocidade em dar, receber e retribuir comidas e bebidas sela alianças entre as pessoas, porém quando tal ciclo é rompido pode constituir um problema

(Mauss, 2003). Conforme Fischler (2015), em sociedades muito diferentes a recusa da oferta de um alimento preparado equivale à recusa da interação, figurando uma demonstração de desconfiança, afronta ou mesmo grande ofensa.

Enquanto americanos e anglo-saxões vinculam o ato de comer à nutrição, à intimidade, à liberdade e à responsabilidade individual, para os latino-americanos a alimentação é sobretudo coletiva, marcada pela sociabilidade, pela convivialidade e pela comensalidade (Fischler, 2010). Por esse motivo, a afirmação de preferências alimentares, tal como a que vemos na fala de Ângela a seguir, tende a ser interpretada com pouca naturalidade: “Eu acho tranquilo... Tu pede a tua pizza, eu peço o meu sashimi, a gente senta na mesma mesa e come”. É como se, ao expressar as suas preferências, o indivíduo tensionasse as normas sociais do meio em que se encontra. A tensão social emerge ao serem colocadas em xeque as práticas tradicionais de comensalidade. A flexibilização das regras alimentares na alimentação moderna culminaria assim no fenômeno designado por Fischler (1995) de “gastro-anomia”. Vemos no trecho da fala de Sabrina um exemplo de tal tensão no espaço familiar:

[...] minhas tias são italianas e fazem massa caseira. E virava uma festa o dia que elas faziam [...] E chamam a gente. E nós íamos e elas não tinham como oferecer pra nós... Tá, elas não sabiam o que fazer, elas não tinham acesso à farinha de arroz como se tem hoje, mas elas queriam a nossa presença lá, e nós íamos, pra não comer nada, porque era só aquele prato, né? Mas não ir era pior do que estar lá e não comer. Então a gente ir e falar: [...] “Não, eu já jantei em casa” dava menos problema do que se recusar a ir [...] Então eu acho que quem tá em determinadas famílias vai se isolar, porque vai ser difícil. [...] Uma tia velhinha, de 80 anos, passou a manhã fazendo um prato pra mim, e ela falou “come só o recheio”, “mas eu não posso”. *Eu senti que ela ficou chateada.* [...] Então, às vezes, você encontra situações que a dieta te joga, assim, em um lugar que você não queria estar [...]

Então você é obrigado a ter atitudes, porque você precisa gerenciar tudo isso que as pessoas sentem em relação à comida. [grifos nossos] (Sabrina, 54).

A recusa de um alimento preparado é narrada por dez dos 13 informantes como se fosse vista por quem oferece como expressão de desafeto, na medida em que não se corresponde à reciprocidade esperada, de resposta à hospitalidade. Podemos dizer, nos termos de Mauss (2003), que se estabelece nesse momento a não devolução da dádiva, a qual deve proporcionar o estabelecimento e a manutenção de alianças, sejam elas religiosas, matrimoniais, econômicas, sejam políticas. A troca de gentilezas, amabilidades, sorrisos, convites para almoços ou festas, faz parte do contrato social entre indivíduos e grupos, atenuando conflitos. A dádiva está relacionada às ações de dar, receber e retribuir. Nos casos em que analisamos é como se o ciclo fosse interrompido no momento em que o indivíduo rejeita a comida e, por consequência, não a retribui da maneira esperada, com elogios, agradecimentos e outras demonstrações de afeto e satisfação. De acordo com Contreras e Gracia (2011), o ato de dar alimentos e bebidas como presentes possui aceitação universal. Por meio da troca, afirma-se uma infinidade de relações, de parentesco, de compromisso, de simpatia ou gratidão.

A negação da tradição é uma interpretação possível a partir da recusa de consumir a “bebida símbolo” do estado do Rio Grande do Sul, o chimarrão. Ao lado do “prato típico” churrasco, simboliza a “autenticidade” da tradição e da cultura gaúcha, do tradicionalismo e do gauchismo (Maciel, 2005). Assim, a denominada “roda de chimarrão” é um ritual de troca e sociabilidades do Sul do País, gerando ou potencializando laços sociais e reforçando a tradição e a cultura gaúcha (Maciel, 2007). Entre os nossos informantes, o problema se instaura não a partir da bebida em si, a qual é naturalmente isenta de glúten e de lactose, mas, sim, da maneira como é consumida, pela possibilidade de haver con-

taminação cruzada⁷. A “roda de chimarrão” possibilita a partilha e usualmente o consumo da bebida ocorre concomitantemente com a ingestão de *snacks*, em muitos casos contendo glúten e/ou lactose. É como se ao recusar a bebida fosse gerado um impasse, devido a tal ato poder ser interpretado como ofensa e rejeição à tradição, à cultura gaúcha, bem como ao próprio grupo com o qual o chimarrão é compartilhado, ou ainda a quem o prepara ou o serve. Vemos um exemplo desse imbróglgio no relato de Sabrina:

Tem uma coisa aqui no Sul, por exemplo, o chimarrão. As pessoas tomam chimarrão em roda e, às vezes, comendo. Você não aceitar o chimarrão, ter o seu só, que você não passa, vai ofender de uma forma tão profunda algumas pessoas, que é preferível você falar que não toma, não gosta ou sair da roda, pra não virar objeto de *discórdia* ali [...] Pra gente que tá na cidade, é mais fácil, porque a gente se isola desses grupos, mas se você tá no interior, você tá em lugares que as famílias moram muito perto. [grifos nossos] (Sabrina, 54).

Na fala de todos os entrevistados a tensão social aparece a partir da afirmação das preferências alimentares e, na maioria dos casos, ela é narrada atrelada a um sentimento de violação da tradição. Esta tem nas gerações anteriores – pais e avós – os seus “guardiões”, os quais se sentem sob ataque quando em contato com as novas práticas, comuns entre os mais jovens. No estudo de Beardsworth e Keil (1992), com foco na análise de trajetórias de adeptos de dietas vegetarianas, a rejeição do alimento ofertado pelos pais é por vezes interpretada como uma rejeição aos próprios pais. Tal fenômeno observamos também entre os adeptos de dietas sem glúten e/ou sem lactose de nosso estudo. A declaração de Ângela é um exemplo disso:

Minha mãe até já chorou, chateada porque ela fez um negócio especialmente pra me esperar, e aí eu olhei pra ela e eu

7 Nesse caso, o termo se refere a traços de glúten ou lactose em alimentos que originalmente não teriam.

disse: “Não vai dar, eu não posso mais comer isso”. E eu falei: “Olha, eu não quero te magoar, mas eu não vou comer”. [...] Pra minha mãe aceitar que é sábado de noite, que a família vai pedir pizza, vai fazer uma pizza e eu não vou comer, foi difícil... No começo eu comia, mas eu me arrependia. Eu não queria magoar as pessoas [...] Então isso afasta as pessoas. Minha mãe sempre agradeceu muito com comida [...] Tu quer agradecer alguém: “Ah, vou levar um chocolatinho”. Aí a pessoa diz: “Ah, obrigada, eu não como”. Tu desagradou alguém. (Ângela, 34).

No entanto, alguns indivíduos contam que houve uma transformação das práticas alimentares dos mais antigos com o passar do tempo, incorporando os novos conhecimentos advindos dos mais jovens⁸. Se, por um lado, a recusa de convites e presentes alimentares pode ser vista como desafeto, de acordo com a mesma lógica, a reciprocidade é retomada de ambas as partes da relação entre pai/mãe e filho/filha no momento em que os primeiros aceitam a mudança comportamental dos segundos na esfera alimentar. Isso se desenvolve em meio a uma relativa abertura às novas práticas, pela qual a reciprocidade se materializa por meio da oferta de alimentos compatíveis com as preferências das novas gerações:

E aí eu cheguei em casa e como a gente tava com visita em casa, minha mãe fez uns cachorrinhos e deixou um monte de ovo pronto pra mim. Aquilo pra mim é *uma prova de amor*. Ela deixou ovos cozidos pra quando eu chegasse... [grifo nosso] (Ângela, 34).

O estudo de Wolff, Adamiec e Fidolini (2019) constatou que as práticas alimentares dissidentes normalmente envolvem a negociação de normas familiares. Alguns autores também têm

8 Os mais jovens aparecem como os mais suscetíveis a subverter as convenções alimentares em estudos anteriores. Sobre esse assunto, ver os trabalhos de Pulici (2019) e García-Garza (2010).

trabalhado no sentido de apreender pormenores da adaptação familiar com adeptos de dietas veganas e vegetarianas (Asher e Cherry, 2015). De modo semelhante, vemos nas declarações de alguns informantes de nossa pesquisa um ajustamento dos pais posterior à adoção de dietas livres de glúten e/ou de lactose pelos filhos. Tal adequação é descrita como fruto de laboriosa negociação, gradual e permanente, entre os mais jovens e as gerações anteriores.

O conflito ou desafio entre pais e filhos a partir da inclusão das novas práticas alimentares por parte dos segundos é também reflexo do que Lahire (1998) narra sobre a multiplicidade de socializações possíveis por meio da família, as quais podem conduzir a disposições conflitantes que entram em contradição com as gerações anteriores. Há também, de acordo com o autor, uma variedade de esquemas de ação a serem ativados pelo indivíduo em cada contexto de ação em que é colocado. À luz do trabalho de Fischler e colaboradores (2019), podemos dizer que pelo fato de as gerações mais recentes cada vez mais adotarem dietas restritivas, pode se instaurar um quadro que pode ser nomeado de “débito inter e transgeracional” na relação entre pais e filhos. Em nosso estudo, tal débito pode ter a sua origem na não reciprocidade, suscitado no momento em que o indivíduo recusa o alimento preparado, o qual é carregado de grande investimento afetivo. Nos termos de Lahire (1998), tal débito pode ser oriundo da não transmissão intergeracional de algumas disposições, em especial, daquelas referentes ao gosto⁹ em matéria de alimentação de origem familiar.

9 Para um panorama mais completo sobre de que maneira o gosto em matéria alimentar se concatena com as demais esferas da vida social, informações provenientes de outras práticas culturais deverão ser investigadas em trabalhos futuros de forma aprofundada, pois “o gosto em matéria alimentar não pode ser completamente autonomizado das outras dimensões da relação com o mundo, com os outros e com o próprio corpo” (Bourdieu, 2011, p. 184).

“Acima da média”

Conforme Bourdieu (2011), há três maneiras fundamentais de se distinguir na classe dominante. A primeira delas é a alimentação, a segunda, a cultura e, por fim, as despesas dirigidas à apresentação de si e à representação – cuidados de beleza, higiene, vestuário, etc. Cinco do total dos 13 informantes atribuem a sua adesão a dietas alimentares livres de glúten e/ou lactose a uma “escolha”. Os demais referem possuir alguma motivação de saúde, porém nem todos derivaram de diagnósticos médicos. Dentre as pessoas que alegaram seguir a dieta partindo de uma “escolha”, Pedro e Clara, ambos estudantes de nutrição, dizem que a principal motivação foi a busca por uma vida mais saudável; Izabel e Lourdes, respectivamente farmacêutica e artesã, relacionam ao seu objetivo de emagrecimento e; por fim, Ângela, administradora, remete a seu apreço e sentimento de pertença ao mundo *fitness* e do *bodybuilding*.

No estudo de Pulici (2019) sobre o estilo de vida das elites paulistanas, foram analisados os discursos acerca do que, como e quanto comer, assim como o papel destas visões na legitimação de comportamentos socialmente discriminantes. Foi conferida a atenção às maneiras com que indivíduos guiavam as suas ações visando uma nova apresentação de si, ao mesmo tempo em que reivindicavam a sua superioridade em relação aos que se recusavam transformar as suas preferências alimentares. Segundo Contreras e Gracia (2011), com exceção de momentos críticos, as classes altas sempre puderam escolher o que comem, de modo que a classe social é variável fundamental para a compreensão da adesão a certos tipos de dieta. De acordo com Bourdieu (2011), o valor que as mulheres atribuem a seus corpos e a si próprias está intimamente associado à posição ocupada no espaço social. O mesmo se aplica à preocupação com a apresentação de si e a investimentos em privações, esforços, tempo e cuidados, de modo que estes são mais frequentemente valorizados por mulheres de classes burguesas em relação às de classes populares.

Para as classes superiores, “como” alimentar-se é tão ou mais importante quanto “o que”. Alimentar-se sem glúten e sem lactose e, de preferência, de alimentos orgânicos¹⁰, por vezes, veganos, pode representar para alguns dos entrevistados um estilo de vida “raro”. Em relação a “quanto” comer, algumas narrativas apresentam descrições de determinados comportamentos à mesa e o alimentar-se em grandes quantidades como alvos de reprovação. A falta de “civildade”, a gula e o gluttonismo aparecem em algumas declarações como disposições ou práticas condenáveis. Podemos ter um exemplo disso no trecho da fala de Ângela que segue:

A gente deveria comer, simplesmente, como se o corpo fosse uma máquina e como se tu desse uma ração pra ele. Tu come pra ele funcionar. E o que eu vejo é que não, *a gente come por gula, o que é errado* [...] Talvez [minha dieta] iniciou, sim, pela moda. Mas eu já era uma pessoa que me cuidava [...] Talvez eu era aquele *ser humano mediano*, que nos finais de semana se permitia mais [...] E agora tá ficando um pouco pior, eles querem incluir aquelas modelos *plus size*. Modelo é modelo. Tem que ter gente lá com o corpo bonito e tal. Eu entendo o outro lado, que as pessoas se sentem excluídas, mas é mais fácil tu se adequar à maior. E a nossa *cultura* tá indo pra um lado que eles preferem mostrar que *a média é ok* e tão querendo excluir *aqueles que estão querendo se destacar*. [grifos nossos] (Ângela, 34, administradora).

De acordo com Poulain (2015), há na alimentação moderna um fenômeno denominado de nutricionalização, o qual consiste na difusão de conhecimento nutricional por diferentes canais, tais como a imprensa e a televisão, mas também por campanhas de educação sanitária. O fenômeno pode ocorrer ao tratar de uma patologia pre-

10 De acordo com uma pesquisa sobre o consumo de orgânicos no Brasil realizada em 2017, o percentual médio de tais consumidores é de 15%, sendo que a maior barreira relatada pelos não-consumidores é o alto custo destes produtos. Entre as motivações, 63% referem que o fazem porque “é mais saudável” e 15% por ser “indicado na mídia como mais saudável” (Organis e Market Analysis, 2017). Sobre o consumo de alimentos orgânicos como prática socialmente distintiva, ver Barreiros e Mazon (2017).

cisa ou sem haver uma doença diagnosticada, neste caso o indivíduo deliberadamente altera a sua alimentação cotidiana com base em razões nutricionais cientificamente legitimadas. Vemos um exemplo disso na fala de Izabel a seguir. Ao questionarmos acerca das transformações de suas práticas alimentares, a entrevistada as descreve de maneira racionalizada, a partir de componentes bioquímicos. Sugere que os produtos para a manutenção de sua dieta, em seu caso atribuída a uma “escolha”, deveriam ser comercializados em farmácias e não em supermercados, um indicador do que Poulain (2015) denomina de “medicalização da alimentação”:

Teve uma palestra de um italiano que veio pra cá, que eu assisti também, que ele explicou muito sobre os *aminoácidos* que trocaram por causa da mutação provocada no trigo, e que causa uma reação cruzada com o colágeno... E aí uma vez eu peguei, meio que resolvi: “*vou parar para ver, né?*” [...] Eu acho que esses produtos deveriam vender na *farmácia*. Na farmácia pode vender alimentos *especiais*: alimentos sem açúcar, alimentos tipo barrinha que for especial, assim, alguma coisa *light, diet*. [...] Antes eu comia pão com frios, aí de repente eu parei de comer embutidos, porque comecei a pensar muito nos *nitritos e nitratos*. Aí passou só pra queijo e depois queria diminuir o leite, aí não comprava mais leite... *Então hoje, o que eu como é: ovo e café preto ou chá preto* [...] Aí comecei a comer ovo, que eu detestava ovo, e hoje eu como ovo várias vezes. Até fui perguntar para as pessoas *normais* quantos ovos que podia se comer, que não fosse um exagero... (Izabel, 44, farmacêutica).

A distinção entre a alta cultura e a cultura média, para Ângela e Izabel, as duas entrevistadas com os maiores níveis de escolaridade, passa pelas “boas maneiras” à mesa¹¹. O ato de servir a comida frequentemente “em fartura” e “sem formalidades” por familiares é representado em algumas falas como se eles não tivessem outra preocupação a não ser comer, sobretudo em grandes quantidades. Comportamentos e pratos são denunciados com aversão, em termos de uma “falta de cultura”, “falta de gos-

11 Sobre esse assunto, ver Elias (1994).

to” ou de controle, quando não há a compreensão ou a aceitação de preferências alimentares “livres de”. Tal distinção também é expressa em algumas narrativas pela representação hierárquica entre campo e cidade, com uma demarcação de distanciamento do gosto do campo, do gosto médio e do gosto geracional em matéria alimentar, os três representados unanimemente entre os informantes como um “gosto tradicional”, como se fosse um gosto homogêneo e ultrapassado, majoritariamente também visto como de caráter mais irrefletido e pulsional.

Mas na família não tem cultura de nada assim. Agora que tem uns primos meus mais novinhos [...] que não estão comendo carne. A minha tia disse que não tem o que fazer pra eles, só massa com molho branco. Que eles não comem nada, só existe isso, não sabe mais o que vai fazer pra eles [...] Existe tanta verdura, tanta coisa que não é carne! “Ah, pois é, mas não sei...”. Dificuldade! [...] Acho que aqui no Rio Grande do Sul as pessoas não têm muita noção [...] É essa coisa de ser grosso, de ser guasca de fora [...] O prazer da pessoa é só comer [...] Estão mais preocupados em ficar bem gordos! [grifos nossos] (Izabel, 44).

Entrevistador: Culturalmente, como tu encaras o que as pessoas dizem sobre a tua dieta?

Ângela: É um insulto, é um absurdo. No fundo, eu tenho a visão de que quem não gostaria de ter um corpo bonito? Ninguém fala “eu quero ser gordo, eu quero me sentir mal, quero me sentir indisposto, eu quero fazer uma corrida e me sentir indisposto”. Não. “Eu quero ser magro, disposto, saudável”. *Mas poucas pessoas estão dispostas a passar por isso, porque dói, é privação [...]* A cultura é horrorosa, atrapalha [...] Cultura alemã é só porcaria. Tu já viu o que é uma torta alemã? Um absurdo! Eu tava na janta e falei pra minha irmã: “Tu vai comer isso? Vai ter coragem de comer isso?”. Era tanta nata! Hoje, graças a Deus, em todo lugar tem uma opção de um franguinho. [grifo nosso] (Ângela, 34).

Conforme Bourdieu (2011), as preferências alimentares e as maneiras de comer à mesa refletem o desejo ou a afirmação de pertenci-

mento a um estrato ou classe social. Vemos um exemplo disso no estudo de Pulici (2019), no qual o “comer sem medida”, o “comer sem cerimônia” e a voracidade popular foram condenados pelos informantes em associação à forte apologia ao autocontrole e à “pulsão denegada”, figurando como marcador de distinção social. Como vemos nos extratos de fala anteriores de Ângela, a promessa da “boa forma”, da beleza “além da média” e da aparência física “de destaque” constituem grandes motivadores de sua privação e da adesão a um estilo de vida livre de glúten e de lactose, bem como o sentimento de pertença ao mundo do *bodybuilding*, incluindo tais elementos em suas práticas esportivas e alimentares cotidianas. Outro fator que integra o estilo de vida de Ângela e de alguns entrevistados é a exigência quanto à seleção e à frequência de restaurantes, condição a ser respeitada também por seus parceiros amorosos:

Hoje eu não deixo de ir em nenhum lugar, até porque assim, não conheço ninguém que queira me levar num xis, tipo o [restaurante] Cavanhas, sei lá. Se a pessoa me convidar pra ir no Cavanhas, eu vou perder o interesse por ela [...] Não existe amor pra isso. Se existe, eu ainda não conheci. Se ele me convidar pra ir no Cavanhas, eu nem vou ter chance de conhecer o amor. (Ângela, 34, administradora).

Conforme Bourdieu (2011, p. 226), o gosto adapta-se, formando “casais bem-ajustados” em termos de gostos, de modo a garantir uma endogamia de classe. Um eventual convite à entrevistada Ângela, por um improvável parceiro amoroso para frequentar um restaurante famoso em Porto Alegre por servir sanduíches encobertos por uma porção generosa de batatas fritas, seria certamente recusado e tratado com aversão. O restaurante, com o lema “Do lanche leve a ogrisse¹², passando por pizzas e pratos

12 O termo “ogrisse” aqui deriva do vocábulo “ogro”, o qual por sua vez origina-se da palavra ogre, designação recorrente de personagem equivalente ao “bicho-papão” em histórias infantis francesas. (Previatti, 2019) fonte de distinç^oqepertença a tais estilos de vidas. os:

prontos”, possui em seu website uma peculiaridade, a ausência de fotografias dos pratos, aparentando uma despreocupação em termos de apresentação, sendo uma das raras imagens justamente a do afamado sanduíche encoberto por um morro de batatas fritas. A explicação atribuída à disposição da comida é funcional: “Isso começou num dia de muito movimento. Faltaram pratos para servir as batatas fritas e a solução foi usar o xis como base para as fritas”. Outro exemplo do enaltecimento das maneiras de servir o alimento, acompanhado da aversão ao descaso com a disposição estética, encontramos na declaração de Lourdes:

... *odeio comida atirada no prato*, meu prato tem que ser bem colorido e bem bonito. Tem que ter tudo que eu tenho direito. Posso cozinhar o que for, mas tem que estar bem-arranjado no prato [...] Eu vivo procurando utensílios diferentes. *Gosto de dar uma apresentação no meu prato*. Se eu vou num aniversário, eu costumo comer o que tem de melhor na mesa do evento. [grifos nossos] (Lourdes, 59, artesã).

Todos os entrevistados relatam que a nova dieta acompanhou uma maior racionalização do consumo alimentar, abrangendo a leitura pormenorizada de cardápios e maior preocupação com os rótulos dos produtos industrializados nos supermercados. Benjamin discorre a seguir conferindo indícios da presença de capital cultural em seu círculo e acerca de sua boa condição financeira para a aquisição de alimentos orgânicos e para frequentar restaurantes dirigidos por *chefs* de cozinha, favorecendo o resguardo de suas preferências alimentares.

Porque comer bem não é barato, né? Procuo orgânicos, né, então tomate, cebola, pimentão, alho-poró [...] Eu sei do nível intelectual das pessoas que eu convivo, que estão no meu círculo de amizade [...] Como a gente lê rótulos [...] em todas as linhas, e não só na linha que diz que contém ou não glúten, então eu acho que as pessoas têm como característica buscar uma dieta mais saudável conseqüentemente. [...] [Faço] planejamento em todos os sentidos, não só de onde

comer, mas inclusive financeiro [...] As minhas opções vão ser aqueles restaurantes que têm um chef de cozinha que conheça de gastronomia, que sabe que tem que ter cuidados com contaminação cruzada, que vá aceitar preparar uma comida pra mim. (Benjamin, 45, servidor público federal).

Vemos na fala de Benjamin um relato de que a atenção aos rótulos vai muito além da constatação se o alimento é ou não livre de glúten ou lactose. A leitura minuciosa dos rótulos, “em todas as linhas”, reflete um cuidado de si caro às classes altas, mesmo que em alguns casos existam concomitantemente motivações médicas ou sanitárias. O estudo de Marins (2004), a respeito dos hábitos de leitura e da recepção de informações de rótulos de produtos alimentícios em Niterói-RJ, identificou que 61% dos entrevistados o faziam necessariamente por motivos médicos ou eram membros de classes superiores. No mesmo estudo, quanto mais alto o nível de escolaridade, maior é a atenção dedicada aos rótulos pelos informantes.

A “descoberta” e a manutenção de dietas mediadas por celebridades

Durante muito tempo, as revistas femininas e aquelas voltadas ao espaço doméstico exerceram um papel prescritivo central de gostos e estilos de vida, de “boas maneiras” e padrões de excelência corporal (Régner, 2017; Pulici, 2019; Previatti, 2019), bem como os livros de cozinha e manuais de administração do lar, sendo que estes, sobretudo até os anos 1960, englobavam regras de conduta voltadas às donas de casa (Pilla, 2008). Nas últimas décadas, *chefs* de cozinha, designers, arquitetos, apresentadores de programas televisivos culinários e, mais recentemente, os intitulados “influenciadores digitais” – estes mencionados sobremaneira pelos entrevistados desta pesquisa – passaram também a atuar na prescrição de gostos e estilos de vida (Previatti, 2019). Tais indivíduos, alçados à posição de celebridades, adquiriram um tipo de capital novo, um “capital de celebridade”,

tornando-se porta-vozes autorizados a falar sobre comida e outros temas da vida cotidiana. O estudo de Pedroni (2016) analisa, a partir do campo da moda, como “influenciadores digitais” surgem a partir das transformações do blog, este se tornando com o passar do tempo mais uma estratégia na qual canais icônográficos, sobretudo o Instagram, assumem o controle.

Até a década de 1980, a estética permanecia restrita a profissionais ligados à moda e aos publicitários. A estetização, que possui suas raízes no design, difundiu-se para outras esferas da vida. Conforme Lipovetsky e Serroy (2015, p. 246), foi nos anos 1980 que novos designers se manifestaram no sentido de “reencontrar as raízes perdidas, revisitar a memória e os mitos culturais, restituir à História seu lugar”. No instante em que a estetização ganhou centralidade, outras profissões também ficaram encarregadas desta função, todas aquelas que se mostravam capazes de capitalizar o saber técnico e transformá-lo em bens simbólicos. Ao mesmo tempo, houve uma transformação em diferentes setores da indústria cultural, abrindo espaço para esses novos profissionais (Previatti, 2019). A celebridade engendra uma economia específica, ligada às mídias, à publicidade, ao espetáculo, etc., envolvendo um consumo específico, ao transformar indivíduos em objetos de consumo visual ou sonoro em larga escala (Heinich, 2011).

De acordo com o relatório Euromonitor International (EMI, 2018), entre os motivos centrais para o crescimento exponencial da produção e do consumo de alimentos industrializados livres de glúten e de lactose no Brasil está o fato de terem sido incensados por celebridades. No caso de Ângela, a entrevistada confessa se inspirar em celebridades sobre como escapar dos constrangimentos sociais para a preservação da dieta *fitness* e livre de glúten e de lactose. Para Johnston e Goodman (2015), há uma dimensão ao mesmo tempo empírica e normativa-aspiracional pela qual tais celebridades atuam ao comunicar instruções sobre a comida, podendo ser por meio de receitas, mas também de

prescrições de “boa comida”. A despeito da imensa quantidade de receitas publicadas na internet sem autoria e de autores anônimos, alguns indivíduos ganham notoriedade. Neles, o grande público identifica-se e confia, por uma suposta intimidade criada por eles com os seus consumidores, telespectadores e leitores (Abbots, 2015). Vemos tal relação exemplificada abaixo:

Uma pessoa que tá muito na mídia em relação a isso é a Juju Salimeni, hoje ela é modelo *fitness*. Ela, Karina Bacchi, a Gabriela Pugliese, a Gracyanne Barbosa são embaixadoras do evento *Arnold Classic*¹³. A Pugliese faz um tipo mais seco, a Juju e a Gracyanne é músculo. Meu primeiro contato que me chamou a atenção foi a Juju mesmo [...] fui atrás do *bodybuilding*, fui atrás da alimentação, fui atrás de nutricionistas, ela foi só uma referência [...] o que me chamou a atenção nela é que ela consegue ter um corpo sarado, com músculos e ainda consegue ser feminina [...] Eu conheço tudo através dos halterofilistas. (Ângela, 34, administradora).

Em alguns casos, a sensação de intimidade com celebridades é narrada como determinante para a adesão a dietas isentas de glúten e/ou lactose. Joaquim, por exemplo, atribui como marco temporal à sua mudança de estilo de vida um episódio de série televisiva. Descreve que aos 28 anos de idade, ao assistir ao programa, criou um sentimento de identificação com um dos personagens e a sua intolerância alimentar.

Eu demorei muito tempo pra descobrir que eu tinha problema com lactose e o mais engraçado é que eu descobri quando eu tava morando lá na Austrália, eu tava assistindo *The Big Bang Theory*. Eu tava olhando e um dos personagens [Leonard Hofstadter] tem problema com intolerâncias, ele é todo intolerante, tem intolerância à lactose, a milho, a glúten [...] E aí eu comecei a me dar conta do que era, come-

13 *Arnold Classic* é uma competição internacional de fisiculturismo anual. Seu nome homenageia ao ator e fisiculturista Arnold Schwarzenegger, idolatrado no mundo dos halterofilistas.

cei a prestar atenção, que era quase instantâneo: eu tomava leite e nossa! Sempre gostei de tomar leite, só que eu me sentia desconfortável e não sabia o porquê. (Joaquim, 34, arquiteto).

Segundo Abbots (2015), a crescente exposição na mídia dos chamados “chefs-celebridades” – o que estendemos aqui, em certa medida, aos demais mediadores – lhes permitiu simular uma relação de intimidade com os seus consumidores, leitores e telespectadores, caracterizada pela apresentação de estilos e pela exposição de aspectos de suas vidas pessoais. Esses consumidores, telespectadores e leitores passaram a seguir recomendações de consumo de produtos e aconselhamentos relativos a estilos de vida de tais mediadores. Temos um exemplo do que estamos tratando no relato de Ângela:

Tirar aquilo ali [o glúten] foi um up e foi influenciado pela Juju. Ela é a celebridade que fala sobre isso, eu me identifico totalmente. Ela é uma pessoa que é feliz, disciplinada, e eu sou assim [...] Tem outras celebridades que eu sigo no Instagram como Roberta Zuniga. Porque no meu dia a dia não tem ninguém. Tem sido muito condenado pelos estudantes de nutrição essa produção de conteúdo por parte de blogueiras fitness, porque elas não estudaram sobre o assunto. Mas eu não vejo dessa forma, elas não tão te dando uma dieta, elas estão te dando um estilo de vida pra tu seguir. Serve como referência, tu saber que alguém tá fazendo é legal [...] Eu acho que é muito válido seguir essas pessoas, eu sigo economistas, como Ricardo Amorim, sigo a Superinteressante, por exemplo [...] Eu sempre fui fã do Arnold Schwarzenegger... pela questão da disciplina. Não sei como eu não entrei nessa onda de bodybuilding antes, por ver as pessoas e de ver como elas faziam. Eu sigo o máximo de pessoas possíveis no Instagram, porque eu não consigo mensurar, mas tu vendo isso todo dia, vai plantando uma sementinha do que fazer do que não fazer. [grifos nossos] (Ângela, 34, administradora).

Tal como vemos no exemplo narrado de Ângela, as chamadas “*food celebrities*” ou “*food personalities*” podem parecer verdadei-

ros amigos de confiança, sendo com frequência referenciados por seus fãs pelo primeiro nome ou apelido. A mediação da produção e do consumo alimentares, por meio de setores da indústria cultural¹⁴, lida com gostos inconscientes, desejos e a internalização de padrões construídos socialmente de “bom gosto”, “boa forma”, “saúde ideal” e “consumo responsável” (Johnston e Goodman, 2015). Com efeito, a alimentação livre de glúten e/ou lactose insere-se na fabricação de estilos de vida particulares prescritos em tais espaços, agregando valor às práticas sociais de seus mediadores e consumidores, possibilitando a estes o compartilhamento de um sentimento de pertença ligado a tais estilos de vida.

Considerações finais

A recusa de refeições compartilhadas ou ofertadas a partir da afirmação de dietas livres de glúten e/ou lactose incita uma série de maneiras de comer no convívio social de seus adeptos. Há uma interrupção da relação de troca pela não devolução da dádiva, suscitando um conflito inter e transgeracional, quando interpretada como negação da tradição, da cultura e da herança familiar. Um equilíbrio dessa dissociação pode se estabelecer com o passar do tempo, por meio de uma negociação das normas familiares e de escape das convenções sociais. Tais transformações têm impacto direto nas sociabilidades, em relação às quais há o relato de um sem número de mecanismos de burla em prol de um disfarce da comensalidade, a fim de contornar constrangimentos sociais e preservar preferências alimentares. Implica em uma racionalidade específica, de caráter disposicional e contextual, marcada por alto grau de controle de si, contenção das pulsões e interiorização das coerções.

14 A mediação do consumo alimentar passa também pela “escolha” de bares e restaurantes. Uma parte dos entrevistados relata frequentar esses locais apenas após a consulta prévia de avaliações escritas em plataformas, dentre eles o site TripAdvisor. Para uma discussão mais aprofundada sobre tal site como fonte de representações coletivas e de mediação ver trabalhos de Sartore (2017) e Sartore e Coffey (2019).

Os mecanismos de burla possibilitam que os indivíduos simulam a refeição compartilhada, permitindo-os participar de eventos festivos e familiares nos quais a alimentação desempenha papel fundamental. Boa parte de tais mecanismos, bem como a adoção e a preservação das dietas são declarados como sendo inspirados por mediadores culturais, dentre eles personagens de programas televisivos e “influenciadores digitais”, com os quais é originado um sentimento de identificação e de suposta intimidade. A despeito das motivações médicas e sanitárias, racionalizar o que se come evidencia um cuidado de si e consiste em marcador de distinção social. Este trabalho, no entanto, se ateu às preferências alimentares, sendo que uma análise de correspondências, mobilizando em profundidade dados oriundos de outras dimensões do espaço dos estilos de vida dos entrevistados, deverá ser contemplada em trabalhos futuros.

De modo mais amplo, este estudo contribui, a partir do exemplo da adoção de dietas livres de glúten e/ou lactose em uma capital do Sul do País, para a compreensão das maneiras as quais indivíduos e grupos sociais se valem da alimentação para exercer práticas socialmente excludentes. Com efeito, a defesa de práticas alimentares tradicionais no espaço familiar e em outros espaços de sociabilidade, em prol das quais decorre uma série de constrangimentos, produz por vezes segregação e exclusão social daqueles que aderem à alimentação sem glúten e/ou sem lactose por motivações médicas ou sanitárias. Ao mesmo tempo, dietas e estilos de vida “livres de” são reivindicados como fonte de distinção social pelos que objetivam uma manutenção das distâncias sociais.

Referências

Abbots, Emma-Jayne. The intimacies of industry: consumer interactions with the “stuff” of celebrity chefs. **Food, Culture & Society**, v. 18, n. 2, jun. 2015.

Asher, Kathryn; Cherry, Elizabeth. Home is where the food is: barriers to vegetarianism and veganism in the domestic sphere. **Journal for Critical Animal Studies**, v. 13, n. 1, 2015, p. 66-91.

Barreiros, Bruno Costa; Mazon, Marcia da Silva. O consumo de orgânicos na perspectiva sociológica: analisando um mercado especializado em Florianópolis-SC. **Ambiente & Sociedade**, v. 20, n. 1, 2017, p. 147-164.

Barnes, Christine. Mediating good food and moments of possibility with Jamie Oliver: problematising celebrity chefs as talking labels. **Geoforum**, v. 84, 2017, p. 169-178.

Bauer, Martin W.; Gaskell, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 10. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

Beardsworth, Alan; Keil, Teresa. The vegetarian option: varieties, conversion, motives and careers. **The Sociological Review**, v. 40, n. 2, 1992, p. 253-293.

Bourdieu, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. 2.ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.

Bourdieu, Pierre. A ilusão biográfica. In: **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996, p. 74-82.

Bourdieu, Pierre. **Sociologie générale : cours au Collège de France 1981-1983**. Vol. 2. Paris : Le Seuil, 2016.

Caillé, Alain; Chaniel, Philippe; Gauthier, François; Robertson, Fabien. Le don d'hospitalité. Quand recevoir, c'est donner. **Revue du MAUSS**, v. 53, n. 1, 2019, p. 5-26.

Combessie, Jean-Claude. **O método em sociologia**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

Contreras, Jesús; Gracia, Mabel. **Alimentação, sociedade e cultura**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

Corbeau, Jean-Pierre; Poulain, Jean-Pierre. **Penser l'alimentation: entre imaginaire et rationalité**. Toulouse/Paris: Privat-OCHA, 2002.

Driessens, Olivier. Celebrity capital: redefining celebrity using field theory. **Theory Soc.**, v. 42, n. 5, 2013, p. 543-560.

Elias, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

Elias, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. 2. ed. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

EMI. Euromonitor International. **Tendências de saúde e bem-estar**. Food ingredients South America, 2018.

Fischler, Claude. Commensality, society and culture. **Social Science Information**, v. 50, n. 3-4, 2011, p. 528-548.

Fischler, Claude. Introduction: Is sharing meals a thing of the past? In: Fischler, Claude (Org.). **Selective eating: the rise, meaning and sense of personal dietary requirements**. Paris : Odile Jacob, 2015.

Fischler, Claude. **Les alimentations particulières : mangerons-nous encore ensemble demain?** Paris: Odile Jacob, 2013.

Fischler, Claude. **El (h)ominívoro: el gusto, la cocina y el cuerpo**. Barcelona: Anagrama, 1995.

Fischler, Claude; Levy-Basse, Roseline; Smail, Mustapha; Serog, Patrick. Le don, la dette et l'enfant. Une étude-pilote sur la réciprocité dans les familles. **Cahiers critiques de thérapie familiale et de pratiques de réseaux**, n. 1, 2019, p. 113-130.

Fischler, Claude; Masson, Estelle. **Comer: a alimentação de franceses, outros europeus e americanos**. São Paulo: Senac, 2010.

Flandrin, Jean-Louis; Montanari, Massimo. **História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

García-Garza, Domingo. Prácticas alimenticias y clasificación social ¿Los tacos son un alimento 'popular'? **Civitas. Revista de Ciências Sociais**, v. 10, n. 3, 2010, p. 430-449.

Godin, Laurence. Entre plaisir et contrôle : l'équilibre comme fondement de la normativité et de l'action dans l'alimentation contemporaine. **Ethnologies**, v. 33, n. 2, 2011, p. 69-97.

Heinich, Nathalie. La consommation de la célébrité. **L'Année sociologique**, v. 61, n. 1, 2011, p. 103-123.

Horn, Bianca. **A interferência dos fatores externos no consumo dos indivíduos que se alimentam de produtos sem glúten e sem lactose**. Trabalho de Conclusão de Curso (Publicidade e Propaganda), Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM, Porto Alegre, 2017.

Krukowska, Joanna; Rancew-Sikora, Dorota. Social contexts of food exclusion. **Studia Humanistyczne AGH**, v. 17, n. 2, 2018.

Johnston, Josée; Goodman, Michael K. Spectacular foodscapes: food celebrities and the politics of lifestyle mediation in an age of inequality. **Food, culture & society**, v. 18, n. 2, 2015, p. 205-222.

Lahire, Bernard. La culture à l'échelle individuelle : la transférabilité en question. In : Coulangeon, Philippe; Duval, Julien. (Orgs.) **Trente ans après La distinction de Pierre Bourdieu**, Paris, La Découverte, 2013, p. 165-176.

Lahire, Bernard. **L'Homme pluriel**. Les ressorts de l'action. Paris: Nathan, 1998.

Lahire, Bernard. **L'interprétation sociologique des rêves**. Paris: La Découverte, 2018.

Lipovetsky, Gilles; Serroy, Jean. **A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista**. São Paulo: Companhia da Letras, 2015.

Maciel, Maria Eunice de Souza. Gauchismo, tradição e tradicionalismo. **CADERNOS IHU Ideias**, São Leopoldo, n. 87, 2007, p. 1-22.

Maciel, Maria Eunice de Souza. Patrimônio, tradição e tradicionalismo: o caso do gauchismo, no Rio Grande do Sul. **Mneme: revista de humanidades**, Natal, v. 7, n. 18, 2005, p. 1-20.

Marins, Bianca Ramos. **Análise do hábito de leitura e entendimento/recepção das informações contidas em rótulos de produtos alimentícios embalados, pela população adulta freqüentadora de supermercados, no Município de Niterói/RJ**. Dissertação (Mestrado em Vigilância Sanitária de Produtos) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2004.

Mauss, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: Mauss, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

Mennell, Stephen; Murcott, Anne; Van Otterloo, Anneke H. **The sociology of food: eating, diet and culture**. London: Sage Publications, 1992.

Miceli, Sergio. Biografia e Cooptação (o estado atual das fontes para a história social e política das elites no Brasil). In: Miceli, Sergio (Org.). **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 345-356.

Organis; Market Analysis. **Consumo de produtos orgânicos no Brasil**. Primeira pesquisa nacional sobre o consumo de orgânicos. 2017. Disponível em: < https://www.organicsnewsbrasil.com.br/wp-content/uploads/2017/06/Pesquisa-Consumo-de-Produtos-Org_nicos-no-Brasil-Palestra-07Jun-1.pdf >. Acesso em: 01 fev. 2020.

Pedroni, Marco. Meso-celebrities, fashion and the media: How digital influencers struggle for visibility. **Film, fashion & consumption**, v. 5, n. 1., 2016, p. 103-121.

Pilla, Maria Cecília. Labores, quitutes e panelas: em busca do lar ideal. **CADERNOS Pagu**, n. 30, p. 329-343, jan.-jun. 2008.

Piper, Nicholas. Jamie Oliver and cultural intermediation. **Food, Culture and Society**. v. 18, n. 2, 2015, p. 245-264.

- Poulain, Jean-Pierre. **Sociologia da obesidade**. São Paulo: Senac, 2013.
- Poulain, Jean-Pierre. The affirmation of personal dietary requirements and changes in eating models. In: Fischler, Claude (Org.). **Selective eating: the rise, meaning and sense of personal dietary requirements**. Paris: Odile Jacob, 2015.
- Poulain, Jean-Pierre. **Manger aujourd'hui : attitudes, normes et pratiques**. Paris: Privat-Ocha, 2002.
- Poupart, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: Poupart, Jean et al. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 215-253.
- Previatti, Débora. **Chefs à brasileira: o processo de formação de um campo gastronômico (1961-2016)**. Tese de doutorado (Sociologia). Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2019.
- Pulici, Carolina. A alimentação solene e parcimoniosa: práticas gastronômicas como fonte de distinção das elites paulistanas. In: Pulici, Carolina; Fernandes, Dmitri (Orgs.). **As lógicas sociais do gosto**. São Paulo: Editora Unifesp, 2019, p. 41-62.
- Régnier, Faustine. Vers un corps féminin sur mesure : l'alimentation et les techniques de la corpulence en France et aux États-Unis (1934-2010). **L'Année sociologique**, v. 67, n. 1, 2017, p. 131-162.
- Saint-Martin, Monique. Prefácio. In: Pulici, Carolina; Fernandes, Dmitri (Orgs.). **As lógicas sociais do gosto**. São Paulo: Editora Unifesp, 2019, p. 9-25.
- Sartore, Marina de Souza. A representação coletiva dos bares e restaurantes "pé-na-areia" produzida pelo dispositivo TripAdvisor: o caso de Aracaju-Sergipe. **Revista Tomo**, São Cristóvão, n. 30, jan./jun. 2017.
- Sartore, Marina de Souza; Coffey, Brian. Mercados na fronteira: avaliações online de consumidores de quiosques de praia como fonte de dados para comparar as representações coletivas de praia no Brasil e na Austrália. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 18, n. 43, 2019, p. 77-107.
- Wolff, Virginie; Adamiec, Camille; Fidolini, Vulca. Penser les dissidences et les conflictualités « par et dans » l'alimentation. **Revue des sciences sociales**, n. 61, 2019, p. 6-13.

Recebido em 31/07/2020

Aprovado em 16/11/2020

